José Carlos Carvalho Costa

Fafe e a alternativa florestal

A Floresta, um instrumento de revitalização dos espaços rurais marginais

PORTO
2000

José Carlos Carvalho Costa

Fafe e a alternativa florestal

A Floresta, um instrumento de revitalização dos espaços rurais marginais

Orientadora: Professora Doutora Nicole Devy-Vareta

Dissertação de Mestrado em Geografia – Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território - apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO
2000

À minha Avó Maria e Tios Avós Agostinho e Rosa

À minha mãe

Aos meus irmãos Agostinho, Vitor e Cristina

À Lydie e Sara

A árvore, para além de exprimir os ritmos do tempo e o correr das estações, é o símbolo da vida e como tal exaltada por poetas, sinal de lugares e ambientes.

Gonçalo Ribeiro Telles

PREÂMBULO

O nosso trabalho corresponde à concretização de um objectivo delineado no final da licenciatura em Geografia, surgindo da constatação de uma necessidade em aprofundar e alargar a formação de base pessoal no âmbito do conhecimento geográfico, perspectivando-o como instrumento activo num palco que nos é grato, nomeadamente, a superfície terrestre.

Enquanto processo, podemos dizer que tudo começa pela semente implantada ao longo da licenciatura, onde os diversos docentes do curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foram, com os seus *modus operandis*, propiciando um crescimento a diversos níveis, onde destacamos o conhecimento técnico-científico, vital enquanto suporte crítico na selecção dos percursos seguidos neste trabalho.

Sem margem para dúvidas, na selecção dos percursos efectuados e das temáticas abordadas, ao longo do nosso estudo, não podemos deixar de salientar a importância fulcral do apoio dedicado pela Professora Doutora Nicole Françoise Devy-Vareta que, enquanto orientadora deste trabalho, demonstrou total disponibilidade e empenho, conseguindo balizar/incentivar ritmos, sensibilidades, vontades e leituras, muito importantes nos sucessivos estímulos necessários para o amadurecimento desta dissertação.

Não podemos deixar de demonstrar gratidão ao contributo prestado pelos naturais de Fafe, dos quais destacamos o Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Fafe e Amigo - Dr. Antero Barbosa Fernandes, o Vereador do Pelouro de Ambiente - António Teixeira Alves, o Padre Joaquim Flores, os Presidentes e *staff* das Juntas de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim, Monte e Queimadela, que nos auxiliaram nas diferentes *démarches* efectuadas localmente nos diversos contactos, resultantes das técnicas aplicadas e que permitiram a concretização da parte prática do nosso estudo.

Igualmente, gostaríamos de agradecer a simpatia e rectidão com que os 135 proprietários, inquiridos nas diferentes freguesias da área de estudo, tiveram para connosco, propiciando momentos de salutar conversa, onde a troca de informação ocorreu de forma calorosa, fazendo-nos, frequentemente, sentir como se estivessemos em casa.

À Dr.ª Marília Vieira que, sendo colega de mestrado e técnica superior da C.C.R.N., com a sua amizade nos facilitou todo o processo de pesquisa dentro da referida instituição, abreviando preciosamente o tempo de trabalho no levantamento de tão vasto campo de informação, presente no Centro de Documentação da Comissão.

Ao Dr. Rui Pimenta que, enquanto colega de curso e Amigo, nos auxiliou na elaboração/crítica, aperfeiçoando a organização da informação de alguns mapas apresentados relativamente a Fafe e à área de estudo.

Às diversas instituições e funcionários por onde passámos no desenrolar deste estudo, contribuindo no desenvolvimento de todo um processo de recolha de informação e troca de impressões, ao mesmo tempo que se eliminaram dúvidas, o que nos permitiu alicerçar/corrigir os diferentes assuntos abordados, reforçando e dando-lhes uma estrutura mais segura, segundo um sentido mais correcto em função dos objectivos delineados para a execução deste nosso estudo.

Ao Ministério da Educação, mais concretamente, ao Departamento de Gestão dos Recursos Educativos, na figura do júri responsável pela avaliação dos processos e atribuição de *Licenças Sabáticas,* que acreditou no nosso projecto e possibilitou, por um período de um ano lectivo, a utilização da referida licença, criando um espaço único de trabalho, assaz fulcral na movimentação necessária ao levantamento de informação, assim como, em proporcionar condições exclusivas para conseguirmos centrar esforços na sua concretização, sem penalizações ao nível da docência.

À Lydie e Albina, gostaríamos de agradecer o carinho de que fomos alvo e reconhecer a extrema importância que tiveram na sustentação do ânimo e esforço em períodos onde fraquejámos, demonstrando uma capacidade extrema de dedicação e auxílio na concretização de um projecto, perspectivando-o como um objectivo de família.

À restante família e amigos, salutamos a compreensão e paciência que tiveram ao longo deste trabalho, e que, com palavras ou silêncio, nos animaram até ao fim do mesmo, respeitando a nossa ausência/evasão.

Por último, mas seguramente a não menos importante, à Sara, que nascendo no meio deste período atribulado de trabalho, veio reforçar o gosto à vida, auxiliando na

crença que alimenta a nossa orientação enquanto pessoa, ou seja, de *valer a pena dar corpo aos sonhos*.

ÍNDICE GERAL

Preâmbulo i

Índice de Abreviaturas v

Índice de Anexos viii

Índice de Figuras x

1. Introdução 1

2. A Floresta em Portugal Continental 9

2.1. Evolução *versus* Distribuição da Floresta Portuguesa 11

2.2. Instrumentos Legais na Trajectória da Floresta Portuguesa 26

2.3. Um recurso endógeno multifuncional que urge sustentabilizar 49

3. Um olhar sobre uma realidade espacial micro 80

3.1. Aspectos metodológicos 82

3.2. Esboço caracterizante do espaço envolvente 88

3.3. Floresta, um recurso: (des) cuidado, valorizado, precavido 116

3.4. A realidade espacial micro 141

4. Conclusão 171

5. Bibliografia 176

Anexos 207

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

A.E.	Área de Estudo
AMAVE	Associação de Municípios de Vale do Ave
A.S.V.A.	Associação de Silvicultores do Vale do Ave
B.F.N.	Banco de Fomento Nacional
B.P.I.	Banco Português de Investimento
C.C.D.	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e à Seca
C.C.R.C.	Comissão de Coordenação da Região Centro
C.E.E.	Comunidade Económica Europeia
C.E.S.E.	Conselho para a Cooperação Ensino Superior - Empresa
COFAF	Cooperativa Agrícola de Fafe
C.R.C.	Circunscrição Florestal De Coimbra
D.G.S.F.A.	Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas
D.R.A.E.D.M.	Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho
D.S.F.F.S.	Direcção de Serviços de Fomento Florestal e Silvopastorícia
D.A.G.P.F.P.	Divisão de Apoio à Gestão da Propriedade Florestal Privada
D.G.F.	Direcção-Geral das Florestas
F.E.D.E.R.	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
F.E.O.G.A.	Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
F.F.F.	Fundo de Fomento Florestal
F.F.F.A.	Fundo de Fomento Florestal e Aquícola
F.S.E.	Fundo Social Europeu
G.P.P.A.	Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
I.B.I.S.U.S.	Iniciativa Ibérica para una Gestión Sostenible de Los Bosques
I.F.	Instituto Florestal

I.N.E.	Instituto Nacional de Estatística
I.N.M.G.	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
I.P.F.	Instituto dos Produtos Florestais
L.B.D.A.	Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário
L.B.P.F.	Lei de Bases da Política Florestal
L.E.A.D.E.R.	Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
M.P.A.T./M.A.	Ministério do Planeamento e Administração do Território/ /Ministério da Agricultura
M.P.A.T.	Ministério do Plano e da Administração do Território
M.A.D.R.P.	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
N.U.T.S.	Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos
O.C.D.E.	Organisation de Coopération et Développement Économiques
P.A.C.	Política Agrícola Comum
P.A.F.	Plano de Acção Florestal
P.A.M.A.F.	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal
P.A.N.	Plano de Acção Nacional
P.D.F.	Plano de Desenvolvimento Florestal
P.D.I.	Plano de Desenvolvimento Integrado
P.D.S.F.P.	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa
P.D.M.	Plano Director Municipal
P.E.	Parlamento Europeu
P.E.D.A.P.	Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
P.E.V.A.	Plano Estratégico do Vale do Ave
P.F.P./B.M	Projecto Florestal Português/Banco Mundial
P.G.F.	Planos de Gestão Florestal
P.I.B.	Produto Interno Bruto
P.P.F.	Plano do Povoamento Florestal

P.R.O.F.	Planos Regionais de Ordenamento Florestal
Q.C.A.	Quadro Comunitário de Apoio
S.A.U.	Superfície Agrícola Utilizada
U.E.	União Europeia
UNAVE	União das Associações Empresariais do Vale do Ave
V.A.B.	Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE DE ANEXOS

		Página
Anexo I	Evolução da Floresta de Portugal Continental (1875 - 1995)	208
Anexo II	Distribuição da área (ha) dos povoamentos florestais puros e mistos dominantes segundo as principais espécies (1995)	209
Anexo III	Evolução da arborização do séc. XX de acordo com o apoio dos programas de fomento florestal (1900 - 1995)	210
Anexo IV	Evolução da área ocupada pelas principais espécies da floresta de portuguesa (1902-1995)	211
Anexo V	Distribuição da área (ha) de arborização regional de Portugal Continental (1995)	212
Anexo VI	Legislação florestal de Portugal Continental do Séc. XX	213
Anexo VII	Espécies privilegiadas no Reg. (CEE) n.º 2080/92 - Medidas Florestais na Agricultura	238
Anexo VIII	Contribuição para o valor de uso directo dos vários produtos florestais	239
Anexo IX	Balança Comercial de produtos das indústrias silvícolas (1990-96)	240
Anexo X	População residente de Fafe - 1864/1991	241
Anexo XI	Diagrama de dispersão – Classes de densidade populacional ..	242
Anexo XII	Estrutura etária da população residente no concelho de Fafe (1960/1991) e freguesias da A. E. (1991)	243
Anexo XIII	População residente por classes etárias - NUTS II/III/Fafe - 1991	244
Anexo XIV	Temperatura e Precipitação de Guimarães (1941-1961) e Precipitação de Fafe (1941-1970)	245
Anexo XV	Inserção de Fafe na Região Norte quanto ao uso do solo – 1991	246
Anexo XVI	Resumo geral dos serviços do Centro de Coordenação Operacional 073 - B.V.FAFE em 1997	247
Anexo XVII	Distribuição da superfície agrícola do concelho de Fafe – 1989.	248
Anexo XVIII	Explorações agrícolas da A.E./Fafe (1989)	249

Anexo XIX Levantamento dos percursos - t*ransectos* realizados na A.E. .. 250

Anexo XX Fotografias relativas aos *transectos* realizados na A.E. 251

Anexo XXI Inquérito realizado aos proprietários agrícolas da A.E. 260

Anexo XXII Caracterização fundiária da A.E. 263

ÍNDICE DE FIGURAS

		Página
Figura n.° 1	Evolução da superfície florestal de Portugal Continental (1902-1995)	14
Figura n.° 2	Evolução dos diversos programas de fomento florestal em Portugal Continental - 1966/1998	17
Figura n.° 3	Áreas arborizadas com apoio dos programas de fomento florestal (1981-1995)	18
Figura n.° 4	Constituição da floresta portuguesa por espécies segundo a área de ocupação (1995)	21
Figura n.° 5	Evolução da área ocupada pelas principais espécies da floresta portuguesa (1902-1995)	22
Figura n.° 6	Taxa de florestação regional de Portugal Continental (1995)	23
Figura n.° 7	Distribuição regional da floresta de Portugal Continental (1995)	24
Figura n.° 8	Distribuição das principais espécies da floresta de Portugal Continental (1995)	25
Figura n.° 9	Legislação florestal portuguesa produzida no séc. XX	30
Figura n.° 10	Espécies privilegiadas no Regulamento (C.E.E.) 2080/92	38
Figura n.° 11	Contribuição para o valor de uso directo dos vários produtos florestais (1996)	55
Figura n.° 12	Balança Comercial de produtos das indústrias silvícolas em Portugal (1990-96)	56
Figura n.° 13	Inserção da A.E.	90
Figura n.° 14	Variação demográfica em Portugal Continental/Região Norte/NUTS III - Ave	94
Figura n.° 15	Evolução demográfica dos concelhos do NUTS III - Ave	94
Figura n.° 16	Variação demográfica dos concelhos do NUTS III - Ave (1864/1991)	95
Figura n.° 17	Evolução demográfica das freguesias da A.E.	99
Figura n.° 18	Variação demográfica no concelho de Fafe (1981/1991)	100

Figura n.º 19	Densidade populacional no concelho de Fafe	101
Figura n.º 20	Estrutura etária da população residente em 1991 no NUTS II - Região Norte, NUTS III – Ave, Concelho de Fafe e freguesias da A.E.	102
Figura n.º 21	Suporte biofísico do concelho fafense	106
Figura n.º 22	Gráfico comparativo dos regimes termopluviométrico e pluviométrico, respectivamente, de Guimarães e Fafe	109
Figura n.º 23	Distribuição florestal no concelho de Fafe	125
Figura n.º 24	Explorações Agrícolas nas Freguesias do concelho de Fafe (1981)	142
Figura n.º 25	Dimensão das freguesias do concelho de Fafe	143
Figura n.º 26	Localização dos transectos efectuados na A.E.	146
Figura n.º 27	Organização espacial ao longo dos transectos I, II, III	149
Figura n.º 28	Dimensão das explorações agrícolas na amostra da A.E.	154
Figura n.º 29	Fragmentação das explorações agrícolas na amostra da A.E.	154
Figura n.º 30	Uso do solo na amostra da A.E.	155
Figura n.º 31	Distribuição dos usos do solo nas propriedades dos inquiridos nas freguesias da A.E.	155
Figura n.º 32	Distribuição das espécies em povoamentos mistos e puros na amostra da A.E.	156

ÍNDICE DE QUADROS

		Página
Quadro n.º 1	Áreas arborizadas ou beneficiadas segundo os programas de fomento florestal	20
Quadro n.º 2	Instrumentos legais de âmbito florestal de maior relevância após 1994	41
Quadro n.º 3	Funções da floresta	52
Quadro n.º 4	Constrangimentos associados aos povoamentos das quatro principais espécies da floresta portuguesa	59
Quadro n.º 5	População activa na Região Norte/NUTS III - Ave/Concelhos do NUTS III - Ave - 1991	96
Quadro n.º 6	População activa nas freguesias da A.E. - 1981	104
Quadro n.º 7	Espécies arbóreas de Fafe	114
Quadro n.º 8	Número de fogos florestais na *Zona Operacional 06* - 1997	136
Quadro n.º 9	Evolução da área ardida em incêndio rural no concelho de Fafe - 1995 a 1997	136
Quadro n.º 10	Resumo geral dos serviços do C.C.O. 073 - B.V. de Fafe em 1997	136
Quadro n.º 11	Incêndios da A.E. que contribuíram para a expansão do *Inculto*	151
Quadro n.º 12	Expansão do espaço florestal na amostra da A.E.	157
Quadro n.º 13	Constrangimentos da expansão florestal segundo os proprietários inquiridos da A.E.	158

INTRODUÇÃO

> *"Em Portugal, a floresta atrai hoje em dia as atenções de diversas áreas da vida nacional, em qualquer parte do território. Dos investimentos realizados numa ou noutra fábrica de pasta de papel à escola primária do interior, que promove a plantação de árvores no Dia da Floresta, ou ainda, dos relatos estivais sobre as causas da «calamidade» dos incêndios aos municípios que fomentam o «turismo verde» em áreas serranas, chegam-nos, quase diariamente, notícias da comunicação social acerca da floresta nacional."* (NICOLE DEVY-VARETA : 1993 : 1)

Apesar de reconhecer-se na floresta um elo vital à vida no planeta e considerarmos ser o *berço do Homem* (J. VIEIRA : 2000 : 15), muito frequentemente, a relação que estabelecemos com ela é de acentuada indiferença.

Se repararmos, este ecossistema capta a nossa atenção, unicamente em dois momentos isolados, um relacionado com o *Dia Mundial da Árvore* e outro quando as condições climáticas favorecem o surgimento da vaga de incêndios florestais, momento a partir do qual, somos invadidos através dos órgãos de comunicação social, por notícias que nos apresentam um dos principais constrangimentos da sustentabilidade florestal.

Ao mesmo tempo, constatámos o quão fragilizado está o nosso plano nacional de prevenção/combate a este flagelo, assistindo a um esgrimar de acusações, onde não se conseguem visualizar, objectivamente, responsáveis.

Mas, tirando estes momentos, curtos relativamente ao restante, entramos num outro, onde a letargia é global. Efectivamente, assistimos a uma dissipação da informação relativa à floresta, desviando-se por completo do nosso centro de atenção. Este tipo de tratamento à volta da floresta, afasta da opinião pública um leque de questões problemáticas que envolvem este recurso natural, não permitindo uma formação/informação clara à volta das mesmas.

Assistimos, então, a um afastamento natural em relação a estas questões, e de certa forma, alheamo-nos de todo o processo sem formular qualquer tipo de opinião,

abstraindo-nos de qualquer vontade de tentar perceber a sua validade e importância num contexto sócio-económico-ambiental. É este tipo de postura que implica algum desprendimento em relação ao recurso florestal e que vai ditando uma generalizada falta de conhecimentos que, em muito, dificulta a criação de uma mentalidade pró-floresta.

A floresta surgiu, no nosso percurso, como um espaço de estudo intrigante e complexo, já que, o conhecimento de base que detínhamos, era, sem qualquer dúvida, muito reduzido, decorrente, por um lado de um investimento pessoal insuficiente, e por outro, pelas questões da floresta surgirem um pouco lateralizadas num processo que seguramente implicaria uma abordagem mais precisa, principalmente, por traduzirem um dos trunfos para o actual e futuro desenvolvimento rural.

O contacto profissional que efectuamos com a realidade rural fafense em 1993, coadjuvado pela intenção de complementar a formação tida com a licenciatura em Geografia, fez com que se despertasse um interesse peculiar pelo estudo no âmbito florestal. Optamos, então, por dar corpo a um trabalho que, cumulativamente, proporcionasse um conhecimento mais conciso sobre este ecossistema admirável, e também, viabilizasse um contributo para o fomento florestal de um espaço que, pese embora o ambiente serrano escamoteie um pouco o choque visual, sofria/sofre de um processo de degradação paisagística.

Estabelecendo o paralelismo entre a paisagem fafense e um *anfiteatro*, no qual o *palco* é reservado à cidade de Fafe - podemos afirmar que as *alas* norte e oriente têm, nos últimos 25 anos, estado sujeitas a um processo de sucessivo desnudamento vegetal, que em muito nos preocupa, principalmente, pela degradação visível ao nível da sustentabilidade das vertentes, com a consequente expansão dos afloramentos rochosos, muitas vezes agravado pela presença de fogos florestais.

Este tipo de enquadramento, vem reforçar o marasmo a que, ano após ano, estas áreas fafenses, tradicionalmente com práticas agrícolas deficitárias, e sem qualquer viabilidade para práticas mais modernas, têm vindo a ser confrontadas com a perda de vitalidade sócio-económica, mercê do sucessivo esvaziamento demográfico e/ou abandono da prática agrícola, e mesmo por desadequação no tipo de uso.

Importa, então, olhar atentamente para o que consideramos ser um problema real que urge actuar de maneira a que não se atinjam limiares mínimos de

sustentabilidade demográfica, propiciadores de cenários de ruptura, cada vez mais frequentes em território português, e em parte, decorrentes de alguma inércia local.

Ao tornarem-se espaços marginais para a agricultura, é de todo razoável que se tente encontrar uma substituição do uso que melhor responda às especificidades antrópicas e naturais, que, na nossa perspectiva, consideramos ser importante procurar-se uma opção dentro da exploração directa dos recurso naturais, que melhor sirva a pretensão local.

Equacionar a validade de um recurso natural, como a floresta, numa trajectória local de desenvolvimento que, potencie uma revitalização sócio-económica-ambiental, surge no nosso trabalho como o centro da problemática num espaço rural como o concelho de Fafe. Enquanto recurso, a floresta chama a si uma variadíssima funcionalidade, que convenientemente aproveitada permitirá um aproveitamento multifuncional e multidireccional.

A floresta surge, neste contexto, como um uso a privilegiar, pois, reconhecesse a sua vertente estruturante, que tem vindo a ser implementado como política europeia, devidamente, promovido por apoios pecuniários, de modo a contribuir para uma revitalização dos espaços rurais a diversos níveis, destacando-se uma preocupação constante na recuperação dos rendimentos dos proprietários agro-florestais, conferindo igualmente uma gradual melhoria do ecossistema local, onde a floresta assume um determinante papel de regulação ambiental.

A complexidade de actuação ao nível do elevado número de proprietários, assim como, da disseminação da propriedade associada ao típico minifúndio nortenho, reforçado pela problemática dos incêndios florestais, originam localmente constrangimentos de actuação, fazendo deste, um espaço prioritário de actuação concertada no encontro de soluções consistentes e viáveis que melhor garantam uma estratégia de implementação de projectos de expansão florestal.

Para tal, importa que se encare todo o processo como uma questão central numa política conjuntural de desenvolvimento local, dedicando-se-lhe o tempo e recursos necessários, capazes de motivar os diferentes agentes interessados na sua validação.

Desta forma, com recurso a toda uma preparação dos proprietários e ao apoio propiciado pelas comunidades europeias, no âmbito da reconversão funcional dos espaços marginais da agricultura europeia, acreditamos ser possível permitir uma revitalização/valorização global destes espaços, favorecendo a melhoria da qualidade de vida das populações, possibilitando o rejuvenescimento e o aumento demográfico, devidamente apoiado pelo surgimento de ofertas de novos postos de trabalho nos diferentes patamares da *Fileira Florestal* e da actividade turística em espaços verdes.

Em face ao exposto e como contraponto de uma necessidade de actuar, bidireccionalmente, na valorização antrópico-ambiental de Fafe, tentamos, através da oportunidade entretanto surgida no âmbito do mestrado de Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território, promovido pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, efectuar um estudo que permitisse dar continuidade a uma intenção que podemos considerar relativamente remota no tempo e iniciado só já no final desta década, mas que actual, pois a realidade contínua a mesma.

Desta forma, a Floresta apresentou-se-nos como uma temática vastíssima que, a avaliar pelo número elevado de estudos gerais, importava suportar com trabalhos que se dedicassem a uma análise local de modo a propiciarem um conhecimento mais particular da realidade que, frequentemente, é secundarizada, principalmente porque os estudos de âmbito regional/nacional apontam para uma análise padronizante, onde os aspectos de uma análise micro não são tidos em conta, ou então, não são apresentados.

Para a sua consecução necessitamos de proceder a uma investigação longa e minuciosa tanto ao nível da pesquisa bibliográfica como na reunião de material disperso sobre o tema, a nível nacional e quase inexistente a nível local, e de uma persistente e meticulosa recolha de informação estatística capaz de fornecer dados que preenchessem o período de tempo que o estudo abrangia.

Para colmatar a dispersão de informação, tivemos de recorrer a várias bibliotecas de Universidades Portuguesas, assim como de outras entidades, nomeadamente, Instituto de Geografia da Faculdade de Letras; Faculdade de Letras; Centro de Documentação Europeia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; Universidade do Minho; Secção Florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Departamento de Ordenamento e Ambiente da Universidade de Aveiro; Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Municipal do Porto; Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.); Comissão de Coordenação da Região Norte (C.C.R.N.); Direcção Geral de Florestas (D.G.F.); Direcção Geral do Ambiente; Centro Nacional de Informação Geográfica.

Importantes foram, ainda, os contactos realizados com entidades locais com responsabilidade na dinâmica concelhia, nomeadamente, Câmara Municipal de Fafe, Bombeiros Voluntário de Fafe, Cooperativa Agrícola de Fafe, Associação de Silvicultores do Vale do Ave, Direcção Regional Agrícola de Entre Douro e Minho, Juntas de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim, Monte e Queimadela.

Igualmente, não poderíamos deixar de referir uma ferramenta indispensável nos dias de hoje, principalmente, pela quantidade de informação que começa a ser possível obter através da Internet, da qual implicou um útil mas muito extenso período de tempo, a «navegar» pelos diversos «sites», a partir dos quais elaborei um roteiro dos percursos efectuados, que inserimos no suporte bibliográfico da tese.

A recolha de dados estatísticos, fundamental quando se busca o efectivo conhecimento das principais características da actividade florestal, implicou diversos percursos de recolha de material estatístico vário, obtido em instituições como o I.N.E., D.G.F. e C.C.R.N.

Na sequência destes contactos foi possível detectar alguma confusão na produção estatística e classificá-la de escassa, vaga, pouco ou nada sequencial e frequentemente desactualizada, tornando-se a situação tanto mais grave e notória quanto mais se pretendia descer a escalas geográficas de grande pormenor como o concelho e a freguesia.

Tal, exigiu o recurso a uma pesquisa mais particular ao nível do levantamento dos usos e intenções de uso, assentes nos processos de inquérito aos proprietários agrícolas, de levantamento no terreno serrano da ocupação e organização espacial e de entrevistas a actores privilegiados nas decisões da dinâmica local no âmbito agro-florestal, o que implicou, necessariamente, uma considerável disponibilidade de tempo.

O trabalho impôs a realização de uma análise evolutiva da expansão florestal e a sua representação gráfica e cartográfica que permitisse a visualização do

comportamento do elemento base deste estudo - a Floresta de modo a detectarem-se transformações ou a equacionarem-se cenários de actuação futura, num quadro de aproveitamento sustentado do recurso.

Temporalmente, o estudo teórico incidiu na análise diacrónica da expansão florestal e dos instrumentos de suporte legal que suportaram todo o processo no século XX, assim como numa abordagem crítica global das potencialidades nacionais dos recursos florestais, perspectivando-se a sua viabilidade/validade num enquadramento de sustentabilidade.

No que concerne à parte prática do estudo, esta incidiu numa caracterização contextualizadora da área concelhia envolvente segundo uma dualidade física e humana, complementada pela abordagem prospectiva da importância florestal ao nível concelhio, devidamente comprovado pelo trabalho de campo activo de levantamento *in locu* da realidade dos usos e das intenções de uso.

O espaço alvo do presente estudo é configurado pela extensão territorial formada pelas freguesias correspondentes ao Nordeste fafense, mais concretamente, Aboim, Felgueiras, Gontim, Monte e Queimadela, abordado numa inserção sucessiva de territórios sequencialmente alargados, nomeadamente Concelho, Região Administrativa e Região do Vale do Ave, Região Norte, comparando, sempre que possível, os diversos estudos com a realidade nacional.

Analisar o contexto fafense, com incidência em trabalho mais específico em cinco freguesias, surge neste estudo, como a vertente prática da dissertação, centrando nesta, o que pensamos ser o verdadeiro contributo enquanto realidade de Fafe, já que aproveitando uma leitura "particular", acreditamos estar a contribuir para um maior conhecimento da floresta neste concelho, potenciando a sua futura proliferação.

O trabalho que nos propomos elaborar insere-se no conjunto de estudos que tentam contribuir para a expansão florestal em superfícies consideradas marginais à prática agrícola, numa perspectiva integradora da funções sócio-económico-ambientais associadas ao ecossistema florestal.

Assim, este trabalho surge como uma abordagem estratégica que incide sobre a inércia local de determinados meios com características potenciais para expansão

florestal, de forma a equacionar-se uma mudança de postura e consequente alteração de uso.

Sensíveis às questões relacionadas com os espaços rurais *versus* valorização dos recursos naturais, e atentos aos sucessivos constrangimentos de que têm vindo a ser alvo, decidimos empreender uma caminhada que permitisse perscrutar uma determinada realidade que, à partida, à mercê das limitações de diversa ordem, não conseguiu evoluir para uma prática que permitisse uma sustentabilidade das necessidades da sua população local e da superfície em que habita/labora.

Houve a suscitação de inúmeras reflexões teóricas e necessárias pesquisas no terreno, na tentativa de entender de que forma a floresta poderá contribuir no contexto rural, como um uso *revolucionário*, potenciador de uma dinâmica concelhia, principalmente se for apropriada numa lógica de *Fileira Florestal* e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria paisagística do concelho de Fafe, subjacente a uma política de fruição dos espaços rurais pela população urbana, numa permuta importante entre mútuas necessidades.

A estrutura do trabalho, conforme foi já apresentado anteriormente, abarcou dois níveis de reflexão distintos, todavia consequentes, ou seja, no primeiro momento considerou-se o debate teórico em torno da floresta como o eterno recurso (des) valorizado, a partir do qual se deu seguimento ao segundo momento, no qual se partiu para a ponderação e tentativa de extracção de conclusões que o material recolhido ao nível do concelho e nas freguesias constituintes do estudo de caso puderam permitir.

Para a consecução deste trabalho delineamos quatro grandes objectivos que pretendemos alcançar com a sua realização e que passamos a enunciar:

- analisar e compreender a evolução da expansão florestal *versus* importância enquanto recurso natural no panorama económico nacional, assim como, enquanto elemento reestruturante no desenvolvimento rural, no ordenamento do território, no arranjo paisagístico, na adequação dos usos e no equilíbrio ecossistémico;

- conhecer a distribuição territorial das principais espécies florestais, focalizando a sua implantação no contexto fafense, em particular na área de estudo;

- percepcionar a intervenção local, através de vários agentes sócio-económico-políticos, ao nível da protecção e promoção da expansão florestal com recurso a um trabalho apoiado num processo informativo, no quadro de participação comunitária;

- analisar as realidades de uso do solo; os constrangimentos e as motivações determinantes para opção florestal no espaço fafense, com particular incidência na área de estudo;

- entender como determinadas posturas sociais afectam a vontade de mudar uma realidade, por vezes assentes em motivos de claro conformismo pessoal, relativamente a um futuro que, seguramente, no caso florestal, não se enquadra como uma mais valia de usufruto directo pela maior parte dos actuais proprietários, já que apresentam uma idade avançada.

2. A FLORESTA EM PORTUGAL CONTINENTAL

> *"O estado actual das nossas florestas é o resultado de uma acção sistemática e plurissecular do Homem em luta pela dominação da natureza e reflecte acontecimentos (guerras, descobertas, catástrofes naturais...), estádios de desenvolvimento económico (revolução agrícola, industrial...) e medidas de política económica e florestal (legislação de protecção de arvoredo, programas de fomento florestal...) que se processaram ao longo da nossa História."* (J. VIEIRA : 1991 : 9)

As florestas, pelo seu multifuncionalismo, afiguram-se-nos como estruturas de elevada importância pois interferem transversalmente com o ecossistema terrestre. A sua vasta acção espacial e consequente importância enquanto recurso natural, tem merecido a atenção por parte de diferentes actores sócio-económicos, numa tentativa evidente de controlo na existência deste recurso que consensualmente é encarado como tendo um acentuado significado ambiental, social, cultural e económico.

Decorrente desta posição relevante, que reconhecemos ser alvo de frequentes atribulações, a floresta tem de ser alvo de um trabalho que propicie um equilíbrio entre a exploração, sustentável, dos recursos a ela associados e a satisfação das necessidades humanas, pelo que, a produção terá efectivamente de ser uma forma complementar da conservação, caso contrário, a desestruturação económica da fileira florestal implicará o favorecimento da delapidação do recurso, com as inerentes consequências, igualmente, transversais (M.A.D.R.P. : 1997 : 1).

É neste contexto que se justificam os diversos documentos normativos legislados nos últimos anos em Portugal por diversos departamentos governamentais, frequentemente orientados por convenções internacionais, e em concreto por normas da União Europeia (U.E.), que vão orientando a actuação dos produtores na distribuição florestal, numa perspectiva de valorização do recurso e da paisagem, obedecendo a um planeamento subjacente ao ordenamento do território, com a preocupação em actuar de forma articulada nos diversos planos de actuação.

Este cenário de articulação dos procedimentos, embora por vezes encontremos posturas meandrizantes, permite a progressão do espaço florestal para uma ideia generalizada da aptidão portuguesa para a produção silvícola, contudo, "[tal] desiderato terá de ser acompanhado por medidas ... que objectivam genericamente:

- Aumento da produtividade da mancha florestal existente.
- Expansão da área florestal.
- Melhoria das práticas silvícola.
- Melhoria dos sistemas de informação.
- Programas de florestação oficiais." (M.A.D.R.P. : 1997 : 2)

2.1. EVOLUÇÃO *VERSUS* DISTRIBUIÇÃO DA FLORESTA PORTUGUESA

> *"A História da nossa floresta caracteriza-se a traços largos por uma acção sistemática de desarborização aqui e acolá contrariada por medidas de protecção e de fomento e mais recentemente, a partir do início do século XIX, num quadro de grande desarborização do país, por uma política de reflorestação com recurso preferencial ao Pinheiro bravo, ao Sobreiro e nas últimas décadas ao Eucalipto."* (J. VIEIRA : 1991 : 10)

A superfície actual da floresta portuguesa resulta de um longo processo de transformação espacial que encontra o seu fundamento nas multi-necessidades antrópicas, determinantes na forma descontínua como propiciaram momentos de expansão *versus* regressão deste recurso natural.

Merecendo desde "sempre" a preocupação por parte da tutela, assistimos desde a Fundação de Portugal (1140), à promulgação de diversas medidas em prol do seu crescimento (J. VIEIRA : 1991 : 10). Veja-se, por exemplo, o plantio de pinheiro bravo e pinheiro manso, nos finais do século XIII, para defesa do litoral centro de Portugal continental, evitando a propagação das areias para as culturas agrícolas existentes nas proximidades (J. PORTELA : 1993 : 15).

Contudo, desde o séc. XV até XIX, o aumento demográfico, dum espaço onde a civilização humana remonta a épocas muito recuadas no tempo, tem competido com as manchas florestais, provocando-lhes sucessivos depauperamentos, como consequência da necessidade humana em expandir a área habitacional e as actividades essenciais à sua subsistência, nomeadamente, a agricultura e a pastorícia.

Igualmente, episódios como: o *Período dos Descobrimentos* e subsequentes *Etapas de Expansão Colonial* (Séculos XV e XVI); o *Processo de Desamortizações* e a *Privatização dos Baldios* (nos finais do século XVII, terminando no século XX), vieram reforçar a supressão do território florestal, aumentando a área disponível para os usos já referidos, ou então, favorecendo a expansão das superfícies de *inculto*, que G. A. Pery (1875), segundo M. Radich e A. Monteiro Alves (2000 : 44), apresentou como sendo de

4.183.000 ha (46.7% de um território nacional, definido pelo mesmo autor de 8.962.529 ha)[1].

Todavia, o século XIX, marcado por importante transformação do espaço agrário e arborização das serras[2], corresponde ao marco inicial *do período florestal moderno*, que, passando à margem da administração pública agrícola e florestal[3], apresenta vários processos responsáveis pela modificação do espaço florestal, como instrumentos de uma política de arborização que se manteve até aos nossos dias.

Assim, na primeira metade deste século ocorre a desarborização de folhosas a norte do Tejo, com a expansão das resinosas, enquanto que, na segunda metade se assiste à regeneração do sobreiro e à valorização dos montados, assim como, à progressão rápida de povoamentos de pinheiro bravo[4] (N. DEVY-VARETA : 1987 : 366).

Estes processos são responsáveis pelo aumento florestal dirigido e descontínuo, surgindo como uma resposta a exigências de âmbito económico, tais como o fornecimento de esteios para as minas britânicas, a defesa das culturas do litoral, que encontraram solução para a ameaça das areias na implantação de pinhais. Desde então, a resina e a cortiça passaram a ter acentuada procura pelo sector industrial (N. DEVY-VARETA : 1982 : 388).

Mas, apesar de tais benefícios, segundo Nicole Devy-Vareta (1980 : 387 ; 1987 : 4), tendo em conta a previsão de Varnhagen, no início do século XIX a floresta ocupava 15% da superfície do país[5], e nos finais deste século, os registos da época indicavam

[1] Podem ser referidos vários autores que se debruçaram sobre o estudo histórico da expansão florestal em períodos anteriores ao séc. XX, assim, leia-se neste âmbito: N. Devy-Vareta (1987 : 2,16), M. Ferreirinha (1987 : 3), N. Devy-Vareta (1988 : 167), J. Vieira (1991 : 10-11), M. Silva e M. Ferreira (1991 : 7-8) e J. Portela (1993 : 15).

[2] Leia-se neste âmbito M. Silva e M. Ferreira (1991 : 8).

[3] Repare-se que a acção da administração pública florestal, no âmbito da agricultura, ocorre só nos finais do século XIX, nomeadamente em 1886, com a formação dos Serviços Florestais, então pertencentes à Direcção Geral da Agricultura - Ministério da Economia - concentrando os seus esforços nas dunas e nos terrenos comunitários de montanha (INSTITUTO FLORESTAL : 1994 : XXV) (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 8).

[4] "Se no início do século XIX os pinhais eram bastante descontínuos e situavam-se ao longo das regiões costeiras, constituindo o essencial do que restava do património florestal real, sobre-explorado e em estado semi-abandonado ou em pequenas manchas colonizando áreas baldias ou vegetando espontaneamente nos incultos, já o panorama descrito nomeadamente por Barros Gomes nos finais do século dá conta da extraordinária progressão que esta espécie teve para o interior serrano, nomeadamente formando povoamentos mistos, competindo com o Carvalho e Castanheiro." (F. MOTA : 1991 : 19)

[5] Neste âmbito consulte-se José Vieira (1991 : 9), Maria Teresa Silva e Maria Ferreira (1991 : 7), João Portela (1993 : 16) e Eugénio Caldas (1997 : 26).

que a superfície florestal portuguesa detinha os valores mais reduzidos desde que se efectuam registos, não sendo superior a sete pontos percentuais, correspondendo a 640.000 hectares[6].

À luz desta afirmação podemos concluir que o percurso efectuado desde o final do século XIX até 1995, no âmbito da expansão florestal, foi já muito significativo, isto porque presentemente o valor é superior a 35%, pelo que é notório o objectivo prioritário de arborização da política florestal do século XX.

Esta mudança resulta, provavelmente, da vontade governamental em combater o cenário deixado pelo século anterior, onde a proliferação das áreas de inculto associadas aos graves problemas de erosão tornavam emergente uma alternativa.

Na realidade, constatamos que a ocupação florestal do país, a partir desta mudança de tratamento da floresta, tem aumentado ao longo do século XX (fig. 1), oscilando entre 1.957.000 ha, em 1902, e 3.264.100 ha em 1995 (anexo II). Porém, os anos de 1920, 1939, 1956, 1966, 1979, 1983 e 1989, contrariam a tendência sentida durante o período de tempo em análise, perfazendo na totalidade uma regressão de 1.044.883 ha.

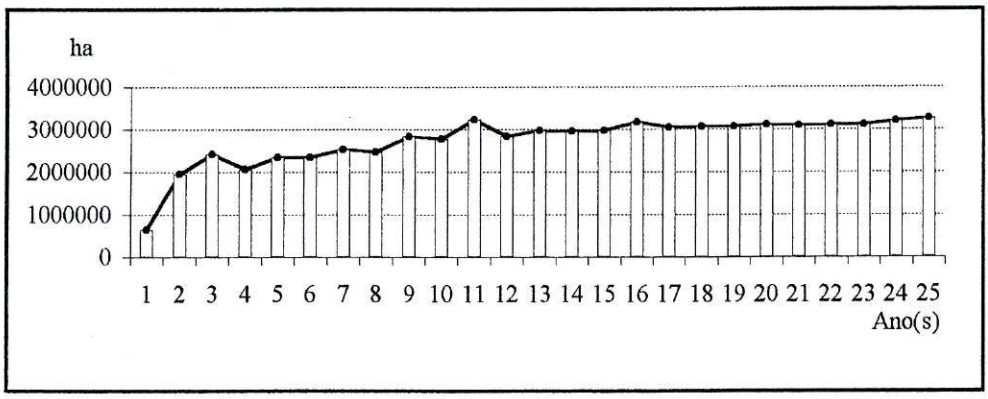
"Esta evolução pode, pois, ser interpretada como a substituição de uma actividade mais intensiva em mão de obra (agricultura) por outra menos intensiva (silvicultura), em resultado do êxodo agrícola" (C.E.S.E. : 1998 : 15). Mas também pode ter sido, por um lado, devido à reconversão de parte de áreas ocupadas com a agricultura (isto recentemente)[7], e por outro, de uma ocupação sucessiva de áreas de inculto, fazendo com que um terço do país se apresente coberto de floresta.

Os valores actuais da superfície florestal estão associados à acção cumulativa de diferentes projectos de fomento florestal que foram sendo implementados no sector, durante o presente século. Porém, os ritmos de florestação foram distintos e as áreas estipuladas pelos diversos projectos para florestar ficaram sempre aquém do visado.

[6] M. Radich e A. Monteiro Alves (2000 : 49) referem que este valor ó resultado de uma soma abusiva de algumas parcelas, nomeadamente, 10.000 ha de soutos (castanhais)/castanhais, 260.000 ha matas e florestas/matas (pinhais, soutos e carvalhais) e 370.000 ha de montados, que permitiram uma das primeiras aproximações da área florestal.

[7] Veja-se neste âmbito C.C.R.C. (1991 : 46).

Fig. 1 - Evolução da superfície florestal de Portugal Continental (1902-1995)[8]



Legenda:
(1) 1875 (2) 1902 (3) 1910 (4) 1920 (5) 1928 (6) 1929 (7) 1934 (8) 1939 (9) 1950-54 (10) 1956 (11) 1963 (12) 1966 (13) 1968-78 (14) 1979 (15) 1980 (16) 1982 (17) 1983 (18) 1985 (19) 1986 (20) 1988 (21) 1989 (22) 1990 (23) 1992 (24) 1994 (25) 1995

Não podemos deixar de apresentar o que pensamos ser, a traços largos, a expansão florestal no séc. XX. A literatura existente aponta para diversas divisões cronológicas, todavia, decidimos optar pela divisão estabelecida no C.E.S.E. (1996 : 6.17), que estipula dois períodos, um antes de 1981, e outro, após este ano (anexo III).

Em cada período, foram desenvolvidos diversos programas que contribuíram na transformação paisagística em prol dos espaços florestais, aumentando-os e diversificando-os, principalmente, em povoamentos de pinheiro bravo, eucalipto e sobreiro

Desta forma, consideramos que o Plano de Povoamento Florestal (P.P.F.) e o Fundo de Fomento Florestal (F.F.F.) corresponderam aos programas responsáveis pelas transformações ocorridas na floresta durante o primeiro período e, o Projecto Florestal Português/Banco Mundial (P.F.P./B.M.), o Plano de Acção Florestal (P.A.F.), o Plano de Desenvolvimento Florestal (P.D.F). (direccionados para a expansão do pinheiro bravo nas regiões Norte, Centro e Litoral Atlântico) e os regulamentos comunitários n.º 797/85 e 2.080/92 (aplicados no aumento das áreas de povoamentos monoespecíficos ou em consociação de sobreiro ou azinho, mais a sul do território português) procederam a modificações do espaço florestal no segundo período.

Os regulamentos comunitários, acima referidos, encontram-se inseridos no contexto da nova Política Agrícola Comum (P.A.C.), e direccionam a actividade agrícola no sentido de esta providenciar alterações no uso do solo. Mais precisamente, recorrendo aos incentivos monetários da Comunidade Europeia (C.E.), aliciam-se os proprietários agrícolas de terras consideradas marginais, segundo o ponto de vista da produtividade e da rentabilidade, a mudar, total ou parcialmente, a sua exploração agrícola em espaço florestal.

Para melhor percepcionarmos a acção dos programas após 1981, na expansão florestal portuguesa, pensamos ser necessário proceder a uma breve exposição do contributo prestado por cada um.

Assim, o P.P.F.[9], resultante de uma acção massiva[10] de arborização, alterou profundamente a paisagem serrana (M. FERREIRA : 1993 : 26), tendo no seu período de duração florestado no continente, um total de 343.494 ha, distribuídos por 317.894 ha de baldios serranos e 25.600 ha de dunas, que cobriu dominantemente com pinheiro bravo, reforçando, assim, o aumento do domínio desta espécie no território nacional (de 1.161.000 ha em 1939 para 1.293.900 em 1970[11]).

Contudo, Nicole Devy-Vareta (1982 : 392) refere que este diploma, assim como a Lei n.º 2.069/54 de 24 de Abril[12] tiveram as suas metas goradas, já que, no caso do P.P.F., este é considerado como inacabado[13] (dos 500.000 ha previstos só cerca de 300.000 ha de baldios foram arborizados) e a Lei da Beneficiação de terrenos por arborização encontrou, na insuficiência de conhecimentos das condições locais e na descoordenação entre plano de arborização e áreas cultivadas, os fundamentos para frustrar os seus intentos.

---

[8] Fonte: Anexo I

[9] Regulamentado pela Lei n.º 1971 de 5 de Junho de 1938, que ditou o início da *Plano do Povoamento Florestal*, sob a tutela da D.G.S.F.A..

[10] Note-se que comparativamente com os restantes programas decorrentes, durante o século XX, se bem que por um período de tempo mais longo, foi o que mais contribui para a expansão florestal no País.

[11] Fonte: PORTELA, João Luís (1993); "Floresta e Indústrias da fileira industrial"; Gabinete de Estudos Económicos, Cooperação e Informação da Caixa Geral de Depósitos; Estudos e Documentos; n.º 6; Lisboa; p. 18

[12] A lei da Beneficiação de terrenos através da arborização promulga a melhoria de espaços cuja arborização seja indispensável para a garantir fixação e a conservação de solos (anexo VIII).

[13] Contudo, o objectivo de florestação dos baldios foi dado como quase concluído pelos Serviços Florestais em 1973 (N. DEVY-VARETA : 1988 : 369).

A partir da década dos anos 60 e com maior intensidade nos anos 80, consequente da expansão da Indústria de Celulose[14], assistimos ao aumento do plantio do Eucalipto, uma espécie de rápido crescimento (proveniente da Austrália e introduzida no séc. XIX), com grande capacidade de adaptação ecológica e de elevado valor económico na produção de pasta de papel (*Idem* : 1982 : 371).

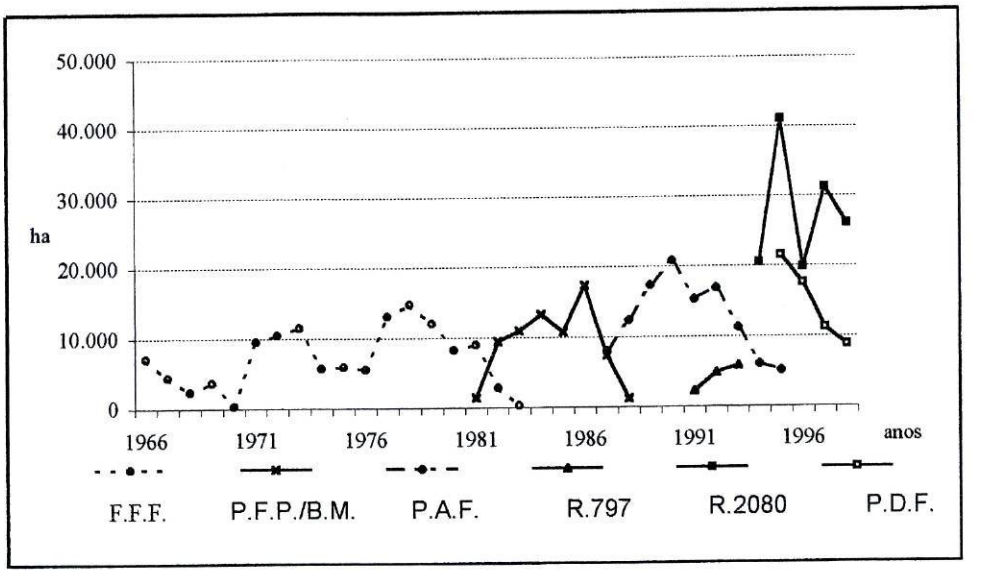
Quanto ao F.F.F., tendo sido criado em 1945, teve o seu início, unicamente, em 1965. Considerado como um marco na viragem estratégica para o apoio à floresta privada (I. F. : 1994 : XXV), o F.F.F., até 1983, " ... produziu e forneceu 97 milhões de plantas, arborizou directa ou indirectamente 242.954 ha (dos quais 60.000 ha através do P.F.P./B.M.) e instalou cerca de 60.000 ha de pastagens. Destacando-se ainda a sua acção no domínio do fomento suberícola e a execução de 57 projectos de Núcleos Associativos de Arborização envolvendo uma área de 8.364 ha." (J. VIEIRA : 1991: 14)

O F.F.F., embora tendo gorado o objectivo de 50.000 ha/ano, conforme a meta prevista no III Plano de Fomento Florestal (1968-1973), foi um projecto que contribuiu para a substituição do pinheiro bravo pelo eucalipto. O seu tipo de crescimento e elevado valor económico na produção da pasta de papel (*Ibidem* : 1982 : 371) fez com que, já em 1950/54, ocupava uma área de 113.288 ha do país, suportando a expansão da Indústria de Celulose na época. Em 1980 esta espécie ocupava 215.390 ha da área florestal, correspondendo a 7.3% (C. NOGUEIRA : 1990 : 19), para, em 1995, os valores de ocupação aumentarem para 676.500 ha, imperando em 20.7% da superfície florestal portuguesa, pelo que a sua expansão triplicou num espaço de 15 anos.

Face ao previsto, podemos avaliá-lo como sendo um plano de execução modesto, já que se repararmos nos valores registados no período de tempo em que o mesmo decorreu (18 anos), o valor máximo alcançado foi de 14.812 ha, em 1978, (fig. 2), apresentando uma média de arborização na ordem dos 7.000 ha.

[14] A fabricação de pasta para papel iniciou-se em 1888, com a criação de uma pequena unidade em Albergaria (Aveiro) pela *Caima Pulp Co.*(empresa de capital dominantemente estrangeiro), contudo a produção com significado industrial inicia-se só nos finais dos anos vinte (M. FERREIRINHA : 1986 : 6) através desta mesma empresa estrangeira, proliferando a instalação de unidades fabris em pleno século XX, iniciado em 1954 pela Companhia Portuguesa de Celulose (então C.P.C e actual Portucel) que colocou a primeira fábrica com capitais portugueses na localidade de Cacia (Aveiro). Os anos de 1961, 1964, 1967, 1971 e 1974 correspondem a anos subsequentes de instalação de diversas unidades no país que se distribuíram por Constância, Setúbal, Leirosa (Figueira da Foz), Vila Velha de Rodão e Viana de Castelo, respectivamente (J. ALMEIDA e J. VIDEIRA : 1979 : 21), ocupando, portanto, um eixo Atlântico entre Viana do Castelo e Setúbal (N. DEVY-VARETA : 1987 : 27).

Fig. 2 - Evolução dos diversos programas de fomento florestal em Portugal Continental - 1966/1998[15]



A reforçar este enquadramento temos a ocorrência de um ritmo muitíssimo irregular, apresentando um momento de particular retracção, ocorrido entre 1974-1976, coincidente com as perturbações do pós 25 de Abril de 1974, onde nunca ultrapassou os 6.000 ha por ano (J. ALMEIDA e J. VIDEIRA : 1979 : 36)[16].

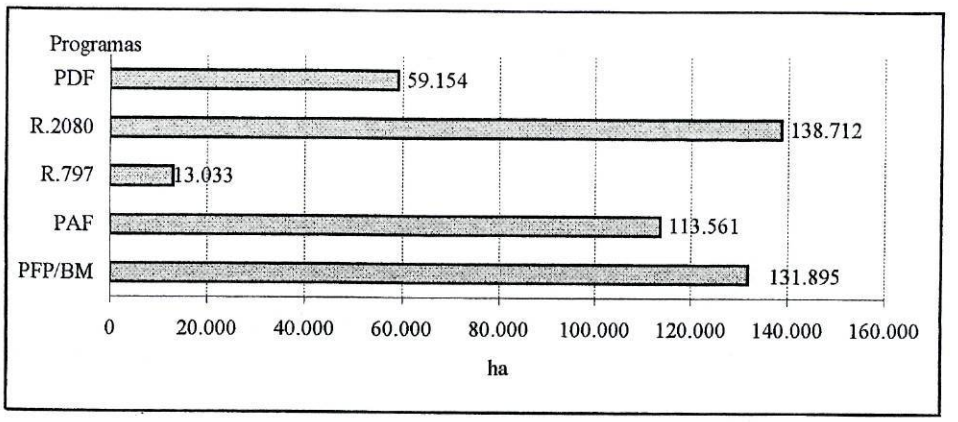
Analisando individualmente as diversas prestações dos projectos de florestação após 1981, concluímos que a superfície florestal expandida em 468.485 ha (anexo III) por cada um foi muito diferente (fig. 3). Cabendo ao P.F.P./B.M. e ao R.2.080 os maiores valores de áreas arborizadas, todavia, todos os programas apontam para o "... objectivo [delineado pela C.E., em] atingir, até ao ano 2000, uma clara expansão das florestas de pelo menos 12 milhões de ha ..." (P.E. : 1995 : 55).

Particularizando, o P.F.P./B.M., inicialmente delineado para decorrer entre 1980/85 e prolongado, até 1989 (fig. 2), prevê a florestação de cerca de 150.000 ha[17], por um período de cinco anos, em áreas de incultos ou de agricultura marginal.

[15] Fonte: Anexo III

[16] Analise-se neste âmbito M. SILVA e M. FERREIRA (1991 : 9).

Fig. 3 - Áreas arborizadas com apoio dos programas de fomento florestal (1981-1995)[18]



Este projecto de execução repartida, em que 60% pertencia ao Estado e 40% a uma empresa pública denominada PORTUCEL[19], tendo em 1986, o ano de maior execução (17.382 ha), conseguiu florestar, num período de nove anos (mais quatro anos que o previsto), 87,9% da área definida inicialmente, mais exactamente, 131.895 ha.

A D.G.F., embora tenha ficado distante dos 90.000 ha[20] que lhe competia implementar, conseguiu arborizar em área baldia e privada, o correspondente a 50.336 ha e 21.572 ha, respectivamente, perfazendo um total de 71.908 ha de terreno florestado (fig. 3).

"A grande fragilidade deste programa decorreu da falta de capacidade de acompanhamento posterior, tendo sido muitos destes povoamentos abandonados após a plantação e tendo uma parte significativa ardido ou sido destruído pelo gado." (I. F. : 1994 : XXVI)

Estipulado para funcionar por um período de dez anos, o P.A.F. , negociado com a C. E.[21], desenvolveu-se, entre 1986/1996, (fig. 2), distribuindo a sua actividade pela ar

[17] Este valor resultava do plantio de 91.000 ha de coníferas (principalmente *Pinus pinaster*), 45.500 ha de eucaliptos (sobretudo *Eucalyptus globulus*) e 13.500 ha de outras folhosas, nomeadamente, Castanea sativa (J. ESPADA : 1991a : 19).

[18] Fonte: Anexo III

[19] Empresa Pública que agrupou as unidades de produção de pasta de papel, nacionalizadas em 1975 (N. DEVY-VARETA : 1987 : 18).

[20] 60.500 ha de coníferas, 16.000 ha de eucaliptos e 13.500 ha de outras folhosas (J.ESPADA : 1991a : 20).

[21] "A execução financeira do P.A.F. até ao ano de 1989 coloca este programa em lugar de destaque face aos restantes programas do P.E.D.A.P.. Efectivamente, num conjunto de subsídios totais acumulados até 31 de Maio de 1989 de 43,8 milhões de contos, cabe ao P.A.F. uma parcela de 14,965 milhões de contos

borização de 113.561 ha (conseguindo no quinto ano de funcionamento o seu máximo de desempenho com 20.888 ha), melhoramento de povoamentos (211.054 ha), restauro e criação de acessos (6.690 Km) e rede divisional (2.903 Km), assim como, de cerca de 1.000 barragens para apoio no combate a incêndios.

Comparando o efectuado com o previsto, conseguiu-se arborizar 28.4%, melhorar 86.4% e restaurar e criar 86.4%, pelo que sem dúvida muito ficou por fazer, principalmente ao nível da expansão florestal, coarctando-a em 286.439 ha.

Este projecto, como referiu Rui Queiroz (1987 : 52), desenvolveu-se a um ritmo desfasado das pretensões, comprovando que as metas estipuladas (90.000 ha/ano) foram no mínimo ambiciosas, sendo necessário pelo menos 40 anos para o concretizar.

A Portaria n.º 512/89 de 6 de Julho, veio limitar os benefícios aos projectos no âmbito do P.A.F., criando alguns condicionalismos, concretamente, uma determinada candidatura só era deferida e portanto contemplada com subsídio, se obrigatoriamente, inserisse as espécies eucalipto, sobreiro e azinheira, não podendo a primeira espécie ultrapassar uma ocupação de 25% da área total definida no projecto da candidatura (C.E.S.E. : 1996 : 6.22).

O Reg. (C.E.E.) n.º 797/85, de 1991 a 1993 (fig. 2), financiou 466 projectos que reconverteram cerca de 13.000 ha de superfície agrícola em florestal e beneficiaram 5.170 ha de povoamentos existentes (C.E.S.E. : 1996 : 6.26). E, à semelhança do P.A.F., privilegiaram-se as plantações de folhosas (70%), destacando-se o sobreiro que obteve 45.3% da área total, incrementada por este regulamento.

Quanto ao Reg. (C.E.E.) n.º 2.080/92, ainda em execução, consideramos que reforçou a acção do regulamento anterior, principalmente, em relação ao sobreiro, pois aumentou a sua área de ocupação em mais 25.084 ha (41% do total arborizado até 1996).

Estabelecendo a comparação entre os diversos planos de fomento de florestação do século XX, o P.P.F. correspondeu, sem qualquer dúvida, ao programa responsável pelo maior incremento da floresta com um total de 343.494 ha, seguindo-se o F.F.F., e

(34.2%), isto é, o maior volume de fundos subsidiados, atingindo o terceiro lugar no número de projectos aprovados (1.226) num total de 10.619, só superado por projectos de Electrificação (2.573) e Olivicultura (3.462)." (C.C.R.C. : 1991 : 50)

mais recentemente, o Regulamento (CEE) 2.080/92., com 126.394 ha e 138.712 ha, respectivamente, sendo o Regulamento (C.E.E.) n.° 797/85, aquele que obteve o menor contributo, florestando 13.033 ha (fig. 3).

Contudo, tendo em conta que os períodos de duração de cada acção anteriormente referidas, são muito diferentes, o P.P.F. e o Regulamento (C.E.E.) n.° 797/85 correspondem, nomeadamente, às acções com maior (33 anos) e menor (4 anos) tempo de duração.

Conscientes de que alguns programas ainda não terminaram a sua intervenção na floresta nacional e que, como já referimos, globalmente, ficaram afastados do que previam, podemos afirmar que o contributo destes foi precioso, pois no seu conjunto permitiram o alargamento da superfície arborizada para mais 866.796 ha e beneficiaram 373.165 ha[22] de povoamento existentes (quadro n.° 1).

Quadro n.° 1: Áreas arborizadas ou beneficiadas segundo os programas de apoio florestal[23]

	P.P.F.	F.F.F.	P.F.P./B.M.	P.A.F.	R.797	R.2080	P.D.F.	TOTAL
Arborização	343.494	126.934	71.908	113.561	13.033	138.712	59.154	866.796
Beneficiação	0	0	0	211.054	5.170	5.896	151.045	373.165

Tais valores, testemunham uma mudança radical ocorrida na evolução sentida na floresta portuguesa, até ao início do século XX, que pode ser visualizada no impulso registado entre 1875 e 1902 (fig. 1), seguida de uma sustentação cronologicamente contínua, pelos programas subsequentes, que vieram reforçar e criar povoamentos de Norte a Sul e de Oeste a Leste[24], permitindo uma maior distribuição do domínio da Floresta, "aproximando-se" do que nos parece ser um objectivo nacional, o *verde contínuo.*

[22] O P.A.F. e o P.D.F. surgem como as acções que mais favoreceram a beneficiação de povoamentos existentes, melhorando cada um concretamente 211.054 ha e 48.143 ha (quadro n.° 1).

[23] Fonte: C.E.S.E. (1996 : 6.17-6.18)

[24] "A evolução mais recente, relativa à última década, demonstra que o crescimento da área florestal foi em média de 15.000 ha/ano, seguindo as tendências do resto da Europa ..." (GRUPO FÓRUM : 2000 : 64).

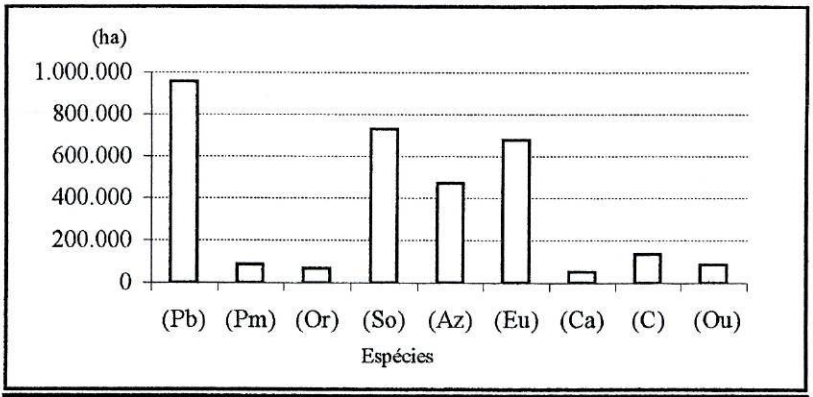
Contudo, consideramos que os diversos planos de fomento influíram na actual composição e distribuição do coberto florestal português, acentuando um comportamento regional heterogéneo, "... significativamente diferente, à medida que se caminha de Norte para Sul. ou do Litoral para o Interior ." (J. GONÇALVES : 1996 : 14)

A floresta portuguesa é constituída por 2.152.800 ha de folhosas e 1.111.300 ha de resinosas (anexo II), correspondendo a cada agrupamento florestal a representatividade de 65.9% e 34.1%.

O eucalipto e o pinheiro bravo distribuem-se em 50.1% da área ocupada pela floresta, destinando-se, predominantemente, à produção lenhosa, enquanto que "... os restantes [49.9%] destinam-se principalmente à produção de bens não lenhosos sendo essencialmente ocupadas por quercíneas (Sobreiro, Azinheira e Carvalhos), Castanheiros e Pinheiro manso." (GRUPO FÓRUM : 2000 : 63-64)

Portugal detém uma elevada diversidade ecológica, contudo, quatro são as espécies que dominam o coberto arbóreo (fig. 4), nomeadamente, o pinheiro, o sobreiro, a azinheira e eucalipto, detendo 87% de superficie ocupada por espécies florestais, 1.029.200ha, 720.700ha, 475.700ha e 695.100ha, respectivamente.

Fig. 4 - Constituição da floresta portuguesa por espécies segundo área de ocupação (1995)[25]



Legenda: (Pb) - Pinheiro bravo (Pm) - Pinheiro Manso (Or) - Outras resinosas (So) - Sobreiro (Az) - Azinheira (Oc) - Outros carvalhos (Eu) - Eucalipto (Ca) - Castanheiro (Of) - Outras folhosas

Pode ainda ser mencionado um outro grupo de espécies que, embora não tendo a mesma representatividade das anteriores, assumem ocupações de alguma importância

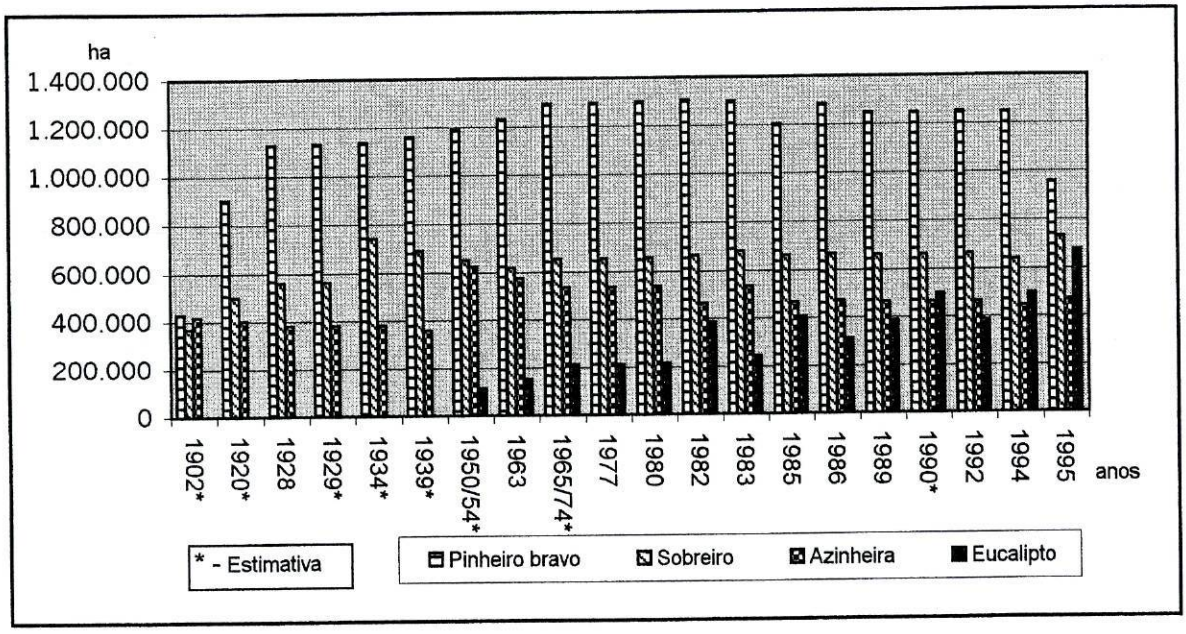
[25] Fonte: Anexo II

no contexto florestal. Assim, o pinheiro manso (*Pinus pinea*), os carvalhos (excluindo-se o sobreiro e a azinheira) e o castanheiro (*Castanea sativa*) ocupam respectivamente, 78.500 ha, 134.000 ha e 40.900 ha.

O sucesso destas quatro espécies (as três primeiras pertencem à flora indígena portuguesa e a quarta, sendo exótica, e como já foi dito, é introduzida) deve-se ao facto de terem uma elevada capacidade de tolerância a qualquer tipo de solo, com excepção para os solos de formação calcária

Concluindo, relativamente à implantação das principais espécies florestais em Portugal Continental, importa ainda reforçar que o pinheiro bravo assume particular relevância na expansão florestal portuguesa (fig. 5), pois, o facto de estar espalhado pelos mais diversos contextos morfológicos e litológicos, demonstra a sua capacidade peculiar de adaptação[26] que atestam a sua "... grande rusticidade e plasticidade ... características que levaram à sua utilização como espécie de eleição no desenvolvimento florestal em larga escala..." (I. F. : 1994 : XXIII).

Fig. 5 - Evolução da área ocupada pelas principais espécies da floresta portuguesa (1902-1995)[27]



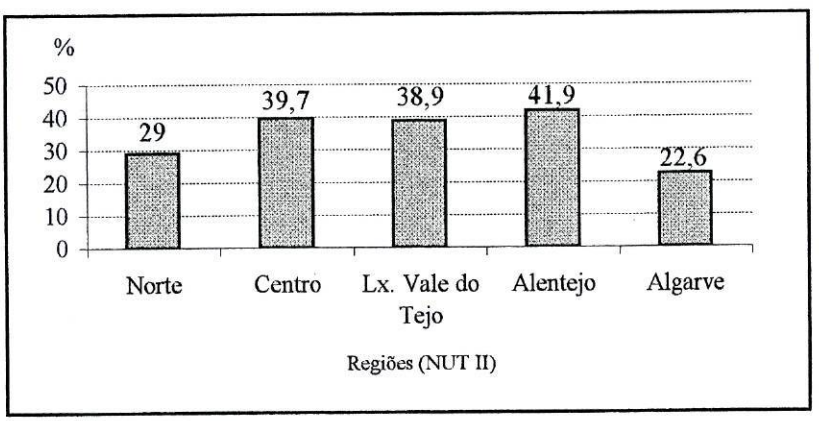
[26] "O pinheiro bravo acomodou-se aos solos pobres, às areias costeiras e ocupando as terras desarborizadas de folhosas ..." (F. MOTA : 1991 : 19).

[27] Fonte: Anexo IV

Como resultado, tivemos um crescimento de sensivelmente seis vezes do valor registado nos finais do século XIX, ou seja, em 1875, o pinheiro bravo ocupava uma área de 210.000 ha e, presentemente (1995), mais de um século passado, apesar da dizimação de que tem sido alvo pelos múltiplos incêndios, principalmente ocorridos no último quartil do século XX, domina com 957.500 ha, assistindo-se contudo a um decréscimo dos seus povoamentos em benefício do eucalipto, que, nos últimos anos, tem aumentado "agressivamente" o seu domínio.

De acordo com o Inventário Florestal da D.G.F. de 1995, as regiões Centro e Alentejo (fig. 6) são as que detêm as maiores taxas de florestação, com 41.9% e 39.7% cada, enquanto que, por oposição, temos as regiões Norte e Algarve com 29% e 22.6%, respectivamente, da *Ocupação Florestal* da parte continental do país.

Fig. 6 - Taxa de florestação regional de Portugal Continental (1995)[28]



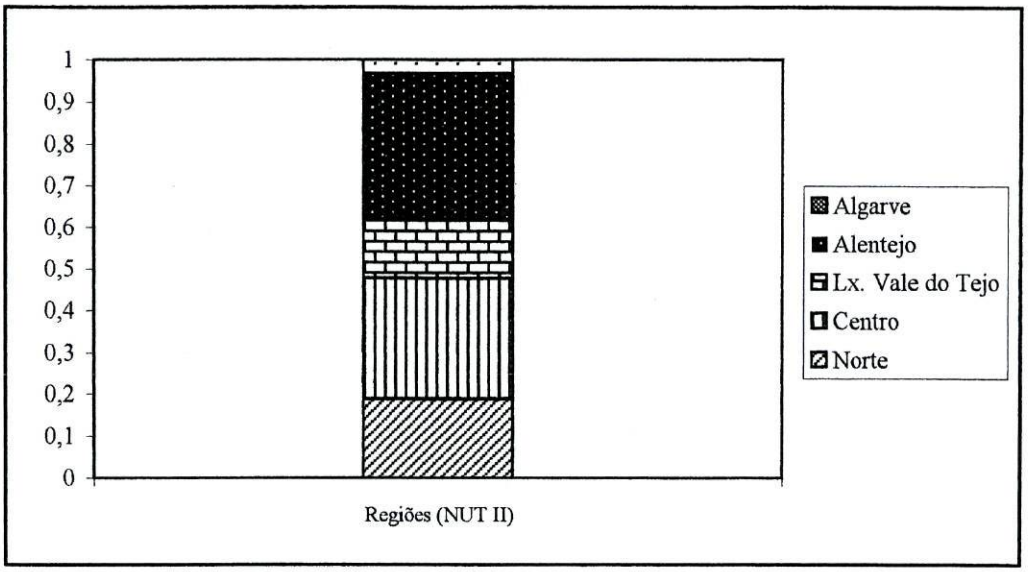
Porém, ao analisarmos o contributo de cada região na nossa superfície florestal (fig. 7), notamos que a igualdade desvanece, surgindo o Alentejo a dominar o coberto florestal, com 1.130.200 ha, seguido-se o Centro e o Norte (a quarta em taxa de florestação), com 940.000 ha e 614.600 ha cada, correspondendo a 34.6%, 28.8% e 18.8%, do total de 3.264.100 ha de espaço ocupado por *Povoamentos Florestais* em 1995.

Quando analisamos as subregiões (NUT's III), constatamos que Pinhal Interior Sul, com 52.8%, e Entre Douro e Vouga, com 52.1%, são os espaços com maior taxa de arborização a nível nacional, seguindo-se Dão Lafões, Pinhal Interior Norte, Baixo

[28] Fonte: Anexo V

Mondego, Baixo Vouga e Alentejo Central com valores compreendidos entre]45-50%[. Em contrapartida, a Grande Lisboa (9.4%) e o Algarve (12.6) surgem como as áreas com menores valores de ocupação (MINISTÉRIO DO AMBIENTE : 1994 : 69).

Fig. 7 - Distribuição regional da floresta de Portugal Continental (1995)[29]



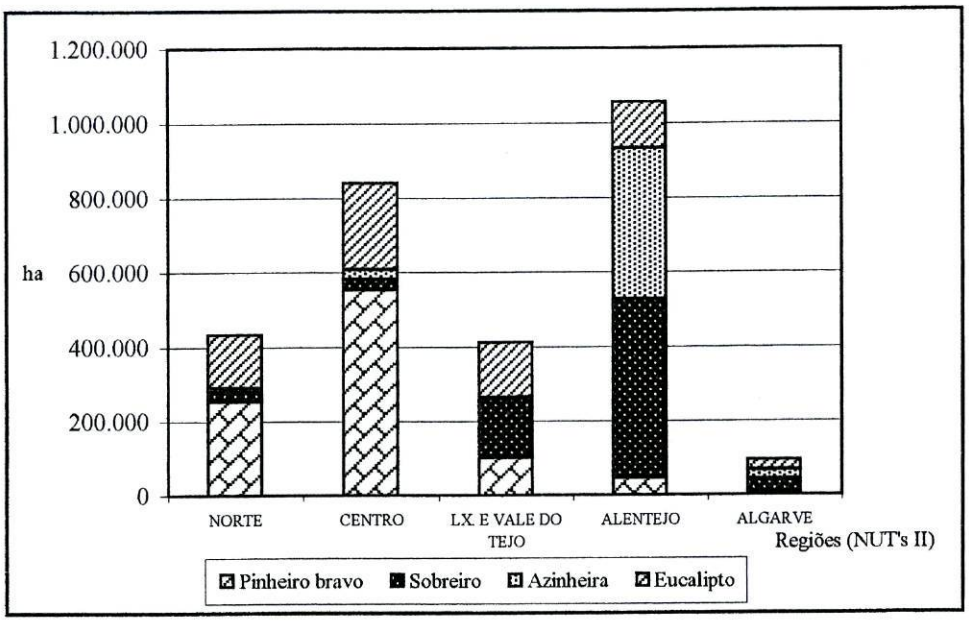
Seguindo a divisão espacial NUT´s II, na comparação da distribuição das espécies dominantes no continente (fig. 8), apercebemo-nos que as cinco espécies estão presentes nas diferentes regiões.

Porém, como foi já referido, a sua distribuição é muito distinta. O pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) domina a parte a norte do rio Tejo, associado à estrutura agrícola das pequenas e médias explorações, ocupando as áreas onde mais se faz sentir a influência marítima, visando, preponderantemente, a produção lenhosa, enquanto que o sobreiro (*Quercus suber*) ocupa dominantemente as áreas de maior pluviosidade do litoral a sul do referido rio, orientando-se, na sua maioria, para a produção de cortiça, que conjuntamente com a azinheira, se associam às grandes explorações, características das estruturas fundiárias de latifúndio.

Assim, a *Quercus rotundifolia* (a azinheira), ocupa a superfície de influência continental com características mais secas, ou seja, ao longo do território português junto à fronteira espanhola, com a particularidade destes povoamentos serem, muitas vezes, continuações de igual espécie, contíguas ao do *país vizinho*.

[29] Fonte: Anexo V

Fig. 8 - Distribuição das principais espécies da floresta de Portugal Continental (1995)[30]



O eucalipto, embora se distribua por todo o país, encontra nas regiões do Centro e Norte, os seus espaços de eleição, associando-se ao pinheiro bravo. Será ainda de realçar que tanto a azinheira como o sobreiro têm ainda alguma importância nas áreas fronteiriças do interior, em especial o sobreiro no Nordeste de Trás-os-Montes.

No que se refere às "restantes" espécies florestais, nomeadamente, o castanheiro e o carvalho, o pinheiro manso, o choupo e o medronheiro, ocupam áreas restritas de interesse regional, respectivamente, em espaços serranos do centro e norte de Portugal continental, no litoral a sul do rio Tejo, nos vales dos grandes rios, nas serras do Baixo Alentejo e Algarve (C. NOGUEIRA : 1990 : 20).

Enquanto conclusão, gostaríamos de referir quatro particularidades da nossa floresta, que traduzem a sua situação presente entre 1985 e 1995 (anexo IV): " diminuição da área do pinheiro bravo [(-20.4%)]; aumento da área de eucalipto [(+67%)]; manutenção da importância da área do sobreiro e azinheira; aumento da área ocupada pelas restantes espécies, mas sem alterar o seu peso relativo na área florestal." [31](GRUPO FÓRUM : 2000 : 64)

[30] Fonte: Anexo II
[31] Consulte-se neste âmbito D.R.A.E.D.M. (1997 : 3).

2.2. INSTRUMENTOS LEGAIS NA TRAJECTÓRIA DA FLORESTA PORTUGUESA

> *"Ao cuidar da árvore, estamos condenados não só a uma solidariedade no tempo com os futuros gestores, como a uma impossibilidade de rápida correcção, caso cometamos qualquer erro grave. Esta constatação exige um esforço no sentido de nos dotarmos de instrumentos capazes de pensar e agir no domínio da longa duração." Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, in* D.R., n.º 101, 1999

A floresta portuguesa é o reflexo das características oro-edafo-climáticas em que se enquadra. Contudo, não podem ser esquecidas as acções antrópicas que, ao longo dos tempos, têm vindo a exercer transformações na sua expansão territorial e nas espécies florestais em exploração/implantação.

O Homem actua no meio, a seu belo prazer, desfrutando do espaço segundo o que pensa ser melhor para a espécie humana mas, nem sempre consegue actuar com mestria. São notórias as agressões que o ambiente, e em particular as florestas, têm sofrido na sua evolução. Contudo, numa tentativa de regular comportamentos, foram-se criando regras que coarctassem posturas menos correctas relativamente à exploração de um determinado recurso.

Os instrumentos legais aparecem como forma de limitar a acção humana direccionando-a, em princípio, numa trajectória mais correcta. Assim, vão sendo elaborados e sucessivamente aperfeiçoados, consoante os conhecimentos das diversas épocas e de acordo com as transformações ocorridas no domínio científico, económico, social e cultural.

"Sublinhe-se, contudo, que os instrumentos valem pouco se não existir uma ideia clara do que se pretende atingir, isto é, se não estiverem definidos os objectivos a alcançar com a sua aplicação e se estes objectivos não estiverem, por sua vez, articulados numa estratégia nacional de ordenamento do território, de conservação da natureza e de protecção do ambiente." (A. ESPÉNICA : 1997 : 93)

Desta forma, embora seja fácil criticar os documentos passados à luz dos conhecimentos actuais, consideramos que para a época em que foram concebidos, com certeza, enquadraram atitudes e estratégias que visavam defender algo.

Mas, no que se refere ao sector florestal, a sua iniciativa encontra-se limitada "... por uma regulamentação composta por estratos sucessivos acumulados durante o último século à medida das exigências de cada época e ao sabor do peso relativo dos vários interesses que coexistem no sector, recheada de sobreposições e inconsistências que abrem caminho para a intervenção mais ou menos arbitrária de entidades sem qualquer vocação florestal." (B.P.I.; AGRO-GÉS; JAAKKO PÖYRY : 1997 : 4)

Reconhecemos que, similarmente ao que acorria a qualquer recurso natural, a floresta foi inicialmente defendida enquanto propriedade com interesse para um público muito limitado, ou seja, da nobreza, do clero e da burguesia, onde ao povo lhe estava unicamente reservado o direito ao uso.

Os valores ambientais e sociais enquadrados, presentemente, no *interesse público*[32] não eram sequer idealizados pelo que as acções tinham objectivos muito limitados, portanto pouco abrangentes.

Importa frisar que muitas das posturas/exigências sociais e ambientais actualmente defendidas emergem de ideias/conceitos gerados nos finais do séc. XX, pelo que, embora possam ser criticáveis as acções anteriores, elas funcionam antes de tudo como sendo o ponto de partida para os projectos actuais, permitindo-nos aferir o que pode ou possa ser feito para alterar o que supostamente seja considerado desfavorável.

---

[32] De acordo com o levantamento da legislação portuguesa aparece oficialmente com os Decretos-Lei do início do séc. XX , nomeadamente, a 24 de Dezembro de 1901 (anexo VI) [32a].

[32a] O levantamento de legislação do qual resultou o anexo VIII, teve origem num trabalho de compilação da legislação presente nos *sites* da Informação ao Cidadão (INFOCID), do Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB); do Ministério da Agricultura; da Direcção Geral das Florestas (D.G.F.), do Ministério do Ambiente e da União Europeia.

Este trabalho foi complementado com o recurso a um levantamento efectuado em Lisboa, nos serviços da D.G.F., com o apoio imprescindível da Dr.ª Manuela Pedroso (Consultora), que nos facultou todo um suporte legislativo ausente nos diversos sites já referidos. Ao mesmo tempo, propiciou-nos a possibilidade de solucionar dúvidas e lacunas de legislação detectadas ao longo da revisão bibliográfica, efectuada para a sustentação deste trabalho.

Igualmente, recorremos à consulta do Centro de Documentação Europeia, localizado na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a fim de complementarmos o referido anexo, relativamente aos diversos Regulamentos da Comunidade Europeia que encontram na legislação portuguesa os diversos diplomas publicados no nosso Diário da República.

Assim, à luz da constatação factual, consideramos ser oportuno elaborar um estudo evolutivo das acções ou diplomas que foram balizando a acção humana junto da Floresta no séc. XX, revelando as intenções, estratégias e procedimentos subjacentes a cada projecto.

As primeiras manifestações, no que se refere à exploração da floresta portuguesa, aparecem associadas aos Árabes (em plena Idade Média), nomeadamente, com a "... mise en place des *montados* et fourrés ...", necessários para o abastecimento local, a exportação e a actividade pastoril extensiva (N. DEVY-VARETA : 1988 : 167).

A expansão e o domínio das matas e coutadas, até ao séc. XV, coincidiam com a necessidade de preservação de espécies cinegéticas, principalmente a caça grossa, tão importantes para a fruição de um espaço de lazer, associado à caça, e tão procurado pelos estratos sociais mais elevados para a actividade lúdica das classes dominantes dos períodos medievo e renascentista.

Um dos primeiros sinais de preocupação régia ao nível da produção florestal, surge nos finais do séc. XV, mais precisamente, em 1494 ou 1495, com a primeira lei que evidencia uma medida que impunha o plantio de árvores como tentativa de travar o *déficit* de madeira, tão necessária para a construção naval ao serviço da expansão colonial do período dos descobrimentos. O rei D. João II (1481-1495) ou D. Manuel I (1495-1521) ordenava aos seus súbditos que plantassem árvores nos *baldios*[33].

Contudo, advindo do facto deste diploma não estar presente no Código Legislativo de 1521 - *Ordenações Manuelinas* - o resultado prático do mesmo não foi além da afectação de uma reduzida área, vindo mesmo a ser abolido conjuntamente com as inerentes penalizações.

No entanto, a *Lei das Árvores* de D. Sebastião (1565), presente em 1603 nas *Ordenações Filipinas*, aborda a questão da reflorestação dos baldios, assim como dos terrenos privados que não se encontrassem cultivados, subjugando-os a um único princípio - reflorestar a todo o custo - tornando-se na lei que condicionará as políticas florestais subsequentes.

[33] *Baldios* - Terrenos, inicialmente, incultos, *possuídos e geridos por comunidades locais*, nomeadamente, *os compartes*, que *são os moradores de uma ou mais freguesias ou parte delas que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio*, portanto, é considerado um bem colectivo (D.R., n.º 208, 1993).

O desmatamento das parcelas a norte do rio Tejo e a regeneração do Sobreiro e a progressão rápida do enraizamento do pinheiro bravo correspondem às acções que durante o séc. XIX transformaram a superfície florestal portuguesa (N. DEVY-VARETA : 1988 : 168-172).

Quanto ao séc. XX, podemos considerá-lo como o século onde ocorreram as mudanças mais significativas na contextura florestal, evoluindo-se de uma postura autoritária e conflituosa para um cenário de complementaridade de actuações.

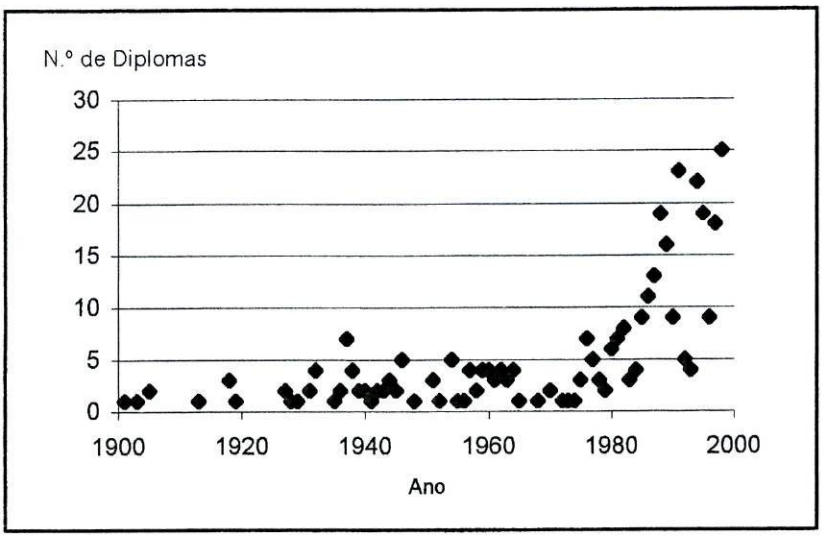
Neste século, pululam instrumentos potenciadores para o aumento da superfície florestal, que se aproxima actualmente do dobro da existente no início do século, obedecendo ao surgimento do regime florestal. Este diploma, publicado em 1901 e regulamentado em 1903, tenta delinear um percurso que assegure a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, claramente suportado por uma redefinição clara da política florestal, devidamente arquitectada para uma realidade multidimensional, que interliga as dimensões ambiental, social e económica numa escala espacial articulada.

A fim de objectivarmos esta duplicação de espaço coberto por floresta, será pertinente efectuar uma análise às transformações ocorridas em Portugal, no que dis respeito a medidas/acções adoptadas ao longo do período em análise (fig. 9).

Podemos constatar que a produção de legislação de âmbito florestal se distribui, ao longo do presente século de forma heterogénea. Até ao primeiro quartil alternam-se períodos com e sem produção de diplomas legais. A partir deste quartil, mais concretamente, no segundo e terceiro quartis verificamos que o ritmo e frequência da produção de diplomas legais ao longo deste período aumenta ligeiramente. Finalmente, no quarto e último quartis do séc. XX, assiste-se a uma modificação muito substancial de ambas as variáveis quanto à produção de legislação florestal em Portugal, para valores muito superiores aos registados até então.

Assim, no primeiro quartil do Séc. XX, temos um reduzido número de diplomas, nunca ultrapassando mais de quatro documentos por ano. No segundo e terceiro quartis são concebidos mais diplomas: no segundo, dominam os anos com um e dois documentos (com excepção para os anos de 1932 e 1937 com quatro, 1938 com sete e 1946 com cinco) e no terceiro, a maior frequência vai para aqueles que detém três e quatro diplomas, alcançando-se o máximo de cinco em 1954.

Fig. 9 - Legislação florestal portuguesa produzida no séc. XX[34]



Finalmente, no quarto e último quartil, concentram-se maioritariamente a produção de diplomas legais.

Mais concretamente, só a partir da década dos anos 80 e com maior incidência e acuidade nos anos 90, é que verificamos um verdadeiro incremento na criação de numerosos diplomas legais, que embora sejam de âmbitos diversos, visam a floresta de forma mais efectiva, demonstrando o reconhecimento das potencialidades da floresta enquanto recurso de interesse público.

Para muito contribuiu o facto de Portugal ter entrado na U.E., que nos obrigou a proceder em conformidade com uma política europeia de florestas, gerando necessariamente a produção legislativa que contemplasse as directrizes estipuladas pelos diversos regulamentos comunitários, a fim de poderem ser beneficiados com fundos estruturantes vitais à prática diária das actividades silvícolas.

Portugal, até finais da década dos anos 30, é caracterizado por alguma inércia ao nível das acções de promoção das florestas, tendo como reflexo uma legislação dispersa e pontual, conferindo um vazio legislativo do qual não se pode delinear com clareza qualquer política florestal, já que a articulação se torna praticamente inviável.

[34] Fonte: Anexo VI

Este período, com 75% da superfície do país consignada à cultura agrícola, é marcado pelo domínio de um sistema de monocultura cerealífera que, associado aos défices hídricos característicos do nosso clima, originaram graves problemas de erosão.

Só a Lei n.º 1971 de 15 de Junho de 1938 do P.P.F., que foi delineada para um período de 30 anos, veio dar relevância à problemática da exploração/preservação da floresta, embora seja considerada uma lei polémica, por ter originado grandes conflitos[35] pelo autoritarismo do *Estado Novo* que lhe esteve associado (N. DEVY-VARETA : 1988 : 369). Ela surgiu como o embrião das políticas florestais de arborização futuras, prevendo a criação de várias administrações florestais e de infra-estruturas, e apareceu como uma resposta (invertendo, condicionando e reconvertendo o uso) a múltiplos problemas resultantes de deficiente acção humana, especificamente, a degradação dos solos serranos, o pastoreio intensivo e a destruição de pastagens e culturas pelo fogo (J. VIEIRA : 1991 : 13).

O P.P.F. determina, então, que todos os terrenos baldios considerados pelos serviços oficiais como próprios para utilização florestal, fossem arborizados "... pelo próprio Estado ou pelos corpos administrativos (Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais)"[36] (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 8).

Igualmente, os proprietários de terrenos privados que se encontrassem no perímetro delineado pelos serviços florestais deveriam proceder de igual forma, caso contrário o Estado poderia reclamar os mesmos terrenos para a sua alçada administrante a fim de proceder em conformidade com os intentos explícitos na referida Lei

[35] A execução do Plano implicou a inclusão de superfície baldia pertencente ancestralmente às comunidades locais, resultando para estas acentuados custos sociais (reforçando o fluxo de emigração) pois estavam extremamente dependentes da pastorícia e do cultivo do centeio, praticada nestes espaços comunitários que se localizavam no meio dos sistemas montanhosos do Norte e Centro (N. DEVY-VARETA : 1980 : 347; 1987 : 16; M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 8).

[36] No primeiro parágrafo da *Base I* da Lei do Povoamento Florestal lê-se que os "... terrenos baldios, definitivamente reconhecidos pelos serviços do Ministério da Agricultura como mais próprios para a cultura florestal do que para qualquer outra, serão arborizados pelos corpos administrativos ou pelo Estado segundo planos gerais e projectos devidamente aprovados nos termos destas bases." Na *Base VII*, reforça-se o intento estatal, quando afirma que os "... trabalhos, construções e outras obras serão executados pelo Estado, se os corpos administrativos não possuírem recursos para isso, nem comparticiparem nas despesas, em conformidade com os projectos definitivos e segundo a ordenação geral estabelecida." (DIÁRIO DO GOVERNO : 1938 : 1-2)

Este processo foi totalmente executado pelo Estado, pelo facto de as autarquias não terem sido dotadas dos meios técnicos e financeiros necessários (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 8), como testemunho de uma típica actuação centralizadora do poder central do *Estado Novo*.

(C.C.R.C. : 1991 : 9). Esta impunha, igualmente, a continuação do revestimento das dunas[37] e a formação de reservas florestais e de pastagens.

As diferentes acções/programas aplicados a partir da década dos anos 50, nomeadamente, a Lei n.º 2.069, o F.F.F, o P.F.P./B.M., o Regulamento (CEE) n.º 797/85, o P.A.F., o regulamento (CEE) n.º 2.080/92, bem como o P.D.F. vieram contribuir para a inversão observada ao nível do uso do solo, assim como dos solos afectados para a floresta e, ao mesmo tempo, combater os problemas de erosão de que éramos alvo (J. CARVALHO e C. MORAIS : 1996 : 3).

Em 1954, a Lei n.º 2.069 de 24 de Abril considerou como necessidade urgente a protecção de solos, impondo a arborização como um dos meios a implementar, visando desta forma, "... a criação em propriedade particular de florestas de protecção com carácter de utilidade pública." (C.C.R.C. : 1991 : 9)

Com o intuito de melhor estimular e promover a arborização dos solos definidos como de utilização florestal, o Decreto Lei n.º 34.394 de 27 de Janeiro de 1945[38] cria o F.F.F, como contraponto à arborização dos baldios e vocacionado para a arborização da propriedade privada (essencialmente através do fornecimento de sementes e árvores de viveiro). Mais tarde, aumenta a sua acção ao Fundo de Fomento Aquícola, passando a denominar-se de Fundo de Fomento Florestal e Aquícola (F.F.F.A.).

Assim, o F.F.F.A. através do Decreto Lei n.º 45.443 de 16 de Dezembro de 1963, onde se contemplava a elaboração dos Planos Regionais de Arborização, estava autorizado, ao fim de quatro anos, a arborizar directamente, com fins produtivos, os terrenos cuja capacidade de uso fosse predominantemente florestal. Os custos inerentes ao processo de arborização eram debitados aos respectivos proprietários[39] (C.C.R.C. : 1991 : 10). Igualmente, neste Decreto Lei (art.º 3.º), e no art.º 4.º do Decreto Lei n.º 45.793 de 6 de Julho de 1964, o F.F.F.A. passou a ser um instituto público com personalidade jurídica e foi-lhe atribuída a competência para conceder empréstimos por um prazo estipulado de 30 anos.

[37] O Plano de Arborização das Dunas que abrangia uma área de 37 000 hectares, teve início com sucesso no primeiro quartel do século XIX por intermédio de José Bonifácio de Andrade e Silva, tendo o seu término no P.P.F. (J. VIEIRA : 1991 : 13).

[38] Alterado pelo Decreto Lei n.º 35 700, de 14 de Junho de 1946 e reforçado pelo art.º 1.º do Decreto Lei n.º 128/77 de 02 de Abril de 1977.

As leis que se seguiram, nomeadamente, os Decretos Leis n.º 367/73 de 20 de Julho e o n.º 293/82 de 27 de Julho, tiveram uma função reguladora das instituições que visaram. A primeira reconduziu o F.F.F.A. à sua função de organismo básico de orientação de financiamento para a florestação e a segunda aprovou a lei orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (M.A.C.P.) e cria a Direcção-Geral das Florestas (D.G.F.), extinguindo a Direcção-Geral de Fomento Florestal (D.G.F.F.).

Em 1981, o Decreto Lei n.º 291/81 de 14 de Outubro de 1981, iniciou um novo plano de arborização - P.F.P./B.M. [40] - que culminando no ano de 1987, "... foi sem dúvida, a última grande acção de fomento florestal conduzida segundo uma lógica em que o Estado assumia na íntegra as responsabilidades pela execução dos programas, financiando, projectando e executando directamente as acções de arborização." (C.E.S.E. : 1996 : 6.18)

Este projecto, realizado em parceria entre Estado (D.G.F.F.) e a PORTUCEL e, mais tarde, também com a SOPORCEL[41], pretendia realizar a florestação em terrenos de aptidão não agrícola, mediante contratos a celebrar com pessoas singulares ou colectivas legítimas detentoras desses terrenos, com o objectivo de promover "... o desenvolvimento florestal, para produção lenhosa, embora contemplasse apenas as regiões Norte, Centro e Litoral Atlântico." (C.C.R.C. : 1981 : 11)

O projecto P.F.P./B.M. era ainda responsável pela formação técnica pessoal do Ministério da Agricultura, por criar um serviço de extensão florestal (1980-1982), bem implantado no terreno, que apoiasse, "... prioritariamente, ... [os] pequenos proprietários florestais e ou associações destes mesmos proprietários ..." (J. ESPADA : 1991a : 13) na execução dos trabalhos ditos de empreitada florestal.

Fazia igualmente parte das suas atribuições a "... definição de uma Política Florestal e de Uso de solo, o fortalecimento institucional (adequação de funções,

[39] Que poderiam usufruir de financiamento através de empréstimos a juro bonificado e/ou subsídios a fundo perdido.

[40] Em 1980, o Estado português contraiu um empréstimo de aproximadamente 2,6 milhões de contos, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (B.I.R.D.), (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 9) a fim de implementar o P.F.P. que orçou em 8,5 milhões de contos (N. DEVY-VARETA : 1987 : 33).

[41] Podemos considerar que a intervenção desta empresa pública, de capital luso-britânico, foi efémera pois o seu desempenho foi muito curto no tempo. Instalada em 1984, iniciou a sua actividade neste projecto, com a responsabilidade de arborizar 12 000 ha, em 1985 e em 1986, ocorreu a sua desistência na participação deste programa.

pessoal, estruturas e desenvolvimento e a criação de uma unidade de planeamento forte, tendo por base um banco de dados consistentes, com vista a poder planear com maior rigor." (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 10)

A constituição de uma linha de crédito específico para a produção florestal surge, no âmbito deste empreendimento, como uma acção ímpar no fomento florestal decorrente até à data, funcionando como uma *experiência-piloto* com favoráveis condições financeiras para o privado (J. VIEIRA : 1991 : 14) (C.E.S.E. (1996 : 6.18 e 6.29).

Em 1986, embora a execução deste ano tenha sido pouco significativa, inicia-se o P.A.F.[42], componente florestal do P.E.D.A.P.[43], que obedece às normas estipuladas pelo Regulamento (C.E.E.) n.º 3828/85, aprovado pelo Conselho das Comunidades Europeias a 20 de Dezembro de 1985.

Por um período de dez anos - 1986-87 a 1996-97 - o P.A.F., com duas fases (1986/90 e 1991/97), contando com o financiamento das comunidades[44] a fundo perdido, pretendia nos seus cinco subprogramas regionais[45], "... a florestação de novas superfícies, nomeadamente de solos incultos de aptidão florestal e de solos agrícolas marginais, beneficiação de florestas existentes, acções de combate e prevenção de incêndios, fomentar a apicultura/caça/lazer e assegurar/optimizar o rendimento

[42] Portaria n.º 258/87 de 01 de Abril (revogada pela Portaria n.º 570/88 de 20 de Agosto, igualmente revogada pela Portaria n.º 340-A/91 de 15 de Abril).

[43] Decreto-Lei n.º 96/87 de 04 de Março regulamenta o P.E.D.A.P. que visa no âmbito nacional a correcção das deficiências estruturais do sector primário, surge no quadro das negociações de adesão de Portugal às comunidades europeias, que viriam a financiar parcialmente a estruturação com cerca de 700 milhões de ECU's (anexo VI) [(C.E.S.E. : 1996 : 6.21)].

[44] O apoio financeiro a este programa (envolvendo um montante de cerca de 30 milhões de contos) resultava de um escalonamento dos subsídios, pelo que, de acordo com o tipo de projecto (implantação de infraestruturas/arborização/melhoramento de povoamentos, a área visada no projecto (inferior a 5 ha, superior a 5 e inferior a 50 ha e superior a 50 ha) e o tipo de proprietário (individual/colectivo e público/privado), as percentagens de financiamento variavam entre 30 a 100 pontos percentuais.

Igualmente, enquadrava-se neste projecto ajudas a acções incentivadoras ao uso múltiplo da floresta, estando estas limitadas a 10% dos custos totais dos projectos de arborização/beneficiação em que se inseriam.

Por outro lado, estipulava-se um prémio de igual valor (10%) a medidas que propiciassem o aumento e beneficiação de sobrais, a intervenção técnica para aumento da produtividade de espaços previamente seleccionados de pinhal, o plantio em povoamentos existentes, de espécies de madeira nobre e de lento crescimento, o repovoamento de áreas atingidas por incêndios, e a associações de produtores (cinco ou mais) que formassem uma área contínua de 50 a 100 ha (R. QUEIROZ : 1987 : 49) (I. F. : 1994 : XXVI).

[45] Subdividindo-se em Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Os Subprogramas Norte e Centro são igualmente fraccionados em duas subzonas (D.G.F. : 1992 : 9), onde os benefícios são atribuídos consoante a área do projecto, favorecendo as propriedades de maiores dimensões (C.E.S.E.: 1996 : 6.25). Constata-se que esta medida nunca fora implementada em projectos anteriores (J. VIEIRA : 1991 : 14) (*Idem* : 1996 : 6.23).

sustentado da floresta através da constituição de agrupamentos de produtores florestais" (C.C.R.N. : 1991 : 23)[46], visando assim, diminuir o *déficit* comunitário no sector florestal e ao mesmo tempo reforçar o posicionamento de Portugal no mercado dos produtos da Floresta (R. QUEIROZ : 1987 : 49).

O P.A.F. , sendo considerado na imprensa da época, "...«*la plus grande oeuvre de développement du siècle*»..." (N. DEVY-VARETA : 1988 : 182) é o resultado da constatação da necessidade de se encarar a Floresta como um sistema onde as acções de florestação têm que ter carácter contínuo e sistemático, principalmente quando este ecossistema é, ininterruptamente, devastado por múltiplos desastres ecológicos provocados pelos incêndios que assolam o país de norte a sul, pelo que incentivou a construção de infra-estruturas de apoio à sua prevenção e combate.

Visando melhorar a silvicultura praticada, criando e desenvolvendo mecanismos de alargamento da superfície florestada, onde a acção junto dos proprietários foi uma importante medida de implementação do projecto, o P.A.F. surge como um diploma necessário na expansão, na diversificação funcional e na tentativa de alteração da malha florestal, promovendo a abertura dos campos .

O P.A.F. foi também inovador no que refere à "introdução, de cumprimento obrigatório, do chamado Plano Orientador de Gestão (P.O.G.), embrião importante da intervenção produtiva, para uma mais correcta condução dos povoamentos, e o financiamento, pela primeira vez, de acções de melhoria de povoamentos instalados, verdadeiro *calcanhar de Aquiles* de anteriores programas de intervenção florestal." (C. F.C.: 1993 : 20)

Relativamente ao Regulamento (C.E.E.) n.º 797/85 de 12 de Março[47] aparece no contexto agrícola português como um instrumento responsável pela ocorrência de reconversões no sector agrícola, incentivando os agricultores a alterar hábitos/culturas agrícolas marginais, para alternativas mais favoráveis economicamente, das quais se evidencia a actividade florestal.

"Complementando o P.A.F., o REG(CEE) n.º 797/85 de âmbito agrícola, mas contemplando medidas florestais, vem contribuir para o alcançar de dois importantes

[46]Veja- neste âmbito A.TEIXEIRA (1994 : 15); C.E.S.E. (1996 : 6.23-24) ; P. MARTINS e C.COELHO (1988 : 3-4).

[47] Decreto-Lei n.º 81/91 de 19 de Fevereiro

objectivos da nossa política florestal: a expansão da área arborizada e a beneficiação do património já existente." (J. VIEIRA : 1991 : 15)

Assim, financiava acções que favorecessem a reconversão/adaptação agrícola[48], a diversificação das actividades, a melhoria das condições higiénicas na pecuária e a protecção do ambiente (artigo 5.º). Numa tentativa de atrair população jovem à actividade agrícola, definiam-se ainda maiores apoios aos potenciais jovens agricultores que enveredassem por esta actividade profissional (artigo 13.º).

No seguimento dos incentivos, supra referidos, e criados por este regulamento comunitário, contemplam-se, igualmente, ajudas aos investimentos florestais, nomeadamente, aos projectos de explorações agrícolas que pretendam efectuar arborização em superfícies agrícolas, à melhoria das superfícies florestais, à instalação de cortinas de abrigo e de linhas corta-fogo, à captação e armazenamento de água, à abertura de caminhos florestais e à adaptação de equipamento agrícola a trabalhos florestais (artigo 39.º), desde que integrados num projecto de arborização ou melhoria.

No que se refere à expansão da superfície florestal em Portugal Continental, esta deveria obedecer à plantação das espécies, segundo José Vieira (1991 : 16), mais exigentes e de fomento mais difícil, tais como, o sobreiro, a azinheira, o castanheiro, a nogueira, a cerejeira, o carvalho - madeireiros e outras folhosas equivalentes, alfarrobeira e pinheiro manso (alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º).

Como forma de premiar os projectos mais empreendedores, o presente regulamento, no seu artigo 43.º, contemplava a possibilidade de serem atribuídos prémios anuais por hectare arborizado.

Com este tipo de acções, o Estado português pretendia transferir para *o privado* a elaboração e execução dos projectos[49], propiciando um novo tipo de relacionamento entre ambas as partes intervenientes, enquanto agentes económicos, com responsabilidades perante a Floresta, por forma a assegurar um rendimento sustentado do sector.

[48] José Vieira (1991a : 15) refere que a arborização de superfícies agrícolas deveria ser feita "... com espécies de crescimento não rápido e em revoluções de duração não inferior a 16 anos visando a produção de madeira, madeira/fruto ou objectivos múltiplos ...".

[49] No sector privado eram privilegiados os POG que englobassem agrupamentos de produtores, pois, permitia-se a formação de uma maior área de intervenção com pelo menos 25 ha.(R. QUEIROZ : 1987 : 50).

Quanto ao Regulamento (C.E.E) n.º 2080/92[50], no seguimento das medidas incentivadas pelo Regulamento (C.E.E.) n.º 797/85, estabelece as Medidas Florestais na Agricultura no âmbito da reforma da P.A.C., pretendendo-se, exclusivamente (C.E.S.E. : 1996 : 6.26), incentivar a inserção da floresta nas explorações agrícolas, ou seja, a substituição, como alternativa, da agricultura pela silvicultura, em terras agrícolas até então tornadas marginais no sector privado, "... reconhecendo a complementaridade entre as componentes agrícola e florestal nas nossas explorações e o papel da floresta no equilíbrio financeiro e ecológico." (R. QUEIROZ : 1987 : 51)

A fim de alcançar tal intento, tornando atractiva a alternativa, são oferecidos diferentes tipos de ajuda/compensação[51] que *a priori* garantiam aos interessados um rendimento superior relativamente à actividade que desempenhavam, que podiam ir até 20 anos, dependendo da espécie e dos objectivos de produção.

O Regulamento n.º 2080/92 (I. F. : 1994 : 31-39), denotando maior flexibilidade que o regulamento n.º 797 nas condições de acesso e "... algum esforço no sentido da adequação do programa à diversidade regional ..." (C.E.S.E. : 1996 : 6.26), alargava e vinculava a implantação das diferentes espécies aos planos zonais[52] regulamentados neste documento e que abrangiam dezasseis espécies de onde se destacam a nogueira, o castanheiro, o freixo, o pinheiro bravo e o pinheiro manso, sendo preferidos em pelo menos seis planos zonais (fig.10).

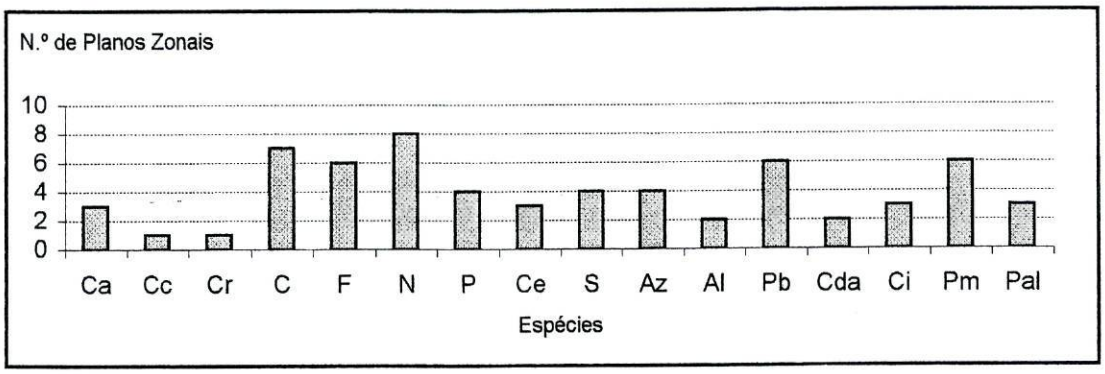
As quatro primeiras espécies, das supra referidas, são indicadas em conjunto, nos planos zonais 1, 4, 5 e 11, correspondendo respectivamente a Entre Douro e Minho, Centro Litoral, Serra de Aire/Candeeiros e Algarve (anexo VII), privilegiando-se as localidades do Litoral Norte e extremo Sul.

[50] Decreto-Lei n.º 31/94 de 05 de Fevereiro, regulamentado pela Portaria n.º 199/94 de 6 de Abril.

[51] "... a reconversão de culturas agrícolas em florestais através de ajudas a investimentos florestais sob a forma de subsídios a fundo perdido, variando entre 60/80% para acções de arborização e infra-estruturas (e ainda melhoria dos povoamentos no caso dos agricultores a título principal) e, complementarmente, pela atribuição de um prémio anual por hectare arborizado de valor variável." (I. F. : 1994 : XXVI)

[52] O Regulamento (C.E.E.) n.º 2.080/92 estabelecia onze planos zonais, com os quais se pretendia contribuir para o ordenamento florestal. Consoante o plano zonal, definia-se uma hierarquia de prioridades entre as diversas espécies (anexo VII).

Fig. 10 - Espécies Privilegiadas no Regulamento (C.E.E.) 2080/92



Legenda: Ca – Carvalho Americano Cc – Carvalho cerquinho Cr – Carvalho roble C – Castanheiro F – Freixo N – Nogueira P – Plátano Ce – Cerejeira S – Sobreiro Az – Azinheira Al – Alfarrobeira Pb – Pinheiro bravo Cda – Cedro do Atlas Ci – Cipestre Pm – Pinheiro manso Pal – Pinheiro alepo

Fonte: Anexo VIII

Quanto ao pinheiro manso, sendo também uma das espécies mais referidas em paralelo com o freixo (seis planos zonais), é direccionado para as localidades a sul do Tejo, com excepção para o plano zonal da Terra Quente no nordeste transmontano.

Com as ajudas do referido regulamento comunitário, incluíam-se o subsídio à arborização/aproveitamento da regeneração natural, o subsídio à beneficiação de superfícies florestais, o prémio anual, atribuído por um período de cinco anos, para a manutenção das superfícies arborizadas ao abrigo deste regulamento e o prémio anual por perda de rendimento, atribuído em função da espécie e do objectivo de produção (D.S.F.F.S. : 1993 : 33)[53].

Ultrapassada a voraz vontade de crescimento económico sentido a nível mundial, que imperou após o segundo conflito mundial e se prolongou durante aproximadamente três décadas, e desfeito o erro de que crescimento e desenvolvimento eram encarados como sinónimos, a utilização dos recursos naturais passa a ser regida por uma nova mentalidade que se preocupa com uma actuação de maior equilíbrio com o ambiente.

Sem deixar de ter como pano de fundo o desenvolvimento, o ambiente passa nos anos subsequentes a ser um elemento presente nas preocupações governamentais, que evoluem para uma actuação de sustentabilidade, onde, paralelamente, à notória

[53] Leia-se neste âmbito EMPORSIL (1994 : 4), I. F. (1994 : XXVII), D.A.G.P.F.P (1995 : 15), C.E.S.E. (1996 : 6.26).

preocupação quanto à satisfação das necessidades presentes se definam estratégias que não comprometam o futuro das próximas gerações.

Portugal, "apanha este combóio" das questões de defesa ambiental, só nos inícios da década dos anos 80, período onde se realizam os primeiros ensaios de relatórios do estado do ambiente português, que funcionaram como embriões do que podemos considerar como sendo a tomada de uma "consciência ambiental" por parte da população e dos seus governantes, determinante na contemplação de medidas em defesa do ambiente, que seguramente passa pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais de que dispomos.

"Na preocupação que hoje as populações têm pelos assuntos ligados ao ambiente, a floresta assume particular importância pela riqueza dos seus impactes na paisagem e na vida das pessoas.

As populações são cada vez mais sensíveis à localização das florestas que se pretendem estabelecer, às espécies que as constituirão e como serão exploradas (ordenadas)." (L. BARRETO : 1988 : 10)

As florestas aparecem neste enquadramento como sendo um recurso onde frequentemente se secundarizou as vertentes social e ambiental, tendo ainda faltado ao longo dos tempos, uma clara política sectorial continuada, em total desarticulação com as restantes políticas sectoriais, resultando um deficiente sistema de produção, imperando o mau aproveitamento do seu potencial associado à intensa exploração das manchas existentes.

Quando não se aproveita correctamente o espaço potencialmente existente para florestação, inviabilizando-se o surgimento de novos povoamentos, e coincidentemente se intensificam os cortes, facilmente se conclui que uma situação futura de ruptura será eminente, diminuindo-se o período de exploração das diferentes espécies, colocando em risco um sector que tem uma importância indiscutível (B.P.I./AGRO-GES/JAAKKO PÖYRY : 1997 : 3).

A consciencialização ambiental cada vez mais presente em Portugal, com um crescendo de empatia para com as actuações políticas em prol do ambiente, conjuntamente com a necessidade de se alterar o cenário do sector florestal, fizeram

com que emergisse a preocupação em definir-se um plano estratégico que valorizasse a Floresta.

Assim, os anos noventa aparecem como a década onde são publicados diplomas que se preocupam em regular actuações no âmbito do desenvolvimento rural, proporcionando uma articulação legal das medidas a serem implementadas nos próximos anos.

Surgem, numa tentativa, que podemos definir como arrojada e vanguardista, de servir interesses nacionais e supranacionais de diversas ordens, a partir de 1994, vários instrumentos legais que, sendo inovadores pela articulação que apresentam entre si ao nível dos objectivos estratégicos e das medidas a implementar (quadro n.º 2), equacionam o crescimento do espaço florestal num contexto espacial sequencializado, ou seja, do nacional para o local.

Consideramos que estes diplomas, pela primeira vez, perspectivam a floresta como um recurso que necessita de uma actuação contínua no tempo e no espaço, e vão de encontro a uma estratégia que se pretende unificadora, ou seja, contribuem, cumulativamente, para o ordenamento do território, promovendo uma distribuição espacial equilibrada das diversas manchas florestais, enquadrando-se conjuntamente com a distribuição de outras variáveis definidas pelas restantes políticas sectoriais.

Nestes diplomas, a palavra articulação ganhou maior propriedade, já que os interesses públicos e privados deixam de ser efectivamente encarados como eternos inconciliáveis, para passarem a ser parte integrante ao nível das decisões no que concerne à reorientação dos povoamentos florestais. Com acções de regressão ou expansão, os mesmos favorecem a organização florestal, do qual dependem acções concertadas e contínuas, só possíveis através de um esforço cooperante dos diferentes agentes do sector florestal, onde as decisões se querem bilaterais.

É neste contexto de validação bidireccional de interesses que emergem cinco diplomas, articulados entre si, de supra importância para a actual e futura política de desenvolvimento florestal portuguesa, definindo-se claramente uma estratégia de actuação a nível nacional, regional e local, nomeadamente e segundo uma ordem cronológica progressiva, a L.B.D.A (Setembro de 1995), a L.B.P.F. (Agosto de 1996), o P.D.S.F.P. (Abril de 1999), os P.R.O.F. (Julho de 1999) e os P.G.F. (Julho de 1999).

Quadro n.º 2: Instrumentos legais de âmbito florestal de maior relevância após 1994[54]

DIPLOMA	N.º	DATA	*TÍTULO*
Portaria[55]	199/94	06/04	Regulamento do Desenvolvimento Florestal
Decreto Lei	150/94	25/05	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (P.A.M.A.F.)
Resolução do Conselho de Ministros	61/94	01/08	Modernização Agrícola e Florestal
Portaria[56]	809-D/94	12/09	Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal (P.D.F.)
Lei	86/95	01/09	Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário (L.B.D.A.)
Lei	33/96	17/08	Lei de Bases da Política Florestal (L.B.P.F.)
Resolução do Conselho de Ministros	27/99	08/04	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (P.D.S.F.P.)
Resolução do Conselho de Ministros	69/99	09/07	Planos Regionais de Ordenamento Florestal (P.R.O.F.)
Decreto-Lei	205/99	09/07	Planos de Gestão Florestal (P.G.F.)

A L.B.D.A, não sendo um diploma específico da floresta, insere-a como uma componente a ter em conta no percurso da política agrícola nacional dos próximos anos.

Com uma preocupação muito evidente em direccionar a actividade agrícola para um crescimento sustentado, esta lei visa o aumento da produtividade, competitividade da agricultura e a melhoria da situação económica e social da população agrária, promovendo a utilização racional dos recursos naturais, com preservação da sua capacidade de regeneração. Dado que a mesma lei orienta a actividade agrícola para uma opção de culturas mais compatíveis às características agro-climáticas (alíneas a e b do ponto um do artigo 3.º) , respeitando a manutenção da diversidade biológica enquanto património ecológico e genético (pontos 1 e 2 do artigo 19.º).

[54] Fonte: Anexo VI

[55] Alterada pela Portarias n.º 952/95, 216/96 e 777/98 de 04/08/1995, 14/06/1996 e 16/09/1998, respectivamente.

[56] Alterada pela Portarias n.º 952/95, 606/96, 14-A/98, 83/98 e de 04/08/1995, 25/10/1996, 07/01/1998 e 19/02/1998, respectivamente. Revogada pela Portaria n.º 199/98 de 25/03/1998.

A floresta, como não poderia deixar de ser, surge neste diploma como uma área a intervir. No seguimento dos objectivos principais da Lei n.º 86/95 de 1 de Setembro, os artigos 17.º e 18.º relacionam-se respectivamente com a protecção da floresta e o desenvolvimento florestal. Nestes, reconhece-se a importância basilar da conservação e preservação do património florestal para o desenvolvimento agrário sustentável, considerando a silvicultura como parte integrante da agricultura e como alternativa à actividade agrícola, no que concerne à expansão florestal os espaços de aptidão agrícola marginal.

De acordo com o definido no ponto um do artigo 18.º da L.B.D.A. de 1 de Setembro, nomeadamente, por causa da "... sua especificidade, a política florestal nacional será objecto de lei especial...", publica-se a 17 de Agosto de 1996 a L.B.P.F., constituindo o primeiro e importante passo para alterar a desarticulação institucional no seio das medidas para a floresta. Ao mesmo tempo, esta lei corrigia o facto de, até à data, não existir em Portugal nenhum diploma basilar que abrangesse a globalidade do sistema florestal, à semelhança do que já ocorria com outros países da União Europeia.

Como instrumento orientador dos que lhe precedem, delineia, no primeiro ponto do seu artigo 2.º, quatro *princípios gerais* para a política florestal nacional e a gestão sustentável de todo o sistema, dos quais se destacam, indubitavelmente, preocupações de âmbito ecológico, social, económico.

Assim:

> "a) A floresta é reconhecida como um recurso natural renovável ...;
>
> b) O uso e a gestão da floresta devem ser levados a cabo de acordo com políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais ...;
>
> c) Os recursos da floresta e dos sistemas naturais associados devem ser geridos de modo sustentável ... num quadro de desenvolvimento rural integrado;
>
> d) Os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão."

Neste mesmo artigo reconhece que a exploração, a conservação e a expansão da floresta são de interesse público, não implicando contudo a sobreposição ao regime jurídico de propriedade, pelo que, embora se reconheça a floresta como um recurso natural de interesse público, não cabe ao estado decidir, unilateralmente, quanto à

trajectória que vier a ser delineada para o futuro do sector florestal (pontos 2 e 3 do artigo 2.º).

A Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto, no artigo 3.º - *princípios orientadores*, apresenta directrizes de actuação ao nível da produção, da conservação, da concertação estratégica, da responsabilização social, da intervenção e mediação, da criação do conhecimento científico e da cooperação internacional, das quais emergem princípios de actuação como:

- expansão da produção e da área florestal segundo uma perspectiva de uso múltiplo dos recursos e da sua sustentabilidade;
- manutenção enquanto recurso integrante de um ecossistema de onde fazem parte outros recursos naturais;
- participação dos diferentes agentes sociais e económicos na concertação do uso/preservação da floresta enquanto recurso sócio-económico;
- cooperação nacional e supranacional na gestão, conservação e desenvolvimento sustentável dos recursos da floresta.

Como podemos constatar, os princípios de actuação veiculam uma preocupação notória em equacionar a exploração da floresta de forma globalizante e interactuante nas dimensões micro e macro, enquanto recurso renovável, ao qual deverá ser aplicada uma gestão que obedeça a uma política nacional de desenvolvimento, em total articulação com as restantes políticas sectoriais, não excluindo nenhum agente.

Neste sentido, a L.B.P.F. contempla diversas *medidas de política florestal*, que careceram de diplomas específicos, tais como, o P.D.S.F.P., os P.R.O.F. e os P.G.F., que vieram garantir, pelo menos no suporte legal, uma sequencialização de actuações a diferentes escalas espaciais, propiciando o ordenamento florestal a nível regional e local.

O P.D.S.F.P. surge como um plano estratégico para afastar os riscos iminentes de degradação que o sector florestal tem sido alvo e confirmar a nossa vocação florestal nacional (B.P.I.; AGRO-GÉS; JAAKKO PÖYRY : 1997 : 3), pretendendo ainda "... responder às principais questões da agenda internacional, em especial aos compromissos assumidos das Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas na Europa." (GRUPO FÓRUM : 2000 : 63)

Na sequência do que está consignado na L.B.P.F. portuguesa, O P.D.S.F.P. perspectiva a floresta como um recurso que tem que ser visto holística e

disciplinarmente, ou seja, o facto de ser um ecossistema complexo, onde se interligam diferentes elementos de ordem física e humana, implica uma abordagem integrada dos diferentes actores públicos e privados.

Só desta maneira é que se permitirá a exploração do recurso natural em questão, segundo uma directriz de sustentabilidade, onde se observem as diversas questões de natureza ambiental, social e cultural, não esquecendo as de ordem puramente económica, sob o risco de, em caso contrário, originar a sua própria degradação.

Assim, enquanto plano, o P.D.S.F.P. prevê, na sua concepção, a possibilidade de alterações, que a seu tempo possam vir a ser equacionadas e que defendam a utilização racional da floresta, numa atitude positiva de equilíbrio, articulando-se a estratégia florestal - de conservação da natureza e valorização do ambiente - com a do desenvolvimento industrial - que visa o desenvolver e o assegurar da competitividade do sector florestal, perspectivando-se uma protecção dos interesses das gerações futuras.

Neste instrumento reconhece-se a validade das florestas enquanto potencial agente mobilizador de uma dinâmica sócio-económica, responsável pelo desenvolvimento rural, revalidando uma imagem há muito tempo dissipada da importância do contributo dos meios rurais no produto interno bruto do país.

Os P.R.O.F. aparecem mencionados no P.D.S.F.P. como sendo os principais instrumentos da actual política florestal, delineada pela L.B.P.F., isto porque, a organização do espaço faz-se em cada região, sob a tutela das respectivas direcções regionais de agricultura (tendo por base de referência as unidades de nível III das unidades territoriais para fins estatísticos - artigo 6.º), através de planos de ordenamento, estando subjacente uma articulação com outros instrumentos de ordenamento do território numa perspectiva de desenvolvimento sustentado (Artigo 2.º).

Ao serem mecanismos de uma política sectorial, actuam única e exclusivamente em espaços florestais, estabelecendo normas específicas de intervenção quanto ao *modus* de ocupação e utilização do espaço florestal, vinculando, com o seu regulamento, o sector público e privado, na promoção e na garantia do surgimento equilibrado de uma gama de bens e serviços (ponto 1 do artigo 5.º), ao mesmo tempo que possibilitam o delinear de áreas de intervenção prioritária, maximizando-se oportunidades que na sua base têm que salvaguardar os objectivos da política florestal nacional.

Os P.G.F., segundo o artigo 2.º do decreto-lei que os regulamenta, "... são instrumentos de ordenamento florestal das explorações que regulam, no tempo e no espaço, com subordinação aos P.R.O.F. da região onde se localizam os respectivos prédios e às prescrições constantes da legislação florestal, as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visam a produção sustentada dos bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica."

Os P.G.F. são instrumentos de intervenção na floresta local[57], obrigando os proprietários florestais à sua elaboração sempre que as dimensões estipuladas nos P.R.O.F. assim o exijam. Para tal, as direcções regionais de agricultura dos respectivos planos regionais devem comunicar com os proprietários visados (ponto dois do artigo 3.º e ponto um do artigo 5.º), a fim de estes procederem em conformidade com o exigido por lei, nomeadamente a elaboração do respectivo P.G.F., que deverão manter actualizado sob a pena do pagamento de coimas elevadas (artigos 7.º e 9.º).

Nestes planos, os respectivos proprietários são vinculados igualmente pelo P.R.O.F. a que pertencem as suas propriedades florestais, em consonância com o estipulado no ponto um do artigo 8.º do decreto-lei n.º 205/99 de 9 de Junho, ou seja, ficam obrigados a efectuar as *operações silvícolas mínimas* previstas pelo respectivo plano regional de ordenamento florestal (art.º 9.º).

O máximo das penalizações, previstas nos dois últimos parágrafos, são agravadas para dez vezes o seu valor sempre que se verifique que o proprietário em falta corresponde a *pessoa colectiva*, podendo atingir cerca de 7.500 contos.

Com o intuito de atrair os proprietários à elaboração dos respectivos planos de gestão florestal, são contemplados no artigo 11.º *apoios à execução dos P.G.F.*, já equacionados no artigo 18.º da L.B.P.F., tais como:

> "1 - Compete ao Estado a criação de um fundo financeiro de carácter permanente, destinado a:

[57] Será de referir que, a esta escala, o Decreto-Lei n.º 139/89 de 28 de Abril atribuiu às Câmaras Municipais o direito/capacidade de autorizar/sancionar qualquer intervenção de arborização que não careça de autorização específica da D.G.F.. Contudo, quando é da competência desta Direcção dar resposta a um determinado projecto, a mesma é obrigada a solicitar o parecer do respectivo órgão autárquico concelhio a que pertence o espaço a ser intervencionado. Pelo que se espera que, localmente, exista um cuidado em decidir de acordo com as estratégias politicamente definidas nos instrumentos de planeamento regional e do ordenamento do território (C.C.R.C. : 1991 : 47-48).

a) Apoiar as medidas de fomento a que se refere o artigo 9.º[58];

b) Financiar projectos de rearborização de áreas afectadas por incêndios;

c) Ressarcir economicamente os proprietários de ecossistemas sensíveis pelos prejuízos que advenham de restrições impostas pela necessidade da sua conservação;

d) Financiar acções de investigação específicas, privilegiando a forma de contratos-programas;

e) Instituir um sistema bonificado de crédito florestal, destinado, nomeadamente:

1) À viabilização das intervenções silvícolas de resultados líquidos imediatos negativos;

2) Ao pagamento de tornas[59] a herdeiros em acções de emparcelamento florestal;

3) Às acções de emparcelamento florestal de vizinhos confinantes.

2 - A criação do fundo referido no número anterior, a origem das respectivas receitas, bem como a sua gestão, serão objecto de regulamentação específica."

Assim, parece-nos que, pelo menos no plano legal, a floresta sai valorizada, pois estes planos, em articulação com os P.R.O.F., definem um ordenamento do espaço florestal[60], conferindo flexibilidade, aos proprietários e administração local/regional, em aplicar medidas e delinear estratégias, que melhor se adeqúem às características dos

[58] "Artigo 9.º - Fomento Florestal:

1 - O Estado, através da criação de instrumentos financeiros, apoia as iniciativas de fomento florestal com um horizonte temporal adequado a investimentos desta natureza, que tenham por objectivo:

a) A valorização e expansão do património florestal;
b) A melhoria geral dos materiais florestais de reprodução;
c) A construção de infra-estruturas de apoio e defesa das explorações;
d) Acções de formação profissional e assistência técnica a todos os agentes que intervêm no sector produtivo florestal.

2 - É criado um órgão de recurso dos actos da Administração Pública, relativos a decisões sobre projectos de arborização e planos de gestão florestal, presidido pela autoridade florestal nacional."

[59] O mesmo que "compensações".

[60] Note-se que a concepção destes instrumentos tem por base um eixo orientador, nomeadamente, o ordenamento do território, estando ou devendo estar *a priori* em articulação com as políticas dos restantes sectores. O facto de os ciclos dentro da floresta serem longos ou muito longos, implica que a gestão florestal deva basear-se em medidas, que forçosamente sejam previstas para o longo prazo (A. ALVES : 1997 : 78).

respectivos espaços de implementação dos projectos de florestação e dos povoamentos existentes, na salvaguarda da sua prevenção e preservação.

Os P.R.O.F. e os P.G.F. permitem superar o tradicional distanciamento entre os interesses de âmbito social e cultural, numa perspectiva de aceitação dos contrastes regionais humanos e físicos (N. DEVY-VARETA : 1982 : 395), esbatendo a postura anterior da Administração Central que formulava leis específicas e generalizava nacionalmente, sem ter em conta as diferenças regionais (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 218).

Contudo, a avaliar pela típica dificuldade de fiscalização por parte dos serviços que tutelam este processo - a D.G.F., e pelo peso burocrático a que estão sujeitos os processos contra-ordenacional, conferindo a habitual morosidade de execução, consideramos que a valorização da floresta só ocorrerá desde que se abrevie o espaço temporal existente entre a detecção da falta e execução da respectiva coima.

Resta-nos a satisfação de que o passo dado na legislação portuguesa permitirá, a seu tempo, fazer com que o *Homem comum* quando falar em floresta não queira dizer/pensar só em madeira, mas antes, "... em vida, porque com ela, o ar é mais puro; a água é mais e melhor; o vento é menos intenso; o solo é melhor e mais protegido; a paisagem é mais bela; o recreio e o repouso é real; a madeira, os frutos, a cortiça, a resina e o mel, estão disponíveis como produtos essenciais ao Homem; a fauna e os vegetais têm melhor «habitat»." (A. BARREIRA : 1993 : 11)

Concluindo, gostaríamos de terminar esta temática com o seguinte excerto que pensamos traduzir as preocupações a ter em conta na concepção de qualquer instrumento que vise intervir na floresta ou em qualquer recurso natural.

"Os resultados dos projectos de florestação estão relacionados com o ecossistemas no qual se implementam, bem como com o meio ambiente de uma forma em geral, de formas complexas e altamente interdependentes. Eles não podem, por isso mesmo, ser considerados isoladamente. É necessário ter em linha de conta, desde o início da fase da sua formulação, os vários impactes que tais projectos terão inevitavelmente, no equilíbrio ecológico de uma região, no clima regional e no bem-estar sócio-económico das populações residentes. É também importante considerar como é que as condições ambientais afectarão a natureza e os objectivos desses projectos. Estas inter-relações devem ser tomadas como centrais durante a formulação e

implementação dos projectos." Afforestation Projects, UNEP, 1986 (A. CARVALHO : 1992 : 23)

2.3. UM RECURSO ENDÓGENO MULTIFUNCIONAL QUE URGE SUSTENTABILIZAR

> *"As florestas são as unidades da paisagem natural mais complexas na sua estrutura e funcionamento. Praticamente, desde os primórdios da sua existência, o Homem vem beneficiando de diversificados bens e serviços que a floresta lhe proporciona. Esta variedade de benefícios é uma resultante da própria complexidade da floresta."* (L. BARRETO : 1988 : 9)

A localização periférica de Portugal na Europa conferiu-lhe durante muitos anos um estádio de desenvolvimento muito reduzido, caracterizado por um elevado número de população activa no sector primário, mais concretamente, relacionada com as actividades silvo-agrícola-pastoril, implicando que o espaço português apresentasse uma imensa superfície marcadamente rural, de onde provinham "... 30% do produto interno bruto e era responsável por mais de 56% das exportações nacionais..." (R. BRITO : 1994 : 168).

Mas, o espaço rural português, como resultado dos diversos movimentos migratórios de que foi alvo, assistiu a um esvaziamento demográfico a partir da década de 60 até aos primeiros anos da década de 70, originando acentuadas transformações no tecido sócio-económico das localidades rurais, que se agravou nas décadas seguintes.

Este fenómeno demográfico originou o abandono de muitas áreas agrícolas que deixaram de ser cultivadas, conferindo a estes espaços retrocessos no seu desenvolvimento, já que, as oportunidades e investimentos procuraram locais (áreas urbanas) melhor equipados, com maior número de mão-de-obra especializada e com acesso fácil a serviços de apoio às empresas (J. ALMEIDA : 1994 : 9).

O sector agrícola empregava, em 1994, cerca de 23% da população activa portuguesa e, enquanto actividade, reflecte grande heterogeneidade pois deparamos com espaços de prática agrícola de subsistência, contrapondo-se-lhes as áreas de explorações agrícolas dinâmicas e eficientes, de onde provêm elevados níveis de rendimento aos agricultores (R. BRITO: 1994: 168).

Paralelamente à actividade agrícola, a floresta funcionou, durante muito tempo, como o *parente pobre* das actividades em espaço rural e nunca foi encarada como um recurso com viabilidade económica local/regional/nacional, mas antes como uma forma de ocupação de solo, em muito resultante do abandono da actividade agrícola.

Portugal apresenta condições ecológicas excepcionais de grande diversidade para a prática florestal[61] (J. ALMEIDA e J. VIDEIRA : 1979 : 36), permitindo a exequibilidade de uma prática silvícola diversificada, pois, a existência de um clima temperado muito irregular, confere aos nossos solos características edáficas que os classificam como sendo pobres para a prática da agricultura, pelo que a silvicultura permitirá aumentar a massa florestal.

Desta forma, restando-nos apenas 30% de terra com aptidão agrícola (M. CABRAL : 1990 : 59), a expansão florestal aparece, neste enquadramento, como uma solução viável na rentabilização do uso do solo, maximizando-se as variáveis ambiental e económica da floresta portuguesa.

O facto da floresta desempenhar um papel importante em diversas frentes da vida humana, obriga a um conhecimento efectivo das suas potencialidades no que concerne os benefícios directos e indirectos. Só assim, se poderá, efectivamente, potenciar e rendibilizar a sua utilização enquanto elemento sócio-económico-ambiental.

Mas, se é verdade que a floresta tem um papel importante nas questões associadas à organização espacial do território, igualmente não será inverdade se afirmarmos que esta validade advém das funções que lhe estão inerentes e que assumem suma importância na vida e saúde das populações.

A numerosa literatura consultada, apresenta múltiplas funções para as florestas. A classificação efectuada pela C.C.R.N. (1991 : 6) associa à floresta três funções principais, nomeadamente, *produtiva, ecológica e estruturante*. A primeira, mais vulgarmente associada às matas, tem um peso económico considerável, pois, corresponde à diversidade de matérias-primas cedidas pela floresta, tais como, madeira para serração e pasta, cortiça, resinas, óleos essenciais e frutos. A segunda, enquadra-se no papel da defesa ambiental de conservação e regulação dos recursos naturais,

[61] Os autores consideram que para a indústria portuguesa de celulose são principalmente as culturas de espécies de crescimento rápido, nomeadamente, pinheiro bravo, eucalipto, *Pseudotsuga* e o *Pinus radiata*, aquelas que mais lhes convirão.

frequentemente desconhecida ou desvalorizada pelo público. A terceira e última, como componente fundamental da paisagem.

J. Gonçalves (1996 : 14 - 15), refere igualmente o mesmo número de funções principais suportadas pelas floresta, concretamente, as de *produção, de protecção e a social*. O âmbito das duas primeiras enquadra-se nos conceitos definidos pela C.C.R.N. (1991 : 6), porém a terceira corresponde a uma função não equacionada por este estudo, ou seja, a dimensão social corresponde "... à contribuição que os espaços arborizados fornecem à saúde e equilíbrio psico-fisiológico das populações, cada vez mais urbanas, permitindo-lhes um certo retorno às origens."

Embora consideremos as referidas classificações como sendo pertinentes, decidimos agrupar as funções em produtivas e não produtivas (quadro n.º 3), correspondendo, no primeiro grupo, às acções resultantes da intervenção humana no sector florestal, enquanto que o segundo abrange as interacções sistémicas inerentes ao ecossistema florestal, que sabemos ser extremamente complexo, pela biodiversidade que suporta e pelas actuações dos agentes físicos, tão condicionadores da vida presente no seio de uma floresta.

A floresta, enquanto elemento biofísico, é uma estrutura natural com um funcionamento próprio, resultante das interacções dos diversos agentes bióticos e abióticos presentes, pelo que, se apresenta como um sistema aberto que suporta e regula múltiplos *habitats* e consequente diversidade biológica, reservando-se-lhe uma inquestionável importância ao nível da sustentação da fauna e flora.

A variação da biodiversidade do ecossistema florestal está directamente ligada ao tipo e ao espaço da floresta. Assim, quanto maior for a superfície ocupada, maior será o aglomerado genético de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas, do qual dependem inúmeras espécies animais, que, no seu conjunto, contribuem para uma maior *densidade biológica global* (MINISTÉRIO DO AMBIENTE : 1994 : 67).

"O montado de sobro e azinho é o tipo de floresta que apresenta maior riqueza de associações biológicas, merecendo uma particular atenção no conjunto do ecossistemas florestal português, já que, é constituída por espécies arbóreas indígenas mediterrânicas e porque se desenvolve em áreas onde não existem alternativas mais equilibradas e até mais rentáveis." (*Idem* : 1994 : 74)

Quadro n.º 3: Funções da Floresta[62]

FUNÇÕES	
NÃO PRODUTIVAS	PRODUTIVAS
Domínio da revitalização/conservação paisagística: • Valorização estética; • Diversificação da superfície; • Protecção dos sistemas arenosos do litoral; • Conservação/Preservação dos ecossistemas no desenvolvimento da biodiversidade zoológica e botânica. **Domínio da beneficiação sistémica do suporte físico dos ecossistemas:** • Purificação atmosférica através da libertação de oxigénio/consumo de CO2, combatendo o efeito de estufa; • Correcção climática através da regulação da temperatura, humidade atmosférica pluviosidade e escoamento; • Regulação dos regimes hídricos das respectivas bacias hidrográficas através da alimentação das toalhas freáticas via favorecimento da infiltração; • Preservação das áreas de encosta à erosão hídrica e eólica; • Minimização dos fenómenos de assoreamento dos cursos de água e albufeiras, margens e leito dos rios; • Fixação/Protecção/Fertilização/Recuperação de solo. **Domínio da moderação de eventuais constrangimentos directos:** • Suavização dos riscos de cheia; • Sustentação de *habitats*, por exemplo, no alimento para a fauna silvestre; • Manutenção de diversidade biológica. • Protecção da fauna e flora. • Vedação aos fenómenos inerentes à desertificação. • Equilibração humana no âmbito psíquico e emocional.	**Domínio da sustentação de actividades afins (agricultura, apicultura e pecuária:** • Alimentação do gado enquanto espaço de utilização das pastagens sob coberto (Silvopastorícia); • Criação pecuária de raças autóctones (porco montanheiro e bovinos); • Alimentação de comunidades de abelhas com recurso à exploração da vegetação silvestre e arbórea; **Domínio da exploração directa a partir do recurso natural em foco:** • Exploração de produtos não lenhosos (resina, castanha, pinhão, alfarroba, medronho, baga de sabugueiro, cogumelos silvestres, plantas aromáticas medicinais e condimentares espontâneas e mel); • Produção lenhosa para os usos industrial (rolaria e toros para serração, pasta de papel e exportação) e doméstico; • Extracção de cortiça. • Transformação de madeira em carvão. • Produção e aproveitamento de resíduos (folhas, ramagens, raízes, «mato» e arbustos) - biomassa florestal – com fins energéticos ; • Preservação de reservas genéticas silvestres. **Domínio da promoção na área dos serviços e fruição dos espaços florestais:** • Protecção da caça. • Expansão da actividade turística/desporto - lazer/lazer - recreação e saúde • Instalação de Parques.

[62] Fontes: S. RIBEIRO (1974 : 1-2); M. FERREIRINHA (1986: 6); N.DEVY-VARETA (1987/1988 : 34-36); L. BARRETO (1988 : 9-10); M. CABRAL (1990 : 57-58); C.C.R.N. (1991 : 6); A. BARREIRA (1993 : 10-11); C. MORAIS (1993 : 3); J. CARVALHO (1993 : 7-8); J. PORTELA (1993 : 30); J. ROSENDO E P. SILVA (1993 : 30); A. RÉFFEGA (1994 : 10-11, 15); C.E.S.E. (1996 : 2.4-2.8); J. GONÇALVES (1996 : 14-15).

As funções não produtivas (quadro n.º 3), consideradas de *valor de uso indirecto*[63] da floresta, são vitais para o funcionamento sistémico do meio ambiente, que sem qualquer dúvida, interferem na qualidade das acções humanas, principalmente nas directamente ligadas ao ecossistema florestal, que pela sua multiplicidade de valências ambientais o torna um dos ecossistemas mais ricos do planeta.

Portugal, como já referimos anteriormente, detém uma acentuada diversidade florestal como resultado das suas diferentes características orográficas, edáficas e climáticas[64], subjacentes à sua localização e traçado longitudinal, que de forma intrínseca caracterizam e valorizam esteticamente o território nacional.

A tomada de consciência da validade ambiental e paisagística dos espaços florestais ditam o aparecimento de áreas protegidas a nível nacional, 5% do território português (*Ibidem* : 1994 : 76), principalmente em área montanhosa, onde podemos encontrar uma elevada variedade de espécies *Plantae*.

A vertente lazer insere-se no contexto florestal como um facto inalienável da relação sucessivamente mais próxima que o Homem trava com a fruição dos recursos e espaços naturais.

Embora se reconheça que uma fracção da população estabelece interacções menos correctas com estes, no caso da floresta[65], cada vez mais ela é encarada como um meio importante no contacto com a natureza, tão imprescindível ao equilíbrio psicológico das sociedades do *Homo sapiens sapiens*.

Assim, o turismo tem encontrado nas manchas verdes destinos para os seus roteiros, direccionando e satisfazendo uma clientela que procura a prática de actividades ao ar livre, por vezes, no âmbito da prática dos desportos radicais, tais como, percursos pedestres de *orientação* e *montanhismo* onde se incluem a *escalada*, o *rapel* e o *slide*.

---

[63] Classificação feita no quadro conceptual de referência do C.E.S.E. (1996 : 2.4-2.8), relativamente ao valor económico total da floresta, correspondendo ao valor de benefícios para a sociedade que resultam das funções ecológicas desempenhadas pela floresta. Estes benefícios são externalidades positivas dado que os produtores florestais não são remunerados pela sua produção.

[64] "... à influência mediterrânica, que se faz sentir de forma mais ou menos acentuada em grande parte do seu território, com particular incidência na metade sul do país, junta-se a influência dos pólos atlântico, continental e de altitude assim como factores topográficos e geológicos diversos com naturais repercussões sobre a diversidade natural da sua floresta." (I. F. : 1994 : XXIII)

[65] Fernando Mota (1992 : 12), refere que "... a raiz da palavra de floresta – *Foris* – representava o que estava de fora e era repugnante e bárbaro, em oposição ao que era útil e civilizado. Muito do nosso comportamento colectivo, é, ainda hoje, face à floresta, herança do significado da palavra *Foris*."

Se é irrefutável que o valor/benefício social da floresta encontra, no *valor de uso indirecto* desta, um conjunto de funções reguladoras de agentes físicos não menos importantes, que interferem na dinâmica das sociedades enquanto benefícios ambientais, é no *valor de uso directo* que, frequentemente, se reconhece avidamente a validade da floresta, marcadamente visada pelo seu valor económico, pois relativamente aos ambientais, a sua quantificação é difícil[66] e perfeitamente falível, já que as interacções ecossistémicas não são visíveis e portanto inquantificáveis.

De acordo com o Inventário Florestal de 1995 da D.G.F., Portugal tem uma área florestal que ocupa 36.7 % (anexo V) do seu território nacional, podendo potencialmente alargá-la para aproximadamente "... 5.280.000 ha, ou seja, dispõe de 2 milhões passíveis de florestação ..." (J. VIEIRA : 1991 : 15).

Para tal, será necessário valorizar extensas áreas de inculto e de reforçar as acções de reconversão de solos inaptos à prática agrícola[67], ditos marginais, que encontrarão na utilização florestal, numa perspectiva de uso múltiplo, um melhor aproveitamento e salvaguarda de rendimentos dos seus proprietários que experimentam, actualmente, uma acentuada competição com produtos oriundos do espaço comunitário a preços de produção muito mais proveitosos para o consumidor.

"Note-se que no sector florestal a situação é favorável, com crescimento sensível da produção e, no que se refere ao comércio externo, taxas de cobertura que se elevaram a 580% em 1971 (importações, 472,9 milhares de contos; exportações, 2 742,7), 463,4% em 1980 e 383,9% em 1989 (importações, 35 234,9 milhares de contos; exportações, 135 250,3)." (C. MEDEIROS : 1991 : 175)[68]

[66] Repare-se que no estudo desenvolvido no C.E.S.E. (1996) , que foi no mínimo incompleto, foram unicamente efectuados cálculos do *valor de uso indirecto* em relação ao *armazenamento do carbono*, com o Eucalipto e Pinheiro bravo a dominarem com 18.045.000 e 15.239.000 contos, estimando-se num total de 36.616.000 contos, não se conseguindo, apesar de enunciado, determinar o valor da *protecção do solo e dos recursos hídricos* e não havendo qualquer referência às restantes mais valias ambientais. Neste âmbito ver o recente artigo sobre o cálculo do "preço da biodiversidade" de F.D. Vivien (2000).

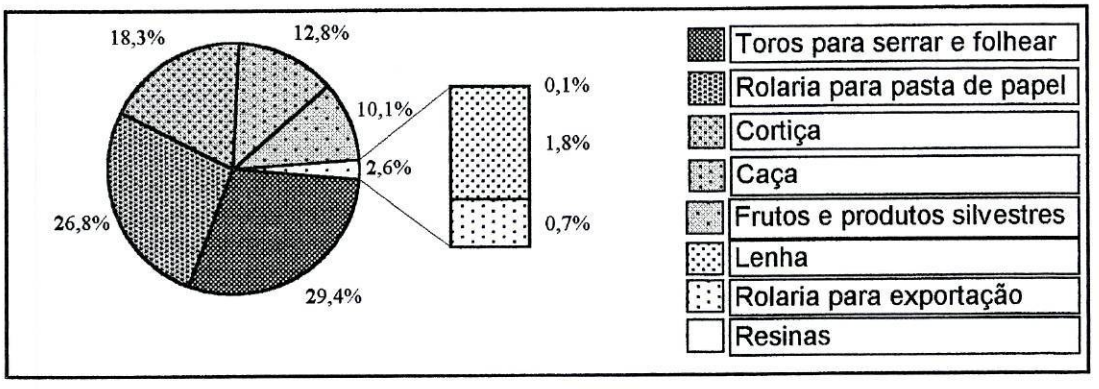
[67] Num total de 5.3 milhões de hectares, correspondendo a 60% de território nacional. (I. F. : 1994 : XXIII), pelo que, "... é um erro continuar a destinar à agricultura, pomicultura e horticultura, solos na sua maioria sem disponibilidades hídricas para rega, além de raros níveis de satisfatória fertilidade." (J. CARVALHO : 1993 : 7)

[68] Nestes valores consideram-se, unicamente, os registados ao nível da transacção comercial de madeira, cortiça e suas obras, não se contabilizando as pastas de madeira e outras matérias celulósicas, nem o papel (C. MEDEIROS : 1991 : 175).

O Sector florestal é o 4.º ramo mais importante da actividade económica[69], responsável por 5.3% do V.A.B. total da economia, correspondendo em 1993 a 466 210 000 contos, valor superior ao obtido pelas indústrias têxteis e do vestuário (FORESTIS : 1996d : 4), e dos maiores da O.C.D.E., junto com Finlândia e Suécia, contribuindo para 12% das exportações[70] e participa em 3.1% do emprego total[71] (B.P.I./AGRO-GES/JAAKKO PÖYRY : 1997 : 1), o que demonstra a importância que a floresta tem no desenvolvimento económico-social do país.

Segundo o C.E.S.E. (1996 : 3.3), a preços de 1993 e sem considerar a produção silvopastoril, o uso directo de vários produtos florestais foi superior a 112.685.000 contos/ano (fig. 11), onde os *Toros para serrar e folhear, a rolaria para pasta de papel e a cortiça*[72], participam respectivamente em 28.5%, 26.1% e 17.8%, perfazendo um total de 71.597.000 contos.

Fig. 11 – Contribuição para o valor de uso directo dos vários produtos florestais (1996)[73]



[69] Esta importância foi bem evidenciada pelos órgãos de comunicação social aquando da problemática gerada em Outubro de 1999, à volta do nemátode *Bursaphelenchus xylophilus (Steiner et Buhrer) Nickle e al*, que em muito agitou as hostes da produção da madeira de pinho e os serviços responsáveis pela gestão florestal a nível nacional (D.G.F.), principalmente pela eventualidade de um embargo comunitário a nível nacional à nossa exportação deste tipo de produto.

[70] Repare-se que em 1952 "... para um total exportado do continente de 6.810.607 contos, [tinhamos um] global oriundo da floresta de 1.830.981 contos ..." (J. MENEZES : 1995 : 1), correspondendo a 26.9% do total exportado por Portugal, contribuindo em maior percentagem do que presentemente para a nossa balança comercial, comprovando-se desta forma a importância que a floresta foi tendo na economia nacional.

[71] "... 164 mil postos de trabalho." (GRUPO FÓRUM : 2000 : 64)

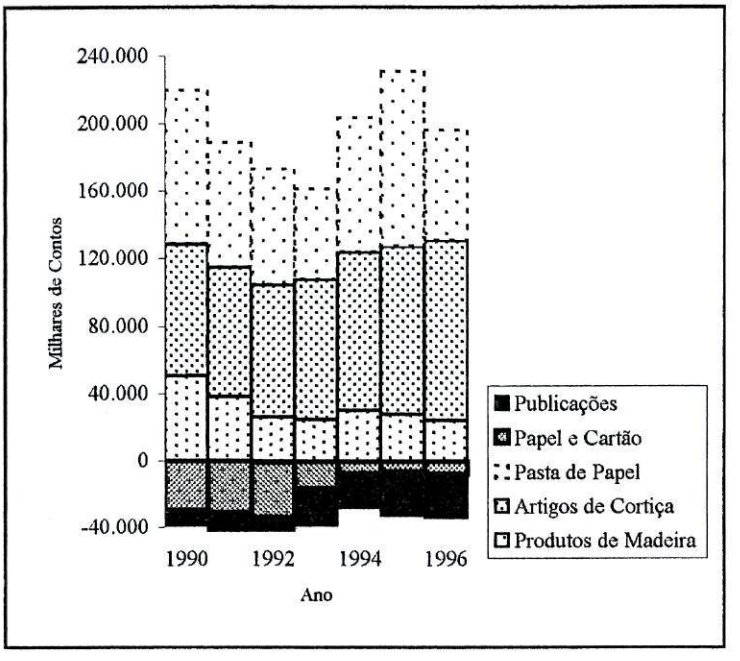
[72] "O sobreiro é a segunda espécie florestal, pertencente à vegetação primitiva e é responsável pela posição de Portugal como o primeiro produtor mundial de cortiça." (I. F. : 1994 : XIII)

[73] Fonte: Anexo VIII

O sector florestal produz, essencialmente, para "... cerca de 4.600 unidades industriais (aproximadamente 20% do tecido industrial transformador) ..." (I. F. : 1994 : XXIV)[74e75] de laboração, estabelecendo uma ligação com outras unidades subsidiárias de onde dependem relativamente a energia, maquinaria, equipamentos e compostos químicos, constatando-se que este sector é a base de uma complexa rede de interacções comerciais muito importantes para o tecido empresarial e para a economia portuguesa.

Se contemplarmos, principalmente, o facto de sermos um país excedentário em produtos/bens de origem florestal, com reduzida taxa de dependência externa[76] (fig. 12), com saldo negativo unicamente relativo a *publicações* e *papel de cartão*, embora este último, no período decorrente entre 1994-96, tenha sido menos importado, e encontrarmos na Europa um mercado óptimo para a colocação dos nossos produtos, pois é um espaço deficitário em madeira e produtos florestais, então o nosso saldo é francamente positivo.

Fig. 12 – Balança Comercial de produtos das indústrias silvícolas em Portugal (1990-96)[77]



[74] Consulte-se igualmente J. VIEIRA (1991 : 13) e GRUPO FÓRUM (2000 : 64).

[75] Refira-se como exemplo de unidades, a serração, a carpintaria, a marcenaria, os aglomerados e a celulose.

[76] "... representando cerca de 3% da importação total portuguesa ..." (D.G.F. : 1992 : 21).

[77] Fonte: Anexo IX

A Europa, ao dispor de 1% da superfície florestal mundial e consumir 15% da produção do planeta[78] (F. MOTA : 1992 : 12), é o maior importador mundial de produtos florestais (M. FERREIRINHA : 1987 : 4), com um saldo negativo de 131 milhões m^3/ano (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 217), pelo que, poderá em muito auxiliar numa maior valorização da nossa Balança Comercial (C.C.R.C. : 1981 : 20-30), tradicionalmente deficitária.

A U.E., excedentária em produtos agrícolas, reconhecendo esta potencialidade florestal de Portugal, incluiu na reconversão agrícola, proposta na reforma da P.A.C., a possibilidade de os agricultores optarem por beneficiar a expansão florestal, suportando-a com benefícios/ajudas devidamente regulamentadas pela Comissão Europeia.

Mas, se atentarmos nos valores de participação da produção de madeira e cortiça no P.I.B. verificamos que a floresta, apesar de "... quer no contexto europeu quer mesmo à escala mundial, Portugal [surgir] como um país especializado nas actividades silvícolas, pois no nosso país estas actividades têm um peso no P.I.B. [(4%)] superior às médias europeia [(2%)] e mundial [(1%)] ..." (C.E.S.E. : 1996 : 3.10), consideramos que este recurso tem sido encarado como um recurso de menor valia e indevidamente aproveitado pelo sector industrial.

Os três e quatro pontos percentuais correspondentes à sua participação no P.I.B. em 1991 e 1994, respectivamente, correspondem a uma das trajectórias menos favoráveis comparativamente com as actividades industriais existentes em Portugal. Aqui, a Indústria Química e derivados assumem o principal protagonismo, seguindo-se a Metalúrgica/Metalomecânica, Têxteis/Vestuário/Calçado e Alimentação/Bebidas/Tabaco (R. BRITO : 1994 : 221).

Apesar de frequentemente ser reconhecida a importância dos espaços florestais, assim como a potencialidade de Portugal em explorar este recurso natural, verificamos que as florestas têm sido alvo de um tratamento inadequado, arredando-as para uma posição periférica no âmbito das preocupações governamentais.

Na nossa opinião, este facto é resultante da ausência de planeamento em algumas situações por um lado, e da falta de coordenação das diversas figuras de plano quando existem por outro, cerceando a área florestal e inviabilizando as potencialidades

[78] "... e vai continuar a sê-lo, mesmo após a adesão dos países escandinavos, dado que continuará a existir um défice líquido de madeira de 60 milhões m^3/ano." (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 217)

silvícolas do nosso país, limitando os fornecimentos de matéria-prima à indústria silvícola[79].

A situação actual pode ser encarada como sendo de *profunda crise*, onde cumulativamente ocorre um mau aproveitamento do potencial florestal e uma excessiva pressão sobre as manchas existentes[80], interferindo no normal crescimento das diferentes espécies, antecipando-se os cortes e consequentemente ameaçando-se o equilíbrio necessário para a subsistência do sector florestal[81]. A manter-se este ritmo de extracção do recurso, Portugal enfrentará a longo prazo um desnudamento paisagístico[82] que em muito empobrecerá a economia portuguesa e a qualidade de vida dos cidadãos (B.P.I.; AGRO-GÉS; JAAKKO PÖYRY : 1997 : 3).

"As necessidades em madeiras e as preocupações ambientais, aconselham a uma tentativa de compatibilizar objectivos de protecção com os de produção, de forma que não sejam antagónicos, mas coexistentes e complementares, na procura de equilíbrios variáveis" (M. CORREIA : 1993 : 38). Será, portanto indispensável que se combatam inúmeros constrangimentos de maneira a não obstar o correcto aproveitamento dos recursos naturais a montante e da própria indústria a jusante, por forma a rentabilizar a produção florestal.[83]

---

[79] "Contudo, os problemas florestais têm pouca importância nas agendas políticas, com a maior parte das discussões centradas nos fogos florestais e no problema do «eucalipto», em vez de se concentrarem no verdadeiro problema, que é a ineficácia a curto, médio e longo prazos do fornecimento para a indústria de quase todas as espécies de madeira. Isto indicia um colapso na actividade industrial, se não ocorrerem alterações imediatas." (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 217)

[80] "Efectivamente, crescentes dificuldades de abastecimento, são indicadores de que é cada vez mais precário o equilíbrio da balança oferta/procura, havendo fundados receios de que, mantendo-se os actuais níveis de produção, se estará aproximando o ponto de ruptura." (F. GASPAR e F. COSTA : 1991 : 26)

[81] "E enquanto à qualidade é notório, não só o decréscimo progressivo da média dos diâmetros da rolaria, como ainda a heterogeneidade das suas características com predomínio dos defeitos de conformação e crescimento em percentagem tão elevada, que impossibilita, de certo modo, a utilização de equipamentos tecnologicamente mais avançados." (*Idem*: 1991 : 26)

[82] "... a continuação do actual sistema de exploração implicará a aniquilação total das principais florestas portuguesas, num período máximo de vinte e cinco anos (pinheiro) a quarenta e cinco anos (eucalipto)." (B.P.I.; AGRO-GÉS; JAAKKO PÖYRY : 1997 : 3)

[83] O M.A.D.R.P (1997 : 6) define doze factores que possam garantir o sucesso da expansão florestal a nível nacional, mais precisamente, "... mobilização do sector privado, controlo do fenómeno dos incêndios, garantia da qualidade do material vegetal utilizado em (re) povoamento, adequação do enquadramento legislativo do sector, criação e divulgação de modelos de produção para as principais espécies, adopção de alternativas para o envelhecimento e diminuição das populações rurais, incremento da qualidade das pequenas e médias empresas florestais e qualificação da mão-de-obra, soluções compensadoras da crescente tendência para o absentismo dos produtores, adequados serviços de extensão florestal, assegurar os princípios da exploração sustentada dos recursos, contornar as dificuldades impostas pela actual

Podemos considerar que as quatro espécies mais representativas da nossa floresta apresentam variadíssimos constrangimentos (quadro n.º 4) que dificultam a sua potenciação, fazendo perigar a sua rentabilidade económica *versus* equilíbrio ambiental.

Quadro n.º 4 - Constrangimentos associados aos povoamentos das quatro principais espécies da floresta portuguesa[84]

Espécie	Causa	Constrangimento
Pinheiro Bravo	• Monocultura do pinhal; • Incêndios Florestais; • Grandes áreas contíguas sem compartimentação com folhosas; • Elevada combustibilidade; • Insuficiência da área ocupada; • Carências organizacionais; • Deficiente gestão de povoamentos.	• Aumento da erosão; • Diminuição nos regimes hídricos das Bacias Hidrográficas; • Degradação dos solos; • Enfraquecimento das biocenoses associadas ao pinhal; • Alteração do ordenamento das áreas ardidas; • Grandes extensões de povoamentos equiénios; • Aumento das áreas de monocultura do Pinhal; • Aumento da área de mato; • Redução da produtividade.
Sobreiro	• Inadequada agricultura sob coberto; • Podas exageradas; • Extracção incorrecta; • Envelhecimento; • Mau estado sanitário.	• Aumento da mortalidade; • Degradação dos montados; • Regressão na produtividade dos montados;
Azinheira	• Ruptura dos sistema tradicional de exploração; • Incidência da peste suína africana.	• Degradação de áreas ecologicamente sensíveis (Solos Xistosos e reduzida pluviosidade muito concentrada); • Aumento das áreas de risco de desertificação.
Eucalipto	• Expansão desregrada; • Inadequação do plantio relativo às suas necessidades rápidas de crescimento; • Má localização de parte dos plantios.	• Erosão acentuada; • Alteração dos regimes hídricos; • Deficiente produção.

Por outro lado, verificamos que estes constrangimentos são acentuados por aspectos de carácter social, cultural e estrutural, que originam múltiplas barreiras à

estrutura da propriedade florestal, inversão da actual falta de abertura generalizada à inovação, que envolve desde os técnicos produtores."

[84] Fonte: CABRAL, Maria Teresa (1990); "A Terra precisa das Florestas"; In *Parques Naturais em Portugal*; Revista Correio da Natureza; n.º 6/7; Lisboa; pp. 59-61.

floresta, inviabilizando uma exploração racional deste recurso, que desde a fundação de Portugal (1140) aparece como uma actividade de extrema importância (M. FERREIRINHA : 1987 : 3).

Consideramos que, a insuficiente ocupação de solos com vocação florestal, a dispersão da propriedade, a elevada fragmentação[85] (acentuando-se estas características quanto mais caminhamos para Norte) e a falta de vontade de associação dos produtores florestais, são debilidades de ordem estrutural e cultural, que inviabilizam o surgimento de espaços florestais explorados de forma sustentada, onde a maximização da produção parelha com a conservação do recurso natural.

No contexto presente, onde em Portugal existem aproximadamente 400 000 proprietários de terra (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 218), abundam agricultores detentores de explorações com alguma floresta, que não têm na actividade silvícola a sua principal actividade, pelo que apresentam reduzido nível técnico na gestão dos povoamentos.

Perante tal condicionante, a floresta é encarada enquanto fonte complementar de rendimento, funcionando como recurso de reserva para os períodos menos favoráveis da sua actividade agrícola (N. DEVY-VARETA : 1982 : 392) e para as ocasiões especiais no âmbito familiar.

Esta perspectiva muito contribui para que as diferentes espécies arbóreas/sistemas produtivos florestais não sejam explorados segundo uma perspectiva silvícola, de racionalização dos sistemas de cultura florestal (idade de corte), onde através de uma gestão efectiva se maximize a produção de forma sustentada, mas antes segundo uma perspectiva de *fundo de maneio*.

---

[85] Saliente-se o facto de no art.º 19º da L.B.P.F. (1996), se estipularem benefícios fiscais como meio de combater a dispersão/fragmentação da propriedade, ficando assim, enquadrados dentro deste âmbito todos os projectos que contribuam para a *abertura das explorações*. Neste contexto, o emparcelamento (alínea b), as acções que evitem a fragmentação (alínea c) e o associativismo florestal (alínea a) são formas de actuação na organização da propriedade que pretendem contrariar a nossa realidade fundiária.

Realidade esta que se traduz por uma estrutura fundiária assente numa dimensão heterogénea das explorações ao longo do país que, globalmente, podem ser classificadas como pequenas, pois 76% dos proprietários tem explorações com uma área inferior a 5 ha - o Grupo Fórum (2000 : 64) eleva para 85% o domínio desta classe - e só 2% possui explorações com valores superiores a 50 ha (G.P.P.A. : 1997 : 38).

Adoptando o rio Tejo como elemento de referência para a dual Norte/Sul, constatamos que no Norte é predominante a exploração de reduzida dimensão, ocorrendo frequentemente a existência de propriedades muito pequenas, dispersas por múltiplas parcelas, assim como, propriedades indivisas e mesmo com proprietário desconhecido. Já em relação à parte Sul, é um facto incontestável, o domínio das explorações com elevada dimensão, associadas aos grandes latifundiários.

Podemos ainda referir que o abandono dos povoamentos e o absentismo dos proprietários como regra de gestão, sem que legalmente sejam penalizados pela situação negligente em que deixam as suas propriedades, com a consequente falta de manutenção e inerente facilitação da ocorrência de fogos florestais, funcionam como *travões* das diferentes acções/campanhas florestais e dificultam qualquer movimento em prol do associativismo.

Igualmente, factores como: as mentalidades, a falta de espírito empresarial, a avançada idade, a formação deficiente ou mesmo nula dos proprietários e trabalhadores florestais (mais resistentes à mudança tecnológica e à transformação do sistemas de produção), a desconfiança em relação às iniciativas oficiais e o elevado risco e custo inerentes a processos de longa duração como os florestais, reforçam a inércia de investimento e acentuam a grande desmotivação perante qualquer projecto de fomento florestal, principalmente quando ocorre uma "... insuficiência das infra-estruturas locais ..." (N. DEVY-VARETA : 1982 : 391).

Cremos ser inquestionável o facto de os incêndios florestais[86] se nos depararem como um problema nacional grave que, pese embora o interesse e atenção que tem suscitado mormente em distintas áreas institucionais, ainda está longe de ser debelado.

Deste modo, surgem como um dos mais temíveis e principais embaraços para os proprietários florestais (públicos e privados)[87], principalmente porque geram, para além das repercussões ambientais que lhe estão associadas[88], perdas económicas muito

[86] São variadíssimos os *handicaps* potenciadores de incêndios florestais que Portugal apresenta, resumindo-se a factores climáticos; à estrutura, tipo, espécie e ordenamento florestal; ao despovoamento do interior e à mobilidade das populações como resultante da penetração dos eixos rodoviários no meio rural (D.G.F. : 1992 : 12) (D.R.A.E.D.M. : 1996 : 7). A grande incidência dos incêndios florestais tem sido um flagelo gravíssimo que nas últimas décadas têm assolado o nosso país, provocando na floresta interferências ao nível da sua composição e estrutura etária (I. F. : 1994 : XXIV).

[87] Portugal, no contexto europeu, tem sido nos últimos anos (1989-1993) o país mediterrânico com a maior incidência de fogos florestais .

[88] Não queríamos deixar transparecer a ideia de que mais uma vez o económico prevalece em relação ao ambiental, contudo, frequentemente, a leitura dos incêndios aparece associada à primeira componente. Mas, se numa primeira reacção dos proprietários os danos ambientais são renegados para um segundo plano, *a posteriori*, os reflexos sentidos ao nível dos diferentes desequilíbrios, provocados no ecossistema/paisagem, nomeadamente, a alteração do regime hídrico, o aumento dos processos de erosão, as interferências climáticas, as transformações fitossanitárias e a agressão à vida selvagem, são sentidos no dinamismo do meio rural, pela consciente perda/degradação de um património local, com o qual as populações se identificam, ao mesmo tempo que se facilita a expansão dos incultos e favorece a reconversão cultural baseada em razões de curto prazo e menor risco.

consideráveis nos mercados locais e regionais, como resultado dos cortes prematuros do arvoredo ardido e da diminuição da produtividade florestal.

Os incêndios funcionam, então, como efectivos entraves à motivação na reconversão agrícola por espécies florestais, reforçando o risco provocado pelas doenças e pragas, ao mesmo tempo que contribuem para o afastamento de potenciais investidores e interferem com os projectos em curso, ameaçando à partida as acções futuras de fomento florestal.

Para João Soares (1986 : 10) existe um outro problema que vem alargar o leque de dificuldades com que o sector florestal se depara. Assim, o facto de apresentarmos "... portos pouco expeditos, e muito onerosos, e servidos quase exclusivamente por frota não nacional ..." implica um gasto acrescido na exportação de produtos florestais, originando algum estrangulamento ao nível da comercialização, principalmente se tivermos em conta o reduzido preço por unidade de volume que caracteriza a comercialização de produtos florestais.

Este enquadramento, maioritariamente dominado por motivos antrópicos, contraria "... a concepção que deve presidir à prática da silvicultura ... subjacente à política florestal nacional ... de conservação, gestão sustentada e desenvolvimento da floresta portuguesa ..." (J. ALMEIDA E J. VIDEIRA : 1979 : 29)[89] conferindo ao cenário florestal uma deficiente prática silvícola, participando na progressiva degradação da nossa floresta e inflectindo negativamente a produção de material lenhoso, por vezes de diâmetros reduzidos.

Ao deparar-se com inúmeras explorações e indústrias florestais de reduzidas dimensões, mal apetrechadas, tecnologicamente, e de mão-de-obra pouco qualificada, assistimos a produções de deficiente qualidade, ou seja, de reduzido valor acrescentado (J. VIEIRA : 1991 : 13)[90]. Ao mesmo tempo, não são satisfeitas as respectivas quantidades, coarctando-se a possibilidade de colocação de produtos com maior valia nos mercados nacional e internacional.

O decréscimo das produções, por vezes resultantes dos múltiplos incêndios florestais, provocam frequentes estrangulamentos no abastecimento de material lenhoso

[89] Consultar neste âmbito R. COSTA (1993 : 27).

[90] Leia-se F. GASPAR e F. COSTA (1991 : 25).

à indústria, principalmente porque são adoptados planos de produção e comercialização deficientes, efectivamente praticados numa directriz de economia de subsistência (C.C.R.C : 1991 : 14), "... que acaba por beneficiar uma complexa rede de intermediários que, pelo contacto próximo dos proprietários, conseguem detectar os que estão na disposição ou perante a necessidade de vender" (B.F.N. : 1981 : 21), isto mesmo quando se praticam preços muito aquém do valor considerado justo.

Ao mesmo tempo, verificamos que "... mais de 85% da mancha florestal nacional é pertença de centenas de milhares de proprietários privados ... e apenas cerca de 3% de propriedade do Estado ..." (FORESTIS : 1997a : 8), dificultando as medidas que visam uma regulação de um planeamento integrado das florestas segundo uma perspectiva regional de *verde contínuo*.

Assim, os programas de florestação, de onde emergem ajudas para o privado, aparecem como forma de atracção para os intentos florestais de âmbito nacional, mas, frequentemente, são encarados como forma fácil de ganhar algum dinheiro, sem que exista uma preocupação evidente de aproveitar os financiamentos como uma base de prospecção futura do recurso floresta, desaproveitando-se oportunidades que se vão esgotando, isto principalmente, quando contemplamos os diversos apoios comunitários que Portugal tem usufruído desde a sua adesão à Europa Comunitária.

Torna-se imperativa a acção junto dos proprietários florestais e industriais de maneira a progredir a sua prática e transformação silvícola a fim de disponibilizar matéria-prima e produtos elaborados de melhor qualidade, não permitindo que os países da Europa do Norte e de Leste esbatam[91] a importância do nosso sector florestal a nível internacional.

Contudo, será conveniente relembrarmos o facto de à floresta deverem estar associadas outras vertentes que não só as meramente económicas, assim, princípios como *restauro ecossistémico*[92], *equidade social, qualidade ambiental e participação*

[91] "Externamente, é já preocupante a disponibilização de consideráveis volumes de resinosas por parte de países nórdicos e de países ditos de Leste apesar de, no momento, somente num quadro de livre comércio. Recorde-se aqui que estes últimos países concorrem já connosco nos produtos da gama média baixa de madeiras serradas e painéis derivados da madeira.(F. MOTA : 1991 : 20). A expansão da floresta em [áreas] abandonadas pela agricultura pode contribuir para reforçar esta desejada melhoria em qualidade e quantidade sem minimizar a importância do desafio concorrencial que se aproxima quer vindo do Norte quer do Leste Europeu." (F. MOTA : 1992 : 13)

[92] Conseguido através da Floresta de Protecção, "... onde o que importa é buscar e recriar ecossistemas próprios ..." recorrendo frequentemente à utilização de mediadores, espécies menos exigentes e mais

dos cidadãos nas orientações de desenvolvimento e ordenamento do território nacional, terão que ser efectivamente encarados em simultâneo, até porque, só na sua articulação se poderá almejar pelo tão famigerado desenvolvimento sustentável (N. DEVY-VARETA : 1997 : 3).

Neste sentido será necessário progredir ao nível das parcerias entre os principais actores públicos, privados e associados, de maneira a serem delineadas as medidas que potenciem a floresta nacional segundo um quadro de sustentabilidade.

Só assim, poderão ser consagrados os "... princípios hoje universalmente aceites que apontam para a necessidade imperiosa da conservação dos recursos genéticos florestais, de manutenção da sua biodiversidade e de respeito na sua exploração ..." (M.P.A.T./M.A. : 1994 : 7)[93] "... para a floresta poder desempenhar, agora e no futuro, as suas funções relevantes, no campo ecológico, económico e social, ao nível local, nacional e global, e sem causar danos a outros ecossistemas." (B. SILVEIRA : 1997 : 4)

Embora reconheçamos que a tarefa é assaz complexa, principalmente pela necessidade de consensos, consideramos, sem a pretensão de enunciar a totalidade de propostas, um contributo para o crescimento/fortalecimento da floresta, se fossem contempladas as disposições que agrupamos em seis domínios e que passamos a enunciar:

Domínio do financiamento/investimento:

a) Incentivar os potenciais exploradores florestais para a *tarefa de geração*, para tal, é necessário que se consiga esbater, o que pensamos ser um autêntico *Velho Adamastor*.

Concretamente, o facto de o investimento florestal ser feito a médio, longo e muito longo prazo, torna-o à partida um investimento de risco, pois o elemento surpresa é enorme, principalmente, perante a imensidão de interacções físicas e humanas[94] a que o nicho ecológico florestal está sujeito

pioneiras (as resinosas), implantadas de acordo com as associações mais apropriadas (J. CARVALHO : 1993 : 7-8).

[93] Consulte-se D.R.A.E.D.M. (1996 : 7).

[94] Incêndios florestais, alterações na procura de produtos, entre outros.

diariamente, afastando o interesse político e consequente desinvestimento público e privado.

Há que proporcionar um conjunto de condições estimulantes para cativar investimentos, tais como:

- benefícios fiscais e bancários mais favoráveis;
- apoio técnico-científico adequado ao nível de planeamento do povoamento, na(o) sua condução, estudo de solo, exposição solar e restantes agentes climatéricos, instalação de infra-estruturas, escolha de espécies adequadas às condições ecológicas, etc.);
- acompanhamento do processo de implantação da mancha florestal, eliminando constrangimentos pontuais;
- apoio à limpeza das matas; orientação dos processos relativos ao acesso a benefícios comunitários;
- auxílio num apertado esquema de vigilância; coadjuvar do potencial produto florestal numa prática de gestão florestal sustentada;

b) Investir em técnicas de marketing mais eficazes que promovam os nossos produtos florestais com o intuito de os posicionar com uma imagem valorizada, que lhes confira no panorama internacional maior credenciação e consequente mais valia comercial, contribuindo desta forma com maior significado para nossa balança comercial.

Este facto é muito importante pois, como sabemos, a Europa é um mercado deficitário em produtos florestais o, que, a observar-se uma expansão neste sector económico, motivará a indústria nacional a investir nele na dimensão técnica e tecnológica, reforçando-se o mesmo.

Domínio técnico-silvícola:

c) Embora na alínea d) do art.° 19° da Lei de Bases da Política Florestal se estipulem benefícios para *o autofinanciamento do investimento florestal nomeadamente no domínio da prevenção activa dos incêndios florestais*, será importantíssimo o combate aos fogos florestais através do

estabelecimento de uma rede que devidamente apetrechada em efectivos humanos e instrumentos técnicos que mais rapidamente detectem focos incendiários e mais celeradamente actuem sobre os mesmos;

d) Investir na criação de mecanismos de diagnóstico permanente sobre a situação florestal, ou seja, apostar numa estratégia de levantamento de dados que contemple uma informação pluralista e mais eficaz, que abranja as diferentes vertentes presentes em espaço florestal.

Portanto, importa que estas sejam devidamente suportadas por inventários periodicamente actualizados onde constem:

- as áreas florestais existentes, as alterações sofridas, as pretendidas e as áreas potenciais de implantação florestal; as infra-estruturas presentes e as necessárias;

- os constrangimentos visíveis e previsíveis à acção florestal; as necessidades de formação profissional;

- os actores económicos e sociais directamente ligados ao sector florestal, equacionando-se parcerias locais e regionais que fomentem a sua sustentação e valorizem/potenciem outras actividades associantes à actividade silvícola, mais concretamente o fomento cinegético, apícola, aquícola, turístico e da pastorícia (M. SILVA e M. FERREIRA : 1991 : 11-12)[95].

e) A administração central deverá optar por uma postura mais próxima e mais pedagógica, com um diálogo permanente com os proprietários privados, de maneira a constatar as necessidades e a delinear o melhor planeamento para o uso do solo e evitando o que Maria Emília Silva defendeu no 2.º Seminário da Associação Florestal do Lima - Arcos de Valdevez - ou seja, "... a chamada selecção negativa, a irregularidade dos desbastes e o abate descuidado ..." (S. MARQUES : 1999a : 9).

f) A aptidão florestal, que Portugal detém, pressupõe um estudo apurado que permita "... definir o que se deve produzir, em função do

[95] Leia-se para este assunto FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE (1994 : 224), B.P.I.; AGRO-GÉS E JAAKKO PÖYRY (1997 : 9).

conhecimento das exigências das culturas e das suas interacções nos sistemas culturais ..." (C.C.R.C. : 1981 : 13), ou seja, há que adequar a espécie a implantar com o meio, garantindo um maior aproveitamento do povoamento, gerando-se reflexos diversificados.

Domínio sócio-cultural:

g) Estruturar um projecto de formação cívica (reforçando a actuação promovida pela Educação Ambiental) a implementar junto das entidades responsáveis pela formação de crianças, jovens, adultos e idosos por forma a promover a floresta, sensibilizando os diversos grupos para os seus problemas e a combater condutas sociais incorrectas.

Importa devolver uma consciência à volta do sistema florestal, "... de respeito e harmonia, bem como de partilha de espaços essenciais para a Humanidade, como são os espaços verdes de uma maneira geral e particularizando os Espaços Florestais, cada vez mais ameaçados." (J. CUNHA : 1999 : 13)

Principalmente por considerarmos que muitos dos incêndios têm origem num padrão cultural que distorce o *modus operandis* em espaço arborizado/florestal, será importante promover a floresta de modo a aumentar a empatia social tão necessária ao respeito pela fruição do seu espaço, salvaguardando-se o seu potencial de vida e eliminando-se, sucessivamente, uma postura de pseudo respeito, que a prática demonstra ser precisamente contrária.

Domínio científico:

h) Maior investimento ao nível da investigação técnico-científica no que refere aos estudos sobre as florestas propriamente ditas e na sua protecção contra as pragas, doenças e poluição, onde o estudo de sementes com melhor qualidade ditem o surgimento de plantas com elevado valor qualitativo.

Igualmente, defendemos a necessidade de se efectuarem pesquisas ao nível do combate às condições favoráveis da ocorrência de incêndios, nomeadamente, as causas de origem natural, tais como: estados de tempo propiciadores e comportamento dos materiais florestais perante o fogo;

Domínio da prevenção/preservação:

i) Silvicultura preventiva que deverá incluir a selecção das espécies, a elaboração de um projecto de arborização e a condução e gestão dos povoamentos (M. CABRAL : 1990 : 61), fazendo recurso com mais frequência à modalidade de povoamento misto[96], contrariando-se as extensas manchas monoespecíficas contínuas que acarretam vários inconvenientes edáficos, fitossanitários e paisagísticos (J. CARVALHO e C. MORAIS : 1996 : 9), apostando numa acção biologicamente mais equilibrada;

j) Fomentar a criação de manchas florestais mistas onde se tenha privilegiado uma selecção vegetativa, visando desta forma contrariar os efeitos negativos de uma floresta de monoespécie[97], auxiliando por exemplo no combate a fogos, na variedade de produção de matéria-prima florestal ao nível quantitativo e qualitativo.

k) Apesar de termos presente que a manutenção dos espaços florestais é extremamente dispendiosa, defendemos que, com uma atitude preventiva ao nível da credenciação de efectivos florestais, complementada com uma acção directa de fiscalização junto dos proprietários no que se refere à limpeza de matas, o incentivo à formação de associações/cooperativas de produtores florestais, a delimitação de áreas de protecção e a articulação da estratégia florestal com a do crescimento industrial, poderão em muito contribuir para a defesa/gestão deste ecossistema;

l) Maior atenção às nossas espécies arbóreas espontâneas, tais como por exemplo, ulmeiros, choupos, teixos e carvalhos, que podendo não ter um tão elevado interesse produtivo, têm, seguramente, uma importância indubitável ao nível dos ecossistemas de que fazem parte;

---

[96] O povoamento misto não pressupõe mistura de espécies, indivíduo por indivíduo, mas antes, "... mancha, grupo a grupo, permitindo ainda condições económicas mínimas de exploração, se de interesse, e estabelecendo maiores compromissos com finalidade de protecção do meio." (A. ALVES : 1997 : 79)

[97] O facto de o fomento florestal no presente século ter sido orientado para a formação de extensas manchas artificiais monoespecíficas, frequentemente de regime intensivo (é o caso do eucalipto para pasta de papel), são "... normalmente associadas a uma acentuada pobreza no que se refere à fauna e flora, a alterações no regime hidrológico e recursos hídricos, ao empobrecimento do solo e aceleração da erosão, à elevada redução das actividades silvo-pastoris, ao acréscimo dos riscos de incêndio e propagação dos fogos e a modificações aceleradas na paisagem, diminuindo o seu valor estético." (J. GONÇALVES : 1996 : 14)

Domínio do ordenamento do território:

m) A delimitação das superfícies adequadas para florestação (protecção ou produção) e as espécies a implantar deverão ser salvaguardadas nos planos directores municipais de forma a que se reforce o Decreto Lei n.º 139/89 de 28 de Abril, no qual se atribui "...às Câmaras Municipais responsabilidades no licenciamento das acções de arborização que não estão sujeitas a regime legal específico qualquer que seja a sua dimensão..." e onde se "...consagrou o princípio de obrigatoriedade de audição das Câmaras Municipais relativamente às situações em que a aprovação de projectos de arborização compete por lei à Direcção-Geral de Florestas." (C.C.R.C. : 1991 : 47)

Assim as futuras plantações deverão ser devidamente analisadas/ponderadas à luz das condicionantes ambientais específicas de cada espaço, pelos serviços técnicos camarários de forma a que as respectivas decisões/autorizações obedeçam a um critério técnico rigoroso que privilegie a regulamentação nacional, indo de encontro aos interesses locais e supralocais, respeitando os diversos instrumentos de planeamento regional e ordenamento do território.

n) Apostar num planeamento florestal claro e consistente que dê sentido real às palavras *planear, fomentar* e *agir*, privilegiando a elaboração de planos locais/regionais que apresentem as intenções municipais e supramunicipais de arborização, obedecendo aos instrumentos de ordenamento do território, os P.D.M. e P.R.O.T, respectivamente (M. FERREIRA : 1993 : 24-25), permitindo/favorecendo-se, preferencialmente, planos intermunicipais de florestação que possibilitem uma gestão conjunta de interesses.

Este procedimento é tão mais premente, quanto mais se observem no terreno manchas contínuas ou áreas potencialmente viáveis para tal, isto na eventualidade de possibilitar a ligação entre manchas existentes no terreno.

Neste conjunto de propostas, não foi, intencionalmente, referido aquela que pensamos ser, para bem da floresta, o futuro deste importante ecossistema, ou seja, a formação disseminada de cooperativas/associações de proprietários/produtores

florestais[98], importantes enquanto geradores de "... sinergias internas e permitindo o «feed-back» com as instituições e serviços de apoio a esse desenvolvimento ..." (M. CORREIA : 1993 : 38), funcionando como mecanismos de *interface* entre as dimensões local/regional e local/nacional.

A floresta é, sem margem para dúvidas, um recurso endógeno com elevado potencial económico, gerador de riqueza local, regional e nacional.

Será conveniente que exista a sua mobilização, equacionando-se novos povoamentos florestais, contribuindo para uma melhoria ambiental e igualmente, incrementar a participação silvícola no P.I.B. nacional. Só assim, os espaços florestais ocuparão uma posição mais central nas estratégias políticas, fomentando a respectiva adequação espacial tão necessária à delimitação das áreas com potencial florestal.

Este trabalho será tão mais alcançado se forem reunidos esforços de cooperação que passam, indubitavelmente, pelos agentes locais[99], nomeadamente, pelos apoios conseguidos através dos movimentos associativos/cooperativos que localmente têm um papel mais activo.

Em suma, estes movimentos têm a chance de unir os proprietários, dotando-os com visão empresarial, de forma a fomentarem uma "...gestão conjunta [conferindo-lhes] maior profissionalismo que permita conceber projectos viáveis/fiáveis..." (J. ALMEIDA : 1994 : 15), fundamentalmente quando a aplicação das ajudas comunitárias exigem aos proprietários e produtores florestais uma capacidade organizativa que, frequentemente, não apresentam.

---

[98] Note-se que na alínea a) do art.º 19.º da L.B.P.F. (1996) estipulam-se incentivos fiscais que visam, para além de outras acções, estimular o associativismo florestal. Igualmente, na alínea d) do art.º 3.º da L.B.D.A. (1995), o associativismo aparece como um dos instrumentos considerados importantes na prossecução dos objectivos da Política Agrícola definida para Portugal, de acordo com as orientações estipuladas pela Reforma da P.A.C..

"Torna-se, por isso, indispensável pensar, se quisermos algum dia vir a ter uma produção florestal realizada em termos técnicos e económicos, na viabilização de caminhos que levem ao estabelecimento de «unidades de gestão» com dimensão adequada e tal pode ser feito seguindo diversas vias associativas (associações, cooperativas, sociedades de arborização, empresas regionais, etc.) ou através do arrendamento e compra por parte dos grandes consumidores de matérias-primas florestais ou do Estado, sobretudo quando se trate de áreas de interesse especial (reservas, protecção de monumentos, parques recreativos, etc.)." (M. FERREIRINHA : 1986 : 7)

Presentemente em Portugal existem já cerca de 500 associações, obedecendo a uma organização inter-municipal, estando distribuídas pelas associações *Forestis* – Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal - e FPFP - Federação de Produtores Florestais de Portugal (C.E.S.E. : 1998 : 38).

A deficiente ou mesmo nula formação técnica de muitos elementos intervenientes na produção do processo florestal e o facto de no Continente, em 1991, 41.7% da superfície florestal portuguesa (3.280.000 ha) beneficiar duma gestão activa e minimamente profissional (C.E.S.E. : 1998 : 38), obrigam a uma acção conjunta de maneira a existir uma reciprocidade de ajuda, que possibilite desenvolver conhecimentos/capacidades no domínio da gestão de povoamentos, importantes para o reforço do tecido florestal existente.

Igualmente, "... parecem ser as organizações de carácter sócio profissional, um pouco na esteira do que já vem sendo feito, algumas vezes de modo inconsciente, as estruturas que de maneira mais efectiva podem vir a representar, a apoiar os proprietários, conferindo-lhes capacidade reivindicativa e negocial, nas suas relações, nomeadamente, com a autoridade florestal do Estado." (C.F.C. : 1993 : 19-20)

A formação profissional de produtores e proprietários permitirão auxiliar na tarefa de alargamento de horizontes facilitadores ao processo de abertura de mentalidade, e por conseguinte maior aceitação da inovação, propiciando o aparecimento de organizações fortes, capazes de confrontar os *lobbies* industriais existentes no mercado, responsáveis pelo controlo de preços na compra/venda de matéria lenhosa e afins, possibilitando um maior equilíbrio de influências, propiciando o aumento do peso político do sector a nível nacional.

A *união* emerge, assim, como um importante passo no planeamento de acções promocionais da floresta[100] pois no seu conjunto equacionarão uma articulação de actuações que mais defendam os interesses dos diversos agrupamentos, sem nunca perder como *pano de fundo* a sustentabilidade da floresta[101], sob o risco de em acção contrária, influir no recurso base, destruindo uma fonte de riqueza multifacetada.

---

[99] Consulte-se neste âmbito, N. CALADO (1999 : 4).

[100] Consideramos como medidas importantes para o crescimento da actividade florestal numa perspectiva mais sustentada, as seguintes: o redimensionamento das explorações e de povoamentos, quer pelo emparcelamento, quer pelo associativismo florestal; a selecção de espécies; o aumento de biodiversidade; a criação de planos de segurança alicerçados pela melhoria das infra-estruturas aos povoamentos existentes; a limpeza de matas, o escalonamento dos cortes, o reordenamento dos povoamentos segundo o ponto de vista produtivo e ecológico, a profissionalização da gestão florestal, a constituição de manchas específicas diferenciadas.

[101] Embora em 1972, aquando da reunião sobre o ambiente em Estocolmo, se tivesse abordado em prol da floresta uma atitude conciliadora entre necessidade económica e a salvaguarda do recurso florestal, verdadeiramente, as questões relacionadas com esta problemática, só se desencadearam a partir dos anos 80, inicialmente motivada pela desflorestação crescente nas florestas tropicais.

Se a viabilidade económica de muitas explorações florestais encontra no associativismo a resposta para a sua rentabilização de forma sustentada para uma melhor organização da produção, também, é neste que reside a possibilidade de com mais eficácia, participar na política florestal do país[102], tendo em conta o pressuposto de serem formadas unidades de gestão correspondentes a áreas melhor dimensionadas de acordo com as necessidades de exploração.

Discutindo com os restantes parceiros sociais sobre os problemas e soluções do sector florestal, o seu desenvolvimento assentará numa análise amplamente participada,

---

Assim, após o relatório da comissão de Bruntland (O Nosso Futuro Comum) e, no seguimento da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento (C.N.U.A.D.) – 1992, no Rio de Janeiro e no âmbito da Agenda 21, em 1990, na Europa, sob a organização da França e Finlândia, surgiu a 1.ª Conferência em Estrasburgo, na qual se reuniram ministros de 31 países europeus, resultando a formulação de seis resoluções e de uma Declaração Geral no sentido de se reforçarem as acções de cooperação técnica e científica no domínio florestal (R. SARDINHA *et al*: 1993 : 275-276).

Em 1993, reuniram-se novamente em Helsínquia, a U.E. e mais 34 países europeus, tendo inovado relativamente à 1.ª Conferência, já que, entraram claramente no domínio da política florestal. Assim, desta 2.ª Conferência saíram quatro resoluções, nomeadamente, Resolução H1 sobre os princípios gerais para a gestão sustentável das florestas na Europa; Resolução H2 sobre os princípios gerais para a conservação da biodiversidade nas florestas da Europa; Resolução H3 sobre a cooperação em matéria florestal com os países de economia em transição; Resolução 4 sobre as estratégias para um processo de adaptação de longo prazo das florestas europeias à mudança climática.

Relativamente aos critérios de gestão florestal sustentável resultante da Resolução H1, são seis os critérios que constituem, nomeadamente, Critério 1 – Manutenção e desenvolvimento apropriado dos recursos florestais e do seu contributo para os ciclos globais do carbono; Critério 2 – Manutenção da saúde e vitalidade dos ecossistemas florestais; Critério 3 – Manutenção e encorajamento das funções produtivas das florestas (materiais lenhosos e não lenhosos); Critério 4 – Manutenção, conservação e desenvolvimento apropriado da biodiversidade dos ecossistemas florestais; Critério 5 – Manutenção e desenvolvimento das funções de protecção na gestão florestal (nomeadamente do solo e dos recursos hídricos); Critério 6 – Manutenção doutras condições e funções sócio-económicas (C.E.S.E. : 1998 : 34-35).

Em 1998, ocorreu em Lisboa a 3.ª Conferência, que veio conferir maior maturidade ao processo pan-europeu, reforçando as directrizes das conferências anteriores, tendo concluído com uma *visão* conjunta, onde se reconheceu a importância do sector florestal na potenciação do meio rural, vinculando a sociedade à criação de mecanismos capazes de contribuir para uma maior sustentabilidade dos recursos florestais. Desta forma, dever-se-á reforçar as diferentes parcerias até então estabelecidas de maneira a integrar-se todas as funções florestais (D.G.F. : 1998 : 70).

Da 3.ª conferência saíram duas resoluções: a *Resolução L1 - Pessoas, Florestas e Actividade Florestal* - Fomento dos aspectos sócio-económicos da gestão florestal sustentável, e a *Resolução L2 - Critérios, Indicadores e Linhas* orientadoras ao Nível Operacional Pan-Europeus. A primeira resolução visa "... fomentar os elementos sociais e económicos da gestão florestal sustentável e fortalecer a ligação entre o sector florestal e a sociedade, aumentando o diálogo e o entendimento mútuo sobre a gestão florestal sustentável, bem como sobre o papel das florestas e da actividade florestal, e promover o potencial do sector florestal, a fim de contribuir para o desenvolvimento rural, o emprego, o ambiente e para o desenvolvimento sustentável global da sociedade." (*Idem*: 1998 : 73) (R. SARDINHA *et al*: 1993 : 276-279).

[102] O P.D.S.F.P., no seu ponto 3.3., *Instrumentos de planeamento e gestão*, das *Grandes Orientações Estratégicas*, reitera a garantia "... efectiva e profícua da cooperação entre Estado e os proprietários florestais privados, responsáveis pela gestão da maior parte do património florestal, num processo de planeamento que se pretende contínuo, de carácter decididamente operacional e, eficazmente suportado por diversos instrumentos técnicos e financeiros..." (D.G.F. : 1999 : 7).

onde o produto final será um conjunto de acções que mais se aproximam à realidade, já que se tratam de tentativas de resposta ao que foi sentido/percepcionado por aqueles que no terreno lidam diariamente com as florestas.

Ressalve-se, ainda, que é pelo confronto de ideias que melhor se reconhecem as necessidades locais/regionais, permitindo a defesa das acções que mais sirvam uma política florestal, organizada e adequada, "... não só à sociedade actual como também àquela em que viverão as gerações futuras..." (I.P.F. : 1988 : 33), permitindo "... a redução dos riscos actuais e a revitalização do sector florestal no seu todo ..." (B.P.I.; AGRO-GÉS E JAAKKO PÖYRY : 1997 : 3), fomentando a quantidade *versus* qualidade de uma forma sustentável.

Reconhecemos às associações/cooperativas florestais a possibilidade, enquanto actores locais, de estenderem a sua acção à dimensão social, apoiando, por exemplo: programas de informação/investigação (produção/mercado), promovendo a formação aos seus associados; integrando a participação da comunidade local em actividades preventivas; discutindo os acontecimentos de âmbito florestal; auscultando as opiniões relativas às necessidades de formação sócio-profissional; criando emprego fixo; fomentando as actividades tradicionais e interagindo com o poder local num planeamento mais eficaz da mancha florestal e das infra-estruturas de apoio, contribuindo para a organização da paisagem, minimizando desequilíbrios ambientais.

"O desenvolvimento autosustentado e participado que assente sobretudo na renovação dos recursos, na biodiversidade e no diálogo multidireccional com as comunidades locais e instituições pode contribuir para a fixação e bem-estar das populações rurais." (M. CORREIA : 1993 : 39), auxiliando na reestruturação de uma economia rural que tem passado tempos difíceis, com abundantes cenários de estagnação/degradação[103], onde a Floresta poderá ser encarada como a *tábua de salvação* de uma realidade muito *cinzenta*.

Num período em que a preservação da natureza assume extrema importância, ao mesmo tempo que se pretendem corrigir assimetrias regionais, resultantes do

[103] "Na verdade, actualmente, há uma imagem que parece impor-se no centro das preocupações científicas e do discurso político: «a necessidade de reabilitar o rural degradado, de dar nova vida ao rural abandonado, de o renovar, enfim de fazer as pazes entre o progresso desenfreado e a natureza atacada.»" (R. MARQUES : 1998 : 35)

desinvestimento ocorrido durante décadas, verificamos que é no meio rural onde as transformações económico-sociais se tornam mais emergentes.

Imbuído de uma preocupação ambientalista, emerge uma nova ordem do espaço rural, onde a mutação do uso do solo é perspectivado de forma a zelar pelos interesses públicos inerentes a áreas com importância ecológica, numa valorização evidente do ambiente.

Numa primeira análise, poderíamos pensar que as comunidades rurais se encontram ameaçadas, contudo, o que realmente se verifica é uma mudança de actuação, de maneira a adequar-se o solo com a actividade a implementar[104], substituindo-se os usos[105], possibilitando uma abertura para formas de exploração mais rentáveis e em consonância com as exigências sociais e ambientais, que preconizam um desenvolvimento assente na gestão dos recursos naturais e do ambiente.

A floresta, para além das questões associadas à sustentabilidade ambiental, surge, no mundo rural, como uma alternativa ao abandono/reconversão da prática agrícola, numa tentativa clara de diversificar esta actividade e melhorar o rendimento das famílias rurais. Ao mesmo tempo, ao beneficiar-se globalmente o meio rural enquanto espaço físico e ao valorizar-se o património, principalmente quando se pretende encarar a floresta como elemento vital para a revalorização das paisagens, reforça-se a sua validade cultural em qualquer espaço que se encontre (à escala local, regional ou nacional).

O ordenamento espacial e florestal surge como imperativo na expansão da floresta, só assim, o potencial, consensualmente, divulgado pelos diversos estudos económicos à volta da floresta, que atestam quanto à excepcional aptidão de Portugal, principalmente no que se refere às espécies lenhosas, poderá transformar-se em realidade, posicionando este recurso numa dimensão mais aceitável, de rendimentos mais elevados, satisfazendo necessidades à escala local e nacional.

---

[104] No entanto, esta conversão deverá ocorrer em áreas onde os terrenos não possuam aptidões para a prática agrícola, ou seja, em espaços em que os rendimentos auferidos pelos proprietários sejam parcos, como resultado de má produção devido a solos fracos.

[105] Fernando Mota (1992 : 12) defende que "... esta devolução de terras agrícolas à reflorestação não seja um propósito de reduzir os excedentes agrícolas mas sim o início de uma perspectiva global e integrada do sector florestal a que se lhe associarão dois outros eixos prioritários – protecção do património florestal contra os incêndios e a melhoria da produtividade da floresta mediante o desenvolvimento das actividades silvícolas."

Num recurso natural como a floresta, é hábito assistirmos à tentativa, muitas vezes concretizada, de uma acentuada prevalência de interesses dos produtores e da indústria, porém, é importante que o interesse público, normalmente fragilizado pelo débil braço da administração pública, ganhe representatividade.

Note-se que tanto a dimensão social como a ambiental são vitais para a população em geral, e esta última dimensão é, igualmente, imprescindível para os agentes económicos, já que, a ser descorada, surgirão constrangimentos que inviabilizarão os resultados pretendidos ao nível da expansão da floresta e que, consequentemente, debilitarão a produção, coarctando-se o desenvolvimento global do país.

Assim, há que encarar tais interesses como complementares e que, obrigatoriamente, teremos de conciliar, pois, citando A. Viana Barreto (1991 : 14), "... os problemas que se põem normalmente à gestão florestal e que são resultado do exercício de funções sectoriais, devem ser sempre encarados como atributos de um sistema dinâmico de funções múltiplas que não podem ser resolvidos isoladamente, mas que se interligam no espaço e no tempo."

Para que as diferentes áreas de floresta portuguesa possam ser ampliadas, é necessário a reunião de esforços que permitam aos actuais e futuros produtores florestais a capacidade de gestão. Assim, contribuir-se-á decisivamente no desenvolvimento local/regional/nacional, principalmente, se daí resultarem produtos e serviços com maior valor acrescentado, com influência nos rendimentos e no emprego.

Paralelamente, os diferentes instrumentos legais responsáveis pelo ordenamento do território (Plano Regional e Plano Municipal) deverão obedecer a directrizes nacionais e supranacionais, que permitam viabilizar o aumento das diferentes manchas florestais, tornando-as numa preocupação central e encarando-as enquanto espaços valorizados, onde as medidas de preservação são realmente perspectivadas preventivamente.

Só assim se poderá contrariar as presentes actuações da tutela que, inexplicavelmente, continuam a reforçar, de forma insuficiente, as acções cautelares na detecção e combate a fogos.

Nos últimos anos, assistimos a um procedimento constante, um tanto ao quanto repetitivo, já que o reforço a este domínio tem sido feito com maior vigor na vigilância das áreas florestais e nos meios de combate, após a dizimação de milhares de hectares pelo fogo.

Assim sendo, não querendo pensar que esta questão se encontra num segundo plano nas preocupações dos nossos governantes, parece estarmos perante o que podemos apelidar de incongruência política.

Se repararmos, no mínimo existe alguma falta de discernimento na actuação, pois em geral, maioritariamente, as "... soluções vão mais no sentido de minorar as consequências do que prevenir os riscos. Os meios disponíveis são canalizados prioritariamente para o combate a incêndios (equipamentos, meios aéreos, etc. ...) sem dúvida necessários, deixando para último lugar as acções de prevenção (limpeza de matos, corta fogos, ordenamento florestal, reforço do associativismo)." (C. DOMINGUEZ : 1999 : 3)

É neste contexto que consideramos a floresta como um recurso natural com inegável valor ambiental e económico que urge rendibilizar de forma articulada, ou seja, ambos os valores são importantes para o desenvolvimento do país, pelo que defendemos ser conveniente dar cumprimento ao princípio da equidade, no que se refere às estratégias a serem delineadas no âmbito da gestão/preservação das florestas.

Não podemos esquecer que tanto o valor ambiental como o valor económico estão, neste recurso, ligados de forma intrínseca e que qualquer actuação desfasada implicará constrangimentos sistémicos de ordem física e humana, que em muito contribuirão para maior vulnerabilidade social do espaço onde se pratique a actividade silvícola, assim como, contribuirá para um problema que, irrefutavelmente, é de extrema gravidade para o Homem, nomeadamente a desertificação[106].

[106] O fenómeno de Desertificação, vulgarmente e erradamente associada a fenómenos demográficos, corresponde a um processo de índole biofísica, claramente complexo, resultante de uma degradação sucessiva do ambiente que, na base, encontra fundamento num processo sucessivo de secura ou falta de água, mas que, efectivamente, se traduz pela interacção de um conjunto de factores de ordem física (clima e *rocha mãe*), biológica (degradação sucessiva da biodiversidade) e humana (pressão excessiva sobre o ambiente, pelo uso deficiente do substracto natural) que determinam uma irreversibilidade ambiental das áreas afectadas, infligindo nas comunidades humanas dependentes destes ecossistemas o seu empobrecimento.

Portugal detém 60% do território susceptível de desertificação, sentindo-se tal fenómeno nas regiões do interior leste e sul do país, onde, inseridos no ambiente da Região Mediterrânica, experimentam condições edáficas muito frágeis, principalmente em relação à chuva, que ocorrendo em episódios muito concentrados, trazem problemas acrescidos para quem não pratique uma actividade de forma construtiva, gerando dificuldade ao nível da "... capacidade de retenção de água, isto é resistência à secura, e erodibilidade (E. SEQUEIRA : 1988 : 2).

Apesar de o nosso país não ter uma estratégia social de combate a este flagelo que afecta 1/6 da população mundial e aproximadamente 3,6 milhões de hectares, a C.C.D. subscreveu a 15 de Outubro de 1996 e ratificou a 1 de Abril do ano seguinte, obrigando-se a colocar em prática um programa nacional para a sua aplicação.

Embora estando já elaborado o P.A.N., aguarda-se decisão governamental para a sua implementação!!! (GRUPO FÓRUM : 2000 : 60-70)

Efectuando uma sinopse relativa a este sub-tema, gostaríamos de sublinhar o facto de a presença da floresta em Portugal ser extremamente importante para o nosso desenvolvimento, pois estabelece relações múltiplas que se estendem desde a utilização do recurso em bruto até à sua apresentação no mercado como produto final transformado.

A posição que ocupa na vida nacional obriga a um maior investimento no rejuvenescimento e formação de novos povoamentos, devendo para o efeito optar-se pela gestão sustentada dos solos e recursos florestais.

Importa, portanto, que se equacione uma actuação estruturada no tempo "... que [permita] ir caminhando para domínios de convergência nos princípios, estratégias e acções ..." (A. MONTEIRO : 1997 : 76), devidamente suportadas por uma legislação articulada que dê coerência evolutiva na exploração do recurso e não baralhe a iniciativa privada, ou seja, que promova um planeamento florestal mais consistente, balizando a acção institucional.

Refira-se que das acções presentes dependem o que globalmente é considerado como um caminho a seguir futuramente por Portugal, podendo ocupar potencialmente

Enquanto manifestações pode ser observado a erosão do solo, o aumento da salinização dos solos, a diminuição da retenção de água no solo fruto da menor infiltração e aumento da escorrência superficial, a diminuição da biodiversidade e redução da produtividade (GRUPO FÓRUM : 2000 : 69).

dois terços do seu território nacional, pelo que a actuação humana deve pautar-se pela criação de mecanismos de protecção que defendam os solos e os próprios povoamentos existentes, como meio a "... manter ou melhorar a estabilidade e capacidade de resistência e regeneração dos ecossistemas florestais às perturbações, como fogos, pragas e doenças ..." (*Idem* : 1997 : 78), de modo a poder usufrui-se da floresta num quadro de sustentabilidade, onde não se toldem objectivos de conservação em "benefício" dos objectivos económicos, negligenciando-se a qualidade.

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia veio ditar um novo desafio aos meios rurais, ou seja, a "... de modernização das nossas explorações agrícolas, impondo o abandono progressivo de significativas áreas de agricultura marginal, [pelo que] veio reforçar a importância dos recursos florestais, como alternativa estratégica para o desenvolvimento rural." (J. VIEIRA : 1994 : 13)

Mediante este "convite" e no sentido de aproveitar o conhecimento proveniente dos países membros no auxílio da definição de uma estratégia nacional, capaz na implementação do processo de expansão florestal, há que "... manter uma política económica sectorial aberta à cooperação estrangeira, pois não só conseguiremos por essa via, como já aconteceu no passado, melhorias significativas no campo tecnológico, como ainda criaremos e fortaleceremos a nossa penetração nos mercados internacionais para além do apoio inicial financeiro a novas iniciativas ou à expansão dos empreendimentos." (M. FERREIRINHA : 1986 : 6)

Os meios de apoio financeiros, nacionais ou internacionais, aparecem, no contexto económico de qualquer sector da vida activa de um país, como *balões de oxigénio*, que permitem aos interessados iniciar/reiniciar/reequilibrar e ampliar projectos. Assim, no sector florestal têm sido de extrema importância sinergias (por exemplo, no financiamento nas actividades de monda, de plantio, de preservação, na criação de acessibilidades) que motivam o investimento num sector onde o tempo a que estão sujeitos os proprietários, até ao retorno de capitais, pode ser considerado longo (no mínimo entre 10 a 16 anos).

Os incentivos económicos e fiscais aparecem, nesta dinâmica, como propostas que pretendem, de alguma forma, minimizar os receios dos investidores, existindo assim, actualmente, em Portugal os seguintes programas de auxílio à actividade florestal: Florestação de terras agrícolas (2080/92); Prevenção de incêndios (3529/86 e

2158/92); Programa de Desenvolvimento Florestal do P.A.M.A.F e Linhas de crédito bonificado (D.G.F. : 1998 : 8).

Será de encarar o desenvolvimento florestal como um desafio nacional de extrema complexidade, que deveria ter sido estruturado *para ontem*, cujo sucesso muito pode contribuir para a economia do país, principalmente se equacionarmos o crescimento regional, alicerçado pela valorização do sector industrial, crescimento e sofisticação do controlo de qualidade e ainda, e não menos importante, a melhoria significativa que poderá ser dada à população, em geral, nas dimensões da qualidade de vida e do bem-estar, como resultado do incremento da qualidade do ambiente (J. SOARES : 1986 : 10)[107].

Para tal, é indispensável uma gestão florestal sustentável, que a IBISUS (1997 : 4), segundo a conferência de Helsínquia (1993), define como "... una gestión y utilización de los bosques y de los terrenos forestados que, utilizando la técnica forestal, sea capaz de mantener globalmente su biodiversidad, su productividad, su capacidad de regeneración, su viabilidad y su capacidad de satisfacer, actualmente y en el futuro, las funciones ecológicas, económicas y sociales pertinentes y tenga en cuenta las repercusiones potenciales de los cambios climáticos sobre los ecosistemas forestales."

[107] Veja-se igualmente J. VIEIRA (1991 : 15).

3. UM OLHAR SOBRE UMA REALIDADE ESPACIAL MICRO

> *"Eia, montanha acima ... a crueza do clima e as ingratas condições do solo ... FELGUEIRAS ... é a menos povoada de todas as do concelho. GONTIM pouco adianta. Modestissima e pobre ... é próximo da velha estrada que nos conduz à antiga frequezia de ABOIM, acantonada entre dois montes, vertentes da Cabreira, mais inclinada já para a bacia do Ave do que para a do Vizella ... S. MIGUEL DO MONTE, ahi está já encoberto pelas suas carvalheiras e pinhaes, rude, sylvestre, debruçando-se sobre a altissima varanda da montanha, vendo o Ave a deslisar lá em baixo e as veigas da Povoa de Lanhoso a sorrirem além ...Visinha ... fica a populosa QUEIMADELA, freguezia cuja antiguidade ascende até aos princípios da monarchia ..."* J. VIEIRA (1886) *In* Minho Pittoresco

A Floresta apresenta-se como uma temática vastíssima que importa suportar com trabalhos que se dediquem a uma análise local de modo a propiciarem um conhecimento mais particular de uma realidade que, frequentemente, é secundarizada, principalmente, porque os estudos de âmbito regional/nacional apontam para uma análise padronizante, onde os aspectos de uma análise micro não são tidos em conta.

É neste contexto (micro) que pretendemos efectuar um estudo empírico que nos permita verificar as transformações ocorridas localmente ao nível do uso do solo, perscrutando-se a sensibilidade para a implementação/alargamento do espaço florestal, numa tentativa de contribuir para a sua expansão no território nacional e, ao mesmo tempo, proporcionar um confronto de ideias/opiniões, que relancem na área de trabalho a questão da revalorização do espaço rural suportado por uma actividade que, seguramente, poderá ser uma das possibilidades em incrementar economicamente os espaços rurais, cada vez mais vazios de vitalidade sócio/económica.

Abrangendo cinco freguesias da parte N/NE do concelho de Fafe, nomeadamente, *Aboim*, *Felgueiras*, *Gontim*, *Monte* e *Queimadela*, a área de estudo

delineada ocupa o espaço concelhio de maiores altitudes, onde consideramos poder realizar-se um trabalho de reversão na ocupação do uso do solo em prol da floresta.

Socorrendo-nos de técnicas de trabalho de campo (cf. 3.1), tais como percursos pedestres, inquéritos e entrevistas - suportados por levantamentos cartográficos - pesquisa bibliográfica/jornalística e levantamento fotográfico, de onde se destaca a publicada pela Câmara Municipal de Fafe, Associação de Municípios de Vale do Ave (AMAVE) e União das Associações Empresariais do Vale do Ave (UNAVE) e pesquisa de jornais locais, conseguimos efectuar uma análise comparativa entre o passado e o presente na ocupação do solo. Recaiu a nossa análise mais cuidada sobre as modificações observadas ao nível do coberto florestal, e ao mesmo tempo, constatamos realidades e vontades presentes na A.E. que efectivamente traduzem alguma indefinição e resistência à mudança dos usos em espaço rural.

De acordo com o *Plano Estratégico do AMAVE* (1993 : 16), o Vale do Ave apresenta três problemáticas distintas de desenvolvimento, nomeadamente:

1. Desenvolvimento Rural;
2. Modernização da indústria têxtil do vestuário e confecção/diversificação do tecido produtivo;
3. Despoluição do Rio Ave.

Assim, relativamente às problemáticas acima referidas, o município de Fafe enfrenta a primeira problemática na parte setentrional e oriental do seu território, enquanto que a segunda atinge, particularmente, a parte ocidental, no desafio pelo seu desenvolvimento, pelo que é nosso intuito tentar prestar um pequeno contributo na valorização do espaço rural fafense e consequentemente, envidar esforços para com este trabalho, auxiliar na caminhada necessária, a efectuar em direcção ao Desenvolvimento Rural.

Para a consecução do supra referido, preocupamo-nos em conhecer de forma próxima um espaço que, não sendo totalmente estranho, se revelou de forma surpreendente na riqueza de enquadramentos paisagísticos, nos quais indubitavelmente a floresta funcionaria como um elemento natural de complemento, e cumulativamente, auxiliaria na reestruturação física de extensas áreas onde paira uma séria ameaça de expansão dos afloramentos rochosos, agravando-se o contexto sócio-económico *per si* negativo dos meios rurais .

3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O tipo de abordagem escolhido para a prossecução deste trabalho obriga, neste momento, à presença de um espaço onde se explanem e introduzam as técnicas utilizadas que, enquadradas numa vertente mais activa e de contacto directo com a A.E., decorrem do facto de, no âmbito florestal, a informação ser quase inexistente a nível local.

Optamos por considerar, neste trabalho, um espaço que consignasse uma perspectiva integradora, a diversos níveis, da A.E. e decidimos efectuar uma pesquisa bibliográfica, jornalística[108], estatística e cartográfica que nos permitisse contextualizar/ /caracterizar o concelho, segundo as suas características demográficas, sócio-económicas e biofísicas.

Deste trabalho resultou o surgimento de uma base de dados estatísticos, apresentados nos anexos X a XXII, que possibilitaram o respectivo tratamento gráfico, assim como a concepção de cartografia, importantes no desenvolvimento das conclusões explicitadas ao longo de todo o estudo prático.

Esta contextualização garantiu o enquadramento necessário para a compreensão do que pensamos ser uma necessidade local, mais concretamente, o gerar de diversidade funcional, garantida pelo surgimento de novas actividades que *per si* promovam um reposicionamento sócio-económico dos espaços existentes em meios rurais, vulgarmente apelidados de *marginais*.

Reconhecendo na Floresta essa capacidade, e de acordo com a insuficiência informativa neste âmbito, decidimos (cf. ponto 3) optar por técnicas de investigação com cariz prático que, exploradas localmente, nos permitissem efectuar um levantamento de informação relativa aos usos do solo, às sensibilidades da sua alteração e às acções locais de divulgação/implementação da floresta como actividade geradora

[108] Consultamos na Casa da Cultura de Fafe o jornal *O Desforço*, num total 833 números publicados entre 1893 e 1909, com o intuito de encontrar notícias relativas a transações comerciais de material lenhoso, de modo a ter a percepção da importância da Floresta para a economia do município fafense.

Apesar de admitirmos que este trabalho nos trouxe aspectos interessantes dos *modus vivendi* da época consultada, a verdade é que não encontramos qualquer tipo de informação relevante no âmbito acima referido, pelo que implicou da nossa parte o abandono deste tipo de abordagem.

de equilíbrios, com um intuito claro de tentar perceber e auscultar uma realidade que nesta matéria nos era de todo desconhecida.

Assim, na tentativa de conhecer os usos, percepcionar a importância da floresta e ao mesmo tempo permitir um contacto mais directo com a superfície da A.E., adaptamos a técnica utilizada por Ana Correia (1994 : 2) na sua Dissertação de Doutoramento, nomeadamente a do *transecto*.

Este consiste em efectuar a pé, no terreno, um percurso seguindo uma linha, traçada previamente numa base cartográfica de escala 1 : 25 000, ao longo da qual se observa a ocupação do solo do espaço envolvente desta, numa extensão de 200 metros (100 metros para cada um dos lados).

Desta forma, conseguimos efectuar um registo mais abrangente das *manchas* de ocupação e do qual resultou a concepção do anexo XIX, onde podemos constatar a existência de três *transectos*, que tendo como início o mesmo ponto de partida, mais precisamente, o vértice geodésico da Toura (678 m.), tiveram destinos diversos, nomeadamente, os vértices geodésicos do Fojo (585m) e Maroiço (847 m.), assim como o ponto cotado localizado em Aboim (666 m.).

O levantamento foi efectuado com recurso às inúmeras visitas ao campo, nas quais utilizámos as *Cartas Militares* n.° 71 e 72 à escala 1 : 25 000 e os instrumentos de precisão na localização e medição, tais como, *Bússola* e *Curvímetro*, complementado por todo um trabalho de leitura de pontos de referência envolventes (povoamentos, cursos de água, morfologia, rede viária, vértices geodésicos, ...), e auxiliadores na percepção espacial, possibilitando a delimitação dos usos na superfície percorrida.

Considerando este levantamento exaustivo, interessa referir que foi coadjuvado pelo recurso a um registo fotográfico (anexo XX) e a um suporte cartográfico com escala de 1 : 25 000, nomeadamente, o Anexo 5.1. do Plano Director Municipal - Inventário Florestal (1974) e Carta de Uso do Solo[109], obtidos através dos Serviços da Câmara Municipal de Fafe, bem como, as Cartas do Inventário Florestal (1974) da Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal e as Cartas Militares n.° 58, 71 e 72 do Instituto Geográfico do Exército.

[109] Estes dois documentos estão na origem da fig. 23 - Distribuição Florestal no concelho de Fafe – presente em 3.3..

No seu conjunto, propiciaram a possibilidade de efectuar um estudo comparativo dos usos existentes entre 1974 - 2000, que nos permitiram concluir aspectos importantes relativos ao ritmo e tipo de transformação ocorridos, devidamente representados nos Perfis da fig. 25 e explanados em 3.4..

Na sequência da necessidade em conhecer a A.E., elaboramos um inquérito (anexo XXI), no qual, ao visarmos os proprietários agrícolas, pretendemos recolher aspectos que nos permitissem uma caracterização global da estrutura fundiária, utilização das terras, importância da floresta e sensibilidade quanto à exploração conjunta em propriedades das freguesias alvo do nosso estudo.

Foram realizados na totalidade 135 questionários, segundo um universo de 334 explorações agrícolas presentes em 1989[110] na A.E., cobrindo uma amostra de 40%, efectuados de forma estratificada pelas cinco freguesias, ou seja, 42, 10, 10, 28 e 45 questionários, em Aboim, Felgueiras, Gontim, Monte e Queimadela, respectivamente, realizando-os aleatoriamente dentro de cada lugar visitado durante a execução de todo o processo de inquirição.

O inquérito em muito auxiliou no esclarecimento de dúvidas de partida, relativamente aos usos existentes e à dificuldade de accionar uma política de revitalização dos espaços agrícolas em geral, e de Fafe em particular, tendo por base o suporte florestal.

Para o efeito, foram necessárias variadíssimas *démarches* que passaram por contactos iniciais com os representantes preferenciais a nível local, ou seja, pelos respectivos Presidentes da Junta de Freguesia, seguindo-se, a solicitação do apoio aos Párocos das Igrejas locais, que recorrendo à leitura de avisos e apelos, permitiram a abertura necessária ao contacto vital na execução do inquérito efectuado nas freguesias de Aboim, Felgueiras, Queimadela e Monte.

Nas freguesias de Felgueiras e Queimadela, por solicitação do Padre Joaquim Flores, foi mesmo necessário efectuar, nas missas de Domingo, um primeiro contacto presencial com as respectivas populações, onde no período reservado às informações a prestar às respectivas paróquias se apresentou o inquiridor e os objectivos gerais do

[110] Saliente-se o facto de termos de ter recorrido ao Recenseamento Geral Agrícola de 1989, apesar de no ano de 1999 ter ocorrido novo recenseamento que, segundo o I.N.E., será publicado no decorrer do mês de Outubro de 2000, pelo que se torna inviável a sua utilização.

inquérito que se pretendia desenvolver junto das respectivas populações, ao mesmo tempo que se solicitou ao público presente o apoio à iniciativa.

Saliente-se o facto de na primeira freguesia, este processo ter sido reforçado pela difusão da informação através da transmissão via rádio local, que efectuou na altura a cobertura de toda a cerimónia.

Efectuados os contactos através dos órgãos de poder político e religioso a nível local, seguiu-se a fase de implementação do inquérito, onde o insubstituível apoio dado pelos Presidentes de Junta das Freguesias de Aboim, Queimadela e Gontim, se traduziu pela disponibilização de um elemento da autarquia para acompanhar todo o processo de inquirição.

Na freguesia de Felgueiras, este apoio foi efectuado pelo próprio responsável máximo da autarquia, enquanto que na freguesia de Monte, o Presidente, através da sua equipa de trabalho, contactou nos diversos lugares os proprietários, solicitando a presença dos mesmos no edifício da Junta, em datas combinadas, a fim de efectuarem as respostas aos respectivos inquéritos.

Reconhecemos que este tipo de auxílios foram essenciais para a consecução desta técnica, principalmente pelo favorecimento de uma abertura e disponibilidade por parte da população, que foi respondendo ao inquérito de forma solícita e muito agradável, embora, por vezes, demonstrasse à mesma alguma insegurança.

Resultaram então, momentos de conversa assaz gratificantes, que em muito permitiram valorizar as conclusões tiradas neste trabalho, principalmente, porque viabilizaram uma percepção mais efectiva de sentimentos e expectativas face à actividade florestal evidenciadas, por exemplo, através dos quadros n.º 12 e 13, apresentados em 3.4..

O referido inquérito possibilitou, igualmente, a concepção do anexo XXII, que traduz um resumo de dados estatísticos, importantes na constatação de uma realidade fundiária e nas pretensões dos inquiridos em relação à floresta.

Concordarmos com a ideia que qualquer projecto de fomento florestal terá de passar, obrigatoriamente, pela actuação conjunta de diversos intervenientes, responsáveis pela dinâmica do concelho. Assim sendo, procuramos definir e inquirir um grupo de agentes locais, que poderão, de certa forma, numa primeira fase, funcionar

como a *linha da frente* de um processo ainda imberbe e sem qualquer tipo de organização à escala local/concelhia.

Ao localizarem-se junto das fontes preferenciais de informação, podendo actuar de forma concertada, este grupo corresponderá, na nossa perspectiva, a um dos vértices do triângulo, com uma função primordial enquanto suporte basilar na expansão florestal no concelho.

Decidimos então entrevistar o poder político local, na figura do Pelouro de Ambiente da Câmara Municipal de Fafe, e ainda, dois agentes responsáveis ao nível da prestação de serviços aos produtores agro-florestais, nomeadamente, Associação de Silvicultores do Vale do Ave, com sede em Fermentões - Guimarães, e a Cooperativa Agrícola de Fafe.

Sendo representantes de movimentos deveras importante na dinâmica florestal, estes, ao funcionarem com base na figura do agrupamento de associados, bem como, no facto de centralizarem conhecimentos/procedimentos técnicos relevantes na concepção/execução/concretização dos projectos de florestação, experimentam já um *modus operandis* fundamental para o incremento desta actividade.

Igualmente, não podíamos deixar de referir a pesquisa efectuada junto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe que, resultante da sua prestação enquanto serviço público na defesa do património local, nomeadamente no combate a focos de incêndio, nos possibilitou o acesso aos registos do número e tipo de fogos existentes na Zona Operacional 06 e no Centro de Coordenação Operacional 073, do qual resultaram os quadros n.º 8 e 10.

Mediante a autorização prévia do Comandante da Corporação, tivemos de deslocar-nos por diversas vezes aos respectivos serviços, onde nos foi facultado o acesso aos registos diários (1095 dias) das solicitações feitas aos bombeiros fafenses, para obtermos os dados que estiveram na base desta pesquisa e dos quais resultou o anexo XVI.

Enquanto documento, validamos a sua importância, na percepção global do peso de destruição dos *incêndios rurais* em Fafe entre 1995 - 1997, e em particular, na relação entre as áreas ardidas dos espaços florestais, agrícolas e de inculto.

A pesquisa efectuada limitou-se a três anos, ao período referido, devido ao facto de, só a partir do ano de 1995, os registos serem feitos, automaticamente, pelo sistema informático então instalado, e ainda porque a informação recolhida satisfazia as necessidades para o efeito em que foi aplicada no decorrer da apresentação do ponto 3.3..

3.2. ESBOÇO CARACTERIZANTE DO ESPAÇO ENVOLVENTE

> *"Fafe, estruturada historicamente como localidade de passagem, institui-se assim como «território-charneira» entre o Minho e o interior ...."* (A.COIMBRA : 1997 : 21) *"[com] paisagens quer de contraste morfológico, pois abrangem variantes de relevo da plataforma litoral, do maciço de colinas e depressões e do interior (nível de arrasamento de 400 a 700 metros de altitude), [o Minho tem um] forte condicionalismo rural ..."* (R.FERNANDA : 1983 : 10).

A abordagem ao espaço fafense implica obrigatoriamente uma breve contextualização no território envolvente. Desta forma, geograficamente inserido no *Norte Atlântico* de Portugal[111] (S. DAVEAU : 1998 : 99), mais precisamente, no *Noroeste*[112], Fafe, segundo M. Monteiro (1991 : 25) localiza-se no *Minho dos Contrastes*, nomeadamente no Baixo Minho, fazendo parte do Alto Ave, "... e dos contrafortes do Marão, da Cabreira e do Gerês, onde predominam pequenos vales percorridos por inúmeros rios e ribeiros, «originários da cadeia montanhosa» que circunda o concelho e preenche a maior parte do seu território."

Administrativamente, Fafe, pertence à Região Norte de Portugal, mais concretamente, ao distrito de Braga e detém 36 freguesias (fig. 13). Encontra-se circunscrito pelos concelhos de Póvoa de Lanhoso/Vieira do Minho, Felgueiras, Celorico de Basto, Guimarães e Cabeceiras de Basto, nomeadamente a Norte, Sul, Oeste e Este. Estes concelhos, com excepção de Felgueiras, constituem as diversas delimitações presentemente associadas ao Vale do Ave.

---

[111] Saliente-se em relação a esta classificação, que em 1945, Orlando Ribeiro (1998 : 188), tendo por base as tentativas de B. de Barros (1875), A. de Amorim Girão (1927-33) e H. Lautensach (1932-37), elaborou um mapa que, igualmente, se debruçou sobre a paisagem portuguesa, dividindo-a em três *graus de divisão*, mais concretamente: "1. O contraste fundamental entre o Norte e o Sul do País; 2. A divisão do Norte em Norte Atlântico e Norte transmontano, definindo-se assim as «três divisões fundamentais da terra portuguesa»; 3. A subdivisão do território em 23 «unidades de paisagem»." (S. DAVEAU : 1998 : 98)

[112] O. Ribeiro (1998 : 148) refere as *unidades de paisagem 1 a 4 e 6*, nomeadamente, *Entre Douro e Minho, Montanha do Minho, Montanhas do Norte da Beira e do Douro, Terras de média altitude da Beira litoral e Beira litoral*, formam a unidade de *Noroeste*. "Unidade natural definida pelo predomínio dos caracteres atlânticos, unidade histórica mantida através de uma população antiga e densa que, pelo seu domínio e homogeneidade, veio a constituir o elemento aglutinante do Estado português."

Portanto, designações como Nomenclaturas de Unidade Territorial III do Ave - NUTS III do Ave (fig. 14), Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) e União das Associações Empresariais do Vale do Ave (UNAVE), surgem como demarcações de áreas mais ou menos extensas de análise e intervenção territorial, numa sub-região reconhecida como uma área das mais dinâmicas do país, segundo principal centro económico do Norte de Portugal a seguir ao Grande Porto, tendo em conta a sua reconhecida vocação industrial, com uma tradição que remonta à primeira metade do séc. XIX - 1843[113], na qual se evidenciam em particular os ramos da indústria têxtil e de vestuário.

Optando pela caracterização do espaço envolvente de Fafe e recorrendo ao território pertencente à AMAVE, é "... necessário recuar um pouco no tempo para compreender as circunstâncias em que a Associação de Municípios de Vale do Ave se constituiu tal como hoje é conhecida." (AMAVE : 1996 : 7)

Tudo se inicia com a constatação por parte do poder autárquico da necessidade de se solucionarem problemas comuns no âmbito da deficitária distribuição de equipamentos e infra-estruturas de base, que despoletaram sensibilidades associativistas numa perspectiva de gerar iniciativas e projectos colectivos que solucionassem o marasmo em que a sub-região do Vale do Ave se encontrava até à década dos anos 80, nomeadamente, "... atrofiada ao nível das comunicações, desprovida de infra-estruturas sociais e ambientalmente negligenciada, o que resultou na poluição sistemática dos recursos aquíferos, resultante de fontes domésticas e, fundamentalmente, industriais." (UNAVE : 1998 : XLVII)

É, nesta *consciência colectiva*, ciente das "... fortes desigualdades e desequilíbrios a vários níveis: do desenvolvimento sócio-económico, da dinâmica demográfica e das características naturais ..." (A. DOMINGUES : 1986 : 39), onde nos anos 80 emergem duas associações - Comissão de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Ave (CGIBHA) e a Associação de Municípios do Alto Ave, a partir das quais se enveredou por "...uma cultura de concertação de acções entre municípios, com objectivos cada vez mais abrangentes, quer geográfica, quer tematicamente." (AMAVE : 1996 : 7)

[113] Em Fafe, as fábricas do Ferro (1843), do Bugio (1873), e Fábrica de Fiação e Tecidos de Fafe (1886), são um testemunho ainda presente do aparecimento do processo industrial no período novecentista, funcionando como estruturas de referência para uma actividade que conheceu maior expansão no século seguinte, podendo ser referidos como exemplo as fábrica da Azenha - Leite de Castro & C.ª, da Pica e de Silvares, que surgiram nos anos 20.

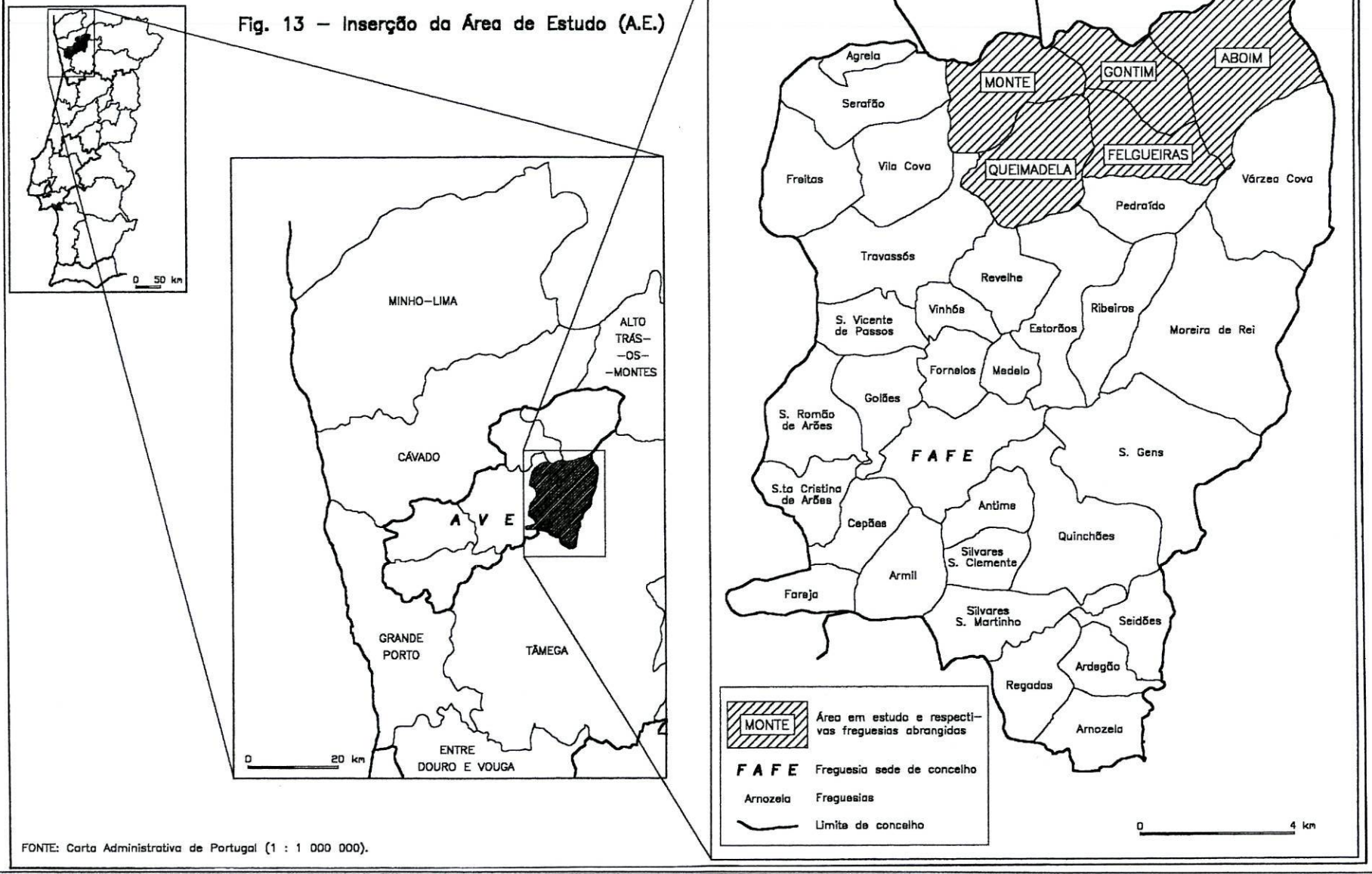


Fig. 13 – Inserção da Área de Estudo (A.E.)

FONTE: Carta Administrativa de Portugal (1 : 1 000 000).

Em 1987, reunindo os concelhos de Fafe, Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão (municípios sempre presentes nas três demarcações acima mencionadas), surge a Associação de Municípios da Terra Verde, alargada até 1991, com a entrada de mais quatro concelhos, concretamente, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim (último concelho a associar-se), Vieira do Minho e Vila do Conde.

Ocupando uma superfície total de 1469km^2, onde se distribuem aproximadamente 579 mil habitantes, originando uma densidade populacional superior à da Região Norte onde está inserida, ou seja, 394 habitantes/km^2 contra 163, a AMAVE, correspondendo ao território da bacia hidrográfica do rio que atravessa os concelhos desta associação, foi alvo de uma O.I.D. (Operação Integrada de Desenvolvimento), consequente do enquadramento adequado pela entrada de Portugal na então Comunidade Europeia (1986).

O Plano Estratégico do Vale do Ave (P.E.V.A.), delineado pela AMAVE, com o propósito de munir esta associação com um programa que reunisse as condições necessárias para a apresentação de candidaturas aos programas operacionais no âmbito do II Q.C.A. (1994 – 1999), teve como finalidade qualificar o Vale do Ave enquanto espaço vitalizado e atractivo, definindo para a sua consecução quatro objectivos orientadores, especificamente, promover o ajustamento do sistema produtivo local às novas condições de competitividade, reforçar a coesão interna e territorial do Vale do Ave, relançar a imagem qualificando o sistema urbano difuso e melhorar as condições instrumentais de intervenção e concertação.

Num esforço conjunto de articulação das vontades políticas e privadas, encetou-se uma acção que visou contribuir para o desenvolvimento do território do Vale do Ave, designadamente, na revitalização da qualidade ambiental, no reforço das infra-estruturas do saneamento básico, na melhoria das ligações internas e externas com a região, na promoção da formação de mão-de-obra qualificada ao nível do pessoal operário/empresários e pelo incremento da actividade industrial através da formação de núcleos industriais, localizados de acordo com a iniciativa local e tendo em conta o espaço disponível para o efeito, devidamente regulamentado pelos respectivos P.D.M's (E. TAVEIRA : 1991 : 3 - 5).

Os Municípios do Vale do Ave funcionaram desde 1987, como parceiros imprescindíveis no que consideramos ser o início de "... uma combinação de

investimento governamental e autárquico, com apoio comunitário que iniciou o processo efectivo de modernização do Ave ..." (EUROPÁGINAS : 1998 : XLVII - XLVIII), encontrando no PROAVE[114] - Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave - o compromisso governamental para a concretização dos objectivos delineados no P.E.V.A..

Estipulando catorze domínios de intervenção[115], o poder central pretendeu favorecer o alcance dos objectivos previamente enumerados no P.E.V.A., para os quais fez convergir "avultados" investimentos, com financiamento assegurado pela Iniciativa Privada, pelos Fundos de Coesão Comunitários, pelos Programas de Investimentos e Despesas da Administração Central (P.I.D.D.A.C.) e pelos Orçamentos Municipais (*Idem* : 1998 : LXI).

Apesar de considerarmos que esta *aliança financeira* teria tudo para ser um sucesso de intervenção espacial deveras importante para o Vale do Ave, verificamos a existência de acentuado descontentamento por parte da AMAVE, acusando o poder central de lhe ter retirado "... significativamente os recursos financeiros, sobretudo a partir de 1992/93" (AMAVE : 1997 : 5), gerando embaraços a uma dinâmica eventualmente mais interventiva, prejudicando populações no alcance mais rápido de um melhor bem-estar.

A interacção dos diferentes agentes com responsabilidades na política do poder central deveriam pautar-se por medidas mais concertadas em prol de um desenvolvimento mais efectivo, libertando-se e despreocupando-se relativamente a interesses meramente eleitoralistas, que não a mera prestação do serviço para o qual foram mandatados por sufrágio, contribuindo de uma forma transparente no que pensamos ser uma necessidade pública, ou seja, o esbatimento das assimetrias regionais.

Este enquadramento de actuação diferenciada e parcial, exige da AMAVE uma postura argueireira, por forma a tentar junto dos *lobbies* políticos alertar o Governo para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Integrado (P.D.I.), como direcção a seguir na resolução dos problemas do Vale do Ave, equacionados no P.E.V.A..

[114] Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/97.

[115] Domínios de Intervenção: Competitividade e Cooperação Empresarial, Comércio e Turismo, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Emprego e Formação Profissional, Solidariedade e Segurança Social, Acessibilidades, Educação, Desporto, Cultura, Juventude, Saúde, Habitação e Ambiente.

Assim, a AMAVE, pressionando junto do Governo, assume o protagonismo necessário à defesa dos interesses da sub-região que constitui, com uma intenção declarada de tentar contribuir para a minimização das dissimetrias sócio-económicas vigentes na sua área de intervenção, colaborando desta forma num projecto de maior ambição, mais concretamente, à escala nacional.

Embora corroboremos deste descontentamento, verificamos que a realidade do Vale do Ave tem vindo, nos últimos anos, a modificar-se à mercê dos múltiplos programas em curso nos diferentes domínios de intervenção, que no seu espaço vão esbatendo gradualmente as problemáticas sentidas neste espaço (cf. 3.), reconhecendo que muito terá de ser efectuado para que estas o deixem de ser, de maneira a reduzir-se a presente heterogeneidade, perfeitamente observável, por exemplo, na análise atenta de alguns indicadores sócio-económicos.

Demograficamente inserida na parte "... constituída pelos concelhos mais populosos (com densidade de 100 habitantes ou mais) dos distritos do litoral ao norte do Sado ..." (O. RIBEIRO : 1998 : 97), o NUTS III AVE[116], com 459.673 habitantes em 1991, ao apresentar no decénio de 1981/91 uma variação de 6.5% (anexo XII) detém um ritmo de crescimento superior aos 1.8 e 0.4 pontos percentuais, registados nomeadamente, na Região que integra e em Portugal Continental.

Este comportamento diverso tem sido mais ou menos presente ao longo dos tempos, principalmente desde 1940, nunca tendo apresentado qualquer variação negativa, como ocorreu na *Região Norte* entre 1911/1920 e 1960/1970, e no Continente, nesta última década (fig. 14).

À escala concelhia são visíveis as dessemelhanças evolutivas (fig. 15) e, centrando a nossa atenção a partir dos anos 30 (período onde se iniciam com maior vigor as diferenças de crescimento), assistimos a um constante aumento demográfico dos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso, conferindo-lhes densidades populacionais de 611, 566 e 496 hab/Km^2, respectivamente, tornando-os

[116] Optou-se por a partir desta parte do trabalho recorrer a este tipo de caracterização pela evidente facilidade de analisar os dados demograficamente agrupados pelo I.N.E. e onde normalmente se efectuam o maior número de intervenções (por exemplo a O.I.D. – Ave), principalmente porque com alguma frequência os concelhos de Póvoa de Varzim e Vila do Conde, numa lógica de intervenção no espaço do litoral, unem-se aos projectos dinamizados pela Área Metropolitana do Porto, que a avaliar pelos recursos financeiros recebidos, detém uma próspera vitalidade, muito superior à da AMAVE, e de interesse para ambos os municípios.

como principais responsáveis pelos ritmos crescentes, sofridos na população do NUTS III - Ave até à actualidade.

Fig. 14 - Variação demográfica em Portugal Continental/Região Norte/NUTS III - Ave[117]

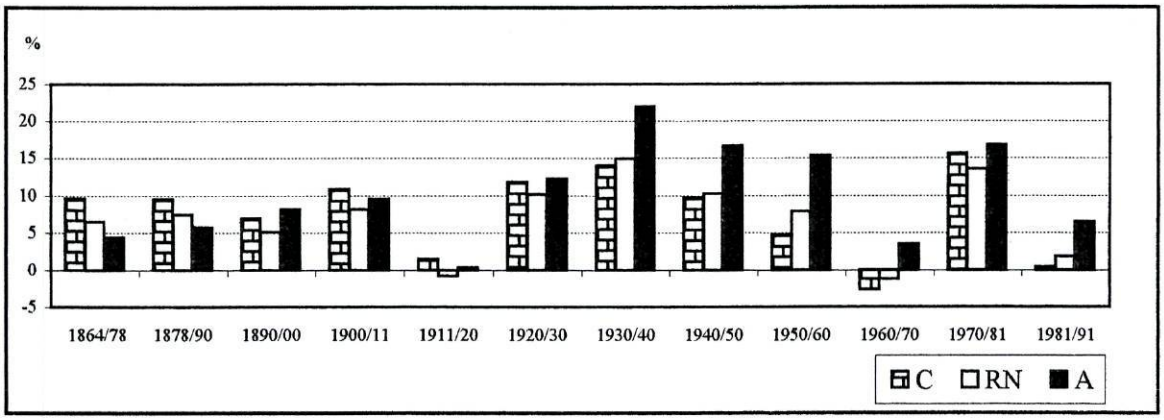
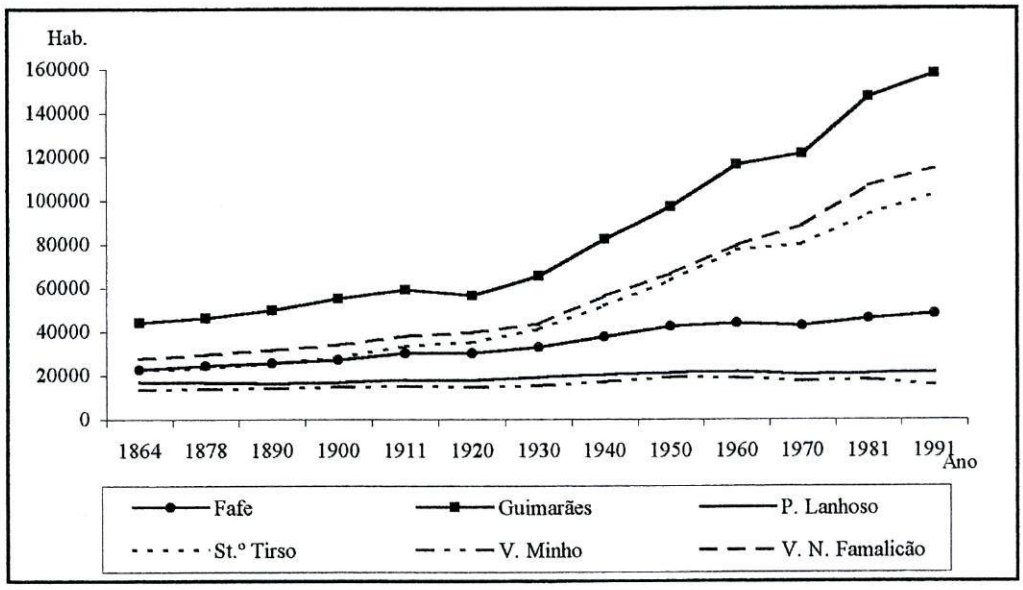


Fig. 15 - Evolução demográfica dos concelhos do NUTS III - Ave[118]

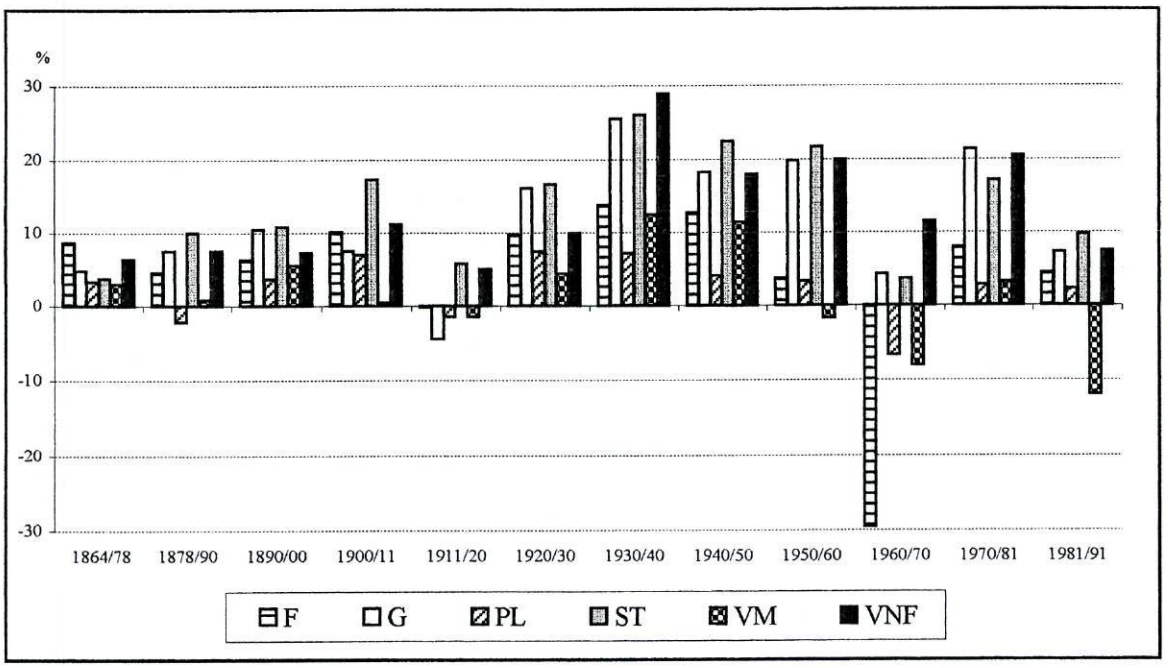


Estes dois últimos concelhos, animados de maior dinâmica demográfica, afastaram-se de Fafe, que, embora tenha aumentado a sua população até 1960 e mesmo após 1970, fê-lo de forma muito mais suave, associando-se parcialmente ao tipo de evolução sentida pelos concelhos da Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, que, contribuindo para os fenómenos de *litoralização do povoamento* e *emigração* em

[117] Fonte: Anexo X

Portugal, foram "desde sempre" os municípios onde o crescimento demográfico se pautou por variações extremamente ténues, com Vieira do Minho a registar entre 1981/91 uma variação negativa no seu efectivo populacional (fig. 16), resultando para este concelho a densidade demográfica mais reduzida no NUTS III - Ave - 72 hab./Km^2.

Fig. 16 - Variação demográfica dos concelhos do NUTS III - Ave (1864/1991)[119]



O facto de Vieira do Minho ser um caso impar no NUTS III – Ave entre 1981/91, causou nesta *unidade territorial*, como foi já evidenciado anteriormente, uma dinâmica de crescimento demográfico positivo, vital para a reposição do seu número de habitantes, frequentemente reduzido pelos múltiplos movimentos migratórios nacionais e internacionais de que tem sido alvo[120], colaborando na manutenção do seu potencial humano que "... à semelhança do que acontecia no início da década de 80, [de] uma

[118] Fonte: *Idem*
[119] Fonte: *Ibidem*

[120] Repare-se que este enquadramento resulta dum contexto regional muito penalizado pela saída dos seus naturais, onde o decénio 1981-91 não foi excepção. Com um "... crescimento migratório negativo de cerca de 161 mil pessoas ... [representando] cerca de 56% do [ocorrido] no Continente ... [e colocando] a Região Norte, juntamente com a do Alentejo, como as regiões do Continente que mais população perderam no decénio, em termos relativos, com as migrações ..." (S. BACELAR : 1993 : 18), o crescimento demográfico sentido no NUTS III – Ave é igualmente um importante contributo num crescimento populacional a nível nacional, cada vez mais moderado e onde são múltiplas as sub-regiões com tendência demográfica negativa.

população jovem ..." (AMAVE : 1993 : 27), deveras importante no rejuvenescimento demográfico e renovação da população activa[121].

Ponderando acerca do indicador mencionado no fim do parágrafo anterior e concentrando-nos em particular na distribuição da *população empregada* em 1991 pelos três sectores de actividade, confirma-se a diversidade interna no Ave.

Quadro n.º 5: População activa na Região Norte/NUTS III - Ave/concelhos do NUTS III - Ave – 1991[122]

	População Residente (P.R.)	População Activa (P.A.)	População Empregada (P.E.)	Distribuição da P.E. pelos Sectores de Actividade					
				I		II		III	
Espaço	HM	HM	HM	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
NUTS II - R. Norte	3472715	1580411	1501817	158862	10,6	742010	49,4	600945	40
NUTS III - Ave	459673	231097	221951	9217	4,2	158134	71,2	54600	24,6
Fafe	47862	21992	21002	1957	9,3	13444	64	5601	26,7
Guimarães	157589	82082	79164	2170	2,7	58401	73,8	18593	23,5
Póvoa de Lanhoso	21516	8284	7920	1259	15,9	4050	51,1	2611	33
Santo Tirso	102593	54294	51889	1308	2,5	38030	73,3	12551	24,2
V. Nova Famalicão	114338	59285	57367	1488	2,6	42567	74,2	13312	23,2
Vieira do Minho	15775	5160	4609	1035	22,5	1642	35,6	1932	41,9

Mais uma vez, defendemos e verificamos a existência de três cenários distintos (quadro n.º 5), a traduzirem estádios de desenvolvimento igualmente distintos:

- O primeiro, formado pelos concelhos mais evoluídos, especificamente por Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão, com mais de 70% da sua população empregada no sector II e com menos de 3% no I;
- O segundo, composto só por Fafe, que possuindo 64% dos seus trabalhadores a laborar na Indústria, regista, comparativamente com o grupo anterior, um valor mais elevado nos restantes sectores (9,3% - I e 26.6% - II);
- Por último, incluindo os concelhos menos desenvolvidos, tais como, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, temos o terceiro grupo com mais de 15% da sua população com tarefas associadas ao sector I, ultrapassando o valor de 10,6% presente na Região Norte, e um sector terciário preponderante em relação ao

[121] Conjunto de indivíduos com 14 e mais anos que, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

[122] Fonte: INE (1993); XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação - Norte - 1991; Quadros 1.02; pp. 48.

observado nos concelhos já referidos, não sendo só por si sinónimo de especialização sectorial.

Portanto, o NUTS III – Ave, "... com uma economia fortemente denominada por actividades da Indústria e Construção (61% do emprego) ..." (S. TORRES : 1996 : 12), é um espaço contrastante, na qual subsistem municípios onde a indústria (maioritariamente transformadora, com destaque para a fileira têxtil-vestuário) assume maior relevância (Guimarães, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e a parte ocidental de Fafe), opondo-se-lhes outros (Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e parte de Fafe) com marcado cariz agrícola, mantendo de certa forma um aspecto dominante da dita *economia tradicional portuguesa* à qual frequentemente se juntam a criação de gado e arvoredos (O. RIBEIRO : 1998 : 58). Consequentemente, as dinâmicas existentes são sem qualquer margem para dúvida diferentes, exigindo um esforço suplementar para atenuar o que sabemos ser um dos principais embaraços do Vale do Ave.

Conforme conseguimos depreender pela abordagem efectuada, Fafe[123], habitado em 1991 por 47.862 pessoas, reflecte um estado transitório, num processo evolutivo de transformação sócio-económico, influenciado pela sua "... posição intermédia entre os grandes aglomerados do Vale do Ave e os concelhos mais montanhosos do interior do país ..." (AMAVE : 1996 : 9), detendo uma dicotomia de crescimento[124].

Neste sentido, verifica-se uma dinâmica a duas velocidades, uma suportada pela actividade industrial, prolongada pelo comércio e serviços existentes, do qual resulta uma maior relevância à única centralidade do concelho, a Cidade de Fafe; enquanto que em oposição, deparamos com uma actividade agrícola sem grande

[123] O concelho de Fafe, outrora *Monte Longo*, foi formado pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836. É o produto final de múltiplas transformações ocorridas na sua configuração territorial decorrentes, maioritariamente, por anexações de *antigos concelhos*, tais como, "...Cepães, Moreira de Rei (o maior dos três) e Pedraído ..." (A. BARATA : 1994 : 39), e de inúmeras freguesias provenientes de concelhos vizinhos, nomeadamente, Guimarães (concelho que mais espaço cedeu a Fafe), Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Felgueiras. Este último concelho viu, segundo B. Marques (1998 : 41), por Decreto de 24 de Outubro de 1855, devolvida à sua divisão administrativa a freguesia de Julgueiros.

[124] M. Monteiro (1996 : 61) refere que "[a] divisão interpretativa do território em duas partes, surge neste processo de ecossistemas sociais particulares, com uma progressiva expansão demográfica e populacional no Centro e Sul do concelho, mais aberto, desde a Idade Média, pela existência de antigas vias de comunicação de ligação do litoral ao interior, à circulação de pessoas, bem como pela facilidade de recepção de novas tecnologias e novos comportamentos sociais."

viabilidade económica, que tem vindo o afastamento das camadas mais jovens, dificultando qualquer processo de revitalização das áreas dominantemente rurais.

Dando prosseguimento à abordagem pretendida deste espaço de 218.87 Km^2, comummente denominado por *Sala de Visitas do Minho*, com o objectivo de complementar os factos já referidos e integrar a A.E.[125], reconhecemos que no séc. XX ocorreram dois percalços demográficos, um entre 1911/20 e outro, de maior incidência, entre 1960/70[126].

Regredindo 30% na sua população, Fafe apresentava em 1960, 43.782 habitantes e recensearam-se em 1970 apenas 42.485. Todavia, a freguesia sede, neste mesmo período, viu a sua população aumentar 10.3%, passando de 7.126 habitantes para 7.865, pelo que, embora o concelho globalmente tenha tido uma progressão, assistiu ao oposto em 24 das 36 freguesias (anexo X), nas quais de destacam Vila Cova, Freitas, Silvares (S. Martinho), nomeadamente com, - 35.2%, - 28.9% e - 22.2%.

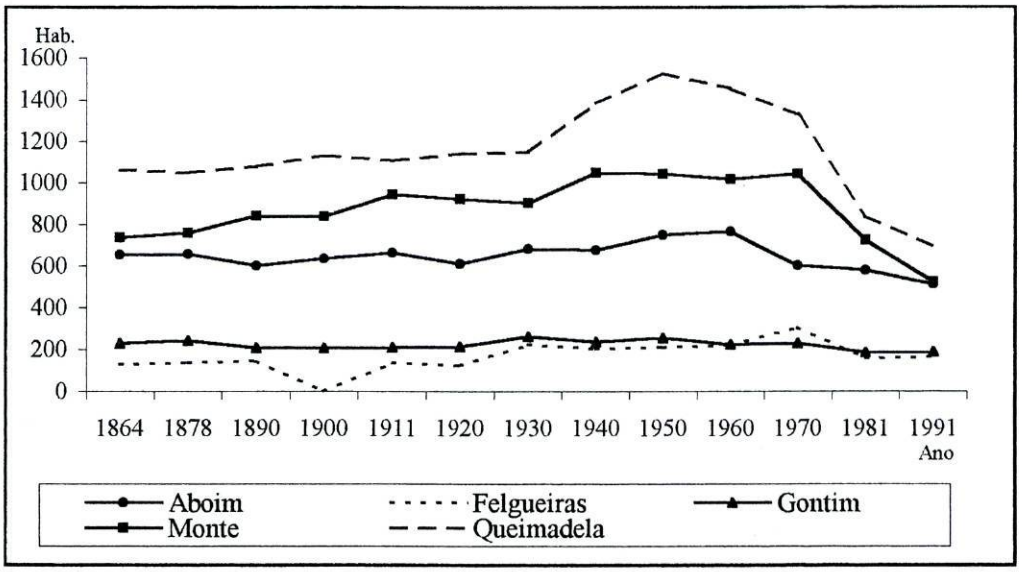
Neste conjunto que abrangeu dois terços das freguesias do concelho, incluíram-se duas das cinco freguesias da nossa área de estudo, concretamente, as de Aboim e Queimadela, nas quais se verificou uma variação negativa de 21.4% e 8.7%, respectivamente. Entre 1970/81, as restantes freguesias da A.E. - Felgueiras, Monte e Gontim - juntaram-se a este grupo de retracção demográfica, registando-se em cada uma delas uma variação de - 48.2%, - 30.4% e - 18.7%. No decénio subsequente - 1981/91, mantendo-se o efeito de regressão populacional em três das cinco freguesias da A.E., Felgueiras e Gontim, assistem a um aumento de população, quase imperceptível (fig. 17), pois a variação (fig. 18) sofrida em ambas foi de 7 e 1 pessoas, respectivamente (anexo X).

---

[125] A A.E., localizado no quadrante N./NE., faz parte de Fafe agrícola e serrano, detendo aspectos peculiares de ordem física/humana, que sem querermos explorar exaustivamente, serão percepcionados no decorrer deste trabalho.

[126] Precedidos por um período de emigração acentuado, que C. Medeiros (1991 : 122) aponta para aproximadamente 260.000 pessoas que abandonaram o país entre 1891-1900, e que R. Cascão (1998 : 426) reforça com a saída de 1.611 pessoas entre 1906-1912, engrossado pelo que O. Ribeiro (1998 : 99) classifica como *a grande debanda*, de um contingente de aproximadamente 450.000 portugueses que escolheram o Brasil como destino entre 1900-1913 (M. MONTEIRO : 1991 : 44), "... associam-se ao primeiro caso a I Grande Guerra Mundial (1914-1918) e as epidemias de tifo e pneumónica, registadas no final dos anos 10 [enquanto que no] segundo caso, a crise populacional terá a ver com os fenómenos da guerra colonial e da emigração, verificados nos anos sessenta ..." (A. COIMBRA : 1999 : 7), que alcançou o seu máximo de saída em 1966 com a partida de 120.000 emigrantes (O. RIBEIRO : 1998 : 99), num universo de 681.000 saídas entre 1961-1970 (C. MEDEIROS : 1991 : 122).

Fig. 17 – Evolução demográfica das freguesias da área de estudo[127]



O esvaziamento demográfico sentido desde 1970 até "1991" em muitas freguesias fafenses, nas quais se exclui a freguesia de Fafe[128] (fig. 18), vem colocar-nos um problema preocupante nestes mesmos espaços, ou seja, o enfraquecimento da sua vitalidade e consequente aumento de dependência de idosos.

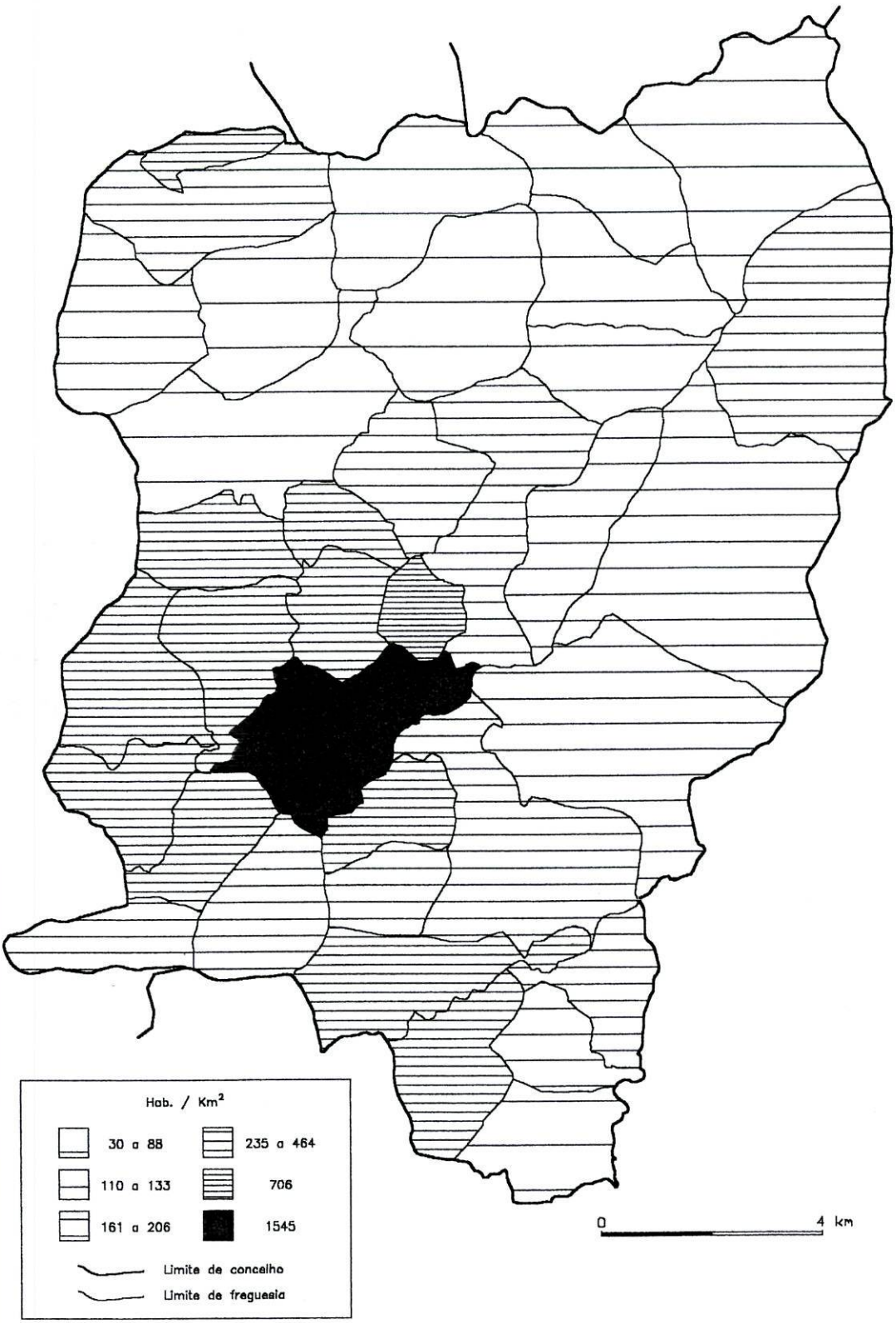
Este fenómeno é bem visível quando analisamos a distribuição da densidade populacional nas diferentes freguesias do concelho (fig. 19), onde, com excepção de Agrela, Serafão e Freitas[129], todas as freguesias que constituem o Norte fafense, no qual se insere a A.E., apresentam, em 1991, os menores valores de população relativa, ou seja, registos inferiores a 88 hab./ km^2 (anexo X). Igualmente, associamos a freguesia localizada no extremo SE. de Fafe - Arnozela, formando, demograficamente, um conjunto espacial muitíssimo distinto da realidade existente à volta da sede concelhia, onde

[127] Fonte: Anexo X

[128] "O centro urbano, porém, cresceu a velocidade bem mais acentuada, quintuplicou a população: dos 3.615 habitantes do início do século, passámos para 11.584 em 1991 e seguramente para mais de 20 mil nos dias de hoje ..." (A. COIMBRA : 1999 : 7), funcionando como um espaço que tem vindo a sustentar o dinamismo concelhio, evitando a perda mais efectiva de população. Podem igualmente ser referidos os contributos dados pelas várias unidades industriais da fileira têxtil, que ao longo deste século fora sendo instaladas, e da melhoria gradual e significativa da rede de acessibilidades, tanto a nível interno como externo, permitindo a aproximação do trabalho/domicilio e de Fafe aos principais centros de decisão e de maior dinâmica no contexto regional em que o concelho se insere.

[129] Note-se que estas três freguesias, ao estarem inseridos num contexto de relativo afastamento à única centralidade do concelho, formam um reduto populacional anómalo, detentor de concentrações demográficas similares às freguesias que rodeiam a sede do concelho, encontrando nos concelhos limítrofes, como Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, assim como na maior proximidade à sede de distrito - Braga, as influências e os fundamentos principais de tal densidade demográfica.

Fig. 19 – Densidade populacional no Concelho de Fafe (1991)[131]



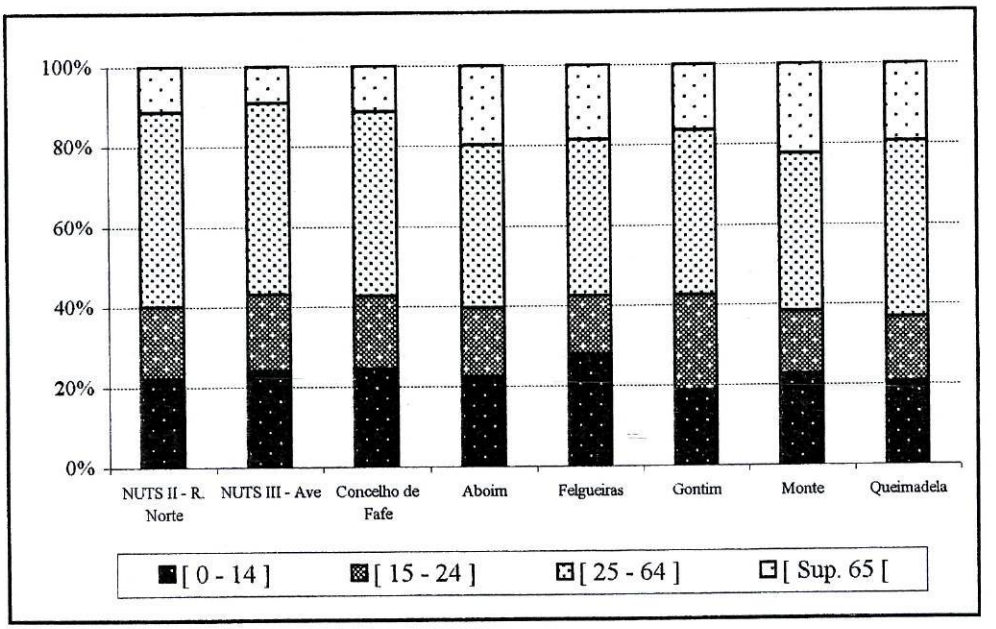
[131] Fonte: *Ibidem*/XI

Fafe com 1545 hab./ km^2 e Medelo com 706 hab./ km^2, se destacam.

Desde 1960, o concelho de Fafe regista uma diminuição sucessiva da representatividade na estrutura etária local, dos indivíduos com idades inferiores a 14 anos (anexo XII). Desta forma, dos 15.539 indivíduos (36%) existentes em 1960, encontramos em 1991 (fig. 20), 11.673, correspondente a 25% do conjunto populacional, prevendo-se em 1997 a perda de + 5%, passando a ter um total de 10.220 pessoas com menos de 14 anos de idade.

Em oposição, temos o grupo de idosos que tem vindo década a década, a crescer gradualmente, conferindo ao concelho um processo idêntico de envelhecimento que em 1991 era superior ao sentido no NUTS III - Ave (anexo XIII) e ligeiramente inferior ao da Região Norte.

Fig. 20 - Estrutura etária da população residente em 1991 no NUTS II - Região Norte, NUTS III - Ave, concelho de Fafe e freguesias da área de estudo[132]



Assim, consoante o autor[133] pelo qual optarmos para analisar a estrutura etária da população, o envelhecimento é um facto real desde 1981, ou então, aproxima-se ano

[132] Fonte: Anexos XII e XIII.

[133] Fantina Pedrosa (1999 : 122), na sua Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, refere dois autores para classificar a estrutura etária da população da sua área de estudo. Assim, Weeks (1984) defende que uma população é envelhecida quando 10% do seu total tem idades iguais ou superiores a 65 anos, considerando-a jovem se 35% da população total tiver idades

após ano. Porém, independentemente da perspectiva seguida, e a confirmar-se as previsões de 1997, este concelho minhoto, à semelhança do que acontece já na A.E., será alvo de perda mais efectiva de vitalidade demográfica[134], com subsequente envelhecimento duplo. Contudo é de referir que apesar deste contexto, previu-se neste mesmo ano que o Índice de Dependência de Idosos diminuiria um ponto percentual (anexo XII), como resultado do aumento do grupo de indivíduos com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

Esta mais valia, embora a possamos considerar pouco substancial, vem, num município de características rurais visíveis, reforçar uma estrutura activa que, à semelhança do que acontece no NUTS III - Ave, é suportada na sua maioria pelo sector secundário, de onde a indústria têxtil e a construção civil surgem como as actividades empregadoras principais.

Conjuntamente com o sector terciário, estes sectores afiguram-se como responsáveis pela diminuição sucessiva de mão-de-obra agrícola, que encontra noutras actividades rendimentos superiores, por vezes complementadas por trabalho a tempo parcial na agricultura[135].

Em 1981, dos 943 trabalhadores (quadro n.º 6) *colectados* na nossa A.E., 77.3% tinha uma actividade agrícola, pelo que, já neste ano, mais de 20% da população empregada se encontrava a laborar nos restantes sectores de actividade (15.1 no II e 7.6 no III). A avaliar pelos valores registados a nível concelhio (quadro n.º 6), cremos terem aumentado para um valor que não conseguimos enunciar, devido à inexistência de estatística à escala freguesia no Censo de 1991.

Contudo, podemos afirmar com segurança que esta tendência acentuar-se-á, pois a vontade dos mais jovens, sucessivamente "urbanizados", tanto nos modos de vida, como no quadro de valores e interesses, não encontra como objectivo prioritário a

inferiores a 15 anos, mas, para Paillat e Parant (1980) esta só o é se a população idosa não ultrapassar 15% da população total.

[134] Índice de Vitalidade (I.V) = População com mais de 65 anos/População com idades compreendidas entre 0 – 14. Índice de Dependência de Idosos (I.D.I.) = População com mais de 65 anos/População com idades compreendidas entre 15 - 64 anos (PROGRAMA DAS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS/DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL : 1994 : 46).

[135] Relativamente à temática relacionada com a agricultura a tempo parcial, ver CARMINDA CAVACO (1985 : 47-107).

dedicação à actividade agrícola e, em muitos casos, sequer pela continuidade de estudos, *após o término* do ensino básico obrigatório.

Quadro n.º 6: População activa nas freguesias da área de estudo - 1981[136]

	População Empregada (P.E.)	Distribuição da P.E. pelos Sectores de Actividade					
		I		II		III	
FREGUESIAS DA A.E.	HM	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Aboim	234	193	82,5	26	11,1	15	6,4
Felgueiras	61	44	72,1	12	19,7	5	8,2
Gontim	68	53	78	12	17,6	3	4,4
Monte	227	164	72,2	40	17,6	23	10,1
Queimadela	353	289	81,9	33	9,3	31	8,8
Totais A.E.	943	743	77,3	123	15,1	77	7,6

Logo, o ensejo por uma remuneração imediata, *a priori* mais elevada e auferida regularmente sem incertezas, aliciam ao afastamento da agricultura, actividade vista por vezes como menos prestigiante, portanto com estatuto social inferior, e à qual estão associadas dificuldades acrescidas quando praticada num regime de subsistência, "... em solos pobres, predominantemente arenosos ..." (M. MONTEIRO : 1996 : 59).

Este factores, motivam "... a mobilidade da população agrícola activa para outras actividades económicas no País e estimula a emigração ..." (R. SILVA : 1983 : 71), para terras longínquas, frequentemente com condições de vida mais duras, encontrando nos familiares e amigos, migrantes em períodos anteriores, o acolhimento e incentivo necessário à primeira integração em território estrangeiro, ou contribuindo para o adensamento demográfico das áreas urbanas e industriais mais próximas das capitais de distrito do Porto e Braga, ou mesmo no resto do país.

Uma vez efectuado este breve enquadramento humano, para o qual recorremos a alguns aspectos sócio-económicos, com o intuito de demonstrar e inserir a A.E. num contexto regional que envolve o concelho, pensamos ser de extrema importância para a consecução mais abrangente da inserção espacial de qualquer área, complementar, os ditos factores humanos, com uma abordagem a alguns factores do meio físico.

[136] Fontes: INE (1983); XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação - Braga - 1981; Quadros 6.33/6.38; pp. 210; INE (1983); XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação - Total do País - 1981; Quadro 6.33/6,38; p. 340.

Reconhecemos que pela sua imbricação, num espaço de efectiva transição sócio-económica, os factores físicos surgem como elementos em muito responsáveis pela evolução e organização da paisagem rural em estudo, como suporte da actividade humana e permitem auxiliar na definição e orientação futura de um ordenamento da A.E..

Assim, optando por abordar o suporte estrutural e litológico como base de toda a actividade à superfície, segundo o cartograma das *Unidades Estruturais*, extraído de A. Brum Ferreira (1978), apresentado por F. Rebelo (1992 : 18), Fafe está implantado sobre a *Zona Centro-Ibérica* da mais velha unidade estrutural da Península Ibérica, mais precisamente, no Maciço Hespérico[137].

De acordo com a Carta Geológica de Portugal (1/500 000) (fig. 21 - B), o concelho encontra-se num espaço dominado por rochas magmáticas intrusivas, maioritariamente, Granitos monzoníticos com esparsos megacristais, assim como, Quartzodioritos e Granodioritos porfiroides.

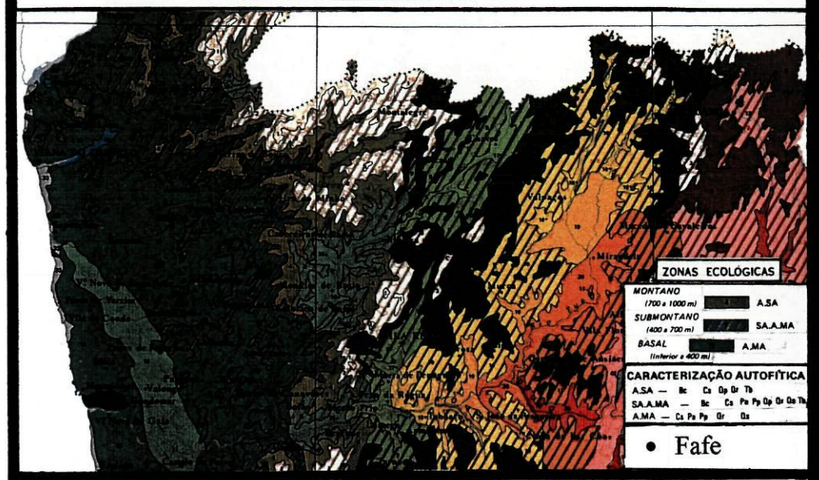
Especificando, nas Cartas Geológicas de Portugal (1/50 000) n.º 5D e 6C - Braga e Cabeceiras de Basto, que incluem as partes central e norte do concelho de Fafe, verificamos que as freguesias de Agrela, Serafão, Freitas, V. Cova, Travassós, Passos, Vinhós, Revelhe, Estorãos, Medelo, Queimadela e Monte são constituídas litologicamente por Granito porfiróide de grão médio a fino. Contudo, as elevações do Fojo, Maroiço e entre as localidades de Luílhas e Casal D'Estime (S. Miguel o Monte), estão assentes, respectivamente, em Granito não porfiróide de grão médio a grosseiro, e Rochas Filonianas, nomeadamente, Filões aplito-pegmatíticos e Filões doleríticos (e outros), apresentando igualmente, depósitos de aluvião nos interflúvios que atravessam o concelho.

Quanto às freguesias de R Ribeiros, Moreira de Rei, Felgueiras, Pedraído, Gontim, Aboim e Várzea Cova, têm também como *Rocha-mãe* o Granito, especificamente, monzonítico porfiróide, de grão médio, com pequenos filões aplito--pegmatíticos disseminados, enquanto que Aboim e Várzea-Cova detêm o mesmo material que Luílhas e Casal D'Estime.

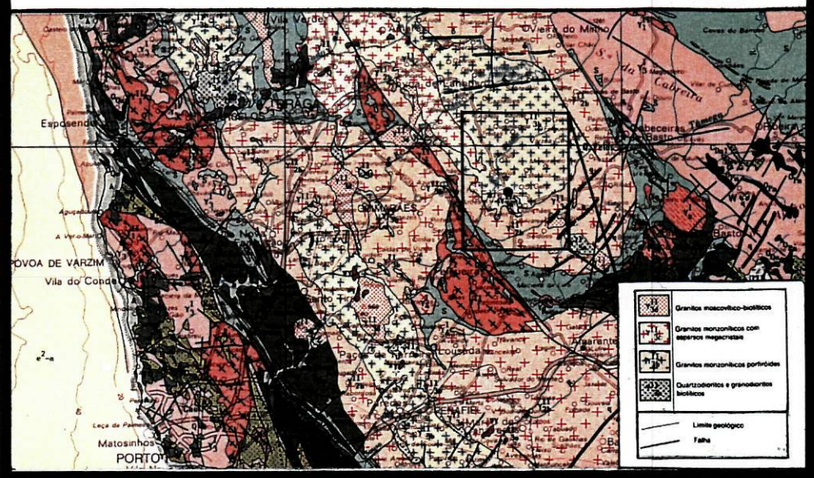
[137] Também designado por *Maciço Antigo, Maciço Ibérico ou Soco Hercínico*, corresponde a uma das três unidades estruturais que se encontram em Portugal, nomeadamente, as *Orlas Mesozóicas ou Mesocenozóicas*, as *Bacias Terciárias do Tejo e do Sado*.

Fig. 21 SUPORTE BIOFÍSICO DO CONCELHO DE FAFE

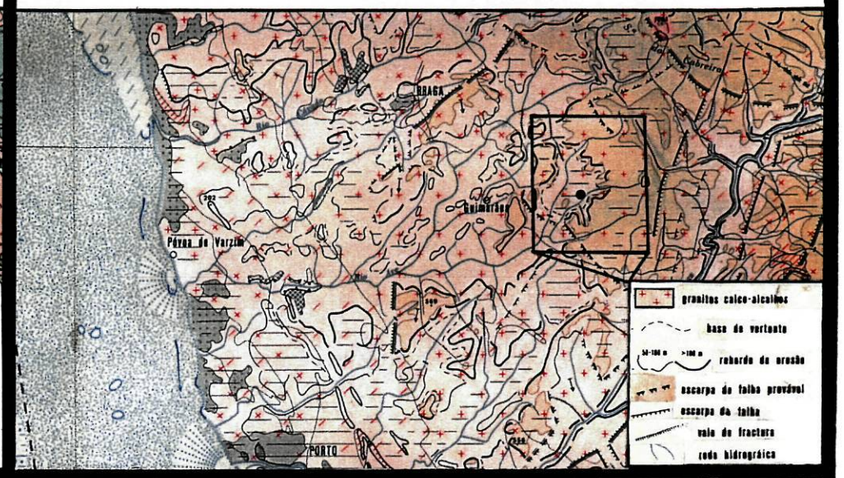
CARTA ECOLÓGICA(1)



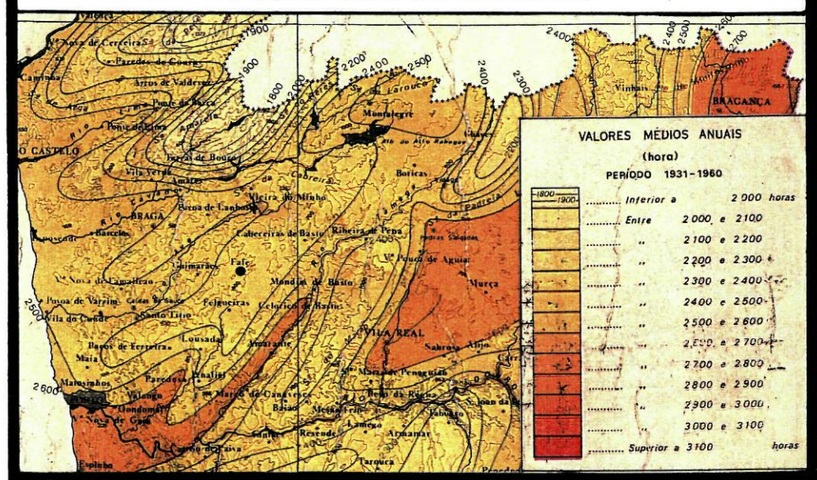
GEOLOGIA(3)



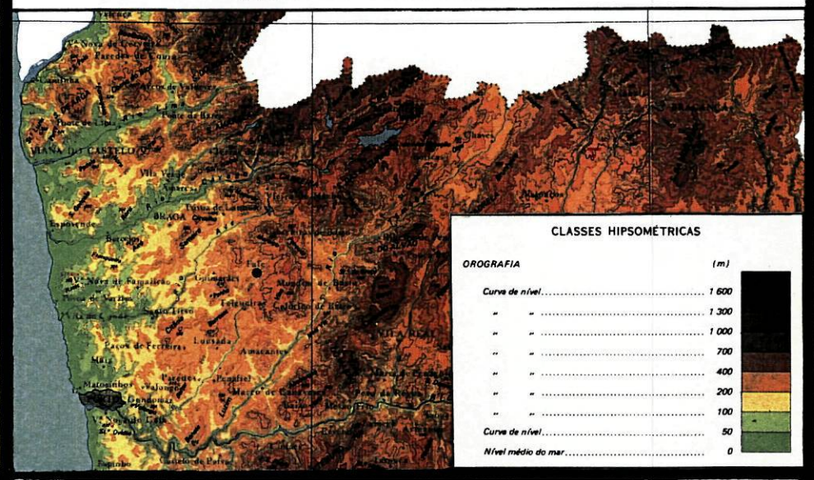
GEOMORFOLOGIA(2)



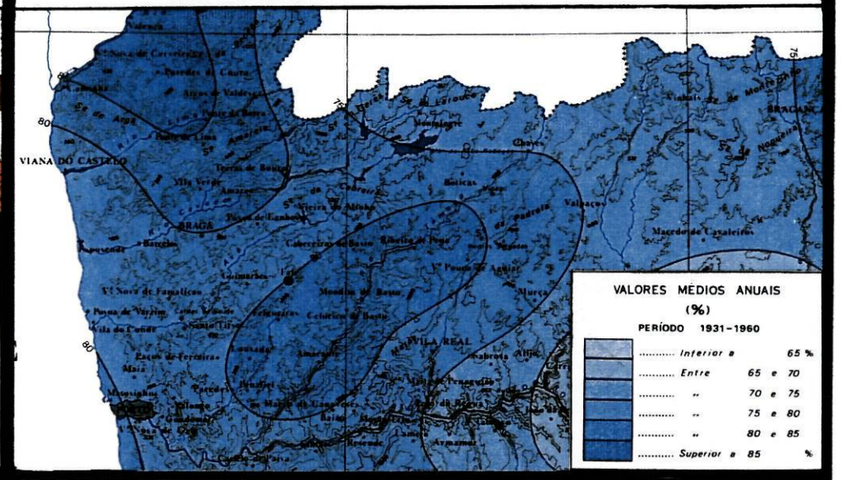
INSOLAÇÃO(1)



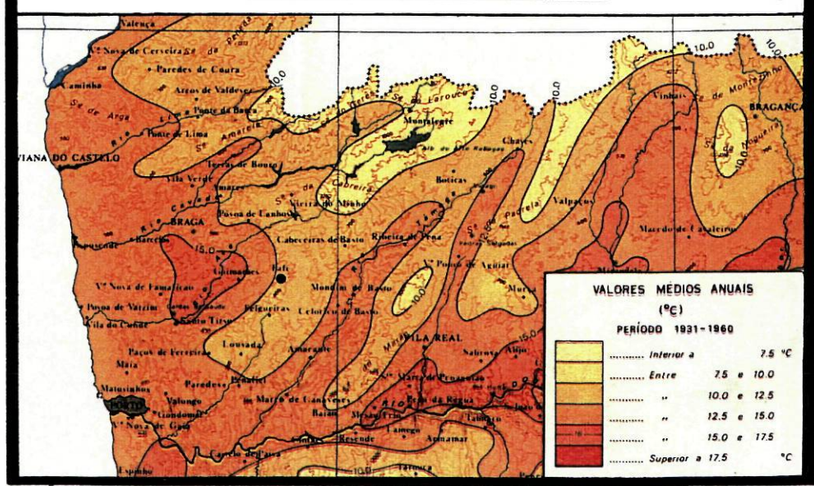
HIPSOMETRIA(1)



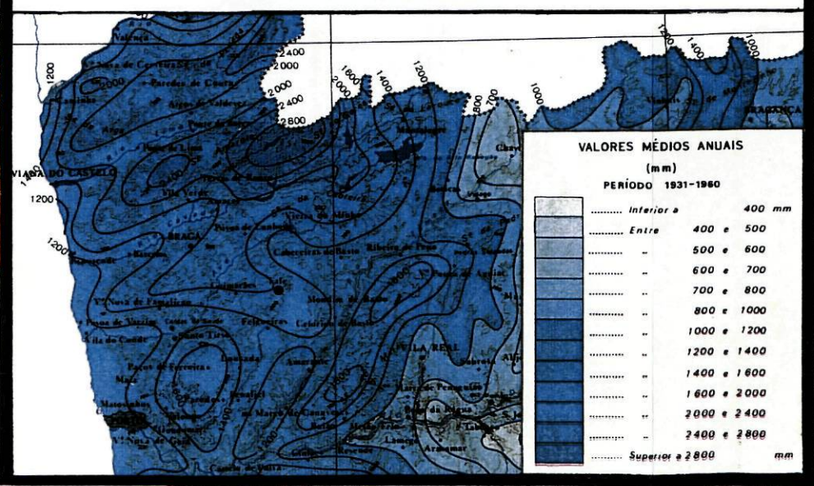
HUMIDADE DO AR(1)



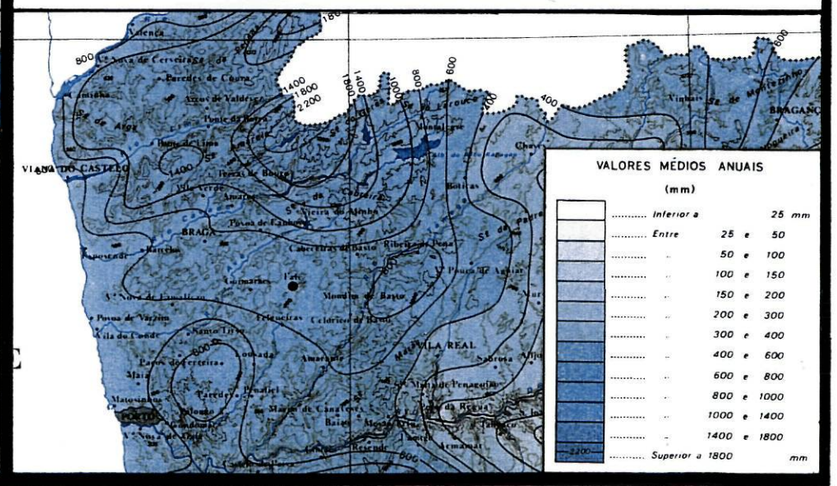
TEMPERATURA(1)



PRECIPITAÇÃO(1)



ESCOAMENTO(1)



Fontes: (1) Atlas do Ambiente (1/1 000 000); (2) Carta Geomorfológica de Portugal (1/500 000); (3) Carta Geológica de Portugal (1/500 000)

(1) 0 10 20 30 40 Quilómetros 60 70 80 90 100

(2) (3) 0 10 20 30 40 50 Quilómetros

De acordo com o Mapa Geomorfológico (fig. 21 - C) e a Carta Geológica de Portugal Continental, visualiza-se em Fafe a presença de dois *vales de fractura*[138], um no NO. Concelhio e outro a S. da sua cidade. Igualmente, apresenta no seu substracto rochoso várias *falhas*, uma, que localizada no seu limite SO., tem uma orientação NO./SE., atravessando o Alto Minho, Minho e alcançando o Douro, ou seja, tem início em Vila Nova de Cerveira e término muito próximo do NO. de Amarante. A segunda, com orientação idêntica (NNO./SSE:), situa-se no limite NE. do concelho, mais precisamente, nas imediações de Aboim (freguesia localizada no extremo NE. do concelho).

As áreas mais baixas correspondem a uma superfície de aplanamento, contornada em arco (E.- N.- O.) por terrenos com altitudes superiores aos 500 m, onde os cumes são maioritariamente arredondados, traduzindo um processo erosivo mais desacelerado. Contudo, é frequente em áreas mais desnudadas de vegetação, observamos diversos mantos de afloramento rochoso (anexo XX fot. n.º 3, 10, 12, 13 e 16), dos quais destacamos o Maroiço como um bloco rochoso quase na totalidade a descoberto.

A paisagem fafense denota um ambiente geográfico diferenciado, onde conseguem definir-se diversas tipologias, associadas a cenários decorrentes de espaços com morfologia "acidentada" relacionada com o relevo identificado por planalto de *Monte Longo*. Assim, sendo um concelho diferenciadamente modelado, "agregamos" a Fafe o ambiente serrano[139] que de forma visível o envolve de E. para O., numa trajectória oposta ao do *ponto de culminação*[140], suavizando a sua altitude em direcção à freguesia de Fareja, onde existe uma "... área de depressão ... que se estende para além da área concelhia na direcção SO. e apresenta já cotas mínimas da ordem dos 150 metros." (ANÉGIA EDITORES : 1998 : 9)

---

[138] Orlando Ribeiro (1988 : 177) refere que os "... vales de fractura são um traço fundamental do modelado do Norte do País ... . Especialmente conservados no granito, reconhecem-se pelo traçado rígido da rede hidrográfica, pelo paralelismo dos alinhamentos dos rios, por troços de curso de água que seguem a mesma direcção, ora convergindo para o mesmo ponto de confluência, ora opondo as cabeceiras separadas por altas portelas [, ou seja, por desfiladeiros]."

[139] Vivenciamos este ambiente quando realizamos o trabalho de campo na nossa A.E., principalmente no levantamento dos transectos, efectuados entre os vértices geodésicos da Toura (678 m), Maroiço, Fojo (585 m) a Aboim (ponto cotado de 666 m).

[140] Posição máxima de verticalidade que o Sol ocupa no seu movimento diurno aparente, numa trajectória E. - S. - O.

Os maiores valores de altitude registam-se no quadrante setentrional/nascente (fig. 21 - E), de onde se destacam a Torre (no vértice geodésico do Maroiço com 847 m), Alto da Ribeira Velha/Alto do Varredouro (no vértice geodésico do Morgair com 894 m), Castanheiros Velhos (a NE de Aboim – no ponto cotado de 774 m), Pedra Sentada (a ESE de Pedraído, no vértice geodésico do Malhadouro com 752 m) e Alto da Facha (no ponto cotado de 746 m), seguindo-se os do quadrante oposto (setentrional/poente), onde as altitudes decrescem significativamente para cotas que não ultrapassam os 601 m - no vértice geodésico de Santa Marinha.

Constatamos que a distância ao nível médio das águas do mar vai diminuindo de NE. para SO., ao mesmo tempo que os vales de maior encaixe dão origem aos de maior abertura, culminado numa *várzea*, e conferindo a Fafe a descrição efectuada por M. Monteiro (1996 : 54) de ser "... já o fim dos vales extensos e abertos do Norte do Litoral, que lentamente se ajustam e se reduzem, aproximando-se dos contrafortes das montanhas do interior, anunciando o início dos concelhos do Minho Interior."

O panorama climático de Fafe reflecte a localização e o contexto de transição morfológica, fazendo da altitude um elemento condicionante, sofrendo ao mesmo tempo, influências das massas de ar oceânicas vindas de oeste, carregadas de humidade.

No esboço provisório das regiões climáticas de Portugal de S. Daveau (1985 : 25), verificamos que Fafe se localiza na região de clima marítimo, tipo Fachada Atlântica que "... tem já alguns dias de forte calor ou de frio sensível[141], que rapidamente desaparecem sob a acção da brisa do mar no Verão ou pela chegada de uma massa de ar oceânica. A diferenciação térmica local é acentuada: as baixas mais abrigadas dos ventos atlânticos apresentam já um toque climático continental. Este contraste é muito nítido no Minho onde, devido à disposição em escadaria do relevo, a largura da faixa atlântica é máxima. Este tipo climático é relativamente chuvoso e caracterizado por forte e persistente nebulosidade." (*Idem* : 1985 : 27)

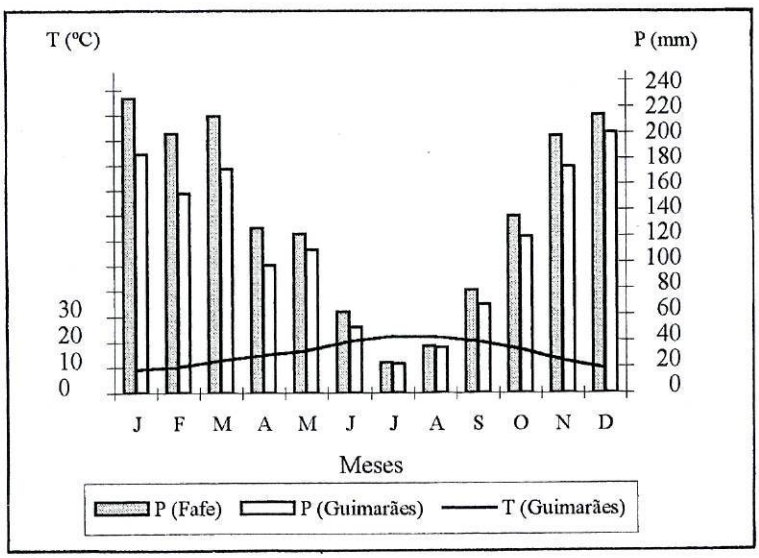
Fafe, ao ter o sol no seu horizonte, em média por ano, entre 2.300 a 2.400 horas (fig. 21 - D), recebe uma quantidade *total de radiação global* inferior a 140 Kcal/cm^2

[141] Note-se que a avaliar pelos registos, entre 1941-61, do I.N.M.G. (1988 : 56), Guimarães - enquanto concelho limítrofe a SO. de Fafe - teve de Junho a Setembro como temperaturas máximas, valores compreendidos entre 37.2ºC (Junho) e 40.6ºC (Agosto); e como temperaturas mínimas de Janeiro a Abril e de Novembro e Dezembro, registos com uma amplitude que varia entre – 0.8ºC (Abril) e – 5.8ºC (Fevereiro).

(D.G.A : 1974). Em Julho, apresenta uma insolação entre os 70 a 80%, de uma duração máxima possível de 465 horas, e em Janeiro, para um máximo de 310 horas, detém 40 a 50%.

A *Sala de Visitas do Minho*, "oferece" uma temperatura média diária que varia entre os 10 e 15°C (Fig. 21 - G), tendo como temperatura mínima média em Janeiro uma amplitude de valores de 0 a 5° C e a máxima em Julho, com registos compreendidos entre 25 - 30° C." (*Ibidem*: 1988 : 424 - 425). Este tipo de registos, por comparação com o regime térmico de Guimarães (fig. 22), confirmam-se, já que, nas *Normais climatológicas* correspondentes a 1941 - 50/1951 - 61, as temperaturas médias máxima e mínima foram, nomeadamente, de 4.3°C e 28.3°C (I.N.M.G. : 1988 : 56).

Fig. 22 - Gráfico comparativo dos regimes termopluviométrico e pluviométrico, respectivamente, de Guimarães e Fafe[142]



Os 75 a 85% de humidade do ar (fig. 21 - F), que caracterizam o território de Fafe, emergem como uma condição atmosférica importante no volume de 1200 a 2000 mm de precipitação anual registado neste espaço[143] que, no período decorrido entre 1941/70, foi de 1.679,4 mm (fig. 22).

[142] Fonte - Anexo XIV

[143] Para Suzanne Daveau *in Repartition et Rythme des Précipitations au Portugal* (1977), tendo por base a *Média Anual 1931-1960*, inclui Fafe como um espaço onde o número de dias com precipitação, à semelhança do que ocorre com a altitude, aumenta no sentido SO./NE., registando-se o valor máximo de mais de 160 dias nos terrenos pertencentes às freguesias de Felgueiras, Gontim e Monte. As restantes freguesias da A.E. , assim como as que se alinham ao longo do *planalto de Montelongo*, apresentam

O volume de precipitação referido, surge da interferência gerada ao nível dos fenómenos de condensação, facilitados pela variação térmica sentida anualmente e acentuada pelo sucessivo aumento de altitude, que conjuntamente expõem as massas de ar a um arrefecimento gradual ao longo do seu percurso para o interior, e que ao ascenderem pelas encostas voltadas para ocidente, originam aí precipitações, de origem orográfica, abundantes.

A presença frequente, na *estação fresca*, das depressões da frente polar, em articulação com os aspectos já mencionados, fazem do concelho em análise, num espaço pertencente à *Ibéria húmida, de cariz atlântico* (Ibidem : 1998 : 44), que face aos conjuntos pluviométricos identificados por S. Daveau (1977 : 166), na divisão que efectuou do território nacional em quatro regiões, particulariza a sua localização na região de *Noroeste húmido*, encontrando na orografia, mais precisamente na disposição do relevo (paralelo à linha de costa e perpendiculares aos ventos), e na deslocação do ar marítimo vindo do Oceano Atlântico, os fundamentos para o elevado teor de humidade e consequente idêntico valor de precipitação.

Ao apresentar dez meses chuvosos (fig. 22), com máximo de precipitação na estação do Inverno - Janeiro - 233.1mm, Fevereiro – 205.1mm, Dezembro - 219.5mm (I.N.M.G. : 1988 : 117), e dois meses secos (S. DAVEAU : 1998 : 48), concretamente, Julho e Agosto (fig. 22), Fafe, afasta-se do padrão climático mediterrânico, posicionando-se mais uma vez, como um espaço caracteristicamente de transição, inserido num contexto *per si* de separação entre as influências atlântica e mediterrânea.

Embora o limite destes domínios tenha vindo a ser alvo de algumas confrontações, que não pretendemos neste trabalho entrar em considerações teóricas quanto à sua delimitação, parece-nos no entanto importante definir de forma mais exacta possível a classificação climática a atribuir ao concelho de Fafe.

valores mais reduzidos, mas igualmente elevados, ou seja, entre 140 a 150 dias de ocorrência de precipitação.

Na estação udométrica de Fafe, localizada a 41º 27' N e 8º 12' W, numa altitude de 330m, foram determinados 129 dias, como valor médio de dias com precipitação inferior ou igual a 0,1 mm e 57 com valor superior ou igual a 10 mm, pelo que na totalidade perfaz 186 dias, portanto, neste local, onde se situava o aparelho udométrico, o valor médio de dias com precipitação em muito ultrapassou os referidos 186, pois neste valor não se incluem os dias em que a precipitação foi maior que 1 mm e menor que 10 mm (I.N.M.G. : 1988 : 117).

Então, socorrendo-nos dos índices de Henri Gaussen[144] e Emberger[145], confirmamos o carácter de espaço de transição climática, pois, em relação ao primeiro índice, embora considerado por vezes como sendo um valor alvo de alguma *arbitrariedade*[146], Fafe é incluído no domínio *Sub-húmido*, portanto, numa classificação intermédia entre os domínios *Atlântico* e *Mesomediterrâneo atenuado/acentuado* (M. ALCOFORADO : 1993 : 21).

A suportar esta classificação, temos, em Janeiro, uma temperatura média mensal superior a 7º C e, segundo a cartografia de S. Daveau (1998 : 48), o concelho encontra-se inserido num espaço que tem *dois meses secos*. Este facto encontra *feedback*, no valor estipulado no Índice Xerotérmico de H. Gaussen, concretamente, *0 a 40 dias biologicamente secos (com uma variação de mais ou menos cinco dias)*, que a distribuir por ambos os meses, traduzem a secura estival.

No segundo índice, mais precisamente, recorrendo aos *Andares Bioclimáticos de Emberger* (M. ALCOFORADO *et. al.*: 1993 : 35), constatamos que à semelhança do que ocorre com a sede de distrito do concelho de Fafe, ambos pertencem ao andar bioclimático *Pré-Atlântico*, com uma temperatura mínima média do mês mais frio a variar entre os zero a três graus centígrados.

O facto curioso de todo este processo resulta da classificação atribuída a Braga (Posto Agrário) aquando da correlação entre os índices anteriormente tratados, ou seja, a estação meteorológica é incluída no domínio *Atlântico* (*Idem* : 1993 : 43).

Assim, apesar de Braga se apresentar geograficamente mais próximo do litoral, portanto com maior suavização climática, a igualdade de mancha atribuída a esta

---

[144] Tem por objectivo delimitar nas áreas de clima mediterrâneo os dias no Verão em que a precipitação (mm) é inferior a duas vezes o valor da temperatura (ºC), ou seja visa determinar o período correspondente ao *número de dias biologicamente secos*. Para tal, "[ao] número de dias secos consecutivos (no Verão em Portugal) subtrai-se o número de dias em que choveu e metade do número de dias de nevoeiro que ocorreram durante o período seco. O resultado é multiplicado por um coeficiente que depende do estado higrométrico do ar: 1, 9/10, 8/10 ou 7/10 respectivamente para valores de humidade relativa de < 40%, 40 a 60%, 60 a 80% e > 80%." (M. ALCOFORADO et. al. : 1993 : 13)

[145] Tendo em consideração o total anual de precipitações, o regime térmico (com base nas temperaturas mínimas e máximas médias), traduz indirectamente o grau de continentalidade (M. ALCOFORADO et. al. : 1993 : 29).

[146] M. Alcoforado (1993 : 13) citando Daget (1977) fundamenta tal arbitrariedade pelo facto de o Índice Xerotérmico de Gaussen não contemplar o ritmo e o total das precipitações ocorridas no período húmido do ano, que influem nas reservas de água no solo no início da estação seca, retardando os efeitos prejudiciais da secura, para os lugares que no período chuvoso tenham tido um maior volume de precipitação, que obrigatoriamente interferem na higrometria atmosférica, e consequentemente na humidade do lugar.

localidade e a Fafe em ambos os suportes cartográficos que auxiliaram na compreensão espacial do comportamento dos índices explanados, levou-nos a considerar uma idêntica classificação para Fafe.

Desta forma reforçou-se a ideia inicial de afastamento ao *padrão climático mediterrânico*, onde o Inverno, com 10 a 30 dias de temperaturas mínimas inferiores a 0° C é caracterizado por S. Daveau (1988 : 435), citada por M. Alcoforado (1991 : 47) e confirmado pelo *Climagrama Pluviométrico do Coeficiente de Emberger (Q)* (M. ALCOFORADO *et. al.* : 1993 : 33), onde a temperatura média do mês mais frio se situa entre os 2 - 3° C, como sendo *fresco*. Apresenta contudo um verão "... quente e seco" (ANÉGIA EDITORES : 1998 : 10), com a temperatura máxima média do mês mais quente a variar entre 29° - 32° C, com 100 a 120 dias com máximo superior a 25° C (S. DAVEAU : 1988 : 442), o que não invalidou o facto de o pároco de *Santa Eulália de Fafe*, João de Sousa Homem (1736), ter considerado o clima como *frio e áspero* (R. BORRALHEIRO : 1996 : 201).

Enquanto ambientes biogeográficos, o território fafense, inserido em *1A1 - Superdistrito Miniense Litoral*, inscreve-se em espaços sucessivamente mais amplos de semelhanças biogeográficas, nomeadamente:

A REGIÃO EUROSIBERIANA
SUB-REGIÃO ATLÂNTICA-MEDIOEUROPEIA
SUPERPROVÍNCIA ATLÂNTICA
I PROVÍNCIA CANTABRO-ATLÂNTICA
SUBPROVÍNCIA GALAICO-ASTURIANA
1 SECTOR GALAICO-PORTUGUÊS
1A SUBSECTOR MINIENSE
1A1 SUPERDISTRITO MINIENSE LITORAL

Assim, bioclimaticamente, Fafe pertence a uma região caracterizada "... por uma aridez estival nula ou muito ligeira, nunca superior a dois meses com $P<2T$[147] [, pelo que, nestas] condições a precipitação estival compensa a evapotranspiração evitando um esgotamento das reservas hídricas nos solos zonais." (J. COSTA *et al* : 1999 : 11) Desta forma, conforme já foi referido, associa-se-lhe um clima temperado[148] e chuvoso

[147] Sendo P a precipitação média anual e T a temperatura média mensal

[148] De acordo com a terminologia utilizada por Köppen , o clima de Fafe é to tipo Csb, ou seja, é um clima temperado em que o mês mais frio tem uma temperatura média inferior a 18°C e superior a –3°C

com amplitudes térmicas pouco acentuadas, intensamente influenciado pelo efeito amenizante do Oceano Atlântico, e que conjuntamente com as características mediterrânicas, contribuem para a existência de uma diversidade florística marcadamente variada.

Este enquadramento climático favorece o aparecimento de formações climácicas onde encontramos os *bosques planocaducifólios*, com árvores de folha branda, grande e caduca de Inverno, como carvalhos (*Quercus* subgen. *Quercus*) - Carvalho roble (*Quercus robur*), os bidoeiros (*Betula* spp.), os freixos (*Fraxinus* spp), os bordos (*Acer* spp), alguns tojos e urzes (*Ulex europaens s.l., U. minor, Erica ciliaris, E. cinerea, Daboecia cantabrica e Daboecenion cantabricae)* [(*Idem* : 1999 : 12-14)].

Segundo as *Grandes Regiões de* Arborização (A. ALVES : 1994 : 75), Fafe enquadra-se na *Região Basal Atlântica*, correspondendo a um espaço com acentuadas potencialidades de crescimento lenhoso, sendo em termos de vegetação natural, o «solar» do *Quercus robur* (Carvalho roble).

Já quanto à caracterização autofítica das *Zonas Ecológicas*[149] (fig. 19 - A), encontramos de novo em Fafe a figura de *espaço de transição*, evidenciado por uma estratificação em três andares, mais concretamente, *Montano* (700-1000m), *Submontano* (400-700m) e *Basal* (inferior a 400m), que traduzem níveis fitoclimáticos distintos, onde as características atlânticas e mediterrâneas estão presentes, conferindo condições físicas que se reflectem no tipo de vegetação existente, à qual se lhes associa respectivamente a seguinte nomenclatura qualificativa, A.SA. (4), SA.A.MA. (7) e A.MA. (15)[150], correspondendo à presença das espécies apresentadas no quadro n.º 7.

À mercê do revestimento da superfície e da constituição litológica[151], o escoamento anual de 600 - 800 mm (fig. 21 - I) de água na sua rede hidrográfica local,

(C), com uma estação seca no Verão do respectivo hemisfério (s), sendo esta estação do ano quente, onde o mês mais quente tem uma temperatura media inferior a 22ºC (b).

[149] Definem-se no *sentido abstracto*, como sendo um ambiente que traduz uma unidade natural resultante da articulação das características climáticas e fitoclimáticas, reunindo no *sentido concreto*, as parcelas ecológicas do mesmo tipo (J. DE PINA MANIQUE E ALBUQUERQUE : 1954 : 8).

[150] A.SA – *Zona de transição Atlântico x Subatlântico*. Representação portuguesa ecologicamente mais afim da *Zona Atlântica genuína* (A) ; A.MA – *Zona de transição «galaico-portuguesa» ou «mediterrânea húmida»*.

[151] Litologicamente, Fafe fica assente num complexo de rochas eruptivas plutónicas, mais concretamente, granito, que aflora à superfície em variadíssimos locais de altitudes mais elevadas, conferindo a estes um aspecto agreste. O granito, pelas suas características minerais, confere às áreas onde existe, uma formação

Quadro n.º 7 - Espécies arbóreas de Fafe[152]

A SA (4)	SA-A MA (7)	A MA (15)
Betula celtibérica (Bc) (Bétula, Vidoeiro)	*Betula celtibérica* (Bc) (Bétula, Vidoeiro)	*Castanea sativa* (Cs) (Castanheiro)
Castanea sativa (Cs) (Castanheiro)	*Castanea sativa* (Cs) (Castanheiro)	*Pinus pinaster, atlantica* (Pa) (Pinheiro bravo)
Quercus pyrenaica (Qp) (Carvalho negral)	*Pinus pinaster, atlantica* (Pa) (Pinheiro bravo)	*Pinus pinea* (Pp) (Pinheiro manso)
Quercus robur (Qr) (Carvalho roble)	*Pinus pinea* (Pp) (Pinheiro manso)	*Quercus robur* (Qr) (Carvalho roble)
Taxus baccata (Tb) (Teixo)	*Quercus pyrenaica* (Qp) (Carvalho negral)	*Quercus suber* (Qs) (Sobreiro)
	Quercus robur (Qr) (Carvalho roble)	
	Quercus suber (Qs) (Sobreiro)	
	Taxus baccata (Tb) (Teixo)	

faz-se, na sua maioria, superficialmente pelos diversos encaixes orográficos que se efectua o escoamento da abundante água que escorre superficialmente, alimentando os múltiplos tributários dos cursos de água mais importantes do concelho, em que o Rio Vizela assume o *papel principal*[153]. Nascendo "... na Serra de Cabeceiras, passa entre Aboim e Gontim, atravessa Felgueiras, Pedraído e Queimadela, corre no sentido N/S por Travassós e Golães e inflecte para Cepães e Fareja, saindo do Concelho."

de solos dominantemente ácidos, registando-se no caso de Fafe valores compreendidos entre 4.6 - 5.5 de PH. De acordo com o Atlas do Ambiente - Carta de Solos (1/1 000 000), o solo de Fafe é designado por *Cambisolos húmicos (rochas eruptivas)*. J. Costa (1995 : 115) refere que o "... *húmus* é constituído por três partes, nomeadamente, *Ácidos Húmicos, Ácidos Fúlvicos* e *Humina*. Relativamente aos *Ácidos Húmicos*, estes correspondem à matéria orgânica do solo dispersável em soluções diluídas de álcalis ou de certos sais (a frio) e que flocula por soluções diluídas de ácidos minerais. [São] constituídos principalmente por Carbono, Oxigénio, Hidrogénio e Azoto, incluindo possivelmente Enxofre, Fósforo, Silício, etc.".

[152] Fonte: Carta Ecológica do Atlas do Ambiente, 1: 1 000 000, 1982.

[153] Refira-se que Miguel Monteiro (1996 : 56) cita António Carvalho da Costa, que em 1706, descreve o trajecto efectuado entre a nascente e o desaguar no Rio Ave, nomeadamente, "[o] rio Vizella dista de Guimaraens huma legoa para Sul, nasce nas terras do Couto de Pedraydo, & despenhando-se por ellas ao lugar de Calçoens, corre partindo a Freguesia de S. Pedro de Queimadella do termo de Guimaraens, & daqui buscando o lugar de Vizella, ahi toma o seu nome na Freguesia de S. Thomé de Travaços passa à de S. Vicente de Passos, dividindo-a do Concelho de Monte Longo, & nesta freguesia tem a sua ponte de Bouças de pedra lavrada junto da Ermida de S. Bartolomeu, que estando na borda do rio daquelle Concelho, & correndo de Nascente a Sul pela Freguesia de Gulaens chega à Honra de Cepaens, donde quasi meya legoa de distancia vay dividir o Couto do Pombeiro do Termo de Guimaraens.

No Couto de Pombeiro acha o rio Avizela franqueando a sua passagem para o Vendaval com a ponte do Pombeiro de pedra lavrada, ao pé da serra de Santa Catarina, da parte Sul.[...]."

(CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE : 193 : 10) Conjuntamente com os Rios Bugio e Ferro, seus principais tributários, o Rio Vizela, alimenta ininterruptamente a bacia hidrográfica do Rio Ave[154].

Emergente deste contexto físico, o território fafense, conheceu uma sucessiva transformação antrópica que ditou um evidente contraste entre o rural-urbano e o rural-rural, em que, à "margem" da centralidade da Cidade de Fafe, deparamos como uma realidade rural condicionada pelo centralismo exercido pelo único centro urbano no concelho, e limitada pelas condições decorrentes dos factores físicos que ditam ritmos de trabalho e obrigam à aplicação de técnicas adequadas, moldando paisagisticamente a *Sala de Visitas do Minho*, que, à semelhança do topónimo atribuído por O. Ribeiro (1988 : 145) ao Minho, mais parece um *anfiteatro* onde os elementos naturais abundam, obrigando e condicionando o Homem a ser um *artista* que em muito contribuiu para tornar este espaço rural digno de visita.

[154] Quanto a aspectos hidrológicos, ver M.P.A.T. (1986 : 93 : 127).

3.3. FLORESTA, UM RECURSO (DES) CUIDADO, VALORIZADO, PRECAVIDO

> *"A valorização das especificidades locais, nomeadamente a vantagem de integrar a floresta num quadro global de desenvolvimento, entendendo-a e valorizando-a nas suas múltiplas funções, deve surgir paralelamente e como alternativa a uma agricultura que desempenha um papel cada vez menos relevante [em áreas rurais deprimidas]."* (A. OLIVEIRA : 1997 : 7)

O enorme apego à terra por parte das pessoas mais *velhas* do espaço rural fafense, resulta numa prática agrícola intensiva, de parcos rendimentos, praticada em pequenas unidades familiares, onde a mecanização se torna frequentemente inviável, fazendo do Homem a sua principal força de trabalho.

A exploração de produtos agro-pecuários e florestais, vulgarmente, fraca no que se refere à sua importância para o contributo no trabalho assalariado, assume extremo "... significado social, através da produção, do complemento dos salários, das reformas, das pensões [e] dos subsídios." (T. ALVES : 1994 : 333)

Contudo, o facto das presentes actividades dominantes, como o cultivo, a criação de gado e a produção florestal, se basearem em sistemas de produção sem qualquer capacidade competitiva, determinam um cenário futuro nada promissor para estes espaços agro-florestais, onde as perspectivas de crescimento favorável se esbatem (C. CAVACO : 1999: 137).

Este panorama tem vindo a favorecer os fenómenos de expansão urbanística e de industrialização rural difusa que ao longo dos tempos, têm colidido com os usos tradicionais de âmbito agro-florestal, resultando uma "... desestruturação de espaços agrícolas tradicionais, promovendo uma forte pressão sobre os terrenos agricultados, originando situações especulativas e remetendo a actividade agrícola para uma situação cada vez mais parcial e complementar ..." (A. DOMINGUES : 1986 : 62) deste uso, em função dos usos urbano-industriais.

Estes, pela sua dinâmica expansionista, tornam-se, sucessivamente, mais concorrenciais e criam actividades capazes de exercerem uma acentuada atracção nas populações rurais situadas, principalmente, em *terras marginais.*

Assim, as áreas afectadas nas exigências geracionais, cada vez mais exigentes nas dimensões da qualidade de vida e do bem-estar, fazem destes espaços, áreas "... pouco atractivas para fixar as populações com expectativas profissionais mais ambiciosas, especialmente os jovens [que presentemente se encontram perante] um conflito de desfecho imprevisível, entre o nível da formação tendencialmente mais avançada destes jovens rurais e a sua região, que não é capaz de lhe assegurar saídas profissionais compatíveis com a formação que tiveram ..." (A. CUNHA : 1996 : 139).

Tal situação tem vindo a provocar o sucessivo e consequente esvaziamento demográfico, impondo *per si* a diminuição progressiva na utilização da superfície agrícola, por vezes, em espaços particularmente férteis, invertendo gradualmente uma paisagem de cultivo para uma outra onde o abandono da prática agrícola se tem vindo a tornar evidente.

É neste quadro de mutação paisagística, nada benéfica, que assistimos ao depauperamento e vulnerabilidade da capacidade económica das populações rurais, onde se têm registado, desde há já alguns anos, mutações sócio-económicas profundas, responsáveis pela incapacidade apelativa da agricultura em garantir, "... só por si, a fixação das populações, e de evitar um movimento continuado de êxodo demográfico." (A. CUNHA : 1996 : 142)

Concordamos, então, com o que Carminda Cavaco (1999 : 137) aponta como, o que pensamos ser, fundamentos para o marasmo existencial dos meios rurais, nomeadamente, o "... insuficiente dinamismo e eficácia da acção das comunidades e instituições rurais, incluindo as cooperativas ...", tornando estes espaços, com frequência, periféricos à problemática do desenvolvimento.

Torna-se, portanto, vital para o Meio Rural, perspectivar-se uma política de sustentabilidade económica, assente no surgimento de alternativas com capacidade de projecção supralocal, alicerçada na exploração adequada do espaço e de recursos endógenos existentes e/ou em potencial, por forma a cumprir-se com um objectivo primordial da P.A.C., ou seja, o aumento dos rendimentos dos agricultores, dando

sentido à sua actividade, motivando-a para o futuro, ao mesmo tempo que promove a valorização/recuperação do património cultural e paisagístico.

O Desenvolvimento Rural passa pela capacidade de reorganização espacial, recorrendo-se a iniciativas promocionais de actividades, que, podendo não ser novas, terão de ter poder produtivo, competitivo e qualitativo, salvaguardando-se sempre a vertente da defesa ambiental.

Para tal, "... poder-se-á afirmar que a criação de condições favoráveis à sustentabilidade económica futura das actividades e sistemas de produção agrícolas e não-agrícolas em meio rural implica a existência de políticas de âmbito sectorial e territorial capazes de [estabilizar os preços e rendimentos agrícolas], promover a sua competitividade futura no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais, viabilizar a sua manutenção enquanto valorizadores dos recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais das [áreas] rurais." (F. AVILLEZ : 1999 : 118)

A sustentabilidade económica do meio rural, nos espaços de menor potencial produtivo em Fafe, passa, indubitavelmente, por uma estratégia integradora e reestruturadora das variáveis sócio-económicas e ambientais, capazes de propiciar a atracção de investimentos que ditem melhorias ao nível de infra-estruturas importantes na dinâmica urbana, sem a qual as áreas rurais não poderão subsistir.

Mas, o aumento do peso urbano-industrial decorrente da competição do *grande mercado europeu sem fronteiras*, pode, com facilidade, escamotear os problemas rurais, propiciando o que podemos apelidar de *egocentrismo urbano*.

O insubstituível apoio comunitário vigente no âmbito da P.A.C.[155], mais precisamente ao nível do programa L.E.A.D.E.R.[156], financiado através de três fundos

[155] Consultar neste âmbito: J. VARELA (1996); COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1987); A.CUNHA (1996) e F. DESCHEEMAEKERE (1993).

[156] A comissão Europeia, no âmbito dos Fundos Estruturais, cria, a 15 de Março de 1991, a iniciativa L.E.A.D.E.R. (I e II) com o intuito desta servir como *modelo* de desenvolvimento de espaços rurais, assente num comportamento de trabalho de grupo local com participação dos respectivos agentes sócio-económicos.

Assim, segue três orientações fundamentais, concretamente, coexistência de recursos endógenos potencialmente valorizados e transformados, e iniciativa dos actores sócio-económico locais; promoção de iniciativas de âmbito económico *versus* responsabilização da população alvo; abertura local a uma dimensão internacional como espaço de múltiplas oportunidades.

A iniciativa L.E.A.D.E.R. rege-se por quatro princípios operacionalizantes, nomeadamente, formação de uma estrutura local de parceria capaz de implementar o programa (1) de tipo intersectorial que vise um efeito dinamizador em geral (2), estabelecendo, além das parcerias horizontais, as parcerias verticais (3),

estruturais - F.E.D.E.R. (40%), F.E.O.G.A. (25%) e F.S.E. (5%)[157], tem, desde 1991, preconizado, "... as ajudas permanentes[158], bem como as medidas destinadas a afirmar qualitativamente os produtos [locais]..." (G. CARVALHO : 1995 : 213).

Assim, medidas como "... defesa do património endógeno - raças autóctones; diversificação das actividades económicas - turismo rural, artesanato; desenvolvimento a apoio às iniciativas culturais; preservação e valorização do ambiente e qualidade de vida; apoio ao escoamento de produtos endógenos; contributo para animação do espaço rural e promoção da formação profissional ..." (A. OLIVEIRA : 1997 : 12), surgem como alguns dos exemplos que o L.E.A.D.E.R. "... levou à experimentação de abordagens inovadoras fundamentadas na valorização dos recursos endógenos e no empenhamento das empresas e das populações locais com o objectivo de reagir localmente à fatalidade do declínio e de estimular o espírito empreendedor ..." (PARLAMENTO EUROPEU : 1996 : 99), como forma de provocar melhorias significativas no *modus vivendi* do meio rural.

Esta acção específica destinada a incentivar as iniciativas de desenvolvimento rural nas *zonas elegíveis* dos objectivos números 1 e 5b[159], a que Portugal pertence, obriga a um trabalho conjunto entre os parceiros sócio-económicos locais[160] que, disseminado a nível nacional, permitirão corrigir "... os problemas de acessibilidades aos mercados e aos consumidores, mais problemática quando falta adequada organização ao nível da produção e mais ainda da comercialização, sem esquecer as

especificamente relacionadas com a tutela regional e central (4), tendo por objectivo criar uma rede europeia para trocas de experiência e encorajamento na consecução do objectivo primordial, criar *zonas rurais* (PARLAMENTO EUROPEU : 1993 : 84-85).

[157] Enquanto objectivos gerais o F.E.D.E.R. - pretende a redução das diferenças de riqueza dentro do espaço comunitário, contribuindo para a execução de grandes projectos de infra-estruturas nas regiões menos favorecidas.

O F.E.O.G.A. - visa a adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais, ajudando os agricultores a permanecerem competitivos e a adaptarem as suas actividades às necessidades do mercado em constante mutação, financiando igualmente projectos que possam ser complementares à actividade agrícola tradicional.

O F.S.E. - promove as acções de formação e reinserção profissional, gerando facilidades de emprego e mobilidade geográfica, bem como profissional dos trabalhadores (PARLAMENTO EUROPEU : 1996 : 61-2).

[158] Ver neste âmbito F. AVILLES (1999 : 120 - 122).

[159] Relativo às medidas de desenvolvimento agrícola nas regiões objectivo n.º 1, n.º 5ª e n.º 5b - consultar PARLAMENTO EUROPEU (1996 : 69-72).

[160] "Com o Programa LEADER estamos hoje a conjugar o verbo «desenvolver» na sua forma reflexa, não sendo de admitir forma na passiva: quem se desenvolve, desenvolve-se a si mesmo e ninguém pode ser portanto desenvolvido por outrém." (M.P.A.T./M.A. : 1993 : 201)

dificuldades de capacitação de produção e inovação, as carências de informação e de adequados e eficazes apoios financeiros e institucionais." (M.P.A.T./M.A. : 1993 : 103)

Desta forma, recorrendo a projectos de desenvolvimento *auto-concentrado* e *auto-sustentado*, diminuirão as assimetrias ainda presentes entre as áreas mais e menos desenvolvidas, possibilitando uma recuperação dos ambientes rurais no sentido de se tornarem auto-suficientes, podendo ser encarados como meios de vida, contrariando assim, a "... migração distante e abandono da habitação, do património, da família e do meio." (C. CAVACO : 1985 : 51)

A capacidade de mobilização de uma acção cruzada e concertada dos principais agentes sócio-económicos (entidades privadas, cooperativas e associativas com entidades públicas), conhecedores das necessidades/potencialidades locais e regionais, e, ao mesmo tempo, responsáveis pelas suas dinâmicas, deverá defender uma relação biunívoca de planeamento das acções/atribuição de fundos para a consecução de um desenvolvimento rural (M.P.A.T./M.A. : 1993 : 118).

Saliente-se que este terá de estar assente na diversificação económica, promotora de emprego e de rendimentos "... complementares e alternativos face aos agrícolas, a tempo parcial, a tempo total ou a tempo parcial, como trabalho dependente ou no quadro de micro empresas familiares e trabalho independente: comércio e serviços, com destaque para os de proximidade, mas também para os facilitados pelos novos meios de comunicação, incluindo o teletrabalho e comércio electrónico." (C. CAVACO : 1999 : 137)

No entanto, apesar da agricultura ter vindo, em Portugal, a perder significado em qualquer que seja a escala de análise, é inegável a sua indissociável função no mundo rural.

Para tal, será suficiente atentarmos, por um lado que, na falta de melhor oportunidade, esta funciona como um espaço receptor da mão-de-obra, principalmente em períodos recessivos de oferta de emprego, e por outro, que as iniciativas promovidas (turismo rural, artesanato, agroturismo e certificação de produtos), como estratégias diversificadas para o auxílio na revitalização sócio-económica das áreas rurais, têm elevada dependência das actividades, agro-pecuária e silvícola.

Com base neste "serviço", prestado *à la longue*, parece-nos justo que se torne prioritário actuar, no meio rural, de maneira a perpetuar enquadramentos paisagísticos caracterizados pela agricultura, onde os agricultores poderão auferir rendimentos pela sua função de *guardiões da natureza*, que, embora humanizada, detém uma elevada biodiversidade que necessita de ser amparada, e da qual dependem no exercício da sua actividade, e igualmente importante para o incremento da pesca, caça e turismo.

Embora concordemos que a preservação de determinados enquadramentos deva ser cumprida sem qualquer discussão, o mesmo não acontece quando encontramos áreas que, por inoperância, estejam a sofrer fenómenos erosivos acentuados.

Desta forma, pensamos ser importante equacionarem-se usos que possam travar o referido processo, sob o risco de uma actuação contrária, fazer perigar o seu equilíbrio sistémico, tornando irreversível a sua recuperação. Pelo que, sempre que possível, convirá melhorar a sua utilização por uma exploração praticável dentro das actividades associadas à agricultura, por exemplo, "... no incentivo aos trabalhos florestais e ao povoamento florestal nas explorações agrícolas." (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS : 1987 : 53)

Inserem-se nestes espaços todos aqueles que, visivelmente, denotem o abandono prolongado do cultivo; apresentem matos extensos; experimentem o sucessivo esvaziamento demográfico; englobem terrenos inaptos à prática agrícola e nos quais aflorem, parcialmente, blocos rochosos, como consequência dos processos erosivos entretanto iniciados, mas que, globalmente, possam ainda ser recuperados.

As soluções mais favoráveis, para este tipo de situações, passam pela delimitação de espaços com objectivos ecológicos e expansão de algumas formas muito extensivas de uso do espaço, como, por exemplo, a floresta, a caça, a apicultura, os produtos silvestres e o turismo.

Consideramos que a expansão florestal, embora podendo acentuar, por vezes, o esvaziamento demográfico devido à sua prática extensiva, através da implementação de uma política de *uso múltiplo*, reúne as aptidões necessárias para, transversalmente, propiciar todos os aproveitamentos acima delineados, favorecendo, segundo o ponto de vista ecológico, os espaços que, por causas antrópicas e/ou físicas, têm vindo a ser alvo de contínua degradação das suas reservas biológicas.

Quando referimos a eventualidade de esvaziamento demográfico, fazêmo-lo conscientes, de que, apesar de desejarmos o envidar dos esforços auxiliadores para a atracção humana, o retrocesso de um processo secular determina um *feedback* extremamente lento que implica medidas de sustentabilidade, onde, num primeiro plano, assegurem o equilíbrio ecológico das áreas agrícolas tradicionais em ruptura.

A sua ocupação pela floresta, decorrente do crescimento a médio ou a longo prazo, facultará a oportunidade de, gradualmente, se fomentarem as acções preconizadas para o desenvolvimento sócio-económico dos espaços agrícolas marginais que têm merecido a atenção, por vezes, muito insuficiente.

Apesar dos constrangimentos inerentes aos processos de florestação e da conservação dos povoamentos até à almejada rentabilização, sentimos que existe vontade, por parte dos agricultores "mais jovens", em optar pela floresta como uma séria alternativa ou complemento às práticas agrícolas tradicionais que executam.

Mas, embora a floresta seja reconhecida pela população em geral como importante para o seu bem-estar, também, com frequência, constatamos algum desinteresse por parte dos proprietários, como fruto de uma antevisão desmotivadora face ao desinteresse dos familiares mais novos pelas práticas agrícolas e por um desencantamento resultante do adiantado envelhecimento da população agrícola, que vê na floresta um investimento do qual não serão os usufrutuários directos, relegando para os eventuais descendentes tais intentos.

Esta oposição de interesses é um dos elementos responsáveis pela inércia local quanto a futuros empreendimentos que impliquem novos usos do solo, pelo que, para poderem viabilizar uma política de expansão florestal, há que "... antes demais [ultrapassar] os ... sentimentos de desespero e de impotência e, ainda, os complexos de inferioridade relativamente à ... cultura tradicional e aos demais recursos locais." (M.P.A.T./M.A. : 1993 : 202)

A descrença generalizada, por parte, da população rural face às potencialidades de exploração dos recursos naturais não agrícolas, e da floresta, em particular surge como o primeiro obstáculo real a ser transposto, ou seja, sem que ocorra uma intervenção clarificante com o intuito de modificar o que denominamos por cultura agrícola tradicional, onde "... o trabalho na floresta não é valorizado socialmente ..." (R. ALVES : 1999 : 4) e a opção por um novo tipo de exploração encontrará sempre

resistência. Importa, portanto, alterar tal reacção, recorrendo à concepção de um plano de esclarecimento que demonstre a validade transversal da exploração do recurso, permitindo sempre, a médio e longo prazo, uma remuneração superior à forma de exploração actual.

A floresta, enquanto recurso natural, tem merecido nos últimos anos a atenção de múltiplos quadrantes da sociedade, principalmente numa perspectiva expansionista, propiciando o surgimento de variadíssimos estudos confirmadores da ideia já apresentada da apetência natural de Portugal relativamente à floresta, particularmente quando, cada vez mais, deparamos com uma realidade degradante de abandono da prática agrícola, ampliando-se a extensão de *terras marginais* que urge sustentabilizar.

Contudo, convém que qualquer que seja a intervenção no âmbito promocional da expansão florestal, não seja encarada como mero "... mealheiro de lavradores ou proprietários absentistas [, note-se que] a exploração cuidada da floresta reclama hoje um saber fazer elaborado, combinando conhecimentos silvícolas com o manejo de máquinas ... e cuidando de largas áreas que tornem rentável um equipamento caro e permitam sustentar folgadamente, quem, para o fazer, tem de levar uma vida dura." (R. MAGALHÃES : 1993 : 43)

Importa, então, que a opção florestal cumpra com um dos *Dez Mandamentos* preconizados pelo Instituto Florestal (1995 : XXXIII), mais concretamente, "[a] Floresta dever ser gerida de forma sustentada, isto é, de uma forma e intensidade que mantenha a sua diversidade biológica, a sua produtividade, a sua capacidade regenerativa, a sua vitalidade e a sua capacidade de satisfazer no presente e no futuro, as funções ecológicas, económicas e sociais relevantes, [ao nível] local ...", numa trajectória linear de "... defesa ambiental e valorização adequada das funções não produtivas do coberto florestal." (M. FERREIRINHA : 1985 : 2)

Concordando com o facto deste desígnio ser uma tarefa dura e complexa para a qual se necessita de muito tempo e de espaço, defendemos que o elevado número de proprietários, ao qual se associam um valor muito superior na fragmentação da propriedade, obrigam a uma organização "... em associações, cooperativas ou sociedades que garantam uma prestação de serviços mais profissionalizada." (FORESTIS : 1996a : 5)

Desta forma, devemos apostar numa gestão conjunta como meio de melhorar a *performance florestal*, tendo para efeitos técnicos, uma propriedade única, ou seja, a associação de um indeterminado número de parcelas pertencentes a vários proprietários, gerida sem qualquer alienação do direito de propriedade, através da definição clara de objectivos, que obedeçam aos seguintes princípios orientadores: coordenação do desenvolvimento florestal; valorização social e ambiental da produção florestal; encorajamento da exploração florestal como actividade rentável; aumento do poder de intervenção por parte dos produtores na política florestal, primeiramente a nível local e posteriormente a nível regional/nacional. (FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE : 1994 : 220)

Só assim se conseguirá ultrapassar as dificuldades inerentes à mudança de usos e propiciar o acesso mais facilitado aos fundos de apoio nacionais/comunitários, ao mesmo tempo, que favoreçam os rendimentos para o proprietário (FORESTIS : 1996b : 23). Convém, então, gerir a floresta numa directriz de adequação espacial, prevendo, planeando, executando e controlando as intervenções, articulando-se os intentos de produção com a necessidade do mercado.

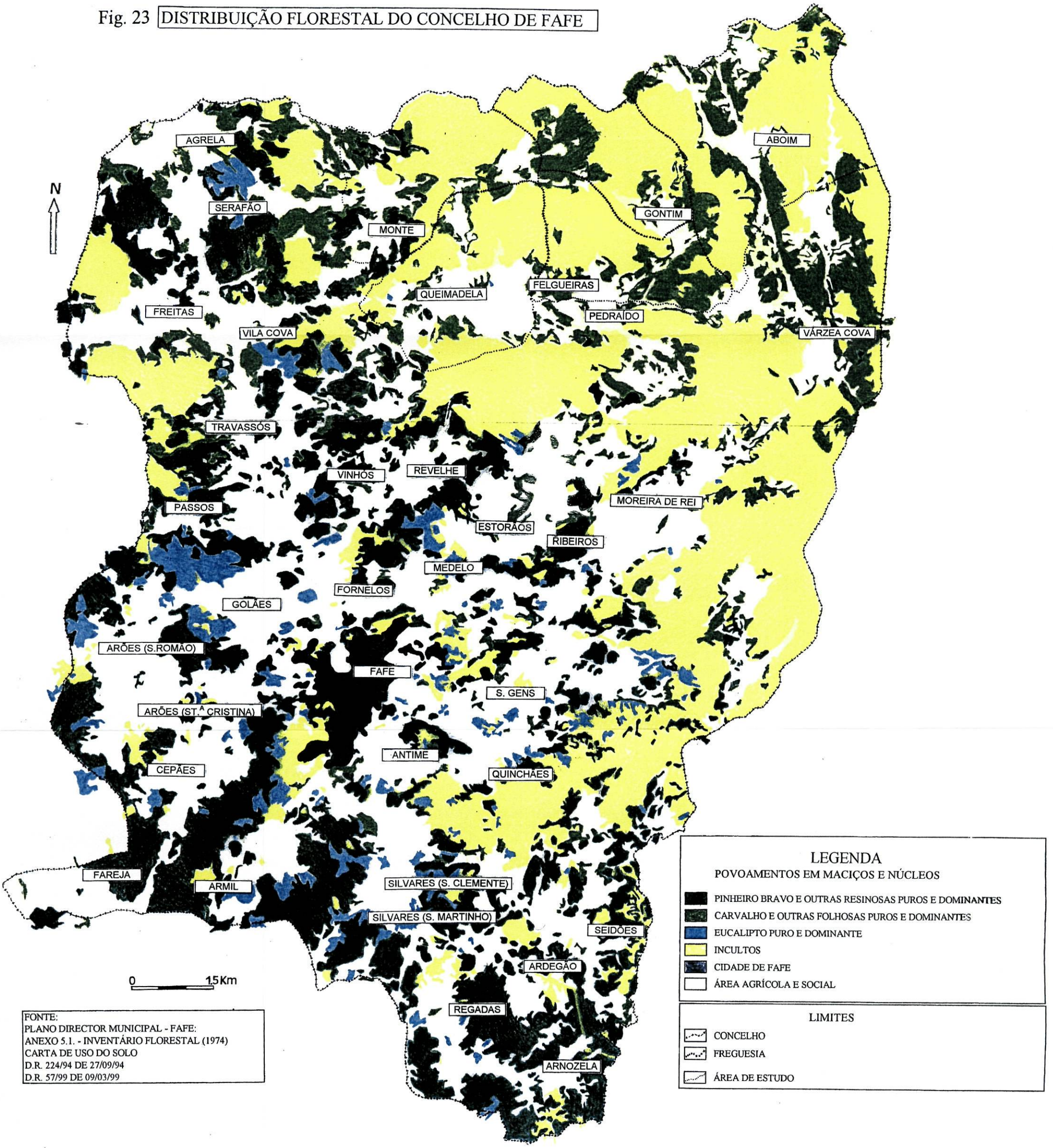
Fafe surge, nestas questões, como sendo um concelho rural com uma realidade espacial idêntica, a tantas outras a nível nacional, no qual, às *áreas marginais* de origem agrícola se associam as ocupadas pelo *inculto*[161], que, neste concelho, se distribuem por um vastíssimo espaço desnudado, localizado dominantemente no quadrante N./E., e prolongando-se com menor representatividade para o quadrante S./E. (fig. 23)[162].

Porém, independentemente das questões relacionadas com a validade dos usos presentes, é consentâneo afirmar-se que Fafe, em paralelo com a realidade regional em que se insere (anexo XV), tem um território globalmente "verde", conseguido pela interacção agro-florestal ao nível da paisagem (fig. 23), com um domínio de 81.7% do solo fafense.

[161] Note-se que "... para o conjunto do País esta área inculta (e muita, obviamente será sempre incultivável), atinge um valor de 16% do território (mais de 1 400 000 hectares), nalguns distritos de Trás-os-Montes e Beiras anda à volta de 30% e em mais de metade dos distritos do Continente (10) a percentagem de incultos é superior a 15%." (A.ALVES : 1994 : 74)

[162] Quando observamos a paisagem serrana fafense, da qual faz parte a nossa A.E., facilmente nos apercebemos do quão extensa é a área de inculto, dominando a totalidade dos seus cumes, chegando mesmo a altitudes reduzidas, ocupando áreas próximas aos aglomerados populacionais.

Fig. 23 DISTRIBUIÇÃO FLORESTAL DO CONCELHO DE FAFE



Assim, a agricultura, ocupando 47.9% da superfície concelhia, distribuindo-se pelas áreas de menor altitude, aproveitando encaixes orográficos nos quais serpenteiam os diversos afluentes da rede hidrográfica local, e mais próximas aos diversos aglomerados populacionais, assume particular realce na ocupação da superfície, suplantando a ocupação de 33.8% reservada à Floresta, que viu a sua área regredir entre 1966-1991 em 0.6% (D.G.S.F.A. : 1966 : 24).

Enquanto distribuição das principais espécies em solo fafense, observamos um predomínio do pinheiro bravo a Oeste e a Sul, e pelo carvalho a NE. (fig. 23), surgindo o eucalipto com menor grau de representatividade global, ou seja, visualizam-se algumas manchas normalmente alternadas em território dominado pelos povoamentos puros de *Pinus pinaster*.

É num contexto de transição múltipla, inserido segundo N. Devy-Vareta (1991 : 3) no *interior do Noroeste*, que se destaca uma densidade florestal variável entre 30 a 39%, contribuindo para um espaço onde os elementos da paisagem fafense se articulam, formando um todo, agradavelmente, estético e harmónico no qual a evidência relativa à ligação à terra se nos depara como uma incontestável verdade.

Assim, destaca-se a importância do sector florestal no quadro das actividades económicas portuguesas, inserido num espaço regional[163] que "... tem acompanhado a evolução que orientou o sector à escala nacional, com características próprias inerentes às estruturas da floresta e do espaço físico e sócio-económico ..." (N. DEVY-VARETA : 1991 : 13). Desta forma, assume uma posição particularmente relevante, pois já em 1986, detinha 562 mil ha de área florestal, apresentando, ainda, um potencial de 15 275 mil ha de superfície passível de ser florestada (C.C.R.N. : 1991 : 4), onde se justifica uma intervenção coordenada de modo a proporcionar um crescimento numa perspectiva sustentável.

Neste âmbito, a suportar localmente qualquer intervenção espacial, encontramos um instrumento de ordenamento do território - P.D.M. - a tentar reforçar as características locais, procedendo a uma regulamentação no uso dos solos, com uma

[163] Considere-se a Região Norte, isto porque, no que refere à área tutelada pela D.R.A.E.D.M., as principais tendências evolutivas, entre 1982-1995, apontam para uma diminuição significativa da área florestal total, onde à diminuição drástica do pinheiro bravo (-41%) e outras resinosas (-70%), corresponde um aumento acentuado do eucalipto (+124%) e um ligeiro crescimento das outras folhosas (+57%) onde se destaca o castanheiro com +64% (M.A.D.R.P. : 1997 : 3, 19).

preocupação, no plano formal, em estabelecer uma melhor condução da actuação humana, na tentativa de rentabilizar as suas aptidões.

O P.D.M. de Fafe[164], surge, neste domínio, como um instrumento de planeamento, que visando estruturar/potenciar a utilização/ocupação/transformação da superfície fafense, obedece a uma lógica de ordenamento integrado do território (onde a salvaguarda do património cultural assume particular relevância), perspectivando-o para o desenvolvimento sustentável, promovendo um planeamento antecipado das diversas actuações. Este instrumento de ordenamento do território surge como documento base para a expansão espacial da floresta, principalmente "... no momento em que se acentuam as atribuições das autarquias no âmbito das intervenções na floresta." (C.C.R.N. : 1991 : 5)

Nos objectivos do P.D.M., verificamos que Fafe considera "... como sectores prioritários para o desenvolvimento do concelho, a indústria transformadora e o turismo ..." (C.M.F.: 1993: 08), o primeiro com o intuito de incrementar economicamente o concelho, ao mesmo tempo que se eleva o número de postos de trabalho, favorecendo a fixação das populações locais, e no segundo, é notória a tentativa de explorar as características físicas deste concelho minhoto, bem como, do seu estado predominantemente rural.

Conforme referimos no decorrer do último ponto deste trabalho, Fafe é um concelho *caracterizado por um expressivo ambiente de montanha, com enquadramentos paisagísticos muito diversos, apresentando como altitude média de 350m, alcançando em alguns pontos cotas superiores a 850m.*

É precisamente nas áreas mais elevadas que, segundo o P.D.M., se pretende "... delimitar Áreas de Interesse Turístico ... tendo em vista a promoção de actividades turísticas e de lazer e de fruição da paisagem ..." (C.M.F.: 1993 : 8), aproveitando-se a sua diversidade.

As matas têm nos últimos anos funcionado como ambientes cada vez mais procurados pela generalidade das populações e em particular pelas urbanas, que em fuga aos *modus* rotineiros de vida, tentam através destes espaços conseguir algum

[164] Aprovado em 06/05/94 pela Assembleia Municipal e ratificado em reunião do Conselho de Ministros a 14/07 do mesmo ano (publicado do Diário da República n.º 224 de 27/09/94, páginas 5812 a 5847), tendo merecido alteração pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/99, publicada no Diário da República n.º 57 de 09/03/1999, páginas 1308 a 1313, com vigência a partir de 14/03/1999.

retemperamento no seu padrão de qualidade de vida, tão frequentemente colocado em causa. Este facto fez com que se tenha fomentado junto das entidades de administração local uma preocupação de salvaguarda de usos com estes fins, para os quais se delineiam explorações de âmbito turístico..

Todavia, a actividade turística implica uma actuação coordenada ao nível da criação de infra-estruturas[165], da vigilância e da manutenção dos espaços alvo, num esforço conjunto de preservação, minimizando-se eventuais desequilíbrios resultantes da utilização, tendo em conta, principalmente, o facto que, ao tornar-se um concelho de *portas abertas* para o turismo, implicará a afluência de pessoas com comportamentos muito distintos, que urge equacionar de forma a serem salvaguardados os diferentes espaços, protegendo o património.

Face ao exposto, torna-se óbvio a premente preocupação em preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico, para a qual se delimitaram as áreas - Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.)[166], Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.)[167] e Florestais - previstas nos artigos 6º, 7º e 39º do Regulamento do P.D.M., onde se pretendeu conjugar as características edafo-climáticas com o tipo de ocupação que, *a priori*, mais convinham ao concelho.

Assim, "... nos terrenos mais irrigados de várzeas de aluvião ..." e as "... encostas socalcadas, entre os 300 e os 500 metros de altitude (*Idem* : 1993 : 11), manter-se-á a agricultura, alargando-se à silvicultura na segunda delimitação. Esta última actividade ocupa maiores extensões nas cotas superiores aos 500m, onde "... cerca de 15% da área é ocupada por carvalhos espontâneos[168], que desempenham um papel muito importante na protecção das partes mais altas das linhas de água de regime torrencial." (*Ibidem* : 1993 : 12)

---

[165] Neste âmbito consultar J. GONÇALVES (1996 : 15).

[166] Nos termos do Decreto Lei n.º 196/89 de 14 de Junho a R.A.N. "... é o conjunto das áreas que, em virtude, das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas."

[167] Nos termos do Decreto Lei n.º 93/90 de 19 de Março, no seu artº 1.º, a R.E.N. "... constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processo biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas."

[168] De acordo com projecto camarário apresentado ao programa *Leader II*, esta áreas serão alvo de reforço florestal.

Ao mesmo tempo, refira-se que estas manchas são um recurso energético assaz importante na dinâmica dum espaço onde as temperaturas mais reduzidas, que se registam no período mais frio do ano, fazem sentir o rigor, agravado pelo desconforto presente em muitas habitações, visivelmente, acentuado em ambiente serrano.

Torna-se portanto notório que os elementos responsáveis pela elaboração do P.D.M. de Fafe tiveram a sensatez de perspectivar para a realidade que trataram, áreas florestais com funções muito claras (e que preconizam os objectivos gerais do P.D.M), tais como: protecção dos solos, regulação do regime hídrico, suporte da fauna selvagem, estruturação da paisagem e produção de serviços.

Estas adequam-se às quatro classes estipuladas, ou seja, a *Floresta de Protecção Ecológica, Floresta de Protecção/Produção de Serviços, Floresta de Reconversão Condicionada* e *Floresta de Produção de Material Lenhoso* (*Ibidem* : 1993: 21), regulamentadas pelos artigos 41°, 42°, 43° e 44° do regulamento do P.D.M..

Relativamente à *Floresta de Protecção Ecológica,* esta é constituída por carvalhos espontâneos que detêm uma função importante e específica já referida, pelo que é defendida como sendo património natural e para o qual se propõem alargamento às linhas de água não protegidas e encostas de acentuado declive. Quanto à *Floresta de Protecção/Produção de Serviços*, sendo de origem artificial, é formada por mistos de folhosas e/ou pinheiros bravos. Nestas duas áreas florestais, o P.D.M. proíbe a edificação, salvo se, entre outras, esta se destinar à prevenção e combate a fogos florestais. A *Floresta de Reconversão Condicionada* é constituída por matos que poderão ter ou não arvoredos dispersos e por áreas de inculto, estando estes espaços direccionados para a utilização extensiva da pastorícia. Por último, a *Floresta de Produção de Material Lenhoso* tem nas resinosas, onde se destaca o pinheiro bravo e no eucalipto as espécies de eleição para ocuparem a superfície delineada para este tipo de classe de floresta.

Parece-nos que, à semelhança do que ocorre ao nível nacional, o poder autárquico de Fafe reconhece nas florestas a existência de potencial capaz de reforçar a sua dinâmica económica recorrendo à fruição de espaços de montanha e à comercialização de material lenhoso.

Contudo, para além de intervenções ao nível da prevenção dos fogos florestais, tais como, construção da Barragem de Queimadela, melhoramento de caminhos e

charcas, projectos de limpeza de matas e de vigilância, no terreno pouco ou mesmo nada é visível ao nível da implementação da floresta, ou seja, existe "... um grande afastamento entre as palavras e a realidade." (FORESTIS : 1998b : 3)

O espaço fafense tem merecido alguma atenção por agentes não governamentais ao nível da floresta, nomeadamente, através da Associação de Silvicultores do Vale do Ave (A.S.V.A.) e pela Cooperativa Agrícola de Fafe (COFAF).

Relativamente à A.S.V.A., formada em 31 de Agosto de 1998 (FORESTIS : 1998b : 15) com o apoio comunitário de 80% para o seu funcionamento, no âmbito do II Q.C.A. - Medida 4 do PAMAF, estende a sua actuação a oito concelhos, concretamente, os seis pertencentes ao NUTS III Ave e aos dois concelhos recém formados - Trofa e Vizela.

Segundo o Técnico Superior desta associação - Eng.° Silvicultor Rui Guimarães - a acção da A.S.V.A. tem tido grande dificuldade em actuar no concelho de Fafe, resultando, unicamente, a inscrição de nove associados. Note-se que, neste reduzido número, apenas duas pessoas residem em Fafe, as restantes sete, distribuem-se por Guimarães, Lisboa, Matosinhos, Vieira do Minho e Porto. As suas propriedades localizam-se nas freguesias de Medelo (0,5 ha), Estorãos (1,5 ha), Queimadela (1 ha), Revelhe (1 ha), Silvares S. Martinho (5 ha), Arões (8,5 ha), Aboim (1ha) e Antime (5ha).

Em face ao exposto, Fafe tem um elevado déficit associativista, totalmente substituido pelo domínio cooperativista da COFAF que, com um vastíssimo trabalho de campo junto dos proprietários, surge como um actor reconhecido e privilegiado na dinâmica rural concelhia, através do qual passam intentos de eventual transformação agrícola.

De acordo com o Vereador do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Fafe - Sr. António Joaquim Teixeira Alves - e Presidente da COFAF, esta cooperativa forma-se após o desaparecimento da Comissão Liquidatária dos Grémios da Lavoura (processo iniciado em 1975 por imposição política que extinguiu o Grémio Local), com o intuito de não se perder o património agrícola existente. Tendo passado um período conturbado até 1988/89, desde 1990 avança com estabilidade, com objectivo único a compra e venda de produtos agro-pecuários. A partir de 1994/95, com a modificação do seu estatuto, assume uma função polivalente, criando novas secções, tais como,

consultadoria, assistência à pecuária e às plantas, sanidade animal, vitivinicultura e produção florestal.

Assim, desde 1997, dentro da COFAF, surgiu uma secção florestal que, ao deter até à presente data vinte e três associados, visa incrementar no espaço fafense um grupo local de produtores florestais.

Ao reconhecer que é de suma importância alargar este grupo, a COFAF defende como via para o conseguir, a necessária implementação de uma campanha de informação pelos 2.600 associados na vertente de compra/venda de produtos agro-pecuários, de forma a fomentar o espírito empresarial, aos quais interessa tornar credível a ideia que a Floresta é um recurso com lucros a médio e longo prazo, onde a sua participação se circunscreve à cedência de terreno que, de acordo com a dimensão cedida, terá como contrapartida uma parte dos rendimentos globais da associação a que pertencer.

No desempenho das suas funções, a Secção Florestal elaborou vinte e três projectos no âmbito dos apoios previstos pelo P.D.F., dos quais, por falta de meios, foram aprovados seis, entre 1994/99, gorando-se, desta forma, expectativas ao nível dos proprietários, ao mesmo tempo que transpareceu algum desânimo concelhio, principalmente porque se gerou um sentimento de se ter sido enganado, por quem "acenou" com cerca de 800 000 contos por distribuir dentro do referido plano florestal.

Contudo, a premiar e a motivar as iniciativas então desenvolvidas localmente, e comprovadas pelas respostas dadas por dois proprietários inquiridos, a COFAF conseguiu dinamizar na freguesia de Queimadela um movimento favorável à intenção de investimentos em propriedades contíguas, favorecendo-se uma provável mancha florestal entre 15 a 40 ha.

Por outro lado, existe uma preocupação em assentar a actuação da COFAF numa estratégia de dinamização da actividade florestal, segundo o cumprimento dos instrumentos de ordenamento do território *versus* valorização paisagística do concelho, no qual, o "combate" ao processo de eucaliptização, apesar de, frequentemente, ser defendido pelo agricultor pelo facto de poder obter o lucro de uma forma célere, se insere numa preocupação de adequação espaço/espécie, perspectivando-se a valorização ambiental e equilíbrio paisagístico, convergente com as potencialidades económicas da floresta.

O "mini-minifúndio", passo a expressão do referido Vereador do Ambiente, caracterizante do contexto regional onde se insere Fafe, dificulta a implementação de uma política de verde contínuo.

Mas, não obstante esta limitação, seguindo-se um procedimento pioneiro iniciado pela Secção Vitivinícola da COFAF, mais precisamente na prestação de serviços, e numa tentativa perfeitamente embrionária de alargar o processo de florestação, poder-se-ão formar grupos de trabalho de apoio, que através de contratos de arrendamento à cooperativa possam efectuar a limpeza de terrenos florestais.

No concelho, a existência de terrenos pertencentes a proprietários absentistas, muitas vezes residentes nos centros urbanos do litoral, e/ou a pessoas que, por impedimentos vários (saúde, falta de tecnologia, idade avançada ...), não efectuam as respectivas operações de limpeza, poderão encontrar nesta possibilidade, a oportunidade de proceder à reabilitação dos seus terrenos enquanto áreas produtivas de riqueza local, ao mesmo tempo que os defendem, preventivamente, contra a propagação normalmente facilitada dos incêndios florestais.

Reconhece-se à COFAF a capacidade de, enquanto empresário e socorrendo-se do apoio comunitário (PA.M.A.F.), ter viabilidade económica e tecnológica para atrair vontades relativas à valorização dos terrenos que não encontram nos seus proprietários a capacidade para a sua preservação, conseguindo ajudar a manter uma paisagem dignificante dos espaços rurais, conciliando-a com rendimento pecuniário aos seus proprietários, projectando manchas contínuas com fins variados, preconizadoras do uso múltiplo em espaço florestal, nomeadamente, a prática da agro-pastorícia, turismo e caça.

Um aspecto importante igualmente abordado pelo Sr. Teixeira Alves, e do qual partilhamos plenamente da sua opinião, tem a ver com a necessidade de se colocar dentro das famílias detentoras de propriedades esta polémica da florestação. Logo, torna-se premente que a decisão de florestar seja o mais participada possível, fazendo sentir aos elementos mais novos que a actuação presente visa, sem margem para dúvidas, o seu envolvimento futuro, demonstrando-se a pertinência no investimento e a validade enquanto projecto responsável pela adopção de um *modus vivendi à priori* não equacionado.

Para tal, é conveniente que através de uma campanha de efectiva sensibilização aos respectivos núcleos familiares se dissipem dúvidas e inércias de actuação, resultantes de ideias erradas, por vezes, bloqueadoras à mudança e à substituição dos usos.

Não menos importante que o aspecto anteriormente referido, temos a presença local de uma consciência quanto à importância da floresta na valorização das economias rurais. Porém, esta opção tem conhecido nos últimos tempos o que consideramos ser um entrave político local e regional quanto à sua implementação.

Assim, ao nível concelhio, assistimos a algum jogo de interesses em torno da floresta, bastando para tal referir a tentativa gorada na formação da Cooperativa Agrícola e de Serviços para a Promoção e Desenvolvimento das Terras Altas de Fafe (COPTAF), na qual se incluiriam as freguesias por nós escolhidas como área de estudo e ainda as de Várzea Cova e Moreira de Rei. Sendo uma das propostas de campanha eleitoral de um partido de oposição à actual facção política presente na Câmara Municipal de Fafe não teve qualquer tipo de apoio camarário.

A nível regional, embora o despertar local para os apoios comunitários tenha sido tardio, segundo o Vereador do Ambiente da C.M.F., existiu alguma confusão ao nível dos serviços centrais, já que, subjacente a regras eventualmente pouco claras, aprovaram-se e reprovaram-se projectos semelhantes que de todo não se encontra justificação para o ocorrido.

De todo este desenlace pode concluir-se que, apesar de existir trabalho delineado à escala concelhia para a expansão florestal, este surgiu no final do II Q.C.A.. Não tendo sido implementado, terá toda a possibilidade de o ser no próximo Quadro Comunitário de Apoio, no qual, seguindo-se uma política de continuidade de acção, se disponibiliza uma verba considerável para aplicação a projectos não incrementados no anterior quadro de apoio.

Aprendendo-se com o erro, conseguir-se-á arquitectar todo um trabalho seguro de preparação dos respectivos projectos de maneira a esbater o que concordamos ser dois dos entraves à sua implementação, ou seja, o custo inicial e a incerteza na aprovação do empreendimento. Assim, com este apoio garantido, e a consequente execução do plano de florestação, possivelmente surgirão novos investimentos locais capazes de, a médio e longo prazo, conferir uma melhoria no modus *vivendi* rural.

Torna-se evidente que Fafe poderá assumir uma posição privilegiada na concepção/implementação de projectos florestais, ocupando vastas áreas subaproveitadas.

Será suficiente, para o efeito, a reunião de sinergias de actuação de agentes como A.S.V.A., COFAF, assim como de outros actores, que pretendam num contexto de parceria provir uma maior capacidade mobilizadora de maneira a atrair os principais detentores dos 13 565.5 ha de terrenos agro-florestais, que constituem o espaço rural de Fafe, nomeadamente, os proprietários privados das 2 814 explorações existentes (anexo XVII).

Dever-se-á, então, realizar um trabalho transparente de troca de informações de diversos âmbitos, fazendo com que acreditem, no que pensamos ser a única forma profícua de combater os parcos rendimentos resultantes das áreas de *pequena agricultura* e potenciar os seus rendimentos, com recurso a uma utilização para a qual não terão de suportar totalmente os custos de implementação, já que poderão usufruir de apoio comunitário.

Para o efeito, os respectivos agrupamentos cooperativos/associativos deverão alicerçar-se de um suporte informativo/formativo, garantidamente mais eficaz que, junto dos proprietários, propiciem iniciativas capazes, merecedoras no aproveitamento dos múltiplos incentivos que vão surgindo via U.E..

Embora, nos últimos anos, tenhamos assistido em Fafe a um reduzido benefício decorrente dos fundos cedidos na vertente agro-florestal pela Comunidade Europeia, perspectivam-se actuações diferentes que favoreçam uma candidatura aos apoios do III Q.C.A. (2000 - 2006), com maior propriedade e segurança relativo ao efectivo financiamento.

Mas, importa realizar aqui um breve parêntesis relativamente ao que defendemos ser uma das áreas prioritárias de actuação para que se possa falar de sustentabilização do sector florestal. Para tal, há que convergir esforços, preferencialmente, suportados por uma postura preventiva, a fim de se esbater uma das grandes apreensões da actualidade em espaço rural[169], nomeadamente, o flagelo provocado pelos

[169] "O fogo sempre fez parte das características ecológicas dos meios mediterrânicos «sensu lato». Em Portugal, desde o século XV aparecem medidas visando limitar os fogos na bacia do Mondego. Em 1836, Varnhagen aponta o fogo como a primeira causa da redução da área arborizada do País ...". (N. DEVY-VARETA : 1982 : 388)

incêndios florestais, que ano após ano ceifa milhares de hectares, intimidando, desmotivando e afastando potenciais intervenções promocionais da expansão florestal junto dos eventuais investidores.

Fafe aparece nesta problemática como um concelho que, conjuntamente com Cabeceiras de Basto, Guimarães, Vizela, Caldas das Taipas, Celorico de Basto, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso, formam a *Zona Operacional 06*, onde no ano de 1997, houve um total de 2.318 fogos que consumiram 1.810,76 hectares de floresta, valor para o qual Fafe contribuiu com o maior número de fogos, nomeadamente com 411 incêndios que devastaram 276,27 hectares da sua superfície florestal concelhia (quadro n.º 8).

Assistimos, entre 1995-1997, à destruição de 910 hectares de floresta e 1.048 hectares de inculto (quadro n.º 9), correspondendo a 35% da área ardida em incêndio rural[170] e 67% do total da superfície ardida em Fafe em 1997 (quadro n.º 10), que em muito dificultam as iniciativas previstas em P.D.M., principalmente, porque a agravar o enquadramento erosivo provocado pelos agentes de geodinâmica externa na superfície ardida, favorecendo a expansão dos incultos, aparecem as limitações impostas pela demora da concessão de financiamento a projectos concorrentes a fundos comunitários que, como sabemos, são morosos.

Todo este enquadramento dificulta o que presentemente se preconiza para a floresta portuguesa, ou seja, indo de encontro ao salvaguardado no ponto dois do artigo segundo da Lei de bases do Ambiente (Lei n.º11/87 de 14 de Abril), o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Direcção Geral das Florestas elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.

Fafe, como foi já referido, é um concelho que reconheceu validade nas florestas. Mas, é importante que exista uma maior celeridade entre o preconizado em P.D.M. e as respostas de financiamentos solicitados localmente aos diferentes programas nacionais e comunitários para que se possa verdadeiramente tornar realidade.

Mas, se a montante muito terá de ser trabalhado de maneira a impelir o proprietário para uma atitude mais responsável perante uma superfície que detém, e que decorrente da sua passividade ou mesmo de desleixo, se degrada e subaproveita (R. AL-

[170] A taxonomia aplicada aos diversos fogos ocorridos em espaço fafense subdivide-se de acordo com o anexo XVI.

Quadro n.º 8 - Número de fogos florestais na *Zona Operacional 06* - 1997

CCO	Nº INCÊNDIOS	ÁREA ARDIDA
FAFE - 073	411	276,27
CABECEIRAS DE BASTO - 071	265	401,41
GUIMARÃES - 062	351	266,88
VIZELA - 063	143	151,06
CALDAS DAS TAIPAS - 061	370	138,63
CELORICO DE BASTO - 072	238	79,27
VIEIRA DO MINHO - 075	268	326,95
PÓVOA DE LANHOSO - 074	272	170,29
TOTAL	**2 318**	**1810,76**

Fonte: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe
Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal - 1996

Quadro n.º 9 - Evolução da área ardida em incêndio rural no concelho de FAFE - 1995 A 1997

		ÁREA ARDIDA (hectares)			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	1995	1996	1997	TOTAIS
1110	FLORESTAL	328	396	186	910
1120	AGRÍCOLA	0	1	0	1
1130	INCULTO	722	237	89	1048

Fonte:
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe
Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal - 1996

Quadro n.º 10 - Resumo geral dos serviços do C.C.O 073 - B.V.Fafe em 1997

		DENTRO DA ÁREA				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	A	B	C	D	E
1110	FLORESTAL (a)	145	290	1133	296,04	185,64
1120	AGRÍCOLA (b)	8	9	43	9,07	0,11
1130	INCULTO (c)	258	336	1459	335,45	89,49
1100	RURAL (a+b+c)	411	635	2635	640,56	275,24
1200	URBANO	42	71	328	29,43	
1300	INDUSTRIAL	15	30	149	12,15	
1400	TRANSPORTE	9	11	54	4,35	
1500	OUTRO	2	3	15	1,1	
	SUB TOTAL 1000	479	750	3181	688,39	275,24
	TOTAL CCO	4505	4852	10147	3393,07	275,24
	TOTAL GERAL	4505	4852	10147	3393,07	275,24

Fonte: Anexo XVI

VES : 1997 : 4), há que incentivar/incrementar a expansão da floresta com base num trabalho metódico e persistente. Portanto, tem que se aproveitar com eficiência as potencialidades silvícolas, onde a produção emerge sem dúvida como o elo mais importante da cadeia. Prevê-se a possibilidade a jusante, dum eventual aparecimento duma Indústria Florestal capaz de realizar riqueza, ao mesmo tempo que cria postos de trabalho, tão importantes na manutenção de uma dinâmica económico-social, vital para meios onde a degradação económica assume enquadramentos desfavoráveis.

Para tal, ter-se-á de proceder, em Fafe, a uma profunda alteração ao nível do tecido industrial para que a produção de madeira assuma uma posição relevante na dinâmica empresarial deste concelho, isto porque, se atentarmos no facto de, das 132 unidades industriais enunciadas no regulamento do P.D.M., só 14,3% das unidades, classificadas como *serrações de madeira*, estavam relacionadas com material lenhoso. Os restantes sectores da produção industrial florestal reúnem no tecido empresarial do concelho em estudo uma representatividade muito reduzida.

Neste sentido, há que tentar dar cumprimento a objectivos estratégicos delineados ao nível da fileira florestal, passando forçosamente por um suporte técnico e informativo a ser "facultado" por áreas especializadas ao nível da prestação de serviços, que, podendo ser realizado via associação/cooperativa, terá de ter a preocupação de o realizar de forma isenta, eticamente correcta, não cedendo a preconceitos de ordem social, nem à pressão dos *lobbies* locais, aplicando o princípio de equidade, suportado por todo o seu *know how*.

Só assim, se conseguirá desfazer a figura associada ao distanciamento da informação, normalmente manobrada pelos grandes proprietários, próximos, ou mesmo, inseridos dentro da *máquina política* à frente do poder municipal, lançando-se para um segundo plano todos os que, *por déficit* de formação académica ou por distanciamento/ /desprendimento político, não percebam ou não recebam a mensagem.

É bem verdade que com alguma frequência, apesar de se veicular a informação pelos canais mais seguros a nível local (poder político e/ou poder religioso), assiste-se a um incomodativo desinteresse, muitas vezes resultante de alguma desconfiança, ou então, fruto de algum cansaço relativo às várias apresentações da *galinha dos ovos de ouro* que, muitas vezes, não passa de uma *miragem*, e à qual os meios mais fragilizados

já se foram habituando, pelo que contam, unicamente, com o que a terra lhes dá, sem qualquer tipo de ajuda.

Mas, importa alterar este quadro, recorrendo a uma linguagem mais adequada e próxima do público alvo, antecedido de uma reflexão com os corpos dirigentes locais. Há que esclarecer quanto ao potencial do recurso floresta, demonstrando-se a sua viabilidade ao nível da exploração florestal, com base num estudo do meio, facultando-se cenários de produção e respectivos ganhos de produtividade, assim como, regras de utilização dos usos futuros, não podendo ficar qualquer tipo de dúvida relativa ao regime de propriedade, que, obrigatoriamente, não pode ser colocado em causa sob o risco de nada poder ser implementado.

Assim, sem querermos neste trabalho definir ou mesmo apreciar a grandeza de expansão possível para o concelho de Fafe, consideramos que um enquadramento de acentuado pendor rural, associado ao envelhecimento demográfico e consequente perda de vitalidade sócio-económica, permitirá encontrar na floresta um caminho propiciador ao combate de tais constrangimentos., auxiliando na inversão da sucessiva degradação que estes espaços têm vindo a sofrer ao longo dos anos.

Ao mesmo tempo, apesar de no distrito onde se insere, ser considerado como um dos "... mais industrializados no país, [o emprego na silvo-indústria tem] valores percentuais ... relativamente baixos" (N. DEVY-VARETA : 1991 : 11), se optarmos a nível concelhio por uma perspectiva de fileira florestal, poder-se-á definir o surgimento de postos de trabalho que contribuam, primeiramente, para a reversão demográfica e em segundo plano, não menos importante que o primeiro, a um reforço da vitalidade económica dos apelidados *espaços periféricos* aos grandes centros nacionais, aos quais importa encontrar alternativas que propiciem a sua sustentabilidade, auxiliando na sua valorização enquanto território administrativo.

É precisamente com base nas *indústrias de serração* locais, de pequena e média dimensão, que se deve apostar na elaboração de um plano que aposte na sua modernização.

Note-se que estas unidades, funcionam à escala local como elo de ligação a uma actividade silvícola imberbe que poderá ter nestas, a oportunidade de possibilitar o surgimento do cenário de fileira florestal concelhio. Principalmente se, todo este processo, for suportado pelo movimento associativo/cooperativo, possibilitando a

constituição uma rede de cooperação supraconcelhia, em defesa duma região, permitindo, por exemplo, o surgimento de um sector económico mais forte, qui ça, perspectivando-se uma produção alvo de certificação.

Exige-se, então, ao poder autárquico, uma postura interventiva bivalente, que aposte na utilização da sua influência política para negociar o reordenamento florestal com os centros de decisão regionais/nacionais responsáveis e envolvidos na dinâmica rural, para projectos de interesse concelhio que obedeçam a uma "... estratégia sectorial bem definida e projectada no tempo de modo a se obterem os melhores resultados possíveis, a curto-médio, prazo e estabelecer metas a atingir a longo prazo." (R. ALVES : 1997 : 4).

Deve-se para o efeito, explorar os quadros de incentivo à estratégia de desenvolvimento florestal, articulando-se os subsídios, as isenções fiscais e os créditos especiais, num esforço local de validação no terreno duma vontade reconhecida como importante pelos diversos actores locais. Em simultâneo, ter a capacidade de implementar, localmente, movimentos associativos, com o intuito de reforçar o diálogo entre todos os interlocutores interessados na promoção da floresta facultando, primeiramente, ao elevado número de proprietários, uma informação capaz de lhes conferir uma visão empresarial, de forma a perspectivar a floresta como um recurso endógeno que urge potenciar, valorizando o enquadramento ambiental.

Só assim, se poderá contrariar qualquer tendência que acentue a tradicional posição que as florestas ocupam, como *espaços marginais*, nas preocupações dos agentes de dinâmica local, muitas das vezes agravada pela ausência de uma política regional que articule as diferentes acções salvaguardadas ao nível dos P.D.Ms.

Concluindo, voltando ao início deste subtema, e relembrando o título escolhido, *Floresta, um recurso (des) cuidado, valorizado, precavido*, refira-se que em Fafe encontramos uma floresta muito aquém do que consideramos ser um aproveitamento correcto deste recurso.

Embora se envidem alguns esforços na criação de infra-estruturas de prevenção/combate de incêndios florestais e estejam delineadas no P.D.M. local, áreas florestais com funções específicas, na verdade, além de alguns casos isolados de intervenção apoiada no plantio de novos povoamentos, a maioria das intervenções têm ocorrido de forma individual e desarticulada.

Tal procedimento dita uma actuação desfasada e distante do que se pretende como um trabalho de cooperação em defesa de uma actividade com acentuado pendor económico, numa perspectiva de valorização do Meio Rural fafense.

Igualmente, o estado dos povoamentos florestais existentes encontra-se frequentemente desprovido de qualquer tipo de tratamento, pelo que, assistimos ao crescimento desordenado da vegetação arbustiva, sob o risco de se aumentarem os riscos inerentes à facilidade na propagação dos incêndios florestais.

No plano da informação/formação, apesar de pontualmente ocorrerem acções de discussão/divulgação da validade na exploração da floresta enquanto recurso natural, na realidade, o trabalho feito junto dos proprietários tem sido francamente insuficiente, pois, como demonstraremos no ponto seguinte, a insegurança na opção florestal surge, em parte, pela falta de divulgação técnica de especificidades, procedimentos e potencialidades no âmbito da exploração silvícola.

Reconhecemos que a actuação neste campo se torna complexa pelo elevado número de propriedades, agravado pela acentuada fragmentação da propriedade, no entanto, se nada for feito para incrementar esta actividade, mais uma vez se perderá uma oportunidade de diversificar de forma alternativa as *áreas marginais*, tão necessitadas na geração de dinâmicas sócio económicas que se traduzam no seu desenvolvimento.

Talvez encontremos em Fafe uma preocupação latente de precaução, cuidado e valorização de um recurso, mas, interessa, efectivamente, que passe a ser perceptível, e à margem das manobras políticas, consideramos como estratégia basilar, gerar-se um apoio técnico-silvícola na transmissão de informação prévia, durante e após a implementação dos povoamentos, que minimize os constrangimentos e assegure a concretização dos mesmos.

3.4. A REALIDADE ESPACIAL MICRO

> *"«A Floresta, pela sua diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, é reconhecida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, cabendo a todos os cidadãos a responsabilidade de a conservar e proteger»; «"os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão, de acordo com as normas reguladoras da fruição dos recursos da floresta» e ainda «a exploração, conservação, reconversão e expansão da floresta são interesses públicos, sem prejuízo do regime da propriedade».*" Alíneas a) e c) do n.º 1 do art.º 2.º e o n.º 2 do mesmo artigo da Lei de Bases da Política Florestal (FORESTIS : 1996d : 3)

A A.E. é constituída por cinco freguesias que, no seu conjunto limitam a quase totalidade da parte norte do concelho (fig. 13), pelo que as características físico-humanas inerentes a espaços serranos, já apresentados ao longo dos dois últimos subtemas deste trabalho, conferem a estes espaços as condições vivenciais menos favoráveis, tornando-os, por inerência, áreas repulsivas de afastamento a um futuro assente na actividade caracterizante destas paragens, nomeadamente, a agricultura.

Assim, verificamos, *in locu,* a existência de *déficit* de vitalidade, com maior incidência a NE., sendo visivelmente perceptível ao contemplarmos a paisagem, ou seja, observam-se inúmeros campos que, outrora, agricultados por uma produção de alimentos, encontram-se presentemente, entregues à produção de *paúlo* (erva) ou mesmo sem qualquer tipo de lavradio, em ambos os casos para aproveitamento na criação de gado bovino (anexo XX fot. n.º 13), presente em qualquer uma das freguesias da A.E..

O sentimento nostálgico é evidente quando confrontamos as populações locais quanto ao tipo de usos praticados nas suas terras. As afirmações proferidas de imediato correspondem a um bidenominador comum, mais precisamente, a incapacidade por motivos associados ao avançar da idade e a ausência de mão-de-obra, surgem como uns

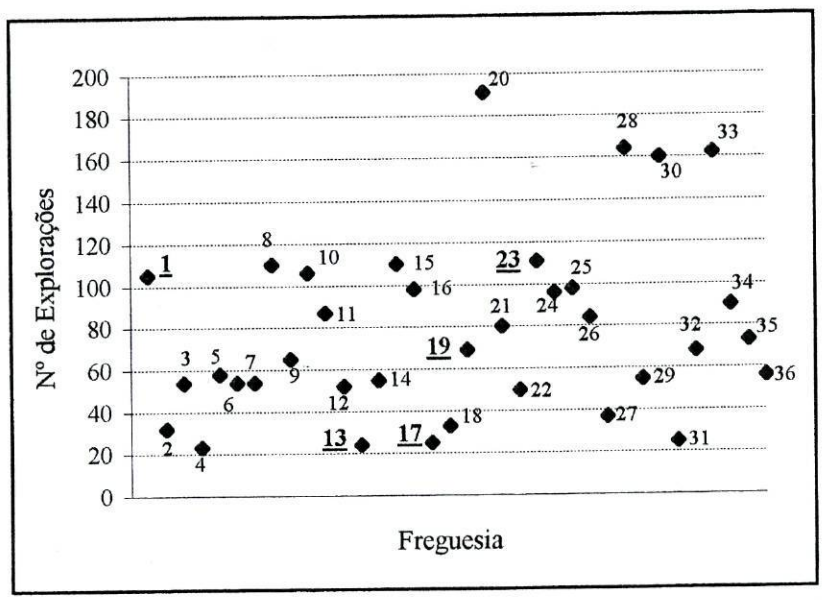
dos principais entraves da actividade agrícola, que obrigam/ditam ao abandono múltiplas parcelas de terreno, contribuindo na sucessiva descaracterização de um passado paisagístico ainda presente na memória dos seus proprietários mais antigos.

Auferindo rendimentos muito reduzidos, injustamente aquém do esforço despendido no passado/presente, assiste-se, ano após ano, à perda de capacidade económica, em muito resultante duma tradição secular na forma de exploração da superfície, que teima numa prática individual, de pendor marcadamente de subsistência, com produção rotineira, assente numa malha disseminada da propriedade e, geralmente, sem qualquer carácter empresarial.

Note-se que Fafe tem uma realidade fundiária caracterizada por 2.814 explorações, que ocupam 13.565,5 ha, aproximadamente 62% do seu território, onde apenas, cerca de 51% corresponde à S.A.U. (anexo XVIII).

No universo da área total ocupada pelas explorações fafenses, a A.E. contribui com 13%, o correspondente a 1.797 ha, distribuídos por 334 explorações, das quais Aboim e Queimadela que detêm sensivelmente 65% do seu valor, respectivamente, 105 e 111 explorações, o que as coloca como sendo duas das dez freguesias com um maior número de explorações no concelho (fig. 24).

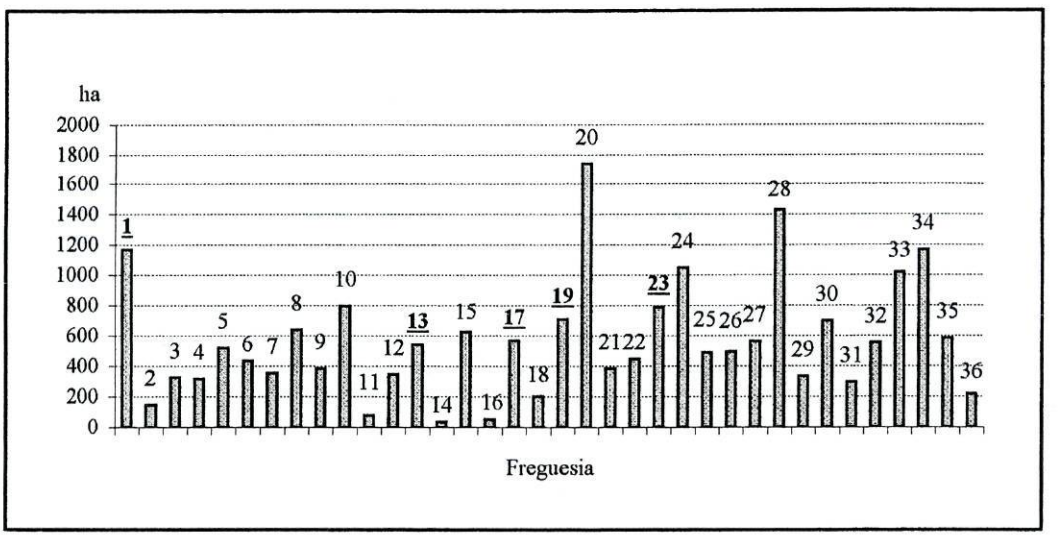
Fig. 24 - Explorações agrícolas nas freguesias do concelho de Fafe (1989)[171]



[171] Fonte: Anexo XVII

As restantes freguesias da A.E., Felgueiras, Gontim e Monte, com áreas administrativas sensivelmente menores que as anteriores (fig. 25), apresentam a sua superfície dividida por 24, 25 e 69 explorações, respectivamente, fazendo das duas primeiras, as freguesias com um menor número de explorações a nível concelhio.

Fig. 25 – Dimensão das freguesias do concelho de Fafe[172]



É neste contexto tipicamente agrícola, com elevado número de explorações, que embatemos com dois constrangimentos que afectam a agricultura, concretamente, o enquadramento morfológico da parte norte do concelho e a elevada fragmentação da propriedade. Estes originam acentuada dificuldade na progressão da produção para níveis que satisfaçam um mercado mais alargado.

Embora não sendo indispensável na economia local, defendemos que, junto dos proprietários, deverá existir uma campanha sensibilizadora que permita uma mudança de opinião/comportamento que perspective a possibilidade de se adequar as explorações mais viáveis e às características biofísicas, funcionando ou não como complemento aos rendimentos individuais.

Mas, apesar de sentirmos que esta necessidade é já relativamente antiga no cenário agrícola fafense, concordamos que existem algumas dificuldades na introdução desta informação, principalmente se atentarmos no facto de a população activa destes espaços ser cada vez mais envelhecida.

[172] Fonte: *Idem*

Inerente a este posicionamento etário existe, automaticamente, uma resistência à mudança, muitas vezes associada a comportamentos relacionados com a ideia de acomodação quanto à posse e ao tipo de exploração, pelo que a mudança é vista como desnecessária e extemporânea para o diário presente e futuro próximo de um conjunto de indivíduos que pouco espera da agricultura, e considera ter desempenhado o seu papel, aguardando que os seus sucessores optem pelo que melhor lhes aprouver.

Porém, também, durante as conversas tidas com os 135 proprietários agrícolas inquiridos na A.E., deparamos com um conjunto de proprietários, que incluído neste grupo, pela idade que apresentam e mesmo pela postura perante a actividade que exercem ou exerceram, reconhecem que é necessário mudar para um tipo de exploração mais rentável, que se encaixe num futuro «ausente» dos seus descendentes, por vezes a trabalhar fora do país.

Contudo, consideram que este tipo de decisões passa, igualmente, pela consulta aos mesmos, relembrando-nos, um pouco, o aspecto defendido pelo Vereador do Ambiente da C.M.F., apresentado no subtema anterior, que é o facto de ser necessário colocar no seio da família a questão da mudança do uso, por exemplo, para a exploração florestal .

Apesar desta indefinição ou teimosia, ou esmorecimento por parte da população inquirida, que concordamos ser caracterizante do meio agrícola em geral, consideramos que é indubitável a necessidade de se proceder à mudança dos usos em espaços considerados marginais à actividade agrícola, principalmente, porque a manter-se a falta sucessiva de proprietários, assim como de mão-de-obra agrícola, implicará no minifúndio uma opção de transformação dos processos e culturas seculares, passando obrigatoriamente pela entrega de terrenos menos capacitados e/ou abandonados à exploração florestal.

Neste âmbito, e na tentativa de percepcionar pelo contacto directo a realidade da A.E. quanto à evolução do uso e intenções relativas a eventuais mudanças na forma de exploração, mais precisamente, com recurso à expansão florestal, relembramos que lançamos mão a um conjunto de técnicas de contacto *in locu* que, pelas démarches efectuadas, tornaram-se facilitadoras na comprovação/compreensão do que pensamos ser um trabalho complexo de mudança de comportamentos/posturas/opções.

Neste âmbito, como produto das variadíssimos visitas efectuadas à A.E., obtivemos um levantamento de campo que incluiu três percursos pedestres (fig. 26), retratados nos transectos (anexo XIX) e perfis de *organização e ocupação espacial* (fig. 27), assim como no levantamento fotográfico (anexo XX); e 135 inquéritos que possibilitaram a concepção do anexo XXII.

Relativamente aos percursos efectuados ao longo de, aproximadamente, 16 km, subindo e descendo um espaço no mínimo acidentado, mas, com enquadramentos espectaculares e de uma beleza típica das paisagens minhotas, constatamos, por comparação com o Inventário Florestal de 1974, que o espaço correspondente à A.E., entre 1974 - 2000[173] (fig. 27) teve, na nossa opinião, reduzidas *transformações positivas* ao nível do uso.

As mudanças ocorridas resumiram-se, simplesmente, ao nível do aparecimento de pequenos redutos florestais, sem qualquer tipo de preocupação perceptível ao nível do ordenamento dos povoamentos instalados, em áreas outrora entregues à actividade agrícola, como consequência do abandono sucessivo desta actividade.

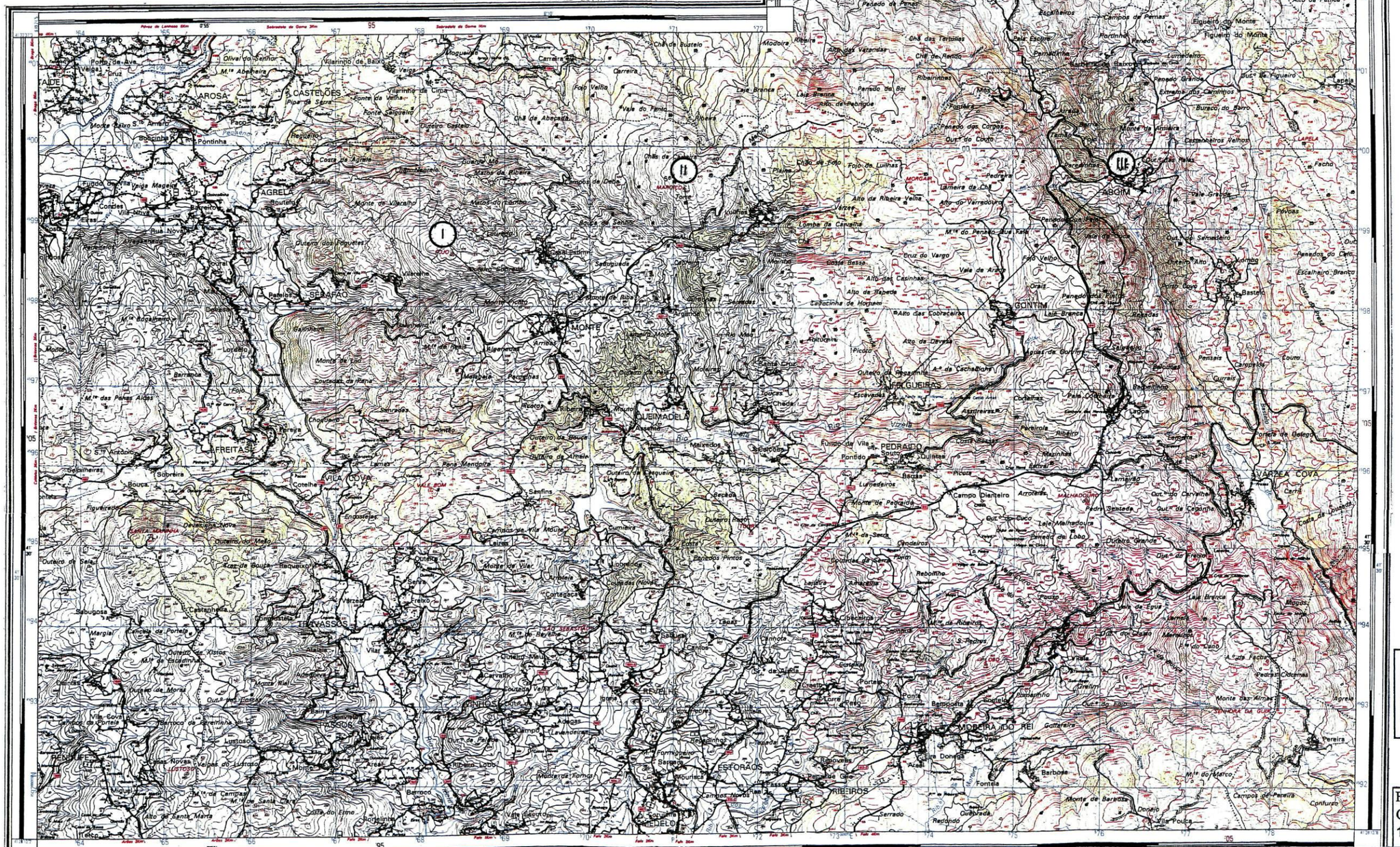
Como exemplos que confirmam a nossa opinião, podemos referir as modificações existentes nos diversos percursos (I, II, III) efectuados, nomeadamente:

- percurso I - Vértices Geodésicos da Toura (678 m.)/Fojo (585 m.):

a) aprox. km 1,5 - avanço progressivo de um povoamento misto de pinheiro bravo e carvalho, limitado até à margem esquerda do Rio Vizela, onde a primeira espécie, introduzida após 1974, a partir do primeiro quilómetro, surge no plano superior, deixando o plano inferior para a segunda espécie, que correspondendo, eventualmente, a um prolongamento de um espaço reservado anteriormente a um *povoamento de folhosas diversas* (Fd), que desapareceu, deu origem à actual e já referida mancha de pinheiro bravo a montante, permanecendo o carvalho junto ao Rio Vizela, que ocupou terreno, em 1974, referenciado como Agrícola/Social (AS);

[173] Comparação efectuada entre o Inventário Florestal 1974 e os percursos pedestres já referidos, dos quais resultaram os três perfis que retractam a organização e ocupação dos espaços percorridos.

Fig. 26 – LOCALIZAÇÃO DOS TRANSECTOS EFECTUADOS NA ÁREA DE ESTUDO



	57		
70			73
	85	86	

6-III-NW 50 000	58	1 250 000
5-III-SE 50 000	71	1 250 000
6-III-SW 50 000	72	1 250 000

Percursos Efectuados

I	△ TOURA - △ FOJO
II	△ TOURA - △ MAROIÇO
III	△ TOURA - Lugar de ABOIM

FONTE:
CARTA MILITAR DO EXÉRCITO,
1 : 25.000, N.º 58, 71, 72

b) aprox. km 3.1 - o pinheiro bravo, surge a ocupar reduzidas áreas agrícolas, próximas a espaços habitados, num prolongamento de um núcleo da referida espécie com *área de ocupação superior a 70%* (Pbjc), existente a N., que também ocupou parcialmente 90 m. da superfície agrícola presente a montante, em 1974, entretanto desaparecida e dividida pela expansão do *Inculto* (Ic);

c) aprox. km 4.2 - na sequência da expansão de um pequeno povoamento de *folhosas diversas* (Fd) ao km 4.1, surge um prolongamento com espécies de carvalho, pinheiro bravo e eucalipto, que à excepção dos terrenos situados nas margens da Ribeira de Reais (ocupados por *paúlo*), se estenderam até 80% da superfície ocupada em 1974 pela actividade agrícola. Quanto à restante área, embora muito diminuta, é, actualmente ocupada por *inculto*, que a avaliar pelas marcas visíveis de vegetação carbonizada, pelo tamanho das plantas herbáceas e arbustivas que entretanto começaram a crescer, pela desorganização na actual estratificação vertical das árvores, foi alvo de incêndios (um dos quais relativamente recente) que dizimaram sucessivamente os espaços arbóreos de *folhosas diversas* (Fd) e do *povoamento puro irregular de pinheiro bravo em que a área de ocupação é superior a 70%* (Pbjc), até então existentes.

- percurso II - Vértices Geodésicos da Toura (678 m.)/Maroiço (847 m.):

d) aprox. km 0.9 - pensamos que decorrente da necessidade em conter o avanço do *inculto*, dominante ao longo da vertente da Toura, e consequente interferência na área agrícola situa da a jusante, deparamos com um pequeno povoamento de carvalho, situado na base da vertente, a partir do qual surge o aproveitamento agrícola, seguido por um novo povoamento dominado pelo pinheiro bravo, onde

LEGENDA GERAL

1. Simbologia inserida sobre os perfis topográficos

Área de Inculto:

Área Agrícola:

Área Florestal:

- Carvalho
- Pinheiro
- Eucalipto
- Folhosas Diversas

Área Social:

Afloramento Rochoso

Incêndio:

2. Simbologia inserida sob os perfis topográficos[174]



Ic - Inculto

Cv - Povoamento de carvalho diverso

fd - Povoamento de folhosas diversas inferior a 2 ha

Dx - Povoamento de folhosas diversas com resinosas diversas

Fd - Povoamento de folhosas diversas

DPb - Povoamento misto de outras essências e pinheiro bravo disperso

Pbjc - Povoamento puro irregular de pinheiro bravo com ocupação de 70%

AS - Agricultura/Social

Fonte: Anexo XIX

Carta Militar de Portugal (1997) 1/25 000; n.º 71 - São Torcato (Guimarães) e n.º 72 - Cabeceiras de Basto;

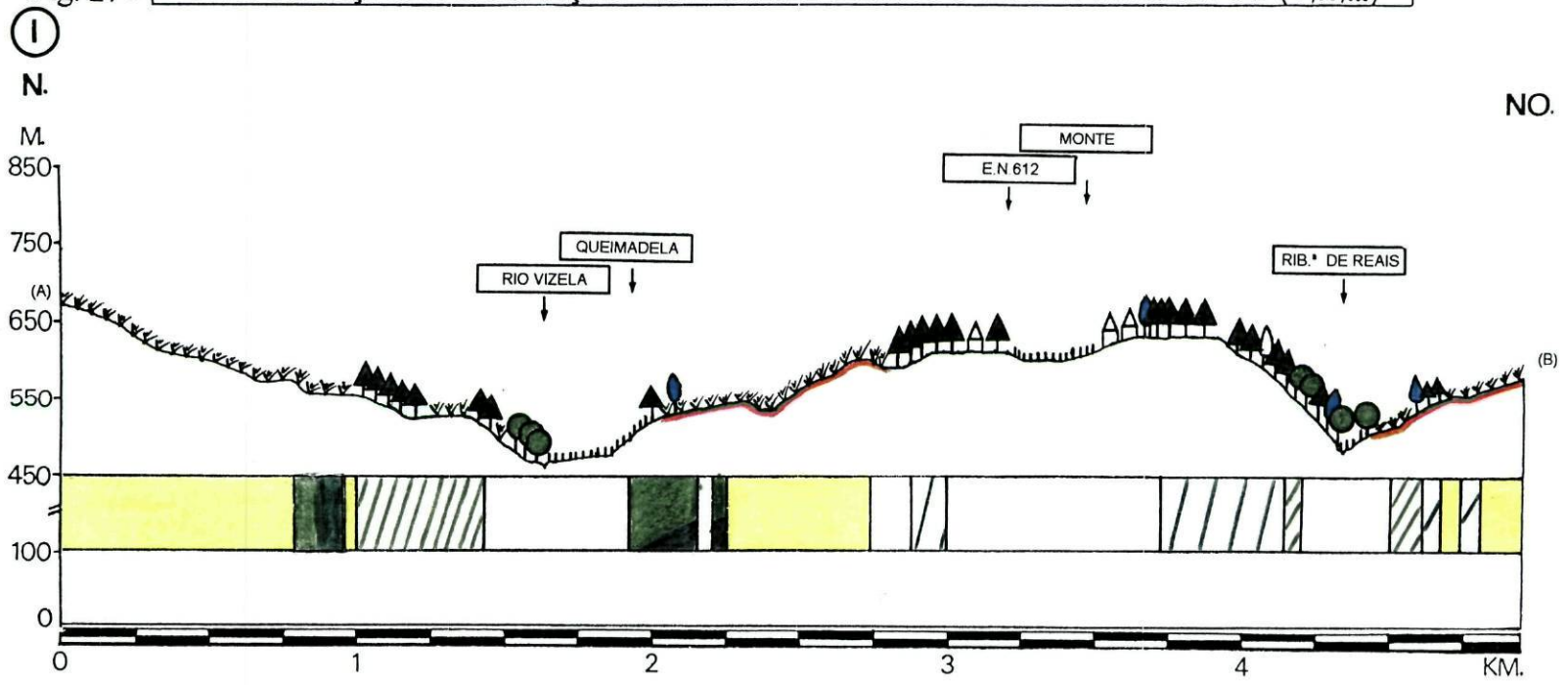
Inventário Florestal (1981) 1/25 000, n.º 71/72;

P.D.M. - Fafe (1994): Anexo 5.1. - Inventário Florestal (1974) 1/25 000

: Carta de Uso do Solo (1989) 1/25 000

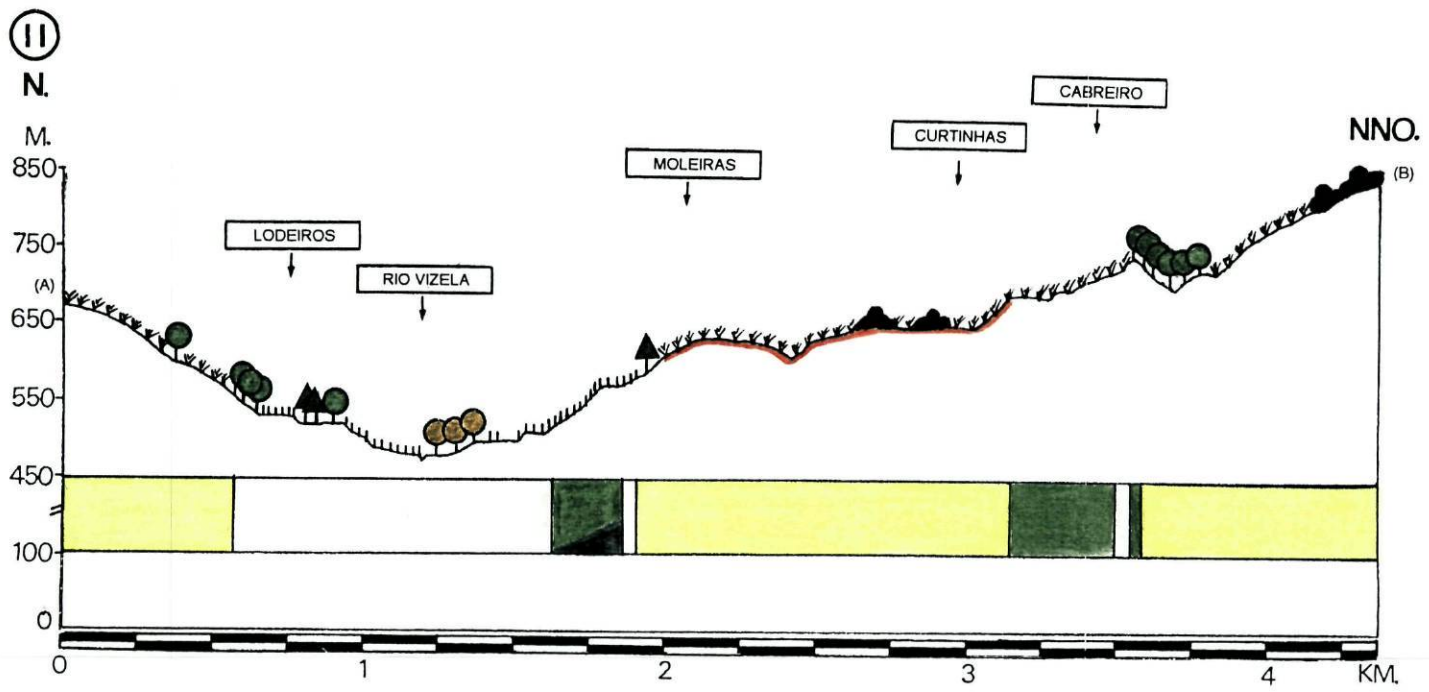
[174] A simbologia e denominação do tipo de mancha aplicada tem por base o Inventário Florestal de 1981, cartas reeditadas do Inventário Florestal de 1974.

Fig. 27 - ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO ESPACIAL AO LONGO DOS TRANSECTOS (I,II,III)



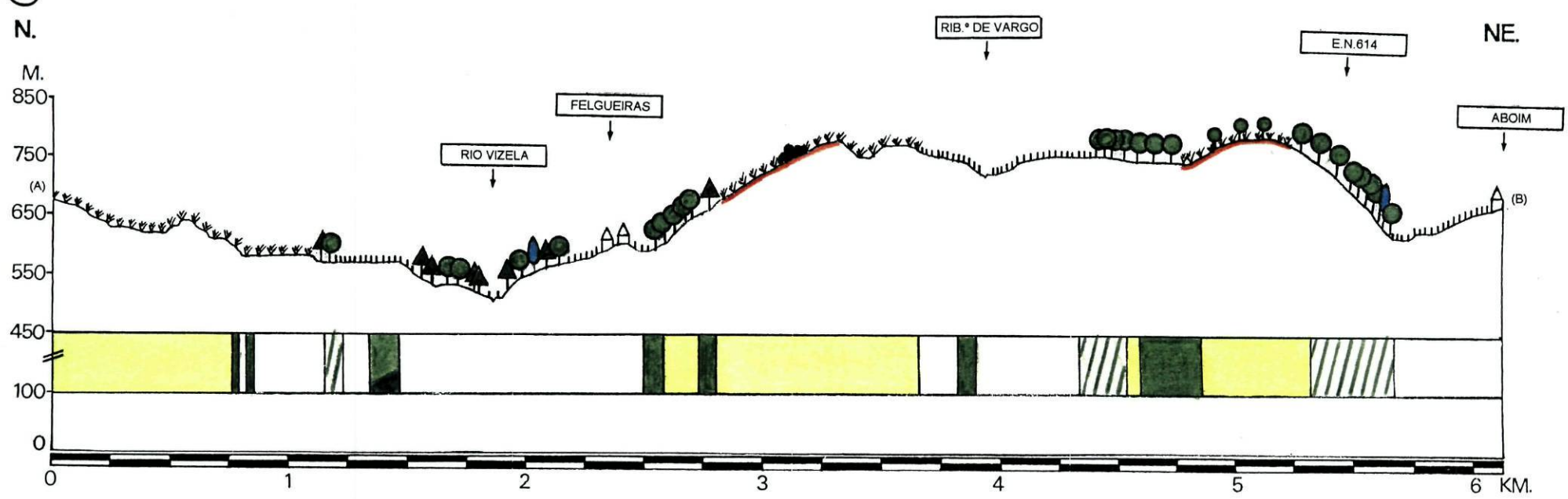
(A) △ TOURA (678 m.)
(B) △ FOJO (585 m.)

ESCALA HORIZONTAL: 1/25 000
ESCALA VERTICAL: 1/10 000



(A) △ TOURA (678 m.)
(B) △ MAROIÇO (847 m.)

ESCALA HORIZONTAL: 1/25 000
ESCALA VERTICAL: 1/10 000



(A) △ TOURA (678 m.)
(B) PONTO COTADO (666 m.)

ESCALA HORIZONTAL: 1/25 000
ESCALA VERTICAL: 1/10 000

o carvalho também aparece de forma mais discreta, e mais uma vez próxima da área agrícola;

- percurso III - Vértices Geodésicos da Toura (678 m.)/Ponto cotado (666 m.) - Aboim:

e) aprox. km 1.5 - numa faixa de cerca de 300 m., sensivelmente 150 m. para ambas a margens do Rio Vizela, encontramos povoamentos dominados, na margem esquerda, pelo pinheiro bravo, com a presença de carvalho, enquanto que na margem direita, não ocorre um domínio evidente entre as duas espécies já referidas e o eucalipto. Note-se que os terrenos mais próximos ao rio principal do concelho encontram-se com marcas muito claras de abandono; não será surpreendente que, quanto mais não seja por germinação espontânea, a vegetação arbórea ocupe futuramente estes terrenos de forma igualmente desordenada, em consonância com o observado nesta faixa de povoamento florestal.

Apesar do espaço agrícola estar sujeito a diversos constrangimentos já referidos, que ditam a sua regressão quanto a este tipo de uso, é verdade que os espaços destinados à agricultura, habitação e rede viária permanecem quase inalterados, verificando-se, no entanto, o surgimento de novas habitações, em muito originárias da mão-de-obra emigrante do passado e do presente, que voltam definitivamente ou sazonalmente à *terra mater*.

Quando referimos no parágrafo anterior a expressão *transformações positivas*, fizemo-lo, conforme pode ser constatado, com a intenção de excluir nessa comparação as modificações que ocorreram de forma negativa na superfície em análise, ou seja, resultantes por um lado, pela expansão de uma actividade agrícola, que consideramos ser inadequada, e portanto a contribuir para a expansão dos espaços marginais, e por outro, pelos sucessivos incêndios que anualmente desbastam a superfície de todo o seu suporte arbustivo/arbóreo.

Alterando a paisagem fafense para uma imagem nada satisfatória, os incêndios ocorridos anualmente em Fafe em muito contribuíram para a expansão do *inculto*, que tanto no concelho como na A.E.[175], ocupa uma extensão vastíssima, reunindo esta alguns exemplos de fogos (quadro n.º 12) ainda perceptíveis aquando do levantamento feito ao longo dos percursos.

Quadro n.º 11: Incêndios da A.E. que contribuíram para a expansão do *Inculto*[176]

PROVÁVEIS				VISÍVEIS	
Km	Percurso	Uso em 1974	Outra causa	Km	Percurso
0.8 – 0.95	I	DPb	Corte	2 – 2.8	I
1.9 – 2.25	I	Dx - AS - Dx	Corte	4.7 – 4.9	I
4.5 – 4.8	I	Fd - Ic - Pbjc	Corte	2 – 3.5	II
3.1 – 3.5	II	Cv	Corte	2.8 – 3.7	III
0.8 –0.9	III	Cv - Ic - Cv	Corte	4.75 – 5.25	III

Fonte: Transectos - fig. 27

Ao mesmo tempo, socorrendo-nos da comparação entre os usos presentes no *Inventário Florestal (1981)* e os actuais, observados ao longo dos percursos, constatamos a presença de algumas áreas que, provavelmente, sofreram o mesmo tipo de acidente, embora possamos igualmente apontar uma outra causa, perfeitamente viável, tendo em conta os cortes sucessivos da vegetação arbustiva/arbórea para o abastecimento do comércio local liderado pelos madeireiros ou como suporte da actividade agrícola e doméstica que sempre existiram neste contexto rural. O recurso à energia eléctrica é um facto muito recente e onde com muita frequência se recorre à lenha como combustível, necessário para a confecção de alimentos e aquecimento habitacional..

Perfeitamente visível quando nos aproximamos de Fafe via E.N. 206 ou IC5, observamos um *anfiteatro paisagístico* que, no seu plano mais elevado, demonstra o efeito nefasto que os incêndios, conjuntamente com a ausência de uma política activa de

[175] Note-se que 209.5 ha dos 816.06 ha que constituem a amostra inquirida, correspondem à área ocupada por mato, o que traduz a segunda maior representatividade de uso com 26%.

(re) povoamento das vertentes por um suporte vegetal, preferencialmente florestal, originam os variadíssimos afloramentos rochosos.

Este processo é também observável nos transectos II e III, nas áreas mais elevadas próximas à linha de cume, denotando-se processos erosivos activos, especialmente agravados nas áreas onde a desnudação vegetal é total, bem patente na Serra do Maroiço (anexo XX fot. n.º 10).

Ao considerarmos o avanço agrícola enquanto *transformação negativa*, fazêmo-lo segundo uma perspectiva lógica de ordenamento florestal, conscientes das potencialidades em que a floresta poderá contribuir, para a sua regularização, numa direcção que favoreça o desenvolvimento sustentável dos espaços em que se encontra.

Assim, parecer-nos-ía lógico que espaços ocupados em 1974 (percursos II e III) por *povoamentos de folhosas diversas com resinosas diversas* (Dx) tivessem sido reforçados, inclusive como áreas de abastecimento de matéria combustível, tão importante em território e ambiente serrano.

Desta forma, é necessário que os povoamentos de carvalho, em regime de pequena talhadia[177], situados junto dos aglomerados populacionais, por exemplo visíveis nos percursos II e III, aos quilómetros 3.5 e 2.5/4.4/5.2 respectivamente (anexo XX fot. n.ºs 8, 11, 12, 14 e 16), por se apresentarem "envelhecidos", sem qualquer viabilidade para o domínio da produção lenhosa com fins industriais, sejam preservados, tendo em conta a sua importância junto das populações, ao nível da sua utilidade nas funções apresentadas anteriormente.

Igualmente pelo facto de funcionarem como nichos ou corredores, vitais na preservação da biodiversidade, estes povoamentos poderão contribuir como espaços de suma importância para a vertente de múltiplo uso da Floresta, nomeadamente, no seu aproveitamento para áreas de abrigo para animais de caça.

[176] Os incêndios *prováveis* surgem da análise dos usos existentes em 1974, comparativamente com o que foi encontrado ao longo do levantamento efectuado pelos sucessivos percursos, nos quais constatamos a existência de áreas onde os efeitos provocados pelos fogos eram ainda *visíveis*.

[177] A Talhadia corresponde a um dos tipos de regeneração utilizado num grupo muito reduzido de espécies, por exemplo nos carvalhais, onde as resinosas não têm lugar, e ao qual se recorre a fim de se obter uma continuação dos povoamentos, aproveitando-se os *rebentos* ou *pôlas* de origem *caulinar* ou *radicular*, formadas a partir de *gomos adventícios* ou *dormentes* (A. MONTEIRO ALVES : 1982 : 19).

Ao questionarmos a validade dos espaços florestais no meio rural fafense, surge-nos uma única resposta, que passa sem qualquer dúvida por defendermos veemente a opção florestal, pelo que interessa iniciar a caminhada que viabilize o surgimento de povoamentos adequados ao meio, procedendo-se a um estudo das suas características edáfo-climáticas, numa vontade de implantar a(s) espécie(s) que melhor se ajuste(m) às condições espaciais de Fafe, servindo-se os interesses decorrentes dos actores intervenientes em espaço florestal.

Se teoricamente a validade da actividade florestal no concelho em estudo corresponde para nós como um caminho a seguir para a sua valorização sócio-económica, na qual interessa diversificar o leque de actividades profissionais e propiciar o surgimento de inerentes riquezas, achamos por bem confirmar estas premissas junto daqueles que diariamente passam pela «angústia» da decisão em manter ou alterar o uso das suas propriedades.

Desta forma, apoiando-nos no inquérito efectuado às cinco freguesias da A.E. (anexo XXI), mais precisamente à amostra de 40% das 334 explorações existentes, segundo o Recenseamento Agrícola, em 1989, procuramos auscultar aqueles que pensamos ser os principais visados e *quid sapit* interessados no que acabamos de enunciar no último parágrafo.

Assim, o primeiro passo, para melhor concretizar o que defendemos para a A.E., foi efectuado em direcção à caracterização das explorações, nomeadamente, verificar a sua dimensão. A percepção deste aspecto assume particular importância, principalmente, por ser determinante no sucesso de qualquer iniciativa no âmbito da exploração florestal. Pelo que, interessa ter a percepção se a A.E. se assemelha ao que frequentemente se associa à região em que se encontra, ou seja, elevado(a) número de proprietários e fragmentação da propriedade.

Em face ao exposto, verificamos que, com excepção para um reduzido número de proprietários, as explorações ocupam áreas dominantemente inferiores a 5 ha, seguindo-se as que detêm valores compreendidos entre 5 e 10 ha (fig. n.º 28).

Numa primeira análise poderíamos afirmar que as dimensões encontradas seriam apreciáveis, não fosse a acentuada fragmentação e consequente dispersão dos diversos blocos (fig. n.º 29) que encontra na A.E. um quadro fundiário "normal".

Fig. n.º 28 – Dimensão das explorações agrícolas na amostra da A.E.[178]

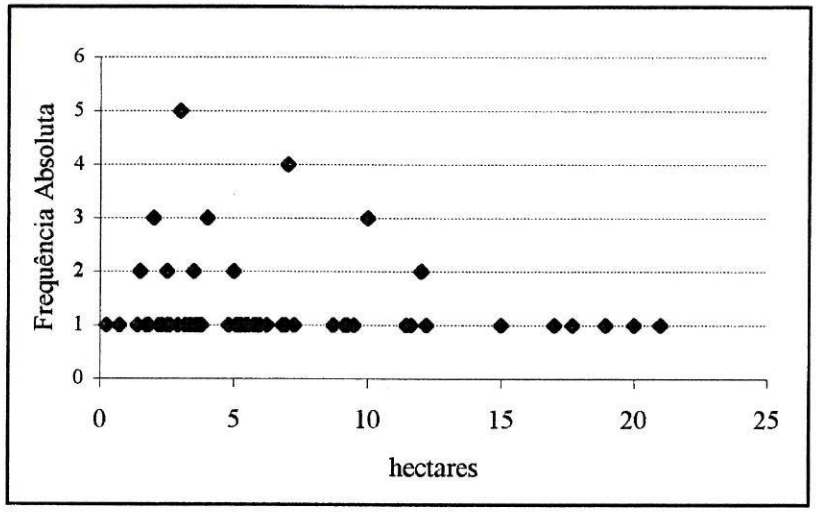
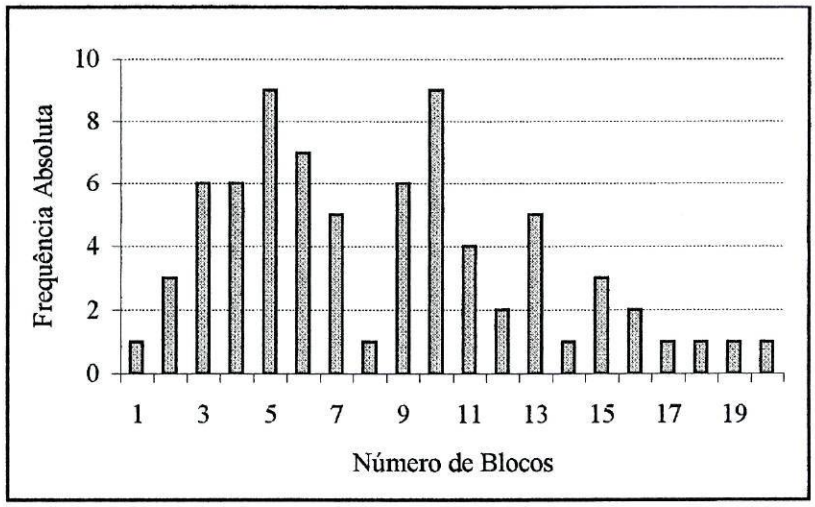


Fig. n.º 29 – Fragmentação das explorações agrícolas na amostra da A.E.[179]



Um número insignificante de propriedades compreende um bloco único, enquanto que a fragmentação da propriedade se estende entre valores que variam entre 3 a 20 blocos, traduzindo, *à priori*, um contexto de actuação complexa numa política florestal que assenta, necessariamente, na ocupação de espaços contínuos, com dimensão alargada, pelo que encontrará em Fafe algumas vicissitudes, a não ser que se invista num trabalho de fomento da exploração em grupo.

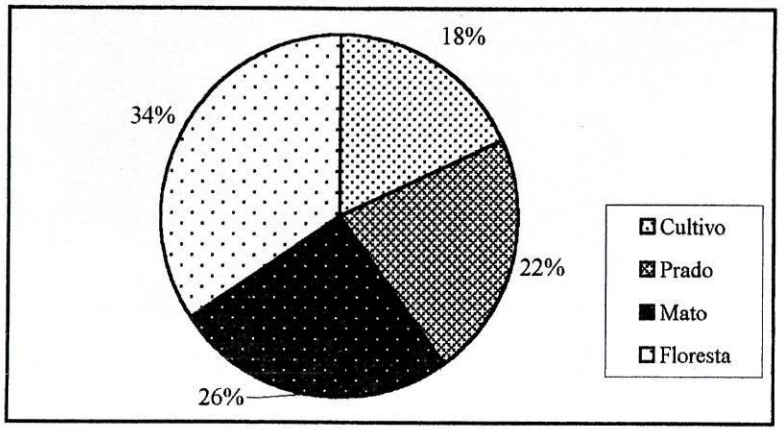
O uso do solo da A.E. traduz uma realidade comum em meio rural: assistimos a uma repartição de aproximadamente 816 ha (anexo XXII), dominados pela floresta (fig.

[178] Fonte: Anexo XXII.

[179] *Idem*

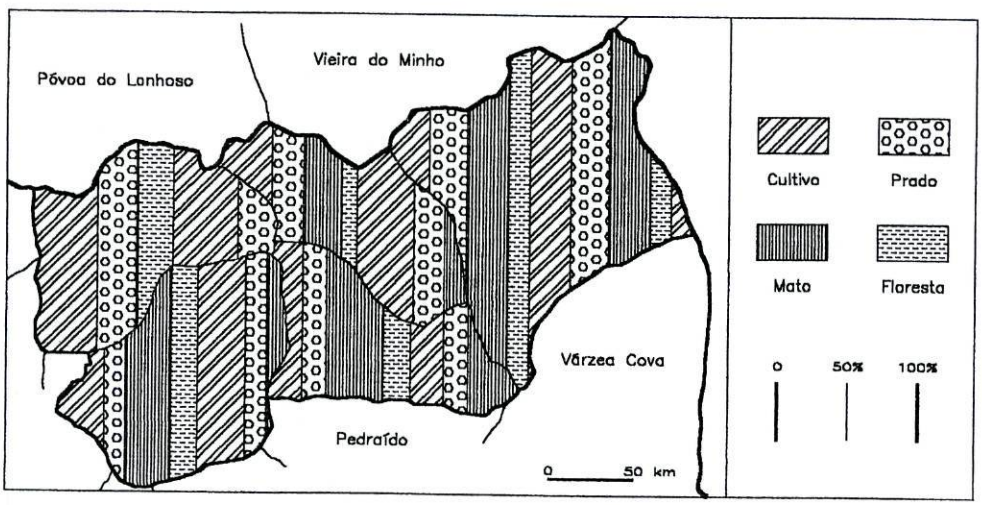
30) com 34% da superfície total. Os usos necessários à sustentação da pecuária, nomeadamente mato e prado, sucedem-lhe, detendo cada um 26 e 22% do espaço pertencente aos 135 inquiridos da A.E., restando «apenas» 18% como área de cultivo.

Fig. 30 - Uso do solo na amostra da A.E.[180]



Esta realidade, ao traduzir uma uniformização espacial que seguramente esconde alguns desvios à norma, traduz-nos, numa primeira análise, unicamente assente na interpretação de suporte estatístico, a importância da floresta na ocupação do solo da amostra inquirida, onde este uso assume particular relevância nas freguesias de Gontim e Monte, registando-se em cada uma 40 e 46% da área total pertencente aos inquiridos em ambas as freguesias (fig. 31).

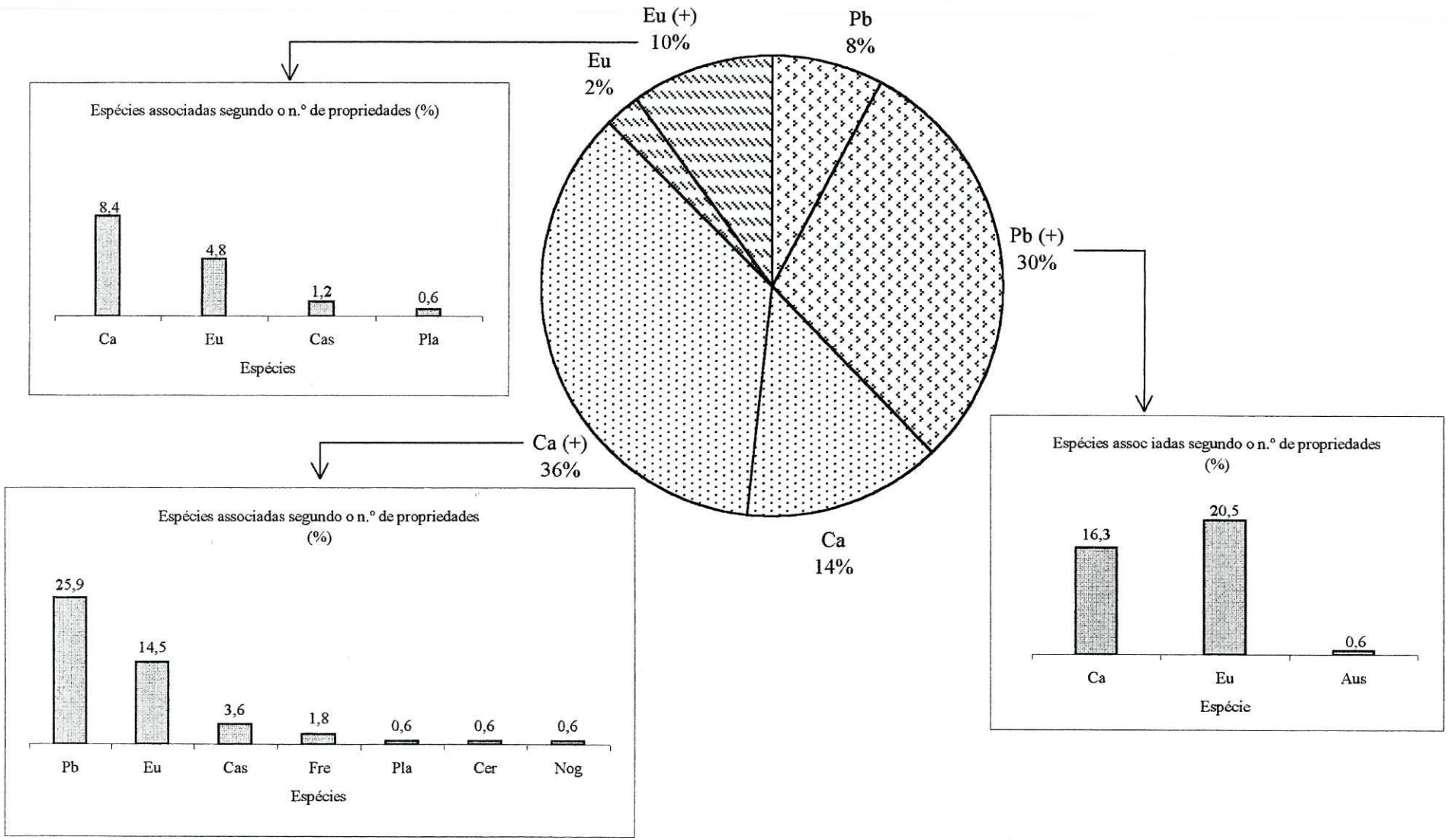
Fig. 31 - Distribuição dos usos do solo nas propriedades dos inquiridos nas freguesias da A.E.[181]



[180] *Ibidem*

[181] *Ibidem*

Fig. 32 - Distribuição das espécies em povoamentos mistos e puros na amostra da A.E.



Fonte: Anexo XXII

Quanto às espécies presentes, referidas pelos proprietários nos diversos povoamentos florestais que possuem na amostra da A.E. (fig. 32), mais precisamente, *Quercus robur* (Carvalho roble ou alvarinho), *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral), *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo), *Castanea sativa* (Castanheiro), *Fraxinus augustifolia* (Freixo), *Eucalyptus globulus* (Eucalipto glóbulo ou comum), *Platanus orientalis* (Plátano), *Prunus avium* (Cerejeira), *Juglans regia* (Nogueira), *Acacia melanoxylon* (Acácia), verifica-se normalmente uma superioridade de ocupação por parte das manchas de Carvalho[182], onde dos 50% de superfície dominantemente ocupada por esta espécie, 36% correspondem a povoamentos mistos, que segundo o número de propriedades analisadas, encontram no Pinheiro bravo, Eucalipto e Castanheiro, as principais espécies associadas .

As duas espécies, subsequentes ao domínio do carvalho, correspondem ao pinheiro bravo e ao eucalipto que ocupam, nomeadamente, 38 e 12% das áreas florestais presentes na amostra da A.E., tendo cada um oito e dois pontos percentuais de povoamentos puros.

Todavia, quando questionamos os proprietários relativamente a uma eventual expansão da floresta nas suas propriedades, tangencialmente, domina a resposta afirmativa, ou seja, 51.1% dos inquiridos (quadro n.° 12) aceitaria aumentar ou plantar floresta nos terrenos que possui, onde 32 agricultores cederiam menos de 25% da sua propriedade para este fim, seguindo-se 26 que reverteriam para este uso, 25 a 50% das suas terras, e unicamente 11, entregariam mais de 50% do terreno que possuem (anexo XXII).

Quadro n.° 12: Expansão do espaço florestal na amostra da A.E.

	Aumento da Área		Plantar		
Freguesia	Sim	Não	Sim	Não	
Aboim	22	17	2	1	
Felgueiras	4	4	1	1	
Gontim	5	5	0	0	
Monte	11	13	1	3	
Queimadela	17	14	6	8	Totais
	59	53	10	13	135
	43,7	39,3	7,4	9,6	100

[182] Quando consideramos normal este domínio do Carvalho, tal deve-se ao facto de, se observarmos o Inventário Florestal de Fafe (fig. 23), verificarmos que a A.E. maioritariamente corresponde ao espaço onde esta espécie impera.

Torna-se portanto notória a inércia local relativa à existência de uma vontade generalizada para a mudança de usos assente na exploração florestal que, no terreno se traduz por uma obstaculização, por vezes, intercalar nos diferentes prédios, dificultando o aparecimento de uma área, suficientemente, vasta para rentabilizar os trabalhos de empreitada necessários na modelação do terreno para fins florestais.

Neste âmbito, emergem múltiplos fundamentos explicativos desta dualidade na postura local que, ao efectuarmos a sua enumeração (quadro n.º 13), serve antes de mais para tentar indiciar situações que possibilitem, no futuro, uma ponderação cuidada de formas de combate.

As soluções, eventualmente, encontradas permitiriam esbater tais constrangimentos e propiciar, *in locu*, uma abertura de mentalidade à mudança, suportando iniciativas que, na base, deverão contemplar os *handicaps* inibidores a qualquer tipo de intento que vise, em geral, os recursos naturais e, em particular, a floresta de todo desvalorizada economicamente, devido à ausência ou deformação de informação.

Quadro n.º 13 - Constrangimentos da expansão florestal segundo os proprietários inquiridos da A.E.

Constragimentos da expansão florestal	
Motivo	N.º Resp.
Demora no retorno do investimento	1
Informação insuficiente	4
Não ser rentável	5
Deflagração de incêndios	21
Idade avançada	19
Aproveitamento para a pastorícia	6
Decisão para os herdeiros	1
Falta de mão de obra	4
Divisão das parcelas	1
Dimensão das sortes/terrenos	1
Necessidade do tojo	4
Alguma desconfiança	4
Necessidade da madeira	1
Conformismo na posse	2
Sem qualquer motivo aparente	6
Não ter decorrido as partilhas	2
Área insuficiente de terreno	5
Falta de tempo	1
Limitações de saúde	3
Ausência de limpeza das matas vizinhas	2
Perda de rendimentos	1
Vingança/egoísmo implicam incêndios	1
Nunca ocorreu a vontade	1
Total	96

Fonte: Inquérito próprio

Mas, há que aproveitar a abertura sentida por parte de «alguns» proprietários, esclarecendo-os, verdadeiramente, quanto aos procedimentos a ter em conta num projecto de expansão florestal, desvanecendo qualquer tipo de dúvida, permitindo uma concepção segura e passível de financiamentos pelos fundos comunitários cedidos pelo III Q.C.A., já a serem utilizados pelos países comunitários.

Conseguir arquitectar um projecto, coerente e apto a ser apresentado a um organismo da tutela central para aprovação e consequente atribuição de uma ajuda comunitária, surge no contexto florestal como «a ponta do *iceberg*» de um processo complexo, que depende da concertação de sinergias de compromisso decorrentes a diversos níveis, nomeadamente, à escala: do proprietário/produtor, da indústria, da prestação de serviços e do poder político.

À semelhança da complexidade sistémica do ecossistema florestal, a sua promoção em espaço caracterizado por um *mini-minifúndio* , enquanto suporte activo de uma dinâmica que se pretende geradora de vitalidade sócio-económica, resulta num trabalho que, impossivelmente, ocorrerá se não for adoptada uma postura de dinâmica de grupo, em que a cooperação será a palavra-chave.

Sem uma actuação de forte determinação em fazer algo para dar o «pontapé de saída» para um percurso que defendemos ser uma das respostas para a problemática sentida em meio rural, parece-nos ser previsível um futuro, sucessivamente, mais acinzentado, principalmente para os redutos populacionais localizados em espaço serrano, portanto distantes dos centros de decisão.

É este afastamento que, no caso da A.E., terá de ser combatido, de maneira a ser esbatida a postura frequente de resistência à mudança, por vezes, resultante duma má interpretação ou turvação intencional provocada por terceiros, e/ou ainda por uma desconfiança assente em experiências mal estruturadas, como resultado de deficiente apresentação por parte de facções com responsabilidade na dinâmica concelhia, que criaram ou fizeram relembrar o fantasma da perda de propriedade, no momento em que se opta pela exploração florestal, coordenada por um agrupamento de proprietários.

Defendemos que alguém terá que iniciar o processo que implique uma efectiva campanha de sensibilização/informação capaz de dotar os proprietários com um conhecimento claro, que os auxilie na decisão a tomar quanto ao uso a aplicar nos seus

terrenos, ao mesmo tempo que impulsione uma vontade de desenvolver um perfil empresarial.

De facto, é primordial o envolvimento do proprietário/produtor como base na iniciativa da formação de organizações que promovam a expansão florestal segundo uma perspectiva de *gestão conjunta*.

Contudo, este passo tem que derivar de um plano de formação no âmbito da actividade florestal, no qual se exponha a validade de tal opção, demonstrando-se os custos/benefícios decorrentes. Paralelamente, dever-se-á apoiar a intenção , com recurso a um acompanhamento técnico continuado no tempo, garantindo a correcta adequação do binómio espécie-espaço, com uma orientação evidente no aproveitamento equilibrado do povoamento implementado ou a implementar.

Esta tarefa parece-nos assaz complicada para colocar em prática na A.E., principalmente porque os hábitos individuais são muito enraizados[183], o que dificulta à partida qualquer tipo de intenção de gestão de grupo.

Porém, com toda a certeza, se o trabalho for, responsavelmente, orientado por um suporte técnico capaz, e alicerçado por um compromisso na formação de grupos de trabalho específicos na sua actuação, que, com propriedade, actuem a diversos níveis (científico, social, económico, etc.), num objectivo de articulação de procedimentos que no seu todo, gradualmente, potenciem uma mudança comportamental que valide/valorize o melhor aproveitamento dos recursos naturais, o complicado tornar-se-á simples.

Todavia, saliente-se que o envolvimento do poder político e religioso local *versus* articulação com a administração pública poderá ser encarado como o toque inicial/final de todo este processo. Principalmente, se atentarmos no facto de, neste contexto social, o tipo de apoio conferido por estes sectores de poder a qualquer iniciativa a implementar localmente dita, o sucesso ou insucesso da mesma, mas que, sendo apoiada positivamente, estes poderes funcionam como veículos preferenciais de informação, que podemos classificar de bidireccionais entre o topo e a base.

[183] Refira-se que os 135 proprietários nunca se associaram com ninguém ao nível da produção (anexo XXII).

Portanto, é neste enquadramento que importa incentivar o espírito de cooperação na criação de parcerias, que, transversalmente, sustentem e promovam a expansão florestal, onde se delineiem estratégias de actuação que, à semelhança do que tem vindo a ser feito nos espaços urbanos, garantam verdadeiramente uma valorização dos espaços rurais em geral, e dos serrano/montanhosos em particular, invertendo-se um processo de depauperamento secular[184], responsável pela degradação sucessiva do seu equilíbrio ecológico.

Acreditamos que sem se proceder a um estudo das potencialidades florestais destas áreas, o marasmo permanecerá, perdendo-se hipóteses que, eventualmente, não surgirão nos tempos mais próximos.

Possibilitar a expansão do uso florestal é uma garantia futura que convenientemente, implementada permitirá uma valorização sucessiva do ambiente fafense, recuperando-se a biodiversidade que, por inoperância local, tem vindo a ser descurada, ao mesmo tempo que se reestruturará a paisagem, cada vez mais desnudada.

Reverter este panorama é uma tarefa que tem de ser apoiada sem qualquer hipocrisia, demonstrando-se ao domínio privado a necessidade de alterar uma postura, que cremos não ser decorrente de uma atitude irresponsável de desleixo e/ou desinteresse, mas antes, resultado da ausência de informação/orientação para recorrer a usos protectores do substracto natural ou, então, pelo sucessivo abandono destes espaços por parte dos seus proprietários, a residir e/ou a trabalhar fora do concelho.

Em ambos os casos, será importante actuar de forma a interferir junto das superfícies privadas, numa mudança de atitude por parte dos seus proprietários, de maneira a aderirem a uma campanha de florestação, valorizando os terrenos que têm, num uso multivalorativo, ou seja, enquanto recurso económico/ambiental.

Reconhecemos que, paralelamente à conversão de usos, terá de ocorrer uma preocupação em fomentar junto da população local, o que M. Brito, citado por S.

[184] Afirmamos ser um processo secular, pois comparando a realidade actual da serra fafense com a retratação da sua riqueza numa monografia feita em 1736 pelo pároco João de Sousa Homem, da então freguesia de *Santa Eulália de Fafe* (R. BORRALHEIRO : 1996 : 201), muito se transformou.

Desde essa data, desapareceram vários elementos naturais, contribuindo para a desvalorização da natureza do concelho. São exemplo disso, o decréscimo da caça, assim como, das manchas florestais de carvalho e castanheiro, das quais provinham a abundância de madeira, que na última espécie, contrariamente ao apresentado pelo autor, não tem qualquer expressão enquanto mancha florestal nos

Marques (1999b : 10), apelidou de *atitude ambientalista* como garantia da *conservação da natureza*. A floresta poderá funcionar como agente dinamizador, se todo o processo for equacionado, num todo, assente em constante informação ao nível dos *modus operandi* que, na base, inicie um comportamento potenciador da preservação e protecção ambiental.

É verdade que, à partida a tarefa parece ser já astronómica contudo, há que a iniciar, sob o risco de, se não o fizermos, resultar o aprofundamento do fosso que temos vindo a assistir entre a A.E. e as freguesias urbanas de Fafe, no que respeita à vitalidade sócio-económica.

Parece-nos justo que, por parte do poder local e de organizações não governamentais, exista um real envolvimento na implementação destes espaços, quanto mais não seja, pelo facto de serem vitais para as áreas urbanas, enquanto áreas de lazer e recreio, pelo que merecem a devida atenção por parte destas, como uma tentativa de compensar um serviço que, desde sempre, tem vindo a ser prestado, sem que para isso tenham beneficiado na dinâmica das áreas idênticas à A.E., pelo centralismo bem patente no concelho de Fafe.

Neste momento, sem termos a pretensão de esgotar o assunto, será oportuno tentar delinear um conjunto de procedimentos que possam funcionar como sendo a nossa colaboração na apresentação de iniciativas que auxiliem a promover o cenário da expansão florestal em contexto fafense, como forma de gerar transversalmente mais vitalidade e, por consequência, uma maior importância regional.

Assim sendo:

1. Incentivar o agrupamento de proprietários agro-florestais que pretendam florestar em regime de associação ou cooperativa, visando um projecto de gestão conjunta[185].

finais do século XX, e mesmo no caso do carvalho, de todo, cobre *montes e vales*, como ocorria nos inícios do século XVIII.

[185] Importa referir em defesa desta iniciativa, que o Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006 (RURIS) apresenta como um dos seis *Objectivos Gerais* o *reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores e dos demais agentes do desenvolvimento rural na definição e concretização da nova estratégia do desenvolvimento.*

O Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento (AGRO) define na sua Medida 3 - Desenvolvimento Sustentável das Florestas, mais concretamente, na Acção 3.1. - Apoio à Silvicultura, apoios entre 30 a 80% para as despesas elegíveis, mais precisamente com arborização e rearborização,

Embora consideremos que o desmontar do individualismo, enquanto valor cultural, demasiadamente, enraizado nestas paragens, surja como o principal entrave a este intento, pensamos ser possível a sua implementação. À partida, deverá existir o cuidado de esclarecer os proprietários que, ao optarem por esta modalidade de exploração da superfície, respeitar-se-ão os regimes de propriedade, embora seja verdade que em defesa do desenvolvimento dos povoamentos, nos primeiros anos tenha que se cumprir regras de utilização das áreas envolvidas.

De novo, colidimos com mais um dos *fantasmas* percepcionados localmente e que de imediato gera desconfiança, ou seja, vulgarmente, este tipo de imposição é confundida como indício de perda de autoridade sob a pertença dos terrenos.

É portanto importante que se informe os proprietários da necessidade de existir um período de resguardo para o crescimento das espécies plantadas, até alcançarem um determinado tamanho, em que o uso múltiplo não as prejudique, nomeadamente o uso destes espaços com práticas de pastorícia, caça e turismo.

Ao propiciar-se a associação de potenciais produtores, tornar-se-ía primordial, conseguir uma adesão contratual de gestão a longo prazo, onde os lucros decorrentes seriam divididos de acordo com a extensão de terreno cedido ao empreendimento por cada proprietário.

---

manutenção dos povoamentos florestais, actividades de uso múltiplo em superfícies florestais, elaboração e acompanhamento do projecto, infra-estruturas, custos de garantias bancárias e cartografia digital.

Repare-se que, como destinatários deste tipo de apoios, temos essencialmente a figura de agrupamento, ou seja, dominantemente, surgem entidades que agregam vários proprietários, como cooperativas agrícolas que tenham por objecto a produção florestal, associações de produtores florestais, entidades gestoras de fundos imobiliários florestais, comunidades locais detentoras de terrenos baldios, organismos de administração local. Também podem concorrer a estes apoios, pessoas singulares ou colectivas de direito privado, organismos da administração central nos termos da lei dos baldios e empresas participadas pelo Estado em menos de 50%.

É de salientar que os projectos assentes numa dinâmica de grupo serão mais facilmente concebíveis e executáveis, principalmente, se aproveitado os apoios já referidos ao nível da elaboração e acompanhamento do projecto.

Espacialmente, o projecto pretende o envolvimento do maior número possível de áreas contíguas e alargadas, só conseguida através de um grande proprietário ou pela "união" de pequenos proprietários, tarefa esta que reconhecemos ser assaz complexa, mas não impossível.

Contudo, preferencialmente, o agrupamento deveria favorecer o aparecimento de propriedades contíguas, possibilitando a formação de áreas mais alargadas, abertas a uma transformação mais facilitada dos trabalhos de empreitada, proporcionando-se uma modelação a preços mais moderados, de todo conveniente, já que o desembolsar de capitais seria menor.

Igualmente, seria conveniente que todos estes trabalhos pudessem ser acordados e/ou tutelados pelo grupo, que a médio prazo, poderia apostar na compra de maquinaria para uso exclusivo do conjunto dos proprietários associados. Ao mesmo tempo, criaria postos de trabalho, decorrentes da formação de equipas de apoio à actividade silvícola nos diferentes povoamentos, ajudando os proprietários a defender e a preservar as manchas florestais, por exemplo, dos eventuais riscos de deflagração de incêndios, do combate a possíveis doenças ou pragas, etc..

Defendemos que a associação/cooperativa deva auxiliar os seus associados desde o fornecimento de sementes devidamente seleccionadas por entidades reconhecidas para o efeito, como o Centro Nacional de Sementes Florestais (V. LOURO : 1994 : 5), até à fase de comercialização do produto final enquanto resultado da actividade florestal, seja ele lenhoso ou derivado.

Para tal, forçosamente, implicaria o "... desenvolvimento de esquemas de integração contratual entre, unidades de transformação, [por exemplo, como as serrações locais, e com], unidades de comercialização ..." (R. MAGALHAES : 1993 : 44) que garantiriam o normal escoamento da produção, sustentando uma actividade contínua, valorizando a formação da fileira florestal a nível concelhio.

2. Apostar num trabalho articulado de informação, que passa pela formação de um grupo de acompanhamento dos potenciais produtores, com o intuito de fornecer e/ou esclarecer procedimentos que auxiliem nas decisões a adoptar ao nível da plantação, manutenção e gestão dos povoamentos.

Quando referimos, como base desta sugestão, a formação de um *grupo de acompanhamento*, fazemo-lo com base na percepção que obtivemos junto dos proprietários inquiridos, quanto à existência de um grande vazio de informação. Apenas um reduzido número demonstrou capacidade empreendedora e conhecimento no âmbito do projecto florestal, existindo, somente, um exemplo em Felgueiras de frequência de um curso florestal promovido localmente para agricultores, e dois proprietários em Queimadela que viram os seus projectos apoiados pela comunidade europeia, através dos fundos resultantes do II Q.C.A..

Esta reduzida expressão no conhecimento das potencialidades florestais no concelho, muitas vezes assente numa visão de estreitamento cónico, direccionado para a exploração de espécies de rápido crescimento, concretamente, o pinheiro bravo e o eucalipto, obriga, forçosamente, a um maior envolvimento por parte das entidades competentes.

Assim sendo, ao nível infra e supraconcelhio, há que delinear estratégias conjuntas de actuação que promovam a apetência florestal da região minhota, assente numa opção variada de espécies com qualidade, devidamente reconhecida, evitando-se a tendência de povoamentos monoespecíficos, geradores de maior perigosidade na expansão dos fogos florestais e na formação de paisagens monótonas.

Desta forma, respondendo a uma vontade auscultada localmente, defendemos que, cedendo-se formação, se garantirá a transferência de competências e capacidade técnica, importantes nas decisões a adoptar no planeamento das diferentes manchas florestais, quanto ao sistema e padrão de produção, assim como, na composição e estrutura do povoamento.

Ao propiciar-se uma actuação no presente, segundo moldes correctos no controlo e organização dos povoamentos, permitirá acções futuras mais concertadas, que valorizem uma evolução satisfatória da actividade produtiva assente na floresta.

Igualmente, promovendo em paralelo um trabalho no âmbito do Ensino e Formação Profissional, poder-se-á fomentar o aparecimento de técnicos certificados e qualificados.

Estes, junto das populações, terão de auxiliar os grupos de acompanhamento a melhor fazer chegar as informações vitais para o normal desenvolvimento dos povoamentos, tais como, modos de tratamento ou de exploração, nomeadamente, técnicas de desbaste, protecção fitossanitária, idades e tipos de corte, formas de limpeza, procedimentos de defesa ambiental, entre outros.

Importa portanto, auxiliar os proprietários na concretização das suas expectativas, delineando-se a melhor composição e estrutura do tipo de povoamento florestal. Dependendo dos intentos económico-ambientais, os mesmos experimentarão soluções assentes no *Alto Fuste*[186] ou na *Talhadia*, recorrendo a povoamentos mistos ou puros de espécies com reconhecido valor, e, preferencialmente, abrangidas pelos apoios comunitários[187].

Sem dúvida que o apoio comunitário surge no contexto agro-florestal como extremamente importante e determinante na acção de expansão florestal a custos mais reduzidos, vitais para um conjunto de proprietários

[186] Conforme foi já referido nesta parte do trabalho, o *Alto Fuste* corresponde à segunda forma de regeneração dos povoamentos feita através de sementeira ou plantação, normalmente utilizada em espécies com indivíduos de maior porte explorados em revoluções mais longas que na talhadia.

[187] O Regulamento 2080/92 – Medidas Florestais na Agricultura, enuncia para a *Zona 1 – Entre Douro e Minho* – um conjunto de espécies preferenciais a serem implantadas nos projectos florestais abrangíveis pelo apoio comunitário. Este grupo é formado por espécies representativas na A.E., nomeadamente, carvalho roble e pinheiro bravo, e por outras presentes, mas sem qualquer expressão significativa como: castanheiro, freixo, nogueira, plátano e, associando-se-lhes o carvalho americano.

Como reforço a este conjunto, respeitando-se os patamares ecológicos presentes em Fafe (fig. 21 – A), tendo por base a comparação entre as espécies apresentadas por A. Monteiro Alves (1997 : 77) para estes, e a *adaptação das árvores à reacção do solo - PH* (F. CABRAL; G.TELLLES : 1999 : 106-107) podemos referir como espécies a introduzir, em áreas reduzidas, com algumas possibilidades enquanto produção lenhosa, o *Cupresus lusitanica* (Cedro-do-Buçaco ou Cipreste-do-Buçaco) – PH 5.5 - 8.5 – o *Quercus suber* (Sobreiro) – PH 5 - 7.5, o *Liriodendron tulipifera* (Liriodendron ou Tulipeira-da-virgínia) – PH 4.5 - 7.5.

Não conhecendo o PH dos solos a que melhor se adaptam, são também inseridas por A. Monteiro Alves as seguintes espécies: *Pinus radiata, Pinus nigra, Pinus silvestris, Pseudotsuga manxiesil* (Pseudotsuga) *e Larix*. Refira-se ainda que no caso do *Cedrus atlântica* (Cedro-do-Atlas), igualmente referido como uma espécie potencialmente aproveitável para os enquadramentos compreendidos entre *Montana* e *Basal Atlântica*, não encontra em Fafe condições favoráveis de PH, já que ao dar-se em solos com valores de PH compreendidos entre 6 - 8.5, desajusta-se ao PH fafense que varia entre 4.6 - 5.5.

desmotivados pelos parcos rendimentos a que têm estado sujeitos ao longo dos tempos, e que, de outra forma, não optarão por este tipo de uso, principalmente, quando a ele estão associados constrangimentos de diversas ordens (cf. 2.3.).

A permuta constante de informação oriunda das parcerias entretanto desenvolvidas no domínio técnico-científico, obriga a constantes actualizações por parte dos agentes responsáveis pela sua simplificação junto dos produtores pelo que, uma vez iniciado este processo, o apoio terá que ser contínuo e sistemático.

Seguindo uma orientação que perspective um alargamento de conhecimento ao nível da produção florestal, nomeadamente, no que respeita às espécies a implementar e que, melhor se adeqúem às especificidades locais de ordem física e económica, dever-se-á ter sempre como pano de fundo, a capacitação empresarial e ambiental dos produtores florestais.

3. Fomentar a floresta de *uso múltiplo*, como garante de uma dualidade assente na revitalização da biodiversidade *versus* valorização paisagística.

Em consonância com o preconizado pelo extinto Instituto Florestal (1995 : XXIII) no seu *quarto mandamento da floresta*, apoiamos a necessidade de valorizar o *carácter múltiplo* dos povoamentos, potenciando-se uma variedade de usos, *bens e serviços*, que favoreçam *a resistência dos ecossistemas florestais face ao evoluir dos contextos económicos, ecológicos e sociais.*

A floresta, de preferência mista, surge como um elemento multifuncional importante no ecossistema global. Equacionar a sua expansão implica um aproveitamento diversificado, pois, neste *organismo vivo*, a função de protecção permite o desenvolvimento de um suporte de biodiversidade, decorrente dos equilíbrios que vai gerando nos recursos hídricos, solos, fauna e flora, que não podem ser descurados e/ou desperdiçados, sob o risco de, se o fizermos, perdermos os benefícios directos ou indirectos associados aos ambientes florestais.

O reconhecimento da necessidade de se planear a gestão das paisagens, partindo da escala local, é bem patente na quantidade de legislação que, a Administração Central delega na Administração Municipal.

O P.D.M. é um exemplo claro deste procedimento que, suportado, por exemplo, pelo Decreto Lei n.º 166/70 de 15 de Abril – Regulamento Geral da Edificação Urbana (I. ARAÚJO : 1997 : 126), assim como, pelos instrumentos provenientes de diversos ministérios, regula a acção humana numa actuação mais equilibrada. Pelo menos no campo teórico, perspectiva uma gestão espacial importante, assente em objectivos definidos de acordo com as potencialidades percepcionadas e devidamente enumeradas no plano de intenções.

Assim, "... a gestão de uma paisagem tem de ser necessariamente precedida de minuciosos estudos de situação existente ... [para] depois de ponderadas todas essas circunstâncias se [poder] definir uma esclarecida estratégia de gestão [de maneira a pensar-se] na colmatação dos buracos ou anomalias que hoje nelas existam. Mas o planeamento para produzir os melhores resultados deve ser participado e criticado, e por isso exige que os processos mentais que o constituem sejam traduzidos em documentos gráficos, escritos e desenhados ... para poderem ser apreciados e criticados por quantos o desejem fazer." (I. ARAÚJO : 1997 : 130-131)

É neste espírito que o fomento florestal tem que se enquadrar, ou seja, a concepção de um Plano de Gestão Florestal passa, determinantemente, por um processo participativo dos diversos agentes inerentes à produção/transformação/comercialização florestal de modo a serem assumidos de uma vez por todas compromissos estruturantes numa actividade que, antes de mais, deverá ser defendido como modo de vida *per si* suporte da base ambiental de qualquer enquadramento local.

Enquanto suporte natural, a Floresta ocupa uma posição primordial na valorização paisagística, conferindo como que uma imagem de marca favorável para os meios rurais, tornando-os mais atractivos e por

conseguinte mais apelativos, por exemplo, numa perspectiva de aproveitamento turístico, pelo que importa ao municípios cuidar da sua gestão.

A formação de unidades receptoras de turismo, repouso e tratamento, que assentem a sua actuação com recurso a um conjunto de actividades[188] em espaço agro-florestal, como forma de gerar equilíbrio individual a quem os procura, aparece, neste contexto, como um dos usos possivelmente associáveis a ambientes florestais, com reconhecida validade económica, ou seja, como fonte de riqueza e força promocional na imagem de um concelho.

A pastorícia tem que encontrar no uso florestal um aliado a médio prazo e não o oposto. Apesar de reconhecermos que, durante um determinado período, no crescimento dos povoamentos florestais, os animais não possam alimentar-se nestes espaços, podendo fazê-lo a partir do momento em que as árvores atinjam um tamanho que lhes garanta não serem parte integrante da dieta alimentar dos animais, ou então tenham resistência suficiente para não serem danificadas pelo contacto directo.

À margem desta limitação que podemos considerar de curta duração, defendemos que ambos os usos são viáveis a médio e longo prazo, formando-se uma relação de *simbiose*[189], de perfeita compatibilidade, já que os animais, ao alimentarem-se da vegetação rasteira, efectuam uma limpeza da mata, ao mesmo tempo que funcionam como uma mais valia no processo de fertilização natural dos solos, suporte das manchas florestais.

Torna-se premente esclarecer-se os pastores quanto a esta possibilidade, isto porque, frequentemente, os dois usos são vistos erradamente como incompatíveis, gerando conflitos locais, quando se

[188] Podem referir-se a título de exemplo, os percursos pedestres ou a cavalo, as provas de orientação, a observação da natureza, a participação em tarefas de preservação dos espaços florestais, a caça e pesca, etc..

[189] Conceito biológico que traduz a relação de dois indivíduos de espécies diferentes, com benefício mútuo.

intenta na promoção florestal, existindo mesmo ameaças de incêndio às mesmas, no caso da sua implementação.

O período de defeso, necessário à maturação inicial dos povoamentos florestais, está na base deste conflito, principalmente para os pastores dos rebanhos de gado ovino e caprino, que encontram, no curto prazo, o lucro necessário à sua subsistência, pelo que dever-se-á recorrer a uma atitude concertada no terreno que permita periodizar, gradualmente, a plantação dos diferentes povoamentos, delimitando-se áreas de pasto distribuídas espacialmente, afastando-as dos novos povoamentos, até que os usos possam conciliar-se.

Igualmente, será necessário demonstrar que o uso florestal não inviabiliza o aproveitamento do mato, tão importante para a agro-pecuária, isto porque, paralelamente ao crescimento florestal, ocorre a formação de um substrato rasteiro de vegetação que, periodicamente, pode e deve ser cortado, favorecendo-se o crescimento do povoamento, minimizando-se a possibilidade de propagação dos focos de incêndio, já que se diminui a carga combustível associada à vegetação rasteira, ao mesmo tempo que se suporta a actividade anteriormente referida, mais uma vez vista localmente como inconciliáveis.

4. CONCLUSÃO

> *"A floresta portuguesa é hoje considerada como o principal recurso natural renovável do país. Nela já assentam ou se projectam estratégias de desenvolvimento, protecção, e beneficiação, que tocam tanto à sua capacidade produtiva, como à gestão ambiental e paisagística do território."* (N. DEVY-VARETA : 1991 : 1)

As florestas aparecem como preocupação mundial a partir dos anos 80 devido à sucessiva destruição, ao longo dos tempos, das florestas temperadas e tropicais, iniciando-se desde então um movimento em torno de um objectivo, ou seja, a sua sustentabilidade que tem vindo a preocupar a comunidade humana.

Neste contexto, a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas aparecem como aspectos de particular atenção na *agenda* governamental, e a partir dos quais surgiram, então, diversas reuniões inter-governamentais com o intuito de delinear uma forma de actuação conjunta, que viabilize uma acção sustentada junto do espaço florestal, enquanto espaço de elevada riqueza ambiental e económica.

No que se refere a Portugal, apesar de frequentemente ser reconhecida a importância da floresta, consideramos que esta tem sido alvo de um tratamento inadequado, ou seja, embora ao nível dos instrumentos legais de planeamento e ordenamento do território as florestas estejam protegidas, na prática tudo está ainda num estado um pouco desorganizado.

A implementação de novos povoamentos e a articulação dos diferentes investimentos ocorrem a um ritmo muito lento, que, conjuntamente, a uma insuficiente aposta nas medidas de prevenção fazem da floresta um espaço mal gerido.

Podemos afirmar que a salvaguarda na organização dos espaços florestais será tanto mais conseguida quanto maior for a articulação inter-concelhia na instalação de novos povoamentos, pois a capacidade de convergência de esforços de actuação funcionarão como mais valias no processo de expansão do verde contínuo.

Os incêndios florestais interferem neste processo, afectando na base o equilíbrio sistémico das florestas, originando o aparecimento de "... formações arbustivas, de tipo maquis ..." (M. BEAUD e L. BOUGUERRA : 1993 : 71), que contribuem no empobrecimento dos diferentes povoamentos. Só apostando cada vez mais numa postura conciliadora de esforços públicos e privados se poderá faseadamente minimizar os incêndios florestais. No entanto, há que apostar na informação/formação, ou seja, na educação daqueles que vêem na floresta um espaço de fruição económica e ambiental.

Parece-nos que a floresta como recurso natural continua a ser penalizada pelo facto dos custos ambientais não serem ainda internalizados economicamente, ou seja, continuamos a observar a actuação dos diferentes agentes económicos numa linha que, seguramente, coloca em risco a qualidade ambiental, pois, principalmente, no que se refere à maioria dos proprietários privados, este recurso não é encarado segundo uma perspectiva efectiva de gestão.

Todavia, a floresta desempenha um papel essencial na organização espacial do território, advindo-lhe tal relevância das funções que lhe são próprias e incidem directamente sobre a vida e saúde das populações. Mas a característica principal das áreas florestais neste contexto, tem sobretudo a ver com as funções múltiplas que, simultaneamente, desempenha no sistema vital, nomeadamente, nos efeitos reguladores ao nível da qualidade do ar, da retenção da água nos solos e da retenção e constituição dos solos.

A floresta aparece, neste contexto como um recurso endógeno com elevado potencial económico, gerador de riqueza local, regional e nacional, sendo um espaço que todos consideramos fundamental e do qual dependem as transformações necessárias à real melhoria da qualidade de vida.

Assim, é impensável não contemplar na actuação espacial a implementação de povoamentos florestais, principalmente quando, observando a realidade portuguesa, verificamos que mais "...de metade dos quase nove milhões de hectares que constituem o território nacional não têm aptidão agrícola e deveriam portanto, estar florestados..." (Forestis : 1997a : 8), pelo que, a ser feita esta reconversão seguramente seria incrementada a participação silvícola no P.I.B. nacional.

Para que as diferentes áreas de floresta portuguesa possam ser ampliadas, é necessário a reunião de esforços, através dos movimentos associativos/cooperativos, que permitam aos actuais e futuros produtores florestais uma maior capacidade profissional e visão empresarial, crucial para uma boa gestão, isto porque, o facto de "...mais de 85% da mancha florestal nacional [ser] pertença de centenas de milhares de proprietários privados ... [,] e apenas cerca de 3% de propriedade do Estado, torna-se evidente que o desenvolvimento sustentado da floresta passa quase exclusivamente pelos agentes privados do sector." (FORESTIS : 1997a : 8)

É importante que se aposte num efectivo trabalho de gestão, tanto das manchas já existentes, como nas que futuramente se formem. Mas é vital a intervenção técnica que enverede por um plano directo de informação, totalmente esclarecedor, onde exista uma real vontade em auxiliar os proprietários interessados em implantar ou expandir a superfície florestal. Portanto, há que aproximar as fontes de informação com os interessados, motivando-se aqueles que numa primeira impressão não o pretendam fazer.

Pensamos que este esforço terá que passar por acções de esclarecimento lugar a lugar, freguesia a freguesia, estabelecendo-se um contacto quase que familiar com os proprietários, tentando a todo o custo, demonstrar-lhes a responsabilidade que têm na sustentabilidade sócio-económico-ambiental o espaço que possuem.

Relativamente a Fafe, consideramos ser um concelho com acentuado pendor rural, onde as florestas podem assumir uma evidência natural, exigindo-se ao poder autárquico a capacidade de implementar localmente movimentos formativos que confiram ao elevado número de proprietários a capacidade de visão empresarial, capaz de perspectivar a floresta como um recurso endógeno, que urge potenciar, valorizando o enquadramento ambiental. Só assim, conseguir-se-á contrariar a tradicional posição *marginal* que as florestas ocupam nas preocupações dos agentes de dinâmica local, muitas das vezes agravada pela ausência de uma política regional que articule as diferentes acções salvaguardadas ao nível dos P.D.M's..

Embora as florestas sejam alvo de interesses, consideramos que muito terá de ser feito para deixarem de ser espaços periféricos, por exemplo e entre outras iniciativas, podem ser referidas as seguintes: tornar mais aliciante a profissão florestal; incentivar a adequação solo/actividade/espécie; gerar concentração industrial que, à

igual semelhança do que se passa nas unidades agro-industriais, recolham/transformem/comercializem os produtos florestais ou fomentem o aparecimento de indústrias subsidiárias e apoiar a formação profissional de técnicos florestais.

"O aproveitamento dos recursos florestais, em termos sustentados, é seguramente um vector fundamental para o desenvolvimento regional, até porque se trata de recursos endógenos, cuja existência e maior potencial convergem, com frequência, em áreas económica e socialmente muito deprimidas. (CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE COIMBRA : 1993 : 20)

Fafe reúne legalmente as condições para serem ampliadas as áreas florestais deste concelho, contudo a dispersão da propriedade que tanto caracteriza o Noroeste português, o elevado número de proprietários, a inércia acumulada pelo forte individualismo e a falta de apoio político local dos últimos anos geraram grande distanciamento entre o preconizado no P.D.M. e o que existe na realidade.

"A produção florestal e as indústrias a ela ligados, se forem bem organizadas, consomem pouco trabalho por unidade de produto. Deste modo permitem pagar bem a quem nelas trabalha e portanto proporcionam emprego estável, com possibilidades de se localizar nas regiões mais atrasadas e onde a população mais escasseia." (C.C.R.C. : 1991 : 39)

Defendemos que os meios rurais devem continuar a apostar nas actividades agro-silvo-pastoris, tradicionalmente praticadas neste cenário. Porém, para que o façam, importa apoiar as expectativas , só alcançáveis com recurso a uma reunião de esforços, devidamente suportada por uma participação organizada, desde os estudos/planos de florestação até à comercialização, de forma a que o processo deixe de ser um acção pontual e isolada.

Importa então encarar de frente este recurso como um meio de combater o ermamento rural (L. PINHEIRO : 2000 : 183), possibilitando o aparecimento de novas alternativas funcionais que promovam uma renovação paisagística, protegendo-se e mantendo-se os solos e as espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo, que se possibilite o aparecimento de riqueza e emprego, com capacidade mobilizadora na vontade das populações em permanecer nos espaços de nascimento.

Num contexto onde a procura de emprego passa, frequentemente, pela saída massiva do concelho, parece-nos que a actividade florestal, segundo um perspectiva de

fileira, iria promover o aumento do número da diversidade de emprego, fixando população, e igualmente, auxiliaria num processo mais alargado, ou seja, no desenvolvimento regional.

Concluindo, consideramos que este trabalho permitiu-nos uma primeira abordagem à floresta, ficando a sensação que muito ficou por ser dito. Confirmamos que este assunto é aliciante pelo que se abrem perspectivas para novos investimentos futuros, por forma a complementar aspectos abordados neste trabalho e a corrigir eventuais lacunas. Mas, principalmente, continuar a contribuir na concretização no terreno duma mudança que permita melhorar globalmente o mundo rural em geral, e em particular o espaço fafense.

5. BIBLIOGRAFIA

Cartografia

Carta Corográfica de Portugal 1/50 000 (1989); n.º 5D - Braga; Instituto Geográfico e Cadastral;

Carta Corográfica de Portugal 1/50 000 (1962); n.º 6C – Cabeceiras de Basto; Instituto Geográfico e Cadastral;

Carta Corográfica de Portugal 1/50 000 (1984); n.º 9B – Guimarães; Instituto Geográfico e Cadastral;

Carta Corográfica de Portugal 1/50 000 (1992); n.º 10A – Celorico de Basto; Instituto Geográfico e Cadastral;

Carta Geológica de Portugal 1/500 000 (1992); Serviços Geológicos de Portugal;

Carta Geológica de Portugal 1/50 000 (1973); n.º 5D - Braga; Serviços Geológicos de Portugal;

Carta Geológica de Portugal 1/50 000 (1982); n.º 6C - Cabeceiras de Basto; Serviços Geológicos de Portugal;

Carta da Divisão em folhas das Cartas nas Escalas 1/25 000, 1/50 000, 1/100 000, 1/250 000 (1976); 1/100 000; In Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta Administrativa de Portugal 1/1 000 000 (1980); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta Administrativa de Portugal 1/1 000 000; Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta do Escoamento na Rede Hidrográfico de Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta Ecológica de Portugal 1/1 000 000 (1982); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Radiação Solar em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Geada em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta Hipsométrica de Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta dos Solos de Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta Litológica de Portugal 1/1 000 000 (1982); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Insolação em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Humidade do Ar em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Temperatura em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta da Precipitação em Portugal 1/1 000 000 (1974); Portugal Atlas do Ambiente; Secretaria de Estado do Ambiente;

Carta do Inventário Florestal 1/25 000 (1981), n.º 58; Inventário Florestal de 1974; Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal;

Carta do Inventário Florestal 1/25 000 (1981), n.º 71; Elaborado com base no Inventário Florestal de 1974; Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal;

Carta do Inventário Florestal 1/25 000 (1981), n.º 72; Inventário Florestal de 1974; Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal;

Carta do Inventário Florestal 1/25 000 (1981), n.º 85; Inventário Florestal de 1974; Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal;

Carta do Inventário Florestal 1/25 000 (1981), n.º 86; Inventário Florestal de 1974; Direcção Geral de Ordenamento e Gestão Florestal;

Carta Militar de Portugal 1/25 000 (1998); n.º 58 - Salto (Montalegre); Instituto Geográfico do Exército; 2.ª Edição;

Carta Militar de Portugal 1/25 000 (1997); n.º 71 - São Torcato (Guimarães); Instituto Geográfico do Exército; 2.ª Edição;

Carta Militar de Portugal 1/25 000 (1997); n.º 72 – Cabeceiras de Basto; Instituto Geográfico do Exército; 2.ª Edição;

Carta do Plano Director Municipal do Concelho de Fafe 1/25 000 (Programa Base) (1988); n.º 4; Hierarquia da Rede Viária (Proposta); Comissão de Coordenação da Região Norte;

Carta do Plano Director Municipal do Concelho de Fafe 1/25 000 (estudos prévios) (s/ano); n.º 5.1; Inventário Florestal (1974); Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Mapa Geomorfológico de Portugal 1/500 000 (1980); Centro de Estudos Geográficos;

Planta Topográfica na Escala 1/10 000 (1978); n.º 71-2 – Fafe/Guimarães; Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Planta Topográfica na Escala 1/10 000 (s/ano); n.º 71-3 – Fafe/Guimarães; Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Planta Topográfica na Escala 1/10 000 (1981); n.º 71-4 – Fafe/Vila Nova de Famalicão; Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Planta Topográfica na Escala 1/10 000 (1984); n.º 72-1 – Cabeceiras de Basto/Fafe; Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Planta Topográfica na Escala 1/10 000 (1984); n.º 72-3 – Fafe/Celorico de Basto/Cabeceiras de Basto; Direcção Geral do Planeamento Urbanístico;

Diários do Governo e da Assembleia da República

Diário do Governo n.º 296 de 31 de Dezembro de 1901, I Série

Regime Florestal;

Diário do Governo n.º 291 de 30 de Dezembro de 1903, I Série

Regulamento para a execução do Regime florestal;

Diário do Governo n.º 136 de 5 de Junho de 1938, I Série

Lei n.º 1 971 - Lei do Povoamento Florestal;

Diário do Governo n.º 22 de 27 de Janeiro de 1945, I Série

Decreto-Lei n.º 34 394 - Fundo Fomento Florestal;

Diário do Governo n.º 130 de 14 de Junho de 1946, I Série

Decreto-Lei n.º 35 700 - Fundo Fomento Florestal;

Diário do Governo n.º 157 de 6 de Julho de 1964, I Série

Decreto-Lei n.º 45 793 - Fundo Fomento Florestal e Aquícola;

Diário do Governo n.º 15 de 19 de Janeiro de 1976, I Série

Decreto-Lei n.º 39/76 - Lei dos Baldios

Decreto-Lei n.º 40/76 - Lei dos Baldios;

Diário do Governo n.º 78 de 2 de Abril de 1977, I Série

Decreto-Lei n.º 128/77 - Fundo de Fomento Florestal e Aquícola;

Diário da República n.º 81 de 7 de Abril de 1987, I Série

Lei n.º 11/87 - Lei de Bases do Ambiente;

Diário da República n.º 52 de 20 de Maio de 1987, I Série

Decreto-Lei n.º 96/87 - Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa;

Diário da República n.º 41 de 19 de Fevereiro de 1991, I Série – A

Decreto-Lei n.º 81/91 - Regulamento (CEE) n.º 797/85;

Diário da República n.º 87 de 15 de Abril de 1991, I Série – B

Portaria n.º 340 A/91 - Programa de Acção Florestal;

Diário da República n.º 208 de 4 de Setembro de 1993, I Série – A

Lei .º 68/93 - Lei dos Baldios;

Diário da República n.º 80 de 6 de Abril de 1994, I Série – B

Portaria n.º 199/94 - Medidas Florestais na Agricultura;

Diário da República n.º 121 de 25 de Maio de 1994, I Série – A

Decreto-Lei n.º 150/94 - Programa Apoio à Modernização Agrícola e Florestal;

Diário da República n.º 211 de 12 de Setembro de 1994, I Série – B

Portaria n.º 809 D/94 - Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal;

Diário da República n.º 224/94 da I Série – B de 27 de Setembro de 1994

Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/94 - Plano Director Municipal de Fafe;

Diário da República n.º 202 de 1 de Setembro de 1995, I Série – A

Lei n.º 86/95 - Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário;

Diário da República n.º 190 de 17 de Agosto de 1996, I Série – A

Lei n.º 33/96 - Lei de Bases da Política Florestal;

Diário da República n.º 71 de 25 de Março de 1998, I Série – B

Portaria n.º 199/98 - Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal;

Diário da República n.º 82 de 8 de Abril de 1999, I Série – B

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99 - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa;

Diário da República n.º 101 de 30 de Abril de 1999, I Série - B

Declaração de Rectificação n.º 10 – AA/99 - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa;

Diário da República n.º 133 de 9 de Junho de 1999, I Série – A

Decreto-Lei n.º 204/99 – Planos Regionais de Ordenamento Florestal

Decreto-Lei n.º 205/99 – Planos de Gestão Florestal.

Endereços de Internet:

AGROFLORESTAL - http://www.agroportal.pt

Silvicultura - http://www.agroportal.pt/agros/silvicultura.htm

Notícias - http://www.agroportal.pt/agronoticias.asp

ASSOCIAÇÃO DE SILVICULTORES DO VALE DO AVE – asva@clix.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE - http://www.cm-fafe.pt/index.html

A justiça de Fafe - http://www.fafe.com/fafe/ics.html

CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - http://www.cnig.pt/

Centro de Documentação - http://www.cnig.pt/html/centro_de_documentacao.html

Base de Dados - http://snig.cnig.pt/cgi-bin/srch_livro.cgi

Publicações - http://www.cnig.pt/html/publicacoes.html

Sistema Nacional de Informação Geográfica - http://snig.cnig.pt/

Informação Geográfica Digital - http://snig.cnig.pt/snig/info.html

Mapas - http://snig.cnig.pt/snig/mapasg.html

Atlas do Ambiente - Direcção Geral do Ambiente (DGA)

http://snig.cnig.pt/snig/frameatlas.htm

Biblioteca de *Imagemaps* - http://snig.cnig.pt/snig/framemap.htm

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE - http://www.ccr-n.pt/

Informação Bibliográfica - Centro de Documentação - *Idem*

Caracterização Sócio-Económica - *Idem*

Munícipios - *Idem*

Território - *Idem*

Mapas:

População Residente em 1991 - http://www.ccr-n.pt/cse/demograf/popres.html

População Residente em 1995 - http://www.ccr-n.pt/cse/demograf/popres95.html

Densidade Populacional em 1991 - http://www.ccr-n.pt/cse/demograf/denpop91.html

Densidade Populacional em 1995 - http://www.ccr-n.pt/cse/demograf/denpop95.html

Taxa de Variação da População Residente (1995-1991) - http://www.ccr-n.pt/cse/demograf/txvpop95.html

Fafe - Dados Estatísticos - http://www.ccr-n.pt/municipios/fafe.html

DIRECTÓRIO AMBIENTE - http://www.netmais.pt/ambiente/index.html

INSTITUTO DA ÁGUA - http://www.inag.pt/

Base de Dados - http://snirh.inag.pt/snirh/

Atlas da Água - http://snirh.inag.pt/snirh/atlas/main_nav_fr.html

Portugal Continental - http://snirh.inag.pt/cgi-bin/snirh/boletim/atlas/frameatlas.tcl?16

Bacia Hidrográfica do Ave - http://snirh.inag.pt/cgi-bin/snirh/boletim/atlas/frameatlas.tcl?4

INFOCID – INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - http://www.infocid.pt

Programa/Acção: Medidas Florestais na Agricultura - Regulamento(CEE) n.º 2080/92 - http://www.infocid.pt/SIAE/HTML/010-0436.html

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - http://www.icn.pt/

Cartão de Visitas - http://www.icn.pt/icn.html

Publicações - http://darwin.icn.pt/cgi-bin/e_icn.cgi

Áreas Protegidas - http://www.icn.pt/areasp_p.html

Rede Natura 2000 - http://www.icn.pt/areasp_p.html

Zonas de Protecção Especial - http://www.icn.pt/outros/natura/nat_fram.html

INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL (I.P.A.M.B.) - http://www.ipamb.pt/

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade - http://www.ipamb.pt/encnb.html

Centro de Documentação e Informação - http://www.ipamb.pt/cdi.html

Legislação sobre Ambiente - http://www.ipamb.pt/leis.html

Legislação sobre Florestas - http://www.ipamb.pt/floresta.html

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (I.N.E.) - http://www.ine.pt/

Linha informação estatística do INE - http://infoline.ine.pt/

Destaques à Comunicação Social - http://www.ine.pt/prodserv/destaque/destaque.asp

Arquivo dos Destaques - http://www.ine.pt/prodserv/destaque/arquivo3.asp

Retratos Territoriais -

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO - http://www.ipcc.pt/

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS - http://www.min-agricultura.pt/

Incentivos: AGRIS - Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais/ AGRO - Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural/ Plano de Desenvolvimento Rural (P.D.Ru. *versus* RURIS) - 2000 - 2006/

Base de Dados/ Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal - P.A.M.AF./ Programa de Desenvolvimento Florestal - P.D.F. -

http://www.min-agricultura.pt/menuframeset.asp?ID=3&Pos=2&Tipo=0

http://www.min-agricultura.pt/menuframeset.asp?ID=4&Pos=3&Tipo=0

Direcção-Geral das Florestas - http://www.dgf.min-agricultura.pt/

Biblioteca *on line* - http://www.dgf.min-agricultura.pt/biblioteca/index.htm#aa1

Pesquisa bibliográfica - http://biblioteca.dgf.min-agricultura.pt/

Periódicos - http://www.dgf.min-agricultura.pt/biblioteca/periodicos.html

Legislação - http://www.dgf.min-agricultura.pt/leiflo/index.htm

Eventos - http://www.dgf.min-agricultura.pt/novidad/index.htm

Semana Florestal – http://www.dgf.min-agricultura.pt/diversos/eventos/sf_prog.html

Floresta - http://www.dgf.min-agricultura.pt/flor/index.htm

Fogos Florestais - http://www.dgf.min-agricultura.pt/flor/fogos/index.htm

Incêndios Florestais - Ocorrências e Áreas Ardidas (1980-1998) - http://www.dgf.min-agricultura.pt/flor/fogos/aardida8098.htm

Rede Nacional de Matas e Perímetros Florestais - Direcções Regionais de Agricultura (Cartografia) - http://www.dgf.min-agricultura.pt/mapas/matas/redmataper.htm

Rede de Matas e Perímetros Florestais da D.R.A.E.D.M. - Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho (Cartografia) - http://www.dgf.min-agricultura.pt/mapas/matas/draedm/index.html

Perímetros Florestais (Cartografia) - http://www.dgf.min-agricultura.pt/mapas/perimetrosflo.htm

Ocupação do Solo - http://www.dgf.min-agricultura.pt/mapas/ocupa_solo.htm

Estatísticas - http://www.dgf.min-agricultura.pt/estatistica/index.htm

Comércio Internacional - http://www.dgf.min-agricultura.pt/estatistica/conjunto.htm

Inventário Florestal - Base: Fotografia aérea de 1995 - http://www.dgf.min-agricultura.pt/estatistica/invent.htm#outapov

Distribuição da Floresta em Portugal Continental - http://www.dgf.min-agricultura.pt/estatistica/invent_95prov.html

MINISTÉRIO DO AMBIENTE - http://www.min-amb.pt/

Direcção-Geral do Ambiente - http://www.dga.min-amb.pt/

Direito Ambiental - Sistema de Informação Documental sobre Direito do Ambiente

(S.I.D.D.A.M.B.) - http://www.diramb.gov.pt/apresentacao.htm

Atlas do Ambiente - http://www.dga.min-amb.pt/atlas/index.html

REGIÃO DE TURISMO VERDE MINHO -

http://www.redein.com/pagept/verdeminho/

Concelhos do Verde Minho

http://www.redein.com/pagept/verdeminho/concel/concel.htm

Fafe - http://www.redein.com/pagept/verdeminho/concel/fafe.htm

SIBEC – SOC. IBÉRICA DE ECONOMIA, LDA - http://www.sibec.pt/

SILVINET - SILVINET, BASE DE DADOS E INFORMAÇÃO FLORESTAL DA SILVICONSULTORES - http://www.silviconsultores.pt/silvinet/silvinet.htm

Floresta Portuguesa em números -

http://www.silviconsultores.pt/silvinet/numeros/numeros.htm

Dicionário florestal - http://www.silviconsultores.pt/silvinet/dicion/dicion.htm

Principais Espécies Florestais Portuguesas -

http://www.silviconsultores.pt/silvinet/especies/especies.htm

Legislação Florestal - http://www.silviconsultores.pt/silvinet/legisl/legisl.htm

UNIÃO EUROPEIA - http://europa.eu.int/

Servidor da União Europeia - http://europa.eu.int/index-pt.htm

Comissão Europeia - http://europa.eu.int/comm/index_pt.htm

L'Europe et la Forêt – Portugal – Section 2 -

http://www.europarl.eu.int/dg7/forest/fr/port-3.htm

Agricultura - Medidas Florestais - http://europa.eu.int/comm/dg06/fore/index_pt.htm

Eurostat – Estatística Europeia - http://europa.eu.int/comm/eurostat/

Repertório da legislação comunitária em vigor Estrutura analítica -

http://europa.eu.int/eur-lex/pt/lif/ind/pt_analytical_index_03.html

UNIVERSIDADE DE AVEIRO - http://www.ua.pt

Departamento de Ambiente e Ordenamento - http://www.dao.ua.pt/

Serviços de Documentação - http://www.doc.ua.pt/index2.html

Sumário dos Periódicos - http://www.doc.ua.pt/basesdados/sumarios.html

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U.C.) - http://www.uc.pt/

Faculdade de Letras - http://www.uc.pt/FLUC/UNIDORG.HTM

Biblioteca Geral da U. C. - http://www.ci.uc.pt/BGUC/

Institutos - http://www.uc.pt/FLUC/INSTITU/INSTITU.HTM

Instituto de Estudos Geográficos (I.E.G.) -

http://www.uc.pt/FLUC/INSTITU/IEG/PAGIEG/HIEG.html

Biblioteca do I.E. G. - http://www.uc.pt/FLUC/INSTITU/IEG/PAGIEG/IEG.html#bibl

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (U.N.L.) - http://www.unl.pt/

Faculdade de Ciências Sociais da U.N.L. (F.C.S.U.N.L.) - http://www.fcsh.unl.pt/

Biblioteca da F.C.S.U.N.L. - http://www.fcsh.unl.pt/hp/bibli.htm

Publicações - http://www.fcsh.unl.pt/hp/f_publi.htm

UNIVERSIDADE DO MINHO - http://www.uminho.pt/

Serviços de Documentação - http://www.sdum.uminho.pt/

UNIVERSIDADE DO PORTO - http://www.up.pt/

Faculdade de Letras - http://www.letras.up.pt/

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO - http://www.utad.pt/

Biblioteca/Pesquisa - http://aquaeflaviae.utad.pt/sirius/sirius.exe/

Secção Florestal - http://www.utad.pt/Seccoes/floresta/index.html

Publicações - http://www.utad.pt/Seccoes/floresta/Publica.html

Estatística:

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE (1996); "Indivíduos – Tratamento por Freguesia"; Censos 91; C.C.R.N.; Porto; 130 p.;

DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS (1989); "Distribuição da floresta em Portugal continental."; *Áreas florestais por distrito. Informação disponível em 1989*; Estudos e Informação; Divisão de Inventário Florestal; n.º 299; Lisboa; 29 p.;

DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS (1993); "Distribuição da floresta em Portugal continental."; *Áreas florestais por distrito. Informação disponível em 1992*; Estudos e Informação; Divisão de Inventário Florestal; n.º 303; Lisboa; 30 p.;

DIRECÇÃO GERAL DE ORDENAMENTO E GESTÃO FLORESTAL (1981); "Distribuição da floresta em Portugal continental. Áreas florestais por concelhos - 1980"; Ministério da Agricultura e Pescas/Secretaria de Estado de Fomento Agrário/ Direcção Feral de Ordenamento e Gestão Florestal; n.º 289; Lisboa; s/ paginação;

DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS FLORESTAIS E AQUÍCOLAS (1966); "Inventário florestal da região ao norte do rio Tejo"; *Áreas florestadas*; DGSFA/Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Agricultura; Lisboa; 87 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (s/ano); "Anuário Estatístico da Região Norte – 1991/92"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 161 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (s/ano); "Anuário Estatístico da Região Norte – 1993"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 185 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (s/ano); "Anuário Estatístico da Região Norte – 1994"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 171 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1960); "X Recenseamento Geral da População – Continente e Ilhas Adjacentes – 1960"; *Prédios e Fogos, População – Dados retrospectivos (Distritos, Concelhos e Freguesias)*; I.N.E.; Tomo I; Volume 1.º; Lisboa; 256 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1960); "X Recenseamento Geral da População – Continente e Ilhas Adjacentes – 1960"; *Famílias, Convivências e População residente e presente, por freguesias, concelhos, distritos e centros urbanos*; I.N.E.; Tomo II; Volume 2.º; Lisboa; 657 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1969); "Estatísticas Agrícolas e Alimentares - 1968"; *Portugal, Continente e Ilhas Adjacentes*; Bertrand (Irmãos), Ld.ª; Lisboa; 374 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1973?); "XI Recenseamento Geral da População – Portugal – 1970"; I.N.E.; Lisboa; XI + 80+9+7+28+165+64 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1983); "Recenseamentos da População e da Habitação - 1981"; *Resultados Definitivos do XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – Distrito de Braga;* I.N.E.; Lisboa; 231 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1983); "Recenseamentos da População e da Habitação - 1981"; *Resultados Definitivos do XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – Total do País;* I.N.E.; Lisboa; 411 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1984); "Recenseamentos da População e da Habitação - 1981"; *Resultados Definitivos do XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – Distrito do Porto;* I.N.E.; Lisboa; 163 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1992); "Censos 91"; *Resultados Provisórios;* I.N.E.-D.R.N.; Volume I – Norte; Lisboa; 419 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993); "Censos 91 – Região Norte - 1991"; *Resultados Definitivos do XIII Recenseamento Geral da População/III Recenseamento Geral da Habitação*; I.N.E.-D.R.N.; 1.º Volume; Lisboa; 281 p. + 8 p. Questionário + 7 p. Índice Sistemático;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994); "Tendências evolutivas da população activa: 1981-1991"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 197 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1994); "Estrutura etária da população: 1981-1991"; I.N.E.-D.R.N.; Lisboa; 191 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996); "Anuário Estatístico da Região Norte – 1995"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 193 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1997); "Anuário Estatístico da Região Norte – 1996"; I.N.E.-D.R.N.; Porto; 217 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998); "Anuário Estatístico 1997 – Região Norte"; I.N.E.-D.R.N.; Lisboa; 196 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999); "Anuário Estatístico 1998 – Região Norte"; I.N.E.-D.R.N.; Lisboa; 211 p.;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999); "Estatísticas Demográficas - 1998"; I.N.E.-D.R.N.; Lisboa; 206 p.;

Obras de referência e estudos:

ALBUQUERQUE, J. Pina Manique e (1954); "Carta ecológica de Portugal"; Direcção Geral dos Serviços Agrícolas; Lisboa; 52 p. + 1 mapa 1/500 000;

ALCOFORADO, Maria João (1991); "O clima de Portugal"; *In Portugal Moderno*; POMO - Edições; Enciclopédia Temática - Geografia; Lisboa; pp. 37-61;

ALCOFORADO, Maria João; ALEGRIA, Maria Fernanda; PEREIRA, Ana Ramos; SIRGADO, Carlos (1993); "Domínios Bioclimáticos em Portugal definidos por comparação dos índices de Gaussen e de Emberger"; *Linha de Acção de Geografia Física*; Centro de Estudos Geográficos; Reedição da 1.ª edição; 1982; Relatório n.º 33; Lisboa; 57p.;

ALMEIDA, João Carreira e VIDEIRA, Jorge Galvão (1979); "A Indústria de Pasta para papel: evolução recente e perspectivas"; Banco de Fomento Nacional; Série Estudos - n.º 16; Lisboa; 194 p.;

ALVES, A. A. Monteiro (1982); "Técnicas de produção florestal"; Instituto Nacional de Investigação Científica; Lisboa; 334 p.;

ALVES, A A Monteiro (1997); "Paisagem e florestas"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 69-82;

ALVES, Rosário (1997); "Alguns comentários sobre a produção na fileira florestal"; *In Forestis*; Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal; Revista n.º 3; Porto; p. 4;

ALVES, Rosário (1999); "Gestão Florestal"; A decisão de Investir; *In Forestis*; Revista da Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal; n.º 15; Porto; pp. 4-6;

ALVES, Teresa (1994); "Sistemas agrários em Portugal Continental, segundo os recenseamentos da agricultura de 1979 e 1989"; *In Finisterra* - Revista Portuguesa de Geografia; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Volume XXIX; n.º 58; Lisboa; pp. 313-333;

ARAÚJO, Ilídio Alves (1997); "Considerações sobre a gestão das paisagens"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 123-136;

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE (1996); "Vale do Ave"; AMAVE; Revista n.º 1; Guimarães; 48 p.;

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE (1997); "Vale do Ave"; AMAVE; Revista n.º 2; Guimarães; 48 p.;

AVILLEZ, Francisco (1999); "Sustentabilidade económica e desenvolvimento rural"; *In Actas do Colóquio sobre Desenvolvimento rural - Desafio e Utopia*; Estudos para o Planeamento Regional e Urbano; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; pp. 117-123;

BACELAR, Sérgio (1993); "Uma dinâmica com contrastes"; *Estagnação, Litoralização e envelhecimento na região (1981-91)*; In Estatísticas & Estudos Regionais; I.N.E.-D.R.N.; n.º 1; Porto; pp. 18-26;

BARATA, Aureliano (1994); "Subsídios para a História do Concelho de Fafe"; *In Dom Fafes*; C. M. Fafe; Revista Cultural n.º 1; Braga; C. M. Fafe; Braga; pp. 35 - 46;

BANCO DE FOMENTO NACIONAL (1981); "Serração de Madeiras"; *Monografias sectoriais* ; BFN; n.º 4; Lisboa; 89 p.;

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO/AGRO-GES/JAAKKO PÖYRY (1996); "Propostas para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa"; BPI/AGRO-GES/Jaakko Pöyry;[s/l.]:[s/n.]; 6p.;

BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO/AGRO-GES/JAAKKO PÖYRY (1997); "O futuro do sector florestal"; BPI/AGRO-GES; [s/l.]; 11 p.;

BARREIRA, Álvaro (1993); " A floresta - usos múltiplos"; *In Agricultura Transmontana*; Boletim Informativo da Direcção Regional de Agricultura de Trás-Os Montes; n.º 32; Mirandela; pp. 10-12;

BARRETO, A Viana (1991); "O ordenamento do território e a floresta"; *In Ingenium*; Revista da Ordem dos Engenheiros; n.º 52; Lisboa; pp. 11-14;

BARRETO, Luís Soares (1988); "A floresta - estrutura e funcionamento"; Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza; Lisboa; 61 p.;

BEAUD, Michel e Galliope; BOUGUERRA, Larbi Mohamed (1993); "Estado do ambiente no Mundo"; Instituto Piaget; Lisboa; 647 p.;

BORRALHEIRO, Rogério (1996); "Nas Origens do Concelho de Fafe. O discurso Fundador do Pároco de Santa Eulália de Fafe em 1736"; *In actas das 1as Jornadas de História Local*; Câmara Municipal de Fafe; Braga; pp.193-228;

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro (1999); "A Árvore em Portugal"; Assírio & Alvim; Lisboa; 203 p.;

CABRAL, Maria Teresa (1990); " A Terra precisa das Florestas"; *In Parques Naturais em Portugal*; Revista Correio da Natureza; n.º 6/7; Lisboa; pp. 57-62;

CALADO, Nuno (1999); "Financiamento do Associativismo Florestal"; Revista n.º 12; Forestis – AFNCP; Porto; pp. 3-4;

CALDAS, Eugénio Castro (1997); "Evolução da paisagem agrária"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 13-28;

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE (1993); "Crescer em Qualidade"; *O Concelho e as propostas do P.D.M.*; C. M. Fafe – D.G.U.; Porto; 34 p.;

CARVALHO, Armando Ferrão de (1992); "A utilização dos espaços florestais"; *Série Estudos Sectoriais*; Comissão Coordenação da Região Centro; n.º 4; Coimbra; 73 p.;

CARVALHO, Guilhermino Manuel Martins de (1997); "Perspectivas de desenvolvimento rural para o Interior"; *In Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*; Debates - Presidência da República; Colóquio promovido pelo Presidente da República durante as Jornadas da Interioridade - Idanha-a-Nova; INCM; Lisboa; pp. 203-216;

CARVALHO, J. da Silva (1993); "Floresta nacional - seus problemas"; *In Floresta e Ambiente*; Revista de Divulgação Técnica, Floresta e Ambiente; Mário A S Costa; n.º 20; Parede; pp. 6-8;

CARVALHO, Josefa Buxo de (1993); "Projecto florestal português. Banco Mundial"; *In Informação*; Revista da DGD; n.º 13; Lisboa; pp. 19-21;

CARVALHO, Josefa Buxo de e MORAIS, Carlos José Egreja (1996); "Análise da florestação em Portugal 1966-1995"; *In Análise da florestação em Portugal 1966-1995 sobre a economia dos recursos naturais*; Revista Informação Florestal; Direcção Geral das Florestas; n.º 15; Lisboa; pp. 3-13;

CARY, Francisco Caldeira (1997); "Paisagem e agricultura"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 49-65;

CASCÃO, Rui (1998); "Fafe nos inícios do século XX"; *In 2.ªs Jornadas de História Local*; Actas; C. M. Fafe; Braga; pp. 426-448;

CAVACO, Carminda (1985); "A agricultura a tempo parcial como «factor de estabilidade e de paz social» em Portugal"; *In Finisterra* - Revista Portuguesa de Geografia; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Volume XX; n.º 39; Lisboa; pp. 47-107;

CAVACO, Carminda (1999); "O mundo rural português: desafios e futuros?"; *In Actas do Colóquio sobre Desenvolvimento rural - Desafio e Utopia*; Estudos para o

Planeamento Regional e Urbano; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; pp. 135-148;

CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE COIMBRA (1993); "Ordenamento, gestão e desenvolvimento florestal, nas vertentes económica, social e ecológica"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 1; Lisboa; pp. 17-20;

CLUBE INTERNACIONAL DO LIVRO (s/ano); "O início do reino"; *De Famalicão por Guimarães a Terras de Basto*; In Portugal Passo a Passo - Minho; EDICLUBE; pp. 252-298;

COIMBRA, Artur Ferreira (1999); "Fafe no século XX: alguns momentos"; *In Dom Fafes*; Revista Cultural; C. M. Fafe; n.º 6; Braga; pp. 7-95;

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO (1990); "O programa de acção florestal e o desenvolvimento da floresta portuguesa"; *Prémio Economia Regional*; Estudos Sectoriais; CCRC; n.º 3 Porto; 90 p.;

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1991); "Critérios para ordenamento dos espaços florestais a nível dos Planos Directores Municipais"; CCRN; Porto; 31 p. + 83 p. anexos;

COMISSÃO EXECUTIVA DO VALE DO AVE (1991); " Vale do Ave"; *Guia de localização industrial para novos investimentos. OID - Vale do Ave*; Comissão Executiva do Vale do Ave; Vale do Ave; 79 p.;

COMUNIDADES EUROPEIAS (1987); "A Política Agrícola Comum e a sua Reforma"; Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias; 2.ª edição; Luxemburgo; 93 p.;

CONSELHO PARA A COOPERAÇÃO ENSINO SUPERIOR – EMPRESA(C.E.S.E.) (1996); "O Sector florestal português"; Documento de Apoio ao Seminário do CESE; Ministério da Educação; Póvoa de Varzim; 479 p.;

CONSELHO PARA A COOPERAÇÃO ENSINO SUPERIOR - EMPRESA (C.E.S.E.) (1998); "Livro Verde sobre a cooperação Ensino Superior - Empresa"; *Sector Florestal*; C.E.S.E.; Braga; 172 p.;

CORREIA, Ana Isabel Vasconcelos Dias (1994); "Fitoclimatologia Dinâmica – Um estudo no Norte de Portugal"; Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em Biologia (Ecologia e Biossistemática); Lisboa; 245 p.;

CORREIA, Manuel Belmiro (1993); "Ambiente e Floresta"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.° 2; Lisboa; pp. 38-39;

COSTA, Joaquim Botelho da (1995); "Caracterização e Constituição do Solo"; Fundação Calouste Gulbenkian; Lisboa; 527 p.;

COSTA, José Carlos; AGUIAR, Carlos; CAPELO, Jorge Henriques; LOUSÃ, Mário; NETO, Carlos (1999); "Biogeografia de Portugal Continental"; *In Quercetea* ; Revista da Associação Lusitana de Fitossociologia e Fédération Internacionale de Phytosociologie; Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; pp. 5-56 + 3 mapas + 1 errata;

COSTA, Mário A Silveira da (1993); "Silvicultura Geral"; Litexa Editora, Ld[a]; Lisboa; 262 p.;

COSTA, Renato (1993); "Funções da floresta: «floresta de protecção"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.° 1; Lisboa; pp. 27-29;

CUNHA, Arlindo (1996); "A agricultura europeia na encruzilhada"; Edições Asa; 1.ª Edição; Lisboa; 176 p.;

CUNHA, Jorge (1999); "Associação Florestal de Entre Douro e Vouga - visita de estudo à Serra da Freita"; Revista n.° 13; Forestis – AFNCP; Porto; p. 13;

DAVEAU, Suzanne (1977); "Répartition et Rythme des Précipitations au Portugal"; *In Memórias do Centro de Estudos Geográficos*; Instituto Nacional de Investigação Científica da Universidade de Lisboa; n.º 3; Lisboa; 192 p.+ 3 mapas 1/500 000;

DAVEAU, Suzanne (1985); "Mapas Climáticos de Portugal"; *Nevoeiro e Nebulosidade Contrastes Térmicos*; Centro de Estudos Geográficos; Lisboa; 93 p.;

DAVEAU, Suzanne (1988); "Comentários e Actualização"; *In Geografia de Portugal - O Ritmo Climático e a Paisagem*; Edições João Sá da Costa, Ldª; Vol. II; 1.ª edição; Lisboa; pp. 387-463;

DAVEAU, SUZANNE (1998); "Portugal Geográfico"; Edições João Sá da Costa; 2.ª edição; Lisboa; 223 p.;

DESCHEEMAEKERE, François (1993); "Compreender melhor a PAC e o futuro do mundo rural"; Cadernos da Empresa; Ediprisma; s/localidade; 40 p.;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1980); "Problèmes de la forêt au Portugal"; *In* Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest; Tome 51; Fasc. 3; Toulouse; pp. 345-358;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1982); "Questões metodológicas e problemática actual da floresta portuguesa"; *In II Colóquio Ibérico de Geografia*; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; 1980 - Comunicações - Volume I; Lisboa; pp. 387-395;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1987-88); "Les politiques forestiéres au Portugal - Une vision d'ensemble; [s.e]; Porto; 76 p.;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1988); "Grands projects de reboisement et enjeux sociaux locaux au Portugal"; *In Separata das Actas do Simpósio Internacional La Sociologie et les nouveaux defis de la modernisation*; Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto; Porto; pp. 365-384;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1988); "La question du reboisement au Portugal, un processus de longue durée"; *In Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*; Tome 5; Fascicule 2-3; Toulouse; pp. 159-186;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1991); "Caracterização da floresta do Norte de Portugal; Comissão de Coordenação da Região Norte; Porto; 18 p.;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1993); "A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal"; A Arborização da Serra da Cabreira (1919-1975); Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 460 p. + 1 mapa;

DEVY-VARETA, Nicole Françoise (1997); "Lei de Bases e Desenvolvimento Sustentável"; *In Revista Forestis*; FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal; n.º 5; Porto; p. 3.;

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE FOMENTO FLORESTAL E SILVOPASTORÍCIA (1993); "Reg. (CEE) 2080/92 - Medidas florestais na agricultura"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 1; Lisboa; pp. 33-36;

DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS (1992); "Caracterização da floresta portuguesa"; *In Portugal, país de florestas*; DGF; Lisboa; pp. 4-54;

DIRECÇÃO GERAL DE FLORESTAS (1996); "Lei de Bases da Política Florestal"; *In Revista Informação Florestal*; DGF; n.º 14; Lisboa; pp. 30-35;

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA DE ENTRE DOURO E MINHO (1996); "Protecção das florestas contra incêndios"; *In O Minho a Terra e o Homem*; Revista da Direcção Regional de Agricultura de entre Douro e Minho; n.º 34; Braga; pp. 7-12;

DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO DA PROPRIEDADE FLORESTAL PRIVADA (1995); "Regulamento (CEE) 2080/92 - Medidas florestais na agricultura"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 10; Lisboa; pp. 15-16;

DOMINGUES, Álvaro António Gomes (1986); "Economia e organização do espaço rural"; *In Minho - Terras e Gentes*; Cadernos do Noroeste - Sociedade, Espaço e Cultura; Universidade do Minho; Braga; pp. 39-65;

DOMINGUEZ, Carolina (1999); "Sapadores sim, mas não assim"; Revista n.° 13; Forestis – AFNCP; Porto; p. 3;

EMPORSIL (1994); "Aguas de Verão"; Boletim da Emporsil; n.° 28; Lisboa; 16 p.;

ESPADA, João Mendes (1991a); "Plano Florestal Português"; Instituto Nacional de Administração; Lisboa; 286 p.;

ESPADA, João Mendes (1991b); "Plano Florestal Português - Anexo"; Instituto Nacional de Administração; Série Estudos; Lisboa; 294 p.;

ESPÉNICA, André (1997); "Paisagem e sustentabilidade"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 85-96;

FEIO, Mariano (1991); "Clima e Agricultura"; Exigências climáticas das principais culturas e potencialidades agrícolas do nosso clima; Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação/Direcção Geral de Planeamento e Agricultura; Lisboa; 266 p.;

FERREIRA, M.ª Conceição (1993); "Planeamento florestal. Projectos florestais e AIA"; *In Informação*; Revista da DGD; n.° 13; Lisboa; pp. 24-27;

FERREIRINHA, Manuel P. (1985); "A política florestal no mundo moderno"; *In* Madeira e Derivados; Boletim do Instituto dos Produtos Florestais; n.° 47; Lisboa; pp. 1-2;

FERREIRINHA, Manuel P. (1986); "Florestas e política"; *In Madeiras*, Boletim do Instituto dos Produtos Florestais; n.° 53; Lisboa; pp. 5-8;

FERREIRINHA, Manuel P. (1987); "O presente e o futuro da floresta em Portugal"; *In Madeiras, Boletim do* Instituto dos Produtos Florestais; n.° 53; Lisboa; pp. 3-6;

FERREIRINHA, Manuel P. (1987); "O presente e o futuro da floresta em Portugal"; *In Madeiras, Boletim do* Instituto dos Produtos Florestais; n.° 57; Lisboa; pp. 16-19;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1996a); Revista n.° 0; Forestis – AFNCP; Porto; 12 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1996b); Revista n.º 1; Forestis – AFNCP; Porto; 12 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1996c); Revista n.º 2; Forestis – AFNCP; Porto; 11p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997a); Revista n.º 3; Forestis – AFNCP; Porto; 12 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997b); Revista n.º 4; Forestis – AFNCP; Porto; 12 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997c); Revista n.º 5; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997d); Revista n.º 6; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997e); Revista n.º 7; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997f); Revista n.º 8; Forestis – AFNCP; Porto; 16 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1997g); Revista n.º 9; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1998a); Revista n.º 10; Forestis – AFNCP; Porto; 12 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1998b); Revista n.º 11; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1999a); Revista n.º 12; Forestis – AFNCP; Porto; 19 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1999b); Revista n.º 13; Forestis – AFNCP; Porto; 15 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1999c); Revista n.º 14; Forestis – AFNCP; Porto; 19 p.;

FORESTIS - Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal (1999d); Revista n.º 15; Forestis – AFNCP; Porto; 19 p.;

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE (1994); "Construir as vantagens competitivas de Portugal"; Forum para a Competitividade; 2.ª edição; Lisboa; 269 p.;

FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL (1985); "Política Florestal"; *In Cadernos Municipais*; Revista de Acção Regional e Local; Fundação Antero de Quental; n.º 31/32; pp. 50-54;

GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICA AGRO-ALIMENTAR (1993); "Portugal - Agricultura 1996"; *Versão preliminar*; GPPAR/Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas; Lisboa; 109 p.;

GASPAR, Fernando e COSTA, Ferreira da (1991); "Indústria de serração de madeiras nacionais"; *In Informação*; Revista Informação Florestal; Direcção Geral das Florestas; n.º 6; Lisboa; pp. 25-27;

GOMES, Paulino; SILVA, João Belmiro Pinto da (1998); " Fafe - Nos Montes Longos do Minho"; Anégia Editores; Paços de Ferreira; 120 p.;

GONÇALVES, José Luís da Silva (1996); "A floresta, produção ou uso múltiplo"; *In O Minho a Terra e o Homem*; Revista da Direcção Regional de Agricultura de entre Douro e Minho; n.º 34; Braga; pp. 13-15;

GRUPO FORUM (2000); "O ambiente no novo milénio"; *Anuário 2000*; Forum Ambiente; Lisboa; 192 p.;

IBISUS (1997); "Declaración Ibérica sobre los principios para una Gestión Sostenible de los Bosques"; IBISUS; Madrid/Lisboa; 7 p.;

INSTITUTO FLORESTAL (1994); "Floresta privada portuguesa. Quadro jurídico e financeiro"; *In Anuário 94*; Eurostandarte; Lisboa; pp. XXIII-XXVII;

INSTITUTO FLORESTAL (1994); "Medidas florestais na agricultura"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 5; Lisboa; pp. 31-39;

INSTITUTO FLORESTAL (1994); "Floresta privada portuguesa. Quadro jurídico e financeiro"; *In Informação Florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 7; Lisboa; pp. 35-37;

INSTITUTO FLORESTAL (1995); "Anuário 95"; Eurostandarte; Lisboa; pp. XXXIII-XLIX;

INSTITUTO DOS PRODUTOS FLORESTAIS (1988); "Políticas Florestais"; *In Madeira*; Boletim do Instituto dos Produtos Florestais; n.º 58; Lisboa; pp. 31-34;

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA (1998); "O clima de Portugal"; *Normais Climatológicas da Região de «Entre Douro e Minho» e «Beira Litoral», correspondentes a 1941-1970*; I.N.M.G.; Lisboa; pp. 56-57, 117;

GIL, Adriano Augusto (1975); "Baldios e sua Arborização"; *In Estudos e Informação*; SEA/DGSFA; n.º 275; Lisboa; 117 p.

LOPES, José António Ribeiro (1999); "Gestão Florestal Sustentável"; *Estudo de aplicação de Indicadores de Sustentabilidade numa área florestal do Concelho de Mortágua*; Dissertação de Mestrado em Geografia - Ordenamento do Território e Desenvolvimento - apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Coimbra; 176 p. + 18 p. anexos;

LOURENÇO, Joaquim (1999); "Ruralidade portuguesa: urgência de políticas descentralizadas e inovadoras"; *In Actas do Colóquio sobre Desenvolvimento rural - Desafio e Utopia*; Estudos para o Planeamento Regional e Urbano; Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; pp. 125-134;

LOURO, Vitor (1994); "Proveniências - Uma exigência que urge respeitar"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 5; Lisboa; pp. 4-7;

MAGALHÃES, Ricardo (1993); "A floresta: algumas questões estratégicas"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 1; Lisboa; pp. 42-44;

MAIA, Maria do Loreto e REGO, Francisco (1988); "A floresta: situação actual, perspectivas futuras e papel da investigação, em particular no nordeste"; *In Investigação e Desenvolvimento Agrário*; Comunicações do 1.º Encontro em Bragança; Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; pp. 75-82;

MARQUES, Bernardo de Serpa (1998); "De Monte Longo a Fafe: as reformas dos concelhos no século XIX"; *In 2.as Jornadas de História Local*; Actas; C. M. Fafe; Braga; pp. 35-44;

MARQUES, Raúl Jorge dos Santos (1998); " Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências"; *A participação dos cidadãos no concelho de Santa Comba Dão*; In Tese de Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Desenvolvimento Regional); Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; 159 p.+ XXXiii;

MARQUES, Sónia (1999a); "Associação Florestal do Lima"; *In Forestis* – AFNCP Revista n.º 12; Porto; pp. 8-9;

MARQUES, Sónia (1999b); "II Jornadas Técnicas da Associação Florestal do Lima : «A Floresta e o Ambiente"; *In Forestis* - AFNCP; Revista n.º 13; Porto; pp. 9-10;

MARTINS, Paula M Horta R. e COELHO, Celeste (1988); "O Programa de Acção Florestal na preservação de áreas queimadas"; [s.e.]; [s.n.]; Évora; 10 p.;

MEDEIROS, Carlos Alberto (1991); "Geografia de Portugal"; Editorial Estampa; Imprensa Universitária n.º 56; 2.ª edição; Lisboa; 250 p.;

MENDES, Américo Manuel dos Santos Carvalho (1992); "Breves estudos sobre desenvolvimento rural em Portugal"; Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes; [s/loc.]:[s/n.]; 180 p.;

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1970); "Inventário e potencialidade florestal no noroeste"; Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas; Lisboa; 41 p. + Apêndice - 4 p.;

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS (1997); "Contribuição para o plano nacional de desenvolvimento sustentado do sector florestal"; *In* Forum Nacional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - Santa Maria da Feira; MADRP/DGF; Lisboa; s/ numeração de páginas;

MINISTÉRIO DO AMBIENTE (1994); "Plano Nacional da Política de Ambiente"; *Versão preliminar para discussão pública – Anexos*; Ministério do Ambiente; Lisboa; 296 p.;

MINISTÉRIO DO AMBIENTE (1995); "Plano Nacional da Política de Ambiente"; Ministério do Ambiente; Lisboa; 208 p.;

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1993); "O programa de desenvolvimento regional e o mundo rural"; MPAT/MA; Lisboa; 431 p.;

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO/ /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1994); "Manual de protecção das florestas contra incêndios"; MPAT/MA; Lisboa; 64 p.;

MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO – M.P.A.T. (1986); "Monografias hidrológicas dos principais cursos de água de Portugal Continental"; Divisão de Hidrometria do M.P.A.T.; Lisboa ; 569 p.;

MONTEIRO, Miguel (1991); "Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930)"; *Perspectiva histórica e patrimonial*; Imprensa Nacional Casa da Moeda, E. P.; Lisboa; 291 p.;

MONTEIRO, Miguel (1996); "Migrantes e Emigrantes de Fafe (1834-1926) Territórios, Estrutura Social e Itinerários; *In* Tese de Dissertação de Mestrado de História das Populações; Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Braga; 485 p.;

MORENO, Maria do Rosário Nunes Pimentel Alves (1996); "Da indução do desenvolvimento rural à gestão multiparticipada"; *In* Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Ordenamento do Território); Lisboa; 258p. + 15 anexos;

MOTA, Fernando José (1991); "A propósito do Pinheiro bravo..."; *Intervenção na Sessão de encerramento do 1.º Encontro sobre o Pinheiro bravo*, material lenhoso e resina; In *Informação*; Revista da DGD; n.º 8; Lisboa; pp. 9-15;

MOTA, Fernando José (1992); "Floresta: alternativa ou complemento"; *In A reforma administrativa onde está?*; Revista da Administração, Dirigentes e Técnicos do Estado; n.º 5/6; Lisboa; pp. 12-16;

NASCIMENTO, Humberto Óscar Parreira (1997); "Agricultura e ambiente nas áreas de regadio de Gostei e Azibo"; *In* Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 203 p.;

NEVES, João Carlos Carvalho Fernandes (1995); "Iniciativas de Desenvolvimento local em Meio Rual"; *In* Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Lisboa; XV + 244 p.;

NOGUEIRA, C. D. Serrão (1990); "A floresta portuguesa"; *In Informação*; Revista Informação Florestal; Direcção Geral das Florestas; n.º 2; Lisboa; pp. 18-28;

OLIVEIRA, Ana Maria Saavedra de Pinho (1997); "Os baldios da Serra da Freita"; *Um contributo para o uso multifuncional*; In Tese de Dissertação de Mestrado deDinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 271 p.;

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES – O.C.D.E. (1991); "L'état de L'environnement"; OCDE; Paris; 317 p.;

PARLAMENTO EUROPEU (1996); "A política do turismo rural na União Europeia"; Parlamento Europeu/Direcção Geral de Estudos/Divisão da Agricultura, da Pesca, das Florestas e do Desenvolvimento Rural; Luxemburgo; 142 p.;

PEDROSA, Fantina Maria Santos Tedim de Sousa (1999); "A Serra do Marão – O Homem, o Meio e as Dinâmicas Territoriais"; *In* Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Porto; 622 p. + 12 mapas (Anexo A) + 227 p (Anexo B);

PINHEIRO, Luís (2000); "Floresta e desenvolvimento rural"; *In Florestas de Portugal*; Direcção Geral das Florestas; Lisboa; pp.183-189;

PROGRAMA DAS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS/DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1994); "Do despovoamento rural ao desenvolvimento local"; DGDR; Lisboa; 259 p.;

PORTELA, João Luís (1993); "Floresta e Indústrias da fileira industrial"; Gabinete de Estudos Económicos, Cooperação e Informação da Caixa Geral de Depósitos; Estudos e Documentos; n.º 6; Lisboa; 112 p.;

QUEIROZ, Rui (1987); "Novos incentivos à floresta portuguesa"; *In O verde*; Boletim sobre o Ambiente e Património; GEOTA; n.º 12; Lisboa; pp. 49-54;

REBELO, Fernando (1992); "O relevo de Portuga - Uma introdução"; Revista Inforgeo; Associação Portuguesa de Geógrafos/Edições Colibri; n.º 4; Lisboa; pp. 17-35;

RÉFFEGA, António (1994); "A floresta e a conservação do ambiente. Aspectos mais relevantes"; Série de Ciências Agrárias; Ministério do Planeamento e da Administração do Território/Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia/ Instituto de Investigação Científica Tropical; n.º 18; Lisboa; 20 p.;

TELLES, Gonçalo Ribeiro (1997); "Paisagem Global"; *In Paisagem - 1994*; Colecção estudos 2; Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Lisboa; pp. 31-45;

RIBEIRO, Orlando (1988); "As formas do relevo"; *In Geografia de Portugal - A Posição Geográfica e o Território*; Edições João Sá da Costa, Ldª; Vol. I; 1.ª edição; Lisboa; pp. 121-199;

RIBEIRO, Orlando (1998); "Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico"; Colecção Nova Universidade; Livraria Sá da Costa Editora; 7ª edição; Lisboa; 190 p.;

RIBEIRO, Serafim (1974); "Os povoamentos florestais e a luta contra a poluição atmosférica"; *In I Congresso Nacional sobre a degradação do ambiente português - Combate à poluição*; Secção Regional da Ordem dos Engenheiros; Porto; 5 p.;

ROSENDO, José Duarte e SILVA, Paulo (1993); "As florestas de recreio"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 1; Lisboa; pp. 30-32;

SARDINHA, Raul A; MORAIS, Carlos; PISSARRA, Maria de Lourdes e NEIVA, José (1993); "A Conferência Ministerial de Helsínquia para a protecção das florestas na Europa"; *In Silva Lusitana*; EFN; n.º 2; Lisboa; pp. 275-279;

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS (S.E.A.R.N.) (1986); "Carta Administrativa de Portugal"; S.E.A.R.N.; Lisboa; 106 p. + 1 mapa + 9 p. de Adenda;

SEQUEIRA, E. Menezes de (1988); "Esboço de caracterização ecológica do Alentejo. Estações ecológicas e seus riscos relativos de desertificação"; *In* Jornadas sobre Desertificação; [s.e.]; [s.n.]; Évora; 17 p.;

SILVA, M.ª Teresa Alves da e FERREIRA, M.ª Conceição (1991); "Ordenamento global do território e desenvolvimento florestal"; *In Informação*; Revista Informação Florestal; Direcção Geral das Florestas; n.º 6; Lisboa; pp. 6-12;

SILVA, Maria Teresa Alves da e FERREIRA, Maria Conceição (1990); "Ordenamento global do território e desenvolvimento florestal"; *In Comunicações do II Congresso Florestal Nacional*; Associação Florestal do Norte e Centro/Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais; Porto; A11-03;

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da (1983); "Contrastes e mutações na paisagem agrária das planícies e colinas minhotas"; *In Estudos Contemporâneos n.º 5*; Imprensa Nacional Casa da Moeda; Porto; pp. 9-115;

SILVEIRA, Belarmino (1997); "Terceira Conferência interministerial sobre Florestas"; *In Forestis*; Associação Florestal do Norte e Centro de Portugal; Revista nº 9; Porto; p. 4;

SOARES, João A (1986); "A floresta portuguesa"; *In Madeiras*, Boletim do Instituto dos Produtos Florestais; n.º 52; Lisboa; pp. 7-8;

SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS FLORESTAIS - S.P.C.F.(1998); "Terceira Conferência para a protecção das florestas na Europa", *In Revista Florestal*; S.P.C.F.; Volume XI; N.º 1; Lisboa; pp. 70-74;

TAVEIRA, Elisa (1991); " Vale do Ave"; *Guia de localização industrial para novos investimentos. OID - Vale do Ave*; Comissão Executiva do Vale do Ave; Vale do Ave; 79 p.;

TEIXEIRA, Anabela (1994); "Programa de acção florestal e novas medidas florestais"; *In Informação florestal*; Revista do Instituto Florestal/Secretaria de Estado da Agricultura; n.º 5; Lisboa; pp. 15-19;

TORRES, Sónia (1995); "Caracterização Socioprofissional da Região Norte"; *In Estatísticas & Estudos Regionais*; I.N.E.-D.R.N.; n.º 7; Porto; pp. 6-26;

TORRES, Sónia (1996); "Emprego e Desemprego na Região Norte: Análise sub-regional"; *In Estatísticas & Estudos Regionais*; I.N.E.-D.R.N.; n.º 12; Porto; pp. 6-13;

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DO VALE DO AVE - UNAVE (1998); "Região do Vale do Ave - Anuário 98"; EUROPÁGINAS; Matosinhos; LXXII + 216 p.;

VARELA; José Augusto dos Santos (1996); "A Política Agrícola Comum"; Publicações D. Quixote, Ld.ª; Lisboa; 195 p.;

VIEIRA, José António Neiva (1991a); "Medidas florestais nas explorações agrícolas"; *In Informação*; Revista Informação Florestal; Direcção Geral das Florestas; n.º 6; Lisboa; pp. 13-15;

VIEIRA, José António Neiva (1991b); "Arborização e desarborização em Portugal"; *In Informação*; Revista da DGD; n.º 8; Lisboa; pp. 9-15;

VIEIRA, José António Neiva (1991c); "1991 - Ano de implementação das medidas florestais nas explorações agrícolas"; *In Informação*; Revista da DGD; n.º 8; Lisboa; pp. 16-17;

VIEIRA, José Neiva (2000); "A nossa cultura e história florestais"; *In Florestas de Portugal*; Direcção Geral das Florestas; Lisboa; pp.15-23;

VIEIRA, José Augusto (1998); "O Minho Pittoresco"; *In Dom Fafes*; Câmara Municipal de Fafe; Revista Cultural n.º 5; Edição de 1886; Tomo I; Fafe; pp. 81-98;

VIVIEN, Franck-Dominique (2000) ; "Quel prix accorder à la biodiversité?"; *In La Recherche*; Paris; n.º 333; pp. 88-91.

ANEXOS

Anexo I : Evolução da Floresta de Portugal Continental (1875 – 1995)

Ano	Superfície Florestal (ha)
1875	640.000
1902	1.956.445
1910	2.416.863
1920	2.058.000
1928	2.331.400
1929	2.332.000
1934	2.520.000
1939	2.467.000
1950-54	2.832.200
1956	2.763.000
1963	3.234.000
1966	2.825.700
1968-78	2.969.120
1979	2.953.600
1980	2.968.300
1982	3.162.300
1983	3.036.700
1985	3.055.400
1986	3.062.500
1988	3.100.000
1989	3.085.600
1990	3.102.200
1992	3.107.700
1994	3.200.000
1995	3.264.100

Fontes: I.N.E. (1968 : 7); Nicole Devy-Vareta (1980 : 391); Nicole Devy-Vareta (1987/88 : 8); Nicole Devy-Vareta (1988a : 161); Nicole Devy-Vareta (1988b : 368); Nicole Devy-Vareta (1991 : 2); José António Neiva Vieira (1991: 9-10);O.C.D.E. (1991 : 123); D.G. F. (1989: 1); D.G.F. (1993 : 1); José L. Portela (1993 : 18) D.G.F. (1995); B.P.I./AGRO-GES/JAAKKO PÖYRY (1996 : 2); José Luís da Silva Gonçalves

Fontes Primárias citadas pelos respectivos autores

1875 – G. Pery; **1902** – Reconhecimento Agrícola do país, 1900; **1910** - Carta Agrícola Florestal; **1928** - Mendes de Almeida; **1934** - Lima Basto, Inquérito Económico-Agrícola; **1950-54** - Inquérito do S.R.O.A .e Inquérito Agrícola - I.N.E.; **1966** - Inventário Florestal, D.G.S.F.A; **1979** - Inventário Florestal Nacional, D.G.O.F.; **1983** - Inventário Florestal, D.G.F., publicado nas Estatísticas Agrícolas , I.N.E., 1983; **1986** - D.G.F., Inventário Florestal, Perfil Florestal, I.P.F., 1986; **1989** - Inventário Florestal, D.G.F.; **1995** - D.G.F., Inventário Florestal

Anexo II: Distribuição da Área (Ha) dos Povoamentos Florestais Puros e Mistos Dominantes segundo as Principais Espécies (1995)

NUT's II / Ocupação Florestal	NORTE	CENTRO	LISBOA E VALE DO TEJO	ALENTEJO	ALGARVE	CONTINENTE
Pinheiro bravo	252.600	553.500	101.500	45.300	4.600	957.500
Pinheiro manso	300	1.100	16.300	58.100	10.000	85.800
Outras resinosas	24.000	12.000	20.000	8.000	4.000	68.000
Subtotal de resinosas	276.900	566.600	137.800	111.400	18.600	1.111.300
Sobreiro	25.900	27.800	157.600	480.400	38.300	730.000
Azinheira	11.500	25.300	4.500	406.400	23.300	471.000
Carvalho	63.600	58.700	9.400	2.400	0	134.100
Eucalipto	143.300	232.900	148.600	123.300	28.400	676.500
Castanheiro	44.700	8.400	300	100	300	53.800
Outras folhosas	48.700	20.300	8.100	6.200	4.100	87.400
Subtotal de folhosas	337.700	373.400	328.500	1.018.800	94.400	2.152.800
Total dos Povoamentos florestais	614.600	940.000	466.300	1.130.200	113.000	3.264.100

Fonte: D.G.F. (1995); Divisão de Inventários e Estatísticas Florestais; "Inventário Florestal - 3.ª Revisão - 20/03/2000 – Actualizada a 06/06/2000

Nota: Este quadro foi elaborado com base no quadro n.º 7 do referido "Inventário Florestal", contudo, os dados totais do continente, relativos a "Outras resinosas", "Carvalho" e "Total dos Povoamentos florestais" são diferentes dos apresentados no referido quadro. Tal, deve-se ao facto do somatório dos valores das diferentes regiões, nos dois "tipos de ocupação", totalizam valores diversos. Assim, aos 37.500 ha e 134.100 ha de cada um dos tipos, correspondem, respectivamente, 68.000ha e 134.200 ha, pelo que o "Total dos Povoamentos florestais" não é de 3.233.700 ha, mas sim, 3.264.100ha.

Anexo III: Evolução da arborização do Século XX de acordo com apoio dos programas de fomento florestal (1900 a 1995)

	Áreas arborizadas no séc. XX (ha)						
	Antes de 1981		Após 1981				
ANO	PPF	FFF	PFP/BM	PAF	R.797	R.2080	PDF
< 1938	38.318						
1939-65	249.348						
1966	9.228	7.137					
1967	12.093	4.374					
1968	9.380	2.328					
1969	8.042	3.687					
1970	6.247	318					
1971	5.572	9.504					
1972	5.266	10.488					
1973		11.485					
1974		5.725					
1975		5.928					
1976		5.551					
1977		13.130					
1978		14.812					
1979		12.120					
1980		8.230					
1981		8.979	1.441				
1982		2.837	9.448				
1983		301	10.941				
1984			13.329				
1985			10.778				
1986			17.382				
1987			7.390	8.046			
1988			1.199	12.484			
1989				17.410			
1990				20.888			
1991				15.320	2.255		
1992				16.906	4.897		
1993				11.312	5.881		
1994				6.054		20.494	
1995				5.141		41.054	21.499
1996						19.892	17.577
1997						31.213	11.263
1998						26.059	8.815
SUBTOTAL	343.494	126.934	71.908	113.561	13.033	138.712	59154
OUTROS	10.627	0	60.000	0	0	0	0
TOTAL	354.121	126.934	131.908	113.561	13.033	138.712	59.154

Fonte: Conselho para a Cooperação Ensino Superior - Empresa (1996 : 6.17-6.18); IFADAP, 1999

Anexo IV: Evolução da área ocupada pelas principais espécies da floresta de portuguesa (1902-1995)

ESPÉCIE	1902 * (11) (a)	1920 * (1) (b)	1928(4)	1929 * (1) c)	1934 * (1) (d)	1939 * (1) (b)	1950/54*(7)	1963(1)	1965/74 * (11) (e)	1977(2)
Pinheiro bravo	430.200	900.000	1.130.279	1.132.000	1.139.187	1.161.000	1.189.524	1.234.000	1.293.890	1.298.600
Sobreiro	366.002	500.000	559.536	560.000	740.654	690.000	651.406	617.000	652.540	652.500
Azinheira	416.670	400.000	380.018	380.000	379.966	360.000	623.084	573.000	533.580	533.500
Eucalipto							113.288	155.000	213.910	212.200
Carvalho	47.011	108.000	191.174	108.000	107.948	108.000	169.932	80.000	42.500	
Castanheiro	83.988	84.000		85.000	85.228	80.000		51.000	29.730	
Outras	612.574	66.000	69.942	67.000			84.966	135.000	187.520	259.408
Total	1.956.445	2.058.000	2.331.400	2.332.000	2.520.000	2.467.000	2.832.200	2.845.000	2.953.670	2.956.200
Taxa de Arborização (%)	22	23,2	26,2	26,3	28,3	27,8	31,9	32	33,3	33,3

ESPÉCIE	1980(3)	1982(11)	1983(4)	1985(8)	1986(5)	1989(6)	1990*(7)	1992(9)	1994(12)	1995(10)
Pinheiro bravo	1.300.090	1.306.400	1.299.708	1.203.000	1.287.800	1.248.600	1.248.600	1.047.000	1.250.000	957.500
Sobreiro	654.900	664.400	680.221	659.800	667.600	659.800	659.800	687.000	640.000	730.000
Azinheira	535950	464.700	534.459	464.200	472.500	464.200	464.200	464.700	445.000	471.000
Eucalipto	215.390	385.800	242.936	405.100	313.400	386.200	500.000	529.000	500.000	676.500
Carvalho	66.420	112.100	971.744		100.200	85.700	85.700	112.100	85.000	134.200
Castanheiro	30.320	31.100				32.100	32.100	37.900	32.000	53.800
Outras	168.830	198.200	182.202	323.300	221.000	209.000	111.800	198.200	248.000	241.100
Total	2.971.900	3.162.300	3.036.700	3.055.400	3.062.500	3.085.600	3.102.200	3.075.900	3.200.000	3.264.100
Taxa de Arborização (%)	33,4	35,6	34,2	34,4	34,4	34,7	34,9	34,6	36	36,7

Fonte: (1) - I.N.E. (1969 : 7); (2) -João Carreira Almeida e Jorge Galvão Videira (1979 : 27); (3) - D.G.O.G.F.(1981 : s/ paginação); (4) - Nicole Devy-Vareta (1988 : 368); (5) - , Nicole Devy-Vareta (1988 : 161); (6) - D.G.F. (1989 : 1); (7) - José António Neiva Vieira (1991 : 9-10); (8) - João Luís Portela (1993 : 18); (9) - D.G.F. (1993 : 3); (10) - 1995 : http://www.dgf.min-agricultura.pt/estatistica/index.htm); (11) - CESE (1996 : 6.61); (12) - J. Luís Silva (1996 : 14).

Notas :

* - Estimativa

a) - «Carta Agrícola», 1902, rectificada em 1907

b) - Professores Henrique de Barros, Mário Azevedo Gomes e Eugénio de Castro Caldas em «Evolução da Agricultura Portuguesa entre as duas guerras mundiais», 1945

c) - Professores J. Rasteiro e Mendes de Almeida em «Portugal - Agricultura e Silvicultura», 1925

d) - Professor E. Lima Basto em «Inquérito Económico-Agrícola», 1936

e) - D.G.O.G.F., «Distribuição da Floresta em Portugal Continental. Áreas florestais por concelhos», 1978

As respectivas taxas de arborização foram calculadas tendo por base a área de Portugal Continental - 8.890.800 ha

Anexo V : Distribuição da Área (ha) de Arborização Regional de Portugal Continental (1995)

NUT's II / Ocupação	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Continente
Povoamentos Florestais	614.600	940.000	466.300	1.130.200	113.000	3.264.100*
Área Total da Região	2.128.700	2.367.500	1.199.500	2.695.500	499.600	8.890.800
Taxa de Arborização (%)	29.0	39.7	38.9	41.9	22.6	36.7
Peso Regional (%)	18.8	28.8	14.3	34.6	3.5	100

Fonte: D.G.F. (1995); Divisão de Inventários e Estatísticas Florestais; "Inventário Florestal - 3.ª Revisão 20/03/2000 - Actualizada a 06/06/2000

Nota: * - Relativamente a este total, ver nota no anexo II.

Anexo VI : Legislação florestal de Portugal Continental do séc. XX (até 07/01/2000)

DIPLOMA	NÚMERO	DATA	ANO	ÂMBITO	SUMÁRIO
D	-----	24/12	1901	REGIME FLORESTAL	Organização dos Serviços Florestais e Aquícolas. Definição, instituição e efeitos do regime florestal. Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.
D	-----	30/12	1903	REGIME FLORESTAL	Regulamento para a execução do regime florestal, conforme decreto de 1901 de 24 de Novembro. Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.
D	-----	09/03	1905	POLÍCIA FLORESTAL	Regulamento do Serviço de Polícia Florestal.
D	-----	11/07	1905	REGIME FLORESTAL	Regime florestal dos terrenos e matas privadas. Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.
L	26	09/07	1913	ORGANIZAÇÃO	Organização dos Serviços da Direcção Geral da Agricultura.
D	4 249	16/05	1918	ORGANIZAÇÃO	Aprova a orgânica do Ministério da Agricultura.
D	4 550	17/06	1918	REGIME FLORESTAL	Proíbe os cortes rasos na Serra de Sintra.
D	4 740	23/08	1918	REGIME FLORESTAL	Delimita o Perímetro Florestal da Serra de Sintra.
D	4 739	07/04	1919	REGIME FLORESTAL	Plano de Arborização do Perímetro Florestal da Serra de Sintra.
DL	11 161	19/10	1925	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Apenas com alguns artigos em vigor – art.º 6.º e 7.º - relativos às sanções por incumprimento de pagamento de tratamentos realizados pelo Estado.
P	13 069	20/01	1927	REGIME FLORESTAL	Incorpora nas matas nacionais, ficando submetido ao regime florestal total, a propriedade sita na encosta da Pena, na Serra de Sintra.
DL	13 658	23/05	1927	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Protecção da riqueza florestal do país. Praticamente esvaziado de conteúdo devido às sucessivas revogações dos seus artigos por legislação diversa. Aplicável o art.º 24.º, relativamente à prevenção e combate a pragas e doenças, sendo os tratamentos obrigatórios para os proprietários das matas afectadas.
D	15 020	09/02	1928	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Repressão das contravenções que se possam dar no comércio de cortiça sem idade legal.
DL	16 953	13/06	1929	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Praticamente esvaziado de conteúdo devido às sucessivas revogações dos seus artigos por legislação diversa. Altera os Decretos n.º 13 658 de 20/05/1927 e 15 020 de 09/02/1928.
D	19 636	23/04	1931	RIQUEZA FLORESTAL	Esclarece várias disposições da lei da protecção da riqueza florestal e dá garantia de melhor informação à fiscalização técnica e salvaguarda dos interesses dos proprietários.
D	20 526	18/11	1931	ORGANIZAÇÃO	Reorganiza os Serviços do Ministério da Agricultura.
D	20 827	21/1	1932	PROTECÇÃO DE	Cortes rasos de madeira, lenhas ou ramas. Proíbe os cortes rasos de madeira, lenhas ou ramas num

				ESPAÇO SERRANO	determinado perímetro da Serra de Sintra.
D	20 985	07/03	1932	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Árvores Monumentais.
D	21 363	15/06	1932	PROTECÇÃO DE ESPAÇO SERRANO	Protecção da Serra de Sintra. Regulamenta a circulação de trânsito no Parque da Pena.
D	21 875	18/11	1932	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Árvores Monumentais.
P	8 295	29/11	1935	REGIME FLORESTAL	Define a constituição dos povoamentos de Azinho e Sobro.
D	27 164	7/11	1936	ORGANIZAÇÃO	Cria a Junta Nacional da Cortiça.
DL	27 207	16/11	1936	POLÍTICA FLORESTAL	
DINE	27 809		1937	RIQUEZA FLORESTAL	Regulamenta a inventariação da produção de cortiça e respectiva participação ao estado. DR n.º 151 Iª Série p. 634.
L	1 951	09/03	1937	ARBORIZAÇÃO	Estabelece as bases para a proibição da plantação na sementeira de eucaliptos ou de acácias.
L	27 667	24/04	1937	ARBORIZAÇÃO	Aprova o plano de arborização de serras e dunas, construção de estradas e caminhos florestais.
PCM	-----	06/05	1937	ARBORIZAÇÃO	Rectificação ao mapa anexo ao decreto n.º 27 667, que aprova o plano de arborização de serras e dunas, construção de estradas e caminhos florestais.
DL	27 776	24/06	1937	SOBREIRO	Extracção de cortiça. Regula a extracção da cortiça, bem como o desbaste, corte ou arrancamento das respectivas árvores.
D	28 040	14/09	1937	ORDENAMENTO FLORESTAL	Arrancamento de plantações ou sementeiras. Regula o arrancamento das plantações ou sementeiras feitas contra as disposições da Lei nº 1951, alterada pelo Decreto-Lei n.º 28039.
DL	28 039	14/10	1937	ORDENAMENTO FLORESTAL	Espécies de rápido crescimento. Estabelece regras para a plantação ou sementeira de espécies de rápido crescimento. Proíbe a plantação ou sementeira de eucaliptos, acácias-mimosa e de ailantos a menos de 20m de terrenos cultivados e a menos de 30 metros de nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos.

D	28 517	11/03	1938	ARBORIZAÇÃO	Aprova o plano de arborização de serras e matas, construção de estradas e caminhos, incluindo a composição de aparelhagem necessária para execução de trabalhos, apresentado pelo governo à Câmara Corporativa para os efeitos do disposto na Lei n.º 1914.
DL	28 468	15/02	1938	INTERESSE PÚBLICO	Condiciona o arranjo, incluindo o corte e a derrama, das árvores de jardins, parques ou manchas de arvoredo existentes nas áreas de protecção de monumentos nacionais, edifícios do Estado de reconhecido valor arquitectónico. Abrange igualmente as árvores ou manchas de arvoredo classificadas de interesse público.
L*	1 971	15/06	1938	POLÍTICA FLORESTAL	Povoamento Florestal. Determina que os terrenos baldios situados a Norte do Tejo, bem como o revestimento florestal dos areais da costa marítima, considerados de utilização florestal sejam florestados.
DL	28 039	14/09	1938	ESPÉCIE DE RÁPIDO CRESCIMENTO	Âmbito não encontrado nas pesquisas efectuadas.
DL	29 534	15/04	1939	BALDIOS	Permite ao Governo autorizar a execução de projectos de colonização de baldios desde que sobre eles tenha sido ouvido a Câmara Corporativa.
DL	30 138	14/12	1939	FOMENTO FLORESTAL	Autoriza as Direcções Gerais dos Serviços Agrícolas e Florestais a ceder gratuitamente aos produtores agrícolas, castanheiros, nogueiras e aveleiras para o povoamento e intensificação da cultura dessas espécies.
DL**	30 804	16/10	1940	APOIO	Abre um crédito a ocorrer as despesas de instalação e preparação de um viveiro na Amarante, a cargo da D.G.F.A..
D	31 002	24/12	1940	CORTE	Regula o corte de árvores para a produção de lenhas e madeiras e a sua compra e venda.
DL**	31 360	01/07	1941	PROTECÇÃO/ RECUPERAÇÃO E APOIO	Abre um crédito destinado a ocorrer às despesas da D.G.S.F.A. com os estragos produzidos nas matas pelo ciclone de 15 de Fevereiro do corrente ano.
P	10 255	17/11	1942	PINHA	Torna obrigatório aos comerciantes e armazenistas de penisco inscrever-se na D.G.S.F. e fazer perante a referida D.G. o manifesto das suas existências até 30/11 do ano corrente.
P	10 265	20/11	1942	CARVÃO VEGETAL	Torna obrigatório o manifesto de carvão de sobro e de azinho, existentes nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Castelo Branco e Santarém.
P	10 359	30/03	1943	REQUISIÇÃO	Considera requisitados os pinhais da 2.º e 3.ª zonas a que se refere o Despacho de 30 de Setembro de 1942.
DMEC	------	28/06	1943	PRODUÇÃO	Determina que nos concelhos das províncias do Minho, Douro Litoral, Beira Litoral, Norte do Rio Vouga e nos da Beira Alta, atravessados pela linha cos caminhos de ferro de via reduzida, o corte de madeira para produção de lenha e carvão não exceda 75 por cento do volume total permanente a cada propriedade. Estabelece as percentagens das árvores a abater em cada pinhal.
DMEC	------	17/05	1944	CORTE	Determina que o corte de eucaliptos e pinheiros requisitados continue a ser regulado pelo disposto nas portarias n.º 10 248, 10 359, 10 598 e nos despachos de 30 de Setembro de 1942 e 28 de Junho de 1943, com alterações constantes neste despacho.
P*	10 741	07/09	1944	PINHA	Torna obrigatório aos possuidores de semente de Pinheiro bravo (penisco) efectuar o manifesto das suas existências perante a D.G.F.A., no prazo de quinze dias, a contar desta portaria. Fixa por Kg. Do penisco, posto sobre vagão na estação de origem e não incluindo sacaria e proíbe a sua exportação. Autoriza a referida D.G. a requisitar o penisco disponível. Revogada pela Portaria n.º 15 019 de 1 de Setembro de 1954.
P*	10 772	17/11	1944	PINHA	Permite a colheita de pinhas verdes somente no período que decorre de 1 de Novembro de cada ano e 30 de

					Abril do ano seguinte e determina que fora deste período só seja permitida a circulação de pinhas verdes provenientes de árvores derrubadas. Proíbe a partir de 1 de Janeiro de 1945 vender penisco (semente do Pinheiro bravo) sem asa e seca no forno. Revogada pela Portaria n.º 15 019 de 1 de Setembro de 1954.
DL*	34 394	27/01	1945	GERAL	Cria o Fundo de Fomento Florestal. O Decreto Lei n.º 35 700 de 14 de Junho de 1946 dá nova redacção aos art.º 4.º e 5.º.
P	11 070	22/08	1945	PINHA	Regula o comércio de penisco. Revogado o n.º 6 pela Portaria n.º 11 237 de 10 de Janeiro de 1946. A Portaria n.º 11 546 de 26 de Outubro de 1946, mantém unicamente em vigor os art.º 1.º, 2.º e 7.º desta Portaria, revogando os restantes.
P	11 237	10/01	1946	PINHA	Exportação de Penisco (Semente do Pinheiro bravo). Revoga o n.º 6 da Portaria n.º 11 070 de 22 de Agosto de 1945 e condiciona, nos termos da Portaria n.º 10 292, a licença do Conselho Técnico Corporativo, depois de ouvido a D.G.F.A., a exportação de semente de Pinheiro bravo (penisco). Revogada pela Portaria n.º 1 108/97, de 05 de Novembro de 1997.
L*	2 014	27/05	1946	BALDIOS	Cria a Junta de Colonização Interna dos Baldios. Insere disposições sobre o aproveitamento de baldios. Revogada pelo Decreto Lei n.º 442/88.
DL	35 700	14/06	1946	FFF	Dá nova redacção aos art.º 4.º e 5.º do Decreto Lei n.º 34 394 que cria o FFF.
P	11 546	26/10	1946	PINHA	Mantém os n.ºs 1.º, 2.º e 7.º da Portaria n.º 11 070, que regula o comércio de penisco, e revoga os restantes números até agora em vigor. Proíbe a produção e comércio de penisco sem asa. Revogada pela Portaria n.º 1 108/97, de 05 de Novembro de 1997.
DL	36 054	20/12	1946	BALDIOS	Insere disposições relativas ao aproveitamento de baldios reservados e à colonização da Herdade de Pegões, da Mata Nacional da Gafanha e da Campina da Idanha.
D*	36 709	05/01	1948	BALDIOS	Promulga o regulamento sobre o aproveitamento de baldios. Revogado pelo Decreto n.º 482/88, de 26 de Dezembro.
DL	38 271	26/05	1951	PROTECÇÃO FLORESTAL	Fixa os meses em que se poderá efectuar a poda de sobreiros nos montados ou na propriedades onde existem mais de dez daquelas árvores.
DL	38 273	29/05	1951	RESINAGEM	Resinagem.
P	13 733	7/11	1951	PROTECÇÃO	Estabelece as regras a que deve obedecer a poda dos Sobreiros.
DL	38 630	02/02	1952	RESINAGEM	Resinagem.
DL*	34 394	27/01	1954	FOMENTO FLORESTAL	Fundo Fomento Florestal (F.F.F.). Cria o F.F.F., que se destina a facilitar o repovoamento da propriedade particular atingida pelas requisições efectuadas nos termos do DL n.º 32 271 e a promover, de maneira geral, a valorização das matas pertencentes ao domínio privado. Alterado pelos Decretos n.º 35 700 (art.º 4º e 5º) e 44 481 de 26 de Julho de 1962.
D	39 555	8/3	1954	ORGANIZAÇÃO	Dá nova constituição à Junta Nacional da Cortiça e alarga as suas atribuições/competências..
L	2 069	24/04	1954	POLÍTICA/REGIME FLORESTAL	Beneficiação de terrenos – arborização. Promulga a lei sobre a beneficiação de terrenos cuja arborização seja indispensável para garantir a fixação e a conservação do solo.
P*	15 019	01/09	1954	PINHA	Revoga as Portarias n.º 10 741 de 7 de Setembro e n.º 10 772 de 17 de Novembro de 1944, n.º 11 070 de 22 de Agosto de 1945 (Comércio, preço, manifesto das existências e requisição da semente de Pinheiro bravo

					(penisco) e a colheita e circulação de pinhas verdes). Revogada pela Portaria n.º 1 108/97, de 05 de Novembro de 1997.
D	39 931	24/11	1954	POLÍCIA FLORESTAL	Aprova o regulamento da Polícia Florestal.
P	15 551	30/09	1955	FFF	Constitui a Comissão de fomento suberícola para promover o fomento suberícola.
DL	40 721	02/08	1956	ORGANIZAÇÃO	Reorganiza os Serviços da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.
DL	41 033	18/03	1957	RESINAGEM	Resinagem.
P	16 251	11/04	1957	ORGANIZAÇÃO	Cria a Administração Florestal de Góis e Santarém das Circunscrições Florestais de Coimbra e Lisboa, respectivamente.
P	16 252	11/04	1957	ORGANIZAÇÃO	Cria a Administração Florestal de Boticas e Mondim de Basto da Circunscrição Florestal de Vila Real.
P*	16 493	03/12	1957	PINHA	Proíbe a colheita de pinhas de Pinheiro manso no período compreendido entre 1 de Setembro e 15 de Janeiro. Revogada pela Portaria n.º 1 108/97, de 05 de Novembro de 1997.
P	16 554	22/01	1958	ORGANIZAÇÃO	Cria as Administrações Florestais de Murça e Gouveia, respectivamente soba dependência das Circunscrições Florestais de Vila Real e Viseu.
P	16 658	11/04	1958	ORGANIZAÇÃO	Cria a divisão das administrações florestais sob a dependência das circunscrições florestais de Vila Real, Viseu, Marinha Grande e Lisboa.
DSEA	-	26/07	1959	GERAL	Cria a Medalha Florestal.
DL	42 258	12/05	1959	REGIME FLORESTAL	Insere disposições relativas à alienação dos baldios não reservados pela Junta de Colonização Interna, nem destinados à arborização, nos termos da Lei n.º 1 971 de 15 de Dezembro de 1938.
DL	42 259	12/05	1959	REGIME FLORESTAL	Regula a entrega das glebas[1] provenientes da divisão de terrenos baldios, não adjudicados e de que indevidamente se apropriaram os actuais utentes.
L*	2 097	06/06	1959	GERAL	Amplia as competências do Fundo Fomento Florestal para o domínio do fomento Piscícola (F.F.F.P.)
D	42 928	16/04	1960	ARBORIZAÇÃO	Aprova os planos de arborização dos terrenos que constituem as bacias hidrográficas das ribeiras de Terges e Cobre. Inclui no regime florestal, por utilidade pública, o perímetro das referidas bacias.
D	42 932	19/04	1960	ARBORIZAÇÃO	Aprova os planos de arborização dos terrenos que constitui a bacia hidrográfica do Rio Mira. Inclui no regime florestal, por utilidade pública, o perímetro da referida bacia.
D	42 936	21/04	1960	ARBORIZAÇÃO	Aprova os planos de arborização dos terrenos que constituem as bacias hidrográficas das ribeiras do Vascão, Carreira e Oeiras. Inclui no regime florestal, por utilidade pública, o perímetro das referidas bacias.
DL***	43 355	24/11	1960	MELHORAMENTOS AGRÍCOLAS	Melhoramentos Agrícolas. Alterado aos art.º 1.º, 2.º, 6.º, 10.º e 20.º pelo Decreto Lei n.º 44 534, de 27 de Agosto de 1963/4.
DL	43 464	04/01	1961	RESINAGEM	Regula o exercício da Indústria de Extracção de Resina. Revoga o Decreto Lei n.º 28 492 e o Regulamento de obtenção de Resina e do trabalho do pinhal aprovado pelo Despacho Ministerial de 13 de Janeiro de 1942.
D	43 967	17/10	1961	ARBORIZAÇÃO	Aprova o plano de arborização dos terrenos que constituem a bacia hidrográfica da ribeira de Carvalhal, barranco da Assiceira e outros.

[1] Terrenos próprios para cultivar ou Terrenos feudais que estavam ligados os servos (Dicionário da Porto Editora : 1995 : 912)

D	43 968	17/10	1961	ARBORIZAÇÃO	Aprova os planos de arborização dos terrenos que constituem as bacias hidrográficas das ribeiras de Chança e Limas.
DL	44 343	12/05	1962	ARBORIZAÇÃO	Submete ao regime florestal parcial os baldios municipais dos concelhos de Rio Maior e Alcobaça situados na Serra dos Candeeiros.
D	44 344	12/05	1962	ARBORIZAÇÃO	Aprova e manda pôr em execução o plano de ordenamento da Mata Nacional do Cabeção.
DL*	44 481	26/7	1962	ORGANIZAÇÃO	Altera a organização do Fundo de Fomento Florestal e Agrícola criado pelo DL n.º 34 394 de 27 de Janeiro.
D	44 625	13/10	1962	REGIME FLORESTAL	Regulamenta a polícia florestal montada.
DL	44 930	21/03	1963	REGIME FLORESTAL	Regime florestal parcial, concelho de Odemira. Submete ao regime florestal parcial obrigatório vários prédios situados na freguesia de S. Luís, concelho de Odemira.
DL	44 534	27/08	1963		Dá nova redacção aos art.º 1.º, 2.º, 6.º, 10.º e 20.º do Decreto Lei n.º 43 355 (Melhoramentos Agrícolas).
DL*	45 443	16/12	1963	ORDENAMENTO/ REGIME FLORESTAL	Planos Regionais de Arborização (P.R.A.). Altera e amplia a acção dos P.R.A.. Promulga o planeamento dos trabalhos de arborização com fins produtivos dos terrenos cuja capacidade de uso seja predominantemente florestal, particularmente nos casos onde importe assegurar a fixação e conservação dos solos.
DL	45 401	21/12	1963	FFFA	Estabelece o regime de amortização dos empréstimos concedidos ao abrigo da Lei n.º 2 017 e legislação complementar e destinados a arborização florestais ou frutícolas.
D	45 549	27/01	1964	REGIME FLORESTAL	Regime florestal obrigatório do concelho de Odemira. Submete ao regime florestal obrigatório vários prédios situados na freguesia de S. Salvador, concelho de Odemira.
DL	45 608	10/03	1964	ORGANIZAÇÃO	Reestrutura a Circunscrição Florestal de Lisboa passando para Évora, dando-lhe o seu nome e coloca sobre a tutela dos Serviços Centrais da D.G.F.A. as Administrações Florestais de Sintra, Mafra, Azambuja, Santarém e Trafaria.
DL*	45 793	06/07	1964	GERAL	Fundo Fomento Florestal e Piscícola (F.F.F.P.). Promulga a orgânica administrativa e financeira, instituindo-o como organismo público. Revoga os art.º 2º, 3º, 4º, 5º e 9º do DL n.º 44 481.
DL*	45 795	06/07	1964	GERAL	Promulga o regulamento do Fundo Fomento Florestal e Aquícola
D	46184	8/2	1965	ARBORIZAÇÃO	Aprova o plano de arborização referente às dunas do Carrapatelo.
P	23 271	15/03	1968	ORGANIZAÇÃO	Cria a Administração Florestal de Ponte de Lima na dependência da Circunscrição Florestal do Porto.
DL*	488/70	21/10	1970	FOGOS FLORESTAIS	Adopta medidas de prevenção, detecção e extinção dos incêndios florestais. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 327/80 de 26 de Agosto.
Dre*	-----	27/11	1970	FOGOS FLORESTAIS	Revogado pelo D.R. n.º 327/80 de 26 de Agosto.
DL	145/72	03/05	1972	FFF	Determina que sejam consideradas obras subsidiárias das de fomento hidro-agrícola ou respeitantes à instalação de cortinas de abrigo contra a acção dos ventos (redes primária e secundária) e à arborização e fixação de dunas nas terras beneficiadas.
DL*	367/73	20/07	1973	FOMENTO FLORESTAL	Fundo Fomento Florestal e Piscícola (F.F.F.P.). Reconduz o F.F.F.P. a organismo básico de orientação e financiamento da florestação. Fixa normas relativas à concessão por parte do Estado, de empréstimos, subsídios ou subvenções destinadas ao fomento da florestação na propriedade privada.
P*	522/74	21/08	1974	PINHA	Estabelece penalidades a aplicar na colheita e transporte de pinhas de Pinheiro-manso no período compreendido entre 1/9 e 31/12. Revogada pela Portaria n.º 1 108/97 de 5 de Novembro.

P*	235/75	07/04	1975	FLORESTAÇÃO	Incentivos à arborização. Incentivos à arborização e melhoramentos das florestas degradadas.
DL*	375/75	08/07	1975	LICENCIAMENTO	Revogado pelo Decreto-Lei n.º 139/89 de 28/04.
DL	407-C/75	30/07	1975	GERAL	Coutadas turísticas.
DL*	39/76	19/01	1976	ORDENAMENTO/ REGIME FLORESTAL	Baldios. Define baldios e promove a sua entrega às comunidades que delas venham a fruir. Determina um recenseamento provisório dos compartes[2] de cada baldio.
DL	40/76	19/01	1976	ORDENAMENTO/ REGIME FLORESTAL	Baldios. Declara anuláveis a todo o tempo os actos ou negócios jurídicos que tenham como objecto a apropriação dos baldios ou parcelas dos baldios por particulares, bem como todas as subsequentes transmissões.
P	117/76	01/03	1976	REGIME FLORESTAL	Lei dos Baldios. Estabelece as normas para a elaboração dos recenseamentos provisórios dos compartes de cada baldio.
DL	170/76	02/03	1976	EXPLORAÇÃO FLORESTAL	Comissão – incêndios ocorridos até 30/09/75. Cria uma comissão com o objectivo de coordenar as medidas necessárias para retirar dos pinhais o arvoredo afectado pelos incêndios florestais ocorridos até 30 de Setembro de 1975, bem como acções a desenvolver no âmbito dos serviços da floresta.
DL	205/76	20/03	1976	REGIME FLORESTAL	Baldios. Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 39/76 19 de Janeiro.
DL	613/76	27/07	1976	REN	Parques e Reservas Naturais.
DL	702/76	30/09	1976	REGIME FLORESTAL	Baldios. Dá nova redacção ao n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 39/76 19 de Janeiro.
DL	703/76	30/09	1976	REGIME FLORESTAL	Baldios. Prorroga até 30 de Novembro do corrente ano o prazo referido no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 39/76 de 19 de Janeiro.
DL	14/77	06/01	1977	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Protecção dos Montados de Azinho. Estabelece disposições relativas ao arranque, corte ou poda de azinheiras
DL*	49 177	12/02	1977	REGIME FLORESTAL DGF	Baldios. Prorroga o prazo de elaboração do recenseamento dos compartes de cada um dos baldios por parte da Juntas de Freguesia. Revogado pelo D.R. n.º 51/86 de 06/10.
DL*	128/77	02/04	1977	PLANEAMENTO FLORESTAL	Redefine o âmbito da actividade do Fundo Fomento Florestal no que respeita à natureza dos seus beneficiários.
DL*	439-D/77	25/10	1977	EXPLORAÇÃO FLORESTAL	Valorização da riqueza florestal. Estabelece normas tendentes à valorização da riqueza florestal. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 173/88 de 17/05.
DL	439/E/77	25/10	1977	ORDENAMENTO FLORESTAL	Ordenamento da utilização florestal. Regulamenta o ordenamento da utilização florestal.
DL**	104/78	23/05	1978	REGIME FLORESTAL	Baldios. Prorroga o prazo para o recenseamento provisório dos compartes dos baldios.
DL*	221/78	03/08	1978	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Protecção do montado de sobro. Aprova a regulamentação proteccional do montado de sobro. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 172/88 de 16/05.
DL*	266/78	30/08	1978	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Cortes e arrancamentos de árvores e arvoredo. Proíbe os cortes e arrancamentos de árvores e arvoredo em prédios rústicos expropriados ou nacionalizados ao abrigo da Reforma Agrária. Revogado pelo Decreto-Lei

[2] A(s) pessoa(s) que tomam parte da utilização do baldio (Dicionário da Porto Editora: 1995 : 439)

					n.º 266/78 de 30/08.
DL*	39/79	05/09	1979	REGIME FLORESTAL DGF	Baldios. Prorroga o prazo de elaboração do recenseamento dos compartes de cada um dos baldios por parte da Juntas de Freguesia. Revogado pelo D.R. n.º 51/86 de 06/10.
DR*	71-A/79	29/10	1979	DGF	Revogado pelo D.R. n.º 51/86 de 06/10.
DL	98/80	05/05	1980	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Explorações agrícolas com montado de Sobro.
DL	150/80	23/05	1980	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Cortes e arrancamentos de árvores e arvoredo. Proíbe os cortes e arrancamento de árvores e arvoredo em prédios rústicos expropriados e nacionalizados ao abrigo da Reforma Agrária.
DL***	327/80	26/08	1980	FOGOS FLORESTAIS	Prevenção e detecção de incêndios florestais. Diploma base destinado a promover a organização da defesa do património florestal contra os incêndios. Define competências quanto à prevenção, detecção e combate. Ratificado com emendas pela Lei n.º 10/81, de 10 de Julho.
DC	-----	180/09	1980	REGIME FLORESTAL	Submissão ao regime florestal total de áreas florestais nacionalizadas ou expropriadas.
DL	436/80	03/10	1980	REGIME FLORESTAL	Submissão de prédios ao regime florestal total. Submete ao regime florestal total as áreas de aptidão florestal de determinados prédios sitos na freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho de Alcácer do Sal.
DL*	116/80	05/11	1980	REGIME FLORESTAL	Submissão de prédio ao regime florestal total. Submete ao regime florestal total o prédio nacionalizado "Granja de Penha Garcia", que passa a constituir a Mata Nacional de Penha Garcia.
DC**	-----	27/01	1981	FOGOS FLORESTAIS	Nomeação de um grupo de trabalho que por 60 dias (a partir da data de publicação) elabore um regulamento destinado a clarificar a coordenação das acções que visam proteger a floresta particular e pública contra o risco dos incêndios florestais.
DL	100/81	06/05	1981	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Adita um n.º 6 ao artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 98/80 de 5 de Maio.
L	10/81	10/07	1981	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Ratifica, com emendas, o Decreto-Lei n.º 327/80, de 26 de Agosto, que providencia, definindo competências quanto à prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais. Diploma base destinado a promover a organização da defesa do património florestal contra os incêndios.
P*	736/81	28/08	1981	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Arvoredo infestado de Phoracantha. Revogado pelo Decreto Lei n.º 364/97, de 20 de Dezembro.
DL*	291/81	14/10	1981	FOMENTO FLORESTAL	Projecto Florestal Português e Bando Mundial. Prevê a realização de trabalhos de arborização de 5 anos.
DR***	55/81	18/12	1981	FOGOS FLORESTAIS	Defesa do património florestal. Concretiza as responsabilidades das diferentes entidades com competência nos incêndios florestais; estabelece medidas preventivas, nomeadamente de carácter policial, defesa do património florestal, prevenção e controlo dos povoamentos e sensibilização do público; estabelecem uma zonagem de risco de incêndio para o continente. Actualizado o valor máximo das coimas pelo Decreto Lei n.º 334/90 de 22 de Outubro. Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 67/85, de 22 de Outubro, aditando um n.º 8 ao artigo 9.º, e pelo Decreto Regulamentar n.º 36/88, de 17 de Outubro.
DAI	23	21/12	1981	FOGOS FLORESTAIS	Formação das C.E.F.F.'s distritais e municipais.
DL	157/82	06/05	1982	FOGOS FLORESTAIS	Rearborização de áreas devastadas pelos incêndios. Permite a rearborização das áreas devastadas pelos

					incêndios, em condições mais vantajosas para os seus proprietários.
R	84/82	17/05	1982	FOGOS FLORESTAIS	Dotação orçamental para aperfeiçoamento de sistemas de prevenção e ataque aos fogos florestais.
DL	61/82	26/05	1982	GERAL	Submissão de prédio ao regime florestal total. Submete ao regime florestal total a herdade da Parra, na freguesia de São Marcos da Serra, Silves, Faro, que passa a constituir a Mata Nacional da Herdade da Parra.
DL*	255/82	29/06	1982	ORDENAMENTO FLORESTAL	Revogada pelo Decreto-Lei n.º 227/84 de 09/07.
DL*	293/82	27/07	1982	GERAL	Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas. Aprova a lei orgânica deste ministério, cria a Direcção Geral das Florestas e extingue a Direcção Geral de Fomento Florestal.
DL	400/82	23/09	1982	FOGOS FLORESTAIS	Código Penal Português. Estabelece penas pelos crimes de incêndio e de perigo de incêndio.
RCM	183/82	13/10	1982	FOGOS FLORESTAIS	Estabelece normas com vista à aquisição do equipamento necessário à adaptação de 2 aviões c130 para o combate de fogos florestais.
DL	451/82	16/11	1982	RAN	Reserva Agrícola Nacional.
DL	32/83	22/01	1983	EMPRESAS DE ARBORIZAÇÃO	Estabelece normas sobre empresas de arborização.
RCM	31/83	13/05	1983	GERAL	Comissão Coordenadora Interministerial para o Subsector Florestal (C.I.F.). Cria no âmbito do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas a C.I.F..
L*	321/83	05/07	1983	REN	Aprova o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, com a finalidade de possibilitar a exploração de recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biosférica das regiões. Revogado pelo Decreto Lei n.º 93/90, de 19 de Março.
DL	368/A/83	04/10	1983	COMERCIALIZAÇÃO	Exportação de matéria-prima lenho de pinheiro. Condiciona a exportação de matéria-prima lenho de pinheiro, quer em toro quer em estilhas. O Decreto Lei n.º 9/84 de 6 de Janeiro aditou o ponto n.º 4 ao art.º 1º.
DL	9/84	06/01	1984	COMERCIALIZAÇÃO	Adita um n.º 4 ao art.º 1º do Decreto Lei n.º 368/A/83 de 14 de Outubro
RCM	33/84	05/06	1984	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Atribui ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) a responsabilidade da coordenação de todas as medidas previstas nesta Resolução, visando impedir ou minimizar os efeitos dos incêndios florestais.
P	438/84	05/07	1984	GERAL	Cria a Comissão Coordenadora das Comemorações do Dia Mundial da Floresta
DL	227/84	09/07	1984	ORDENAMENTO FLORESTAL	Uso da terra. Níveis mínimos de aproveitamento. Exploração agro-silvo-pastoril. Revoga o Decreto-Lei n.º 255/82 de 29/06.
P	129/85	07/03	1985	GERAL	Coutadas turísticas. Aprova o Regulamento de Exploração de Zonas de Caça Condicionada Administradas pela D.G. das Florestas. (Regulamenta o D.L. n.º 407-C/75, de 30 de Julho- coutadas turísticas).
RCM**	23/85	27/05	1985	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais no ano de 1985. Adopta medidas com vista a impedir ou minimizar os efeitos dos incêndios florestais no ano de 1985 e atribui ao Serviço Nacional da Protecção Civil (SNPC) a responsabilidade de coordenação de todas essas medidas.
RCM**	39/85	12/07	1985	FOGOS FLORESTAIS	Determina os valores a suportar pelo Serviço Nacional de Bombeiros, Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego e Direcção-Geral das Florestas e pela dotação provisional do Ministério das Finanças e Plano para ocorrer às despesas com a campanha contra os incêndios florestais em 1985.

RCM**	42-A/85	30/09	1985	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Adopta diversas medidas sobre incêndios florestais, a implementar através do Ministério da Agricultura, tendentes a fazer face à situação criada pelo anormal surto de incêndios florestais ocorridos na presente época.
RCM**	42-B/85	30/09	1985	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Adopta diversas medidas sobre incêndios florestais. Aprova o plano de emergência para o combate aos incêndios florestais e cria a Conta Especial Incêndios Florestais 1985 (CEIF 85) no âmbito do Serviço Nacional da Protecção Civil.
DC	-	14/10	1985	GERAL	Cria a Comissão Coordenadora das Comemorações do Dia Mundial da Floresta
DR	67/85	22/10	1985	FOGOS FLORESTAIS	Defesa do património florestal Concretiza as responsabilidades das diferentes entidades com competência nos incêndios florestais; estabelece medidas preventivas, nomeadamente de carácter policial, prevenção e controlo dos povoamentos e sensibilização do público; Estabelecem uma zonagem de risco de incêndio para o continente. Altera, aditando um n.º 8 ao artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 55/81, de 18 de Dezembro.
DN**	99/85	26/10	1985	FOGOS FLORESTAIS	Determina que a época normal de fogos no ano em curso se considere terminado no dia 31 de Outubro.
DL*	429/85	3/10	1985	BALDIOS	Revogado pelo Decreto n.º 482/88, de 26 de Dezembro.
Despacho do MAPA	-----	31/10	1986	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Disposições relativas à aplicação a Portugal do Regulamento (CEE) 797/85.
DL	3/86	02/01	1986	FOGOS FLORESTAIS	Exportação da matéria-prima lenho de pinheiro. Revoga o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 368-A/83, de 4 de Outubro, e dá nova redacção aos artigos 7º, 8º e 10º do mesmo diploma (exportação da matéria-prima lenho de pinheiro).
RCM**	20/86	21/02	1986	FOGOS FLORESTAIS	Prorroga por mais 31 dias os prazos estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros 42-B/85, de 30 de Setembro – CEIF 85.
DL	84/86	06/05	1986	COMERCIALIZAÇÃO	Compra e venda de material lenhoso verde. Autoriza a suspensão dos prazos previstos nos contratos de compra e venda de material lenhoso verde celebrados entre a Direcção Geral das Florestas e os arrematantes particulares.
DL	120/86	28/05	1986	PROTECÇÃO	Estabelece disposições quanto ao condicionamento do arranque de oliveiras.
RCM	45/86	14/06	1986	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Comete ao Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), ao Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e à Direcção Geral das Florestas (DGF) as responsabilidades prioritárias ao combate da próxima campanha de incêndios florestais.
L***	19/86	19/07	1986	FOGOS FLORESTAIS	Sanções em caso de incêndio. Actualiza as penas previstas no Código Penal relativo às sanções em caso de incêndio, nomeadamente, fogo posto em florestas, matas ou arvoredos. Revogados os art.º 5º, 6º e 7º pelo Decreto Lei n.º 334/90 de 29 de Outubro.
DL	240/86	19/08	1986	FOGOS FLORESTAIS	Compra e venda de material lenhoso. Dá nova redacção ao artigo 1º do Decreto-Lei n.º 84/86, de 6 de Maio, que autoriza a suspensão dos prazos previstos nos contratos de compra e venda de material lenhoso celebrados entre a Direcção-Geral das Floresta e os arrematantes particulares.
DL	310-A/86	23/09	1986		
DR	51/86	06/10	1986	DGF	Lei Orgânica da Direcção-Geral das Florestas. Aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral das Florestas. A alínea f) do ponto 2 , assim como o surgimento de uma alínea j) no mesmo ponto, devem-se ao Decreto

					Regulamentar n.º 39/91 de 9 de Agosto. Revoga os Decretos Regulamentares n.º 39/79 e 71-A/79 de10/07 e 29/10, respectivamente.
RCM**	89/86	24/12	1986	FOGOS FLORESTAIS	Extingue a "Conta Especial Incêndios Florestais 1985 (C.E.I.F.85)" criada pela Resolução do Conselho de Ministros 42-B/85 de 30/09.
P	122/87	23/02	1987	ORGANIZAÇÃO	Cria a Administração Florestal De Setúbal e Faro.
DL	96/87	04/03	1987	PEDAP	Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa. Promove medidas de apoio aos agricultores para correcções estruturais do sector primário.
P	173/87	12/03	1987	ORGANIZAÇÃO	Administração Florestal da Sertã. Cria a Administração Florestal da Sertã, com sede na Sertã e jurisdição nos concelhos da Sertã, Proença-a-Nova, Oleiros e Vila de Rei.
DR	23/87	25/03	1987	DGF	Introduz alterações ao art.º 14º e 24º do Decreto Regulamentar n.º 51/86 de 6 de Outubro, que aprova a Lei orgânica da Direcção-Geral das Florestas.
P*	258/87	01/04	1987	PAF	Estabelece normas sobre o Programa de Acção Florestal (P.A.F.), aprovado pela Comissão das Comunidades Europeias (CEE). Revogada pela Portaria n.º 570/88 de 20/08 ao abrigo do art.º 22.º do Reg. (CEE) n.º 3 828/85 do Conselho de 20 de Dezembro que institucionaliza o PEDAP.
P	304/87	11/04	1987	FLORESTAÇÃO	Incentivos à arborização. Revoga a Portaria n.º 235/75, de 7 de Abril (incentivos à arborização e melhoramentos das florestas degradadas).
RCM	30/87	23/05	1987	FOGOS FLORESTAIS	Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (C.N.E.F.F.). Cria junto do Serviço Nacional de Protecção Civil, a C.N.E.F.F..
P*	452/87	29/05	1987	PAF	Revogada pela Portaria 340-A/91
DN**	55/87	01/06	1987	FOGOS FLORESTAIS	Adopta medidas respeitantes a pedidos de subsídios formulados pelas vitimas dos incêndios florestais na época de 1987.
DC	A65/87XI	28/09	1987	FOGOS FLORESTAIS	Parques de recepção de madeiras queimadas. Pagamento antecipado aos produtores de um valor provisório das madeiras entregues, venda das madeiras recebidas e posterior acerto com os proprietários, acções que constituíram factor dissuasor de especulações dos adquirentes de madeiras nestas circunstâncias.
P	831-A/87	21/10	1987	PAF	Programa de Acção Florestal (P.A.F.). Procede a alguns ajustamentos e esclarecimentos indispensáveis à dinamização da aplicação da Portaria n.º 258/87, de 1 de Abril.
P*	832-A/87	21/10	1987	PAF	Programa de Acção Florestal (P.A.F.). Procede a alguns ajustamentos e esclarecimentos indispensáveis à dinamização da aplicação da Portaria n.º 258/87, de 1 de Abril. Revogada pela Portaria n.º 570/88 de 20/08. A norma interna de 5 de Novembro de 1987, que interferiu no disposto no art.º 10º, é revogada pelo Despacho de 20 de Agosto de 1988.
P*	972/87	31/12	1987	PAF	Beneficiários do Programa de Acção Florestal (P.A.F.). Esclarece dúvidas quanto ao eventuais beneficiários. Revogada pela Portaria n.º 16/89 de 10 de Janeiro.

DL	100/88	23/3	1988	TRABALHOS FLORESTAIS	Regula as actividades de empreiteiros de obras públicas e de industrial de construção civil.
DL	128/88	20/04	1988	POLÍTICA FLORESTAL	Comissão Coordenadora Interministerial para o sub-sector florestal (C.I.F.) e a Comissão de Análise de Florestação (C.A.F.). Cria a C.I.F e a C.A.F. Alterado o ponto 1 do art.º 5º pelo Decreto Lei n.º 16/92, de 5 de Fevereiro. Revogado os art. 5º e 7º pelo Decreto Lei n.º 224/98, de 17 d Julho.
DL	129/88	20/04	1988	RESINAGEM	Resinagem. Regula a actividade da resinagem.
DL***	139/88	22/04	1988	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios florestais. Estabelece medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios, nomeadamente a obrigação de rearborização após dois anos e à comunicação (no caso de utilização da mesma espécie), ou pedido de autorização (no caso de alteração da composição do povoamento) à Direcção Geral das Florestas para essas acções de rearborização. O art.º 6º foi revogado pelo Decreto Lei n.º 224/98 de 17 de Julho.
DL*	172/88	16/05	1988	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Protecção do Sobreiro. Estabelece medidas de protecção aos montados de sobro. Revogado pelo Decreto Lei n.º 11/97, de 14 de Janeiro.
DL	173/88	17/05	1988	EXPLORAÇÃO FLORESTAL	Proibição do corte prematuro de povoamentos florestais. Estabelece a proibição do corte prematuro de povoamentos florestais de Pinheiro bravo e Eucalipto com áreas superiores, respectivamente, a 2 ha e 1 ha. Os n.º 3 e 4 do art.º 2º foram revogados pelo Decreto Lei n.º 224/98, de 17 de Julho.
DL	174/88	17/05	1988	EXPLORAÇÃO FLORESTAL	Manifestação do corte ou arranque. Estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores (corte final, desbaste, corte extraordinário ou arranque de árvores florestais que se destinem a venda ou a autoconsumo para transformação industrial).
DL	175/88	17/05	1988	LICENCIAMENTO	Espécies de rápido crescimento. Condiciona a autorização da DGF a arborização ou rearborização com espécies florestais de rápido crescimento (*Eucaliptus sp., Populos sp. e Acacia sp.*) exploradas em revoluções curtas que envolvam áreas superiores a 50ha. Os n.º 3º e 4º do art.º 2º foram revogados pelo Decreto Lei n.º 224/98 de 17 de Julho.
DL*	170/88	28/05	1988	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS E ARVOREDOS	*Phoracantha semipunctata.* Combate ao arvoredo infestado de *Phoracantha semipunctata.*Revogado pelo Decreto Lei n.º 364/97, de 20 de Dezembro.
DC	-----	19/08	1988	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Centros de recepção de madeiras queimadas provenientes de incêndios florestais, onde os proprietários recebem adiantadamente um determinado valor pecuniário por estere[3].
P*	570/88	20/08	1988	PAF	Estabelece o ajustamento e a articulação de algumas disposições constantes da Portaria n.º 258/87 de 1 de Abril, com o disposto na Portaria n.º 832/87 de 21 de Outubro, designadamente no que respeita à natureza jurídica dos beneficiários do P.A.F.. Revoga as Portarias n.º 258/87 e 832-A/87 de e de Abril e 21 de Outubro, respectivamente. Revogada pela Portaria n.º 340-A/91 de 15 de Abril.
D	------	20/08	1988	PAF	Defesa do Património Florestal. Determina que as áreas florestais sujeitas ao regime de compropriedade de indivisos se pode aplicar, para efeitos de atribuição de subsídios a acções de natureza florestal, o disposto na Portaria n.º 652/88 de 4 de Agosto no que se refere às áreas agrupadas. Estabelece prioridade na aprovação de

[3] Corresponde a uma medida de volume, para madeira ou lenha, equivalente ao metro cúbico. (Dicionário Porto Editora : 1995 : 765)

					projectos, considerando prioritários aqueles que respeitem o disposto nos n.º 18º e 19º da Portaria n.º 652/88 de 4 de Agosto, e como secundários os que cumpram o estipulado no n.º 20º do referido diploma. Revoga a norma interna de 5 de Novembro de 1987 relativa à aplicação do art.º 10º da Portaria 832-A/87 de 21 de Outubro.
DR	36/88	17/10	1988	FOGOS FLORESTAIS	Concretiza as responsabilidades das diferentes entidades com competência nos incêndios florestais; estabelece medidas preventivas, nomeadamente de carácter policial, prevenção e controlo dos povoamentos e sensibilização do público; Estabelecem uma zonagem de risco de incêndio para o continente. Altera o Decreto Regulamentar n.º 55/81 e prolonga até 30 de Outubro o período correspondente à época normal de fogos de 1988.
DL	394/88	08/11	1988	ARRENDAMENTO FLORESTAL	Regime Geral de Arrendamento Florestal. Regula as relações jurídicas emergentes do contrato do regime de arrendamento florestal.
DL	442/88		1988	BALDIOS	Revoga a Lei n.º 2 014 de 27 de Maio de 1946
DL***	459/88	14/12	1988	FOGOS FL ORESTAIS	Protecção aos incêndios florestais. Aplica em Portugal o Regulamento comunitário (CEE) n.º 3259/86 relativo à protecção das florestas contra os incêndios florestais. A comparticipação pela U.E. foi alterada pelo Decreto Lei n.º 13/91 de 9 de Janeiro.
DL***	464/88	15/12	1988	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Protecção florestas contra a poluição atmosférica. Aplica a Portugal o Regulamento comunitário relativo à protecção das florestas contra a poluição atmosférica. Normas de aplicação do Reg. (CEE) 3528/86 do Conselho Europeu. Alterado pelo Decreto Lei n.º 6/91, de 8 de Janeiro.
DL	466/88	15/12	1988	ORGANIZAÇÃO	Extingue o Instituto de Produtos Florestais (I.P.F.).
D	482/88	26/12	1988	BALDIOS	Revogou o regime jurídico da colonização interna aprovado pela Lei n.º 2 014, de 27 de Maio de 1946. Igualmente os Decreto n.º 36 709 de 05 de Janeiro de 1948 e os Decreto Lei n.º 44 720 de 23 de Novembro de 1962 e 429/85 de 23 de Outubro.
P	662/88		1988		
P	16/89	10/01	1989	PAF	Programa de Acção Florestal (P.A..F). Actualiza os custos médios unitários dos vários tipos de acções previstos no Programa de P.A.F.. Revoga a Portaria n.º 972/87 de 31 de Dezembro.
P	79/89	02/02	1989	GERAL	Mata Nacional Choupal – gestão SNPRCN. Estabelece que a Mata Nacional do Choupal fique sobre a gestão do SNPRCN.
DL	74/89	03/03	1989	DGF	Transmite para a D.G.F. a gestão dos povoamentos nacionalizados ou expropriados no âmbito da Reforma Agrária.
DR	1/89/A	15/03	1989	ORDENAMENTO FLORESTAL	Estabelece o controlo do desenvolvimento da cultura intensiva de espécies florestais de rápido crescimento.
DL	116/89	14/04	1989	GABINETE DA ÁREA DE SINES	Gabinete da área de Sines. Transferência de competência, para a DGF, sobre a floresta de protecção situada numa parte dos prédios rústicos do Ex-Gabinete da área de Sines.
ATC	325/89	17/04	1989	BALDIOS	Declara inconstitucionais as normas dos art.º 1.º, n.º 2 (na parte questionada), 2.º, 3.º, n.ºs 1.º e 2.º, 4.º, n.º 3.º, 5.º, 6.º, 8.º, 9.º e 11.º do Decreto Lei n.º 132/V (Regime Jurídico dos Baldios) aprovado pela Assembleia da República para ser promulgado como lei.

DL	139/89	28/04	1989	LICENCIAMENTO	Protecção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal. Determina que carecem de licença municipal as acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas e as acções que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável, exceptuando aquelas que estando sujeitas a regime legal específico já se encontrem devidamente aprovadas, autorizadas ou licenciadas pelas entidades competentes. Revoga o Decreto-Lei n.º 375/75.
DL	180/89	30/05	1989	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	Áreas percorridas por incêndios florestais. Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas.
DL	189/89	30/05	1989	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	Estabelece medidas de ordenamento das áreas protegidas, percorridas por incêndios, nomeadamente a obrigação de rearborização após dois anos.
DL***	196/89	14/06	1989	RAN	Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.) Alterado pelo Decreto Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro.
P*	512/89	06/07	1989	PAF	Plantação de eucaliptos em associação com espécies produtoras de madeira de qualidade e Sobreiro e Azinheira. Estabelece normas relativas à plantação de eucaliptos explorados em revoluções curtas. Revogado pela Portaria n.º 340-A/91 de 15/04.
P	513/89	06/07	1989	ORDENAMENTO FLORESTAL	Espécies florestais de rápido crescimento. Estabelece uma lista de concelhos cuja superfície ocupada com aquelas espécies (Eucaliptus sp., Populos sp. E Acacia sp.) ultrapassa 25%, estando nesse caso qualquer projecto sujeito a aprovação da DGF, passando a aplicar-se o disposto no n.º 1 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de Maio. Espécies florestais de crescimento rápido.
P	528/89	11/07	1989	ORDENAMENTO FLORESTAL	Espécies florestais de rápido crescimento. Estabelece normas e condições a obedecer sobre projectos de florestação em espécies florestais de rápido crescimento e a sua análise.
RCM	30/89	27/07	1989	FOGOS FLORESTAIS	Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais (C.N.E.F.F.). Altera a composição da C.N.E.F..
DL	307/89	07/09	1989	GERAL	Associações com outras identidades. Autoriza a D.G.F. a participar em associações ou outras entidades nacionais.
Desp.	------	01/09	1989	GUARDA FLORESTAL	Institui o Dia Nacional do Guarda Florestal.
DL	423/89	04/12	1989	PROTECÇÃO ESPÉCIES FLORESTAIS E ARVOREDOS	Azevinho. Estabelece medidas de protecção ao azevinho expontâneo, proibindo o arranque, o corte total ou parcial (excepto no caso de realização de obras públicas ou privadas de interesse geral.
DL***	93/90	19/03	1990	REN	Revê o regime jurídico Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.), estabelecido pela Lei n.º 321/83, de 5 de Julho. Aprova o novo regime da R.E.N. que visa a preservação de todos os ecossistemas nacionais. Nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam, entre outras, em operações de aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Não abrange as operações relativas à reflorestação e exploração florestal quando decorrentes de projectos aprovados ou autorizados pela Direcção Geral das Florestas. Revoga a Lei n.º 321/83, de 5 de Julho. Alterado pelo Decreto Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro e Decreto Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro. Alterado o art.º 3.º pelo Decreto Lei n.º 79/95, de 20 de Abril.

DL	142/90	04/05	1990	GUARDAS FLORESTAIS	Estatuto dos Guardas Florestais. Em vigor apenas o art.º 6º. Os restantes artigos foram revogados pelo Decreto Lei n.º 111/98, de 24 de Abril.
P	341/90	07/05	1990	FOGOS FLORESTAIS	Fogos florestais Regulamenta as competências na área dos incêndios florestais. Aprova as normas regulamentares sobre prevenção, detecção e combate dos fogos florestais.
DL***	186/90	06/06	1990	IMPACTES AMBIENTAIS	Directiva Comunitária Transposição da Directiva n.º 85/227/CEE que obriga a avaliação de impacte ambiental os projectos de arborização acima de 350 ha ou de que resulte idêntica ordem de grandeza por continuidade. Regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 38/90 de 27 de Novembro. Alterados alguns artigos pelo Decreto Lei n.º 287/87 de 8 de Outubro e Decreto Regulamentar n.º 42/97 de 10 de Outubro.
RAR	15/90	09/07	1990	FOGOS FLORESTAIS	Constituição de uma comissão eventual para a análise e reflexão da problemática dos incêndios em Portugal.
P*	847/90	18/09	1990	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Protecção Fitossanitária a Castanheiros e Carvalhos. Estabelece medidas de protecção fitossanitária. Revogada pela Portaria n.º 110/98 de 26 de Fevereiro.
DL	316/90	13/10	1990	REN	Prevê a intervenção do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais na gestão da REN. Altera o Decreto Lei n.º 93/90, de 19 de Março.
DL***	327/90	22/10	1990	FOGOS FLORESTAIS	Ocupação do solo objecto de um incêndio. Articula o combate aos incêndios com os Planos de Ordenamento. Regula a ocupação do solo após incêndio, obriga ao levantamento anual das áreas ardidas na escala 1:10. 000, e à classificação dos espaços florestais quanto ao risco de incêndio pelos PDM's. Alterado os art.º 1º e 2º pelo Decreto Lei n.º 34/99 de 5 de Fevereiro.
DL	334/90	29/10	1990	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS E ARVOREDOS	Corte de arvoredo. Actualiza o valor máximo das coimas do Desp. Reg. n.º 55/81, fixadas na Lei n.º 19/86, introduz novas coimas para quem não retire os resíduos da exploração e estabelece uma outra em relação aos produtos sobrantes do corte de arvoredo. Revoga os artigos 5.º, 6.º e 7.º da Lei n.º 19/86.
DR***	38/90	27/11	1990	IMPACTES AMBIENTAIS	Regulamenta o D.L. n.º 186/90, isto é, integra nas actividades a submeter a avaliação de impacte ambiental os projectos de arborização com espécies de crescimento rápido que incidam sobre áreas superiores a 350 ha ou de que resultem áreas de idêntica ordem de grandeza na continuidade de povoamentos pré existentes da mesma espécie. Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 42/97, de 10 de Outubro.
DL	06/91	08/01	1991	PROTECÇÃO DE ESPÉCIES FLORESTAIS	Protecção de Espécies Florestais. Prevê um aumento da participação financeira das Comunidades, aplicando a Portugal o Regulamento comunitário relativo a projectos de protecção das florestas contra a poluição atmosférica. Altera o Decreto-Lei n.º 464/88 de 15 de Dezembro.
DL	13/91	09/01	1991	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	Protecção de Espécies Florestais. Altera a comparticipação financeira das comunidades europeias nos projectos de protecção das florestas contra incêndios, alterando o Decreto-Lei n.º 459/88, de 14 de Dezembro.
DC	-	15/02	1991	REGIME FLORESTAL	Sujeita a parecer prévio das CCR's e do ICN as áreas a desafectar do regime florestal total ou parcial
DL	81/91	19/02	1991	FOMENTO FLORESTAL	Promove a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas de acordo com as regras fixadas no Regulamento (CEE) n.º 797/85.
DR	5/91	19/02	1991	FOMENTO FLORESTAL PAF	Regula o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 81/91, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas.
Dre	28-C/91	28/02	1991	FOGOS FLORESTAIS	Rectificação de inexactidão do Decreto-Lei n.º 327/90 de 22/10.

DN	78/91	08/03	1991	POLÍTICA FLORESTAL	Define os critérios de selecção dos projectos florestais que obtenham parecer técnico favorável.
DN	83/91	08/03	1991	FOMENTO FLORESTAL	Determina que beneficiam do prémio anual por hectare arborizado, previsto no Decreto Lei n.º 81/91 de 19 de Fevereiro, as entidades que procederam à florestação de terrenos agrícolas.
RCM	09/91	21/03	1991	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	Constituição e atribuições da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais (CNEFF). Altera a composição e o funcionamento da CNEFF. Revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/87, de 23 de Maio.
P	275/91	05/04	1991	FOMENTO FLORESTAL PAF	Regulamenta quanto às fontes de financiamento dos projectos elegíveis aos regimes das ajudas previstas no Decreto-Lei n.º 81/91.
DN	73/91	05/04	1991	PAF	Autoria e atribuições relativas aos projectos florestais.
DN	75/91	05/04	1991	PAF	Ajudas aos investimentos florestais nas explorações agrícolas.
DN	78/91	05/04	1991	PAF	Selecção dos projectos florestais.
DN	83/91	05/04	1991	PAF	Prémio anual por hectare arborizado.
P	340-A/91	15/04	1991	PAF	Programa de Acção Florestal (P.A.F.). Aprova as normas da 2.ª fase do P.A.F.. Revoga as Portarias n.º 452/87, 570/88 e 512/89 de 29/05, 20/08 e 06/07, respectivamente.
Dre	63/91	24/04	1991	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	C.E.F.F.'s.
P	510/96	06/06	1991	ORGANIZAÇÃO	Cria a Administração Florestal de Braga e Guarda.
L	54/91	08/08	1991	PROTECÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	Protecção aos incêndios florestais. Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro. Regula a ocupação do solo após incêndio, obriga ao levantamento anual das áreas ardidas na escala 1:10. 000, e à classificação dos espaços florestais quanto ao risco de incêndio pelos PDM's.
DL	277/91	08/08	1991	CERTIFICAÇÃO	Regulamenta a actividade de comerciante de materiais de viveiro.
DR	39/91	08/08	1991	ORGANIZAÇÃO	Criação da Circunscrição Florestal de Faro. Alteração da área de Circunscrição de Évora. Altera o disposto na alínea f) ponto 2 e cria a alínea j) do mesmo ponto do art.º 16º do Decreto Regulamentar n.º 51/86 de 06 de Outubro, ao abrigo do n.º 1 do art.º 12º do Decreto Lei n.º 310 – A/86 de 23 de Setembro.
DR	40/91	09/08	1991	PAF	Programa de Acção Florestal. Alargamento de prazo de entrega de projectos para apreciação da D.G.F. e P.E.D.A.P.
P	821/91	05/09	1991		
DL*	16/92	05/02	1992	POLÍTICA FLORESTAL	Comissão para Análise da Florestação (C.A.F.). Inclui um representante do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais C.A.F.. Altera o ponto 1 do art.º 5º do Decreto-Lei n.º 128/88, de 20 de Abril. Revogado pelo Decreto Lei n.º 224/98 de 17 de Julho.
D	36/92	03/08	1992	GERAL	Altera a composição da área geográfica integrada na Alva da Água de Madeiros, submetida ao regime florestal parcial
DL	213/92	12/10	1992	REN	Altera o Decreto Lei n.º 93/90 de 19 de Março.
DL	43/92	14/10	1992		

DL	239/92	29/10	1992	CERTIFICAÇÃO	Materiais florestais de reprodução. Estabelece normas relativas às condições de comercialização dos materiais florestais de reprodução. Transpõe a Directiva n.º 66/404/CEE e respectivas alterações relativas à comercialização de materiais florestais de reprodução.
DL	274/92	12/12	1992	RAN	Reserva Agrícola Nacional. Altera o Decreto Lei n.º 196/89, de 14 de Junho.
DL***	19/93	23/01	1993	PROTECÇÃO	Rede Nacional de Áreas Protegidas. Alterado pelo Decreto lei n.º 213/97, de 16 de Agosto e Decreto Lei n.º 227/98, de 17 de Julho.
DL	94/93	02/04	1993	ORGANIZAÇÃO	Lei Orgânica do Ministério da Agricultura.
DL	100/93	02/04	1993	ORGANIZAÇÃO	Lei Orgânica do Instituto Florestal.
P	492/93	08/05	1993	GERAL	Instituto Florestal – delegações e áreas. Aprova as áreas abrangidas pelas delegações regionais do Instituto Florestal.
DL	172/93	11/05	1993	TRABALHOS FLORESTAIS	Regula a actividade do trabalho aéreo, incluindo o trabalho relacionado com a silvicultura, a preservação das florestas, o combate a incêndios e a luta contra a poluição do meio ambiente.
DL	23/93	29/06	1993	PROTECÇÃO DE PERÍMETRO FLORESTAL	Cria uma um espaço de protecção ao Parque das Descobertas – Perímetro Florestal do Barão de S. João.
L***	68/93	04/09	1993	BALDIOS	Lei dos Baldios. Regula o uso e fruição, funcionamento e extinção dos terrenos baldios. Alterados os art.º 30º e 39º pela Lei n.º 89/97, de 30 de Julho.
DL	423/93	31/12	1993	FOGOS FLORESTAIS	Planos municipais de intervenção na floresta (P.M.I.F.). Regula a elaboração e aprovação dos P.M.I.F., que visam assegurar medidas de protecção das florestas contra incêndios. Os planos podem conter elementos indicativos das áreas susceptíveis de arborização e rearborização.
DL***	31/94	05/02	1994	MEDIDAS FLORESTAIS NA AGRICULTURA	Regulamentos Comunitários: 2078/92, 2080/92, 9571/97 e 867/90 e Medidas Florestais na Agricultura. Regras de aplicação em Portugal dos referidos Regulamentos. Alterado pelo Decreto Lei n.º 31/94 de 5 de Fevereiro.
P	134/94	04/03	1994	CERTIFICAÇÃO	Comercialização materiais florestais de reprodução. Aprova o Regulamento de Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução.
P	135/94	04/03	1994	CERTIFICAÇÃO	Certificação de sementes.
P	136/94	04/03	1994	CERTIFICAÇÃO	Estatuto de produtor e acondicionador de sementes florestais.
DC	-	10/03	1994	FOGOS FLORESTAIS	Identificação de áreas florestais de maior risco incêndio. Cria o Projecto Piloto de Produção de Cartas de Risco de Incêndio Florestal.
P***	199/94	06/04	1994	MEDIDAS FLORESTAIS NA AGRICULTURA	Regulamento do Desenvolvimento Florestal. Estabelece o regime das ajudas às medidas florestais na agricultura instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 2080/92, do Conselho, de 30 de Junho. Alterado os art.º n.º 21º (n.º 1) e 28º, respectivamente, pelas Portarias n.º 952/95 e 777/98, nomeadamente de 4 de Agosto e 16 de Setembro.
P	247-A/94	20/04	1994	ORGANIZAÇÃO	Criação de Zonas Agrárias e Zonas Florestais. Cria Zonas Agrárias e Zonas Florestais.
Dre	57/94	30/04	1994	COMERCIALIZAÇÃO	Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução. Rectificada a Portaria n.º 134/94, dos Ministérios da Agricultura e do Comércio e Turismo, que aprova o Regulamento da Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 53, de 4 de Março de 1994.

DC	------	04/05	1994	FOGOS FLORESTAIS	Incêndios Florestais. Medidas de combate, prevenção e vigilância.
DL	150/94	25/05	1994	PAMAF	Programa apoio à modernização agrícola e florestal. Estabelece as condições gerais de aplicação do programa de apoio à modernização agrícola e florestal (PAMAF).
D	15/94	26/05	1994		Altera o Decreto-Lei n.º 43/92, de 14 de Outubro
DL*	154/94	28/05	1994	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Regulamenta a circulação, exportação e importação de produtos vegetais e institui os certificados fitossanitários. Revogado pela Portaria n.º 344/94 de 1 de Junho.
P*	344/94	01/06	1994	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Protecção fitossanitária de vegetais. Medidas de protecção fitossanitária para evitar a introdução ou dispersão no território nacional e comunitário de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais. Regulamenta o D.L. n.º 154/94. Alterado pelas seguintes Portarias n.º: 731/94 de 12 de Agosto, 1 024/95 de 21 de Agosto, 507/96 de 25 de Setembro, 212/96 de 12 de Junho e 138/97 de 26 de Fevereiro. Revogada pelo Decreto Lei n.º 14/99 de 12 de Janeiro.
P	696/94	22/06	1994	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Aprova a tabela de preços dos serviços de inspecção sanitária.
P*	703/94	28/07	1994	MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS	Medidas agro-ambientais – ajudas. Estabelece o regime de ajudas à conservação dos recursos e paisagem rural a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento CEE n.º 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho.
RCM	61/94	01/08	1994	PAMAF	Modernização Agrícola Florestal. Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal.
P*	731/94	12/08	1994	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Protecção fitossanitária. Define as medidas de protecção fitossanitária destinada a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais. Altera os anexos I a IV e VI da Portaria n.º 344/94, de 1 de Junho. Revogada pelo Decreto Lei n.º 14/99 de 12 de Agosto.
P	735/94	12/08	1994	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Altera os anexos II, II, V e VI da Portaria n.º 344/94.
P*	809-D/94	12/09	1994	PAMAF	Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal . Alterado os art. n.º 14º, 15º e 17º pela Portaria n.º 952/95 de 4 de Agosto. Revogada pela Portaria n.º 199/98 de 25 de Março.
P*	809-F/94	12/09	1994	COMERCIALIZAÇÃO	Incentivos a produtos tradicionais regionais. Aprova o Regulamento de Aplicação da Medida de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas – Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais.
DN*	735/94	25/10	1994	PAMAF	Projectos florestais. Estabelece normas dos projectos florestais a apresentar ao abrigo das portarias n.ºs 199/94, de 6 de Abril e 809-D/94, de 12 de Setembro. Revogado pela Portaria n.º 777/98 de 16 de Setembro.
P	995/94	12/11	1994	AJUDAS	Ajudas às medidas florestais na agricultura. Prorroga o prazo para a formalização de candidaturas previsto no n.º 21º da Portaria 199/94 de 6 de Abril, que estabelece o regime das ajudas às medidas florestais na agricultura instruídas pelo Regulamento n.º 2080/92, de 30 de Junho.
D	36/94	29/12	1994	REGIME FLORESTAÇÃO	Regime florestal de simples polícia. Submete ao regime florestal de simples polícia diversas áreas do município de Lisboa.

Desp.	83/MPAT /95	-	1995	DEMARCAÇÃO DE PRÉDIOS	Demarcação de prédios.
DC	-----	03/01	1995	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Segunda fase do Plano Municipal de Intervenção Florestal, a vigorar entre 12/94 e 06/95. Produção de cartas de risco de vinte e um concelhos.
P*	31/95	12/01	1995	PAMAF	Transformação e comercialização Produtos agrícolas e silvícolas. Estabelece o regime de aplicação da acção "Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas- Regulamento (CEE) 866/90 e 867/90", integrada na medida "Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas" do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF).
P	34-A/95	13/01	1995	PAMAF	Prazo de candidatura a programa florestal do PAMAF. Prorroga até 15 de Janeiro de 1995 o prazo excepcional de candidatura ao Programa de Desenvolvimento Florestal do PAMAF.
P*	284/95	10/04	1995	COMERCIALIZAÇÃO	Produtos agrícolas e silvícolas. Altera o Regulamento de Aplicação da Acção Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas, aprovada pela Portaria n.º 31/95 de 12 de Janeiro.
DL	79/95	20/04	1995	REN	Altera o art.º 3.º do Decreto Lei n.º 93/90, relativo à integração e exclusão de áreas da REN.
P	383/95	02/05	1995	ORGANIZAÇÃO	Zona florestal do Alto Tâmega. Cria a zona florestal do Alto do Tâmega, com sede em Chaves, que inclui os municípios de Chaves e Valpaços
P*	690/95	30/06	1995	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	A Portaria n.º 344/94 de 1 de Junho altera os anexos I a IV e VI. Revogada pelo Decreto Lei n.º 14/99 de 12 de Janeiro.
P	946/95	01/08	1995	CERTIFICAÇÃO	Obriga à certificação da qualidade morfológica das plantas até à publicação do catálogo nacional previsto no regulamento da comercialização de materiais florestais de reprodução.
P	952/95	04/08	1995	PDF	Eficácia das estruturas agrícolas. Altera o n.º 1 do art.º 21º da Portaria n.º 199/94, de 6/4 (estabelece o regime das ajudas às medidas florestais na agricultura) e os art.º n.º 14º, 15º e 17º da Portaria n.º 809-D/94, de 12/9 (aprova o regulamento de aplicação do regime de ajudas à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas).
P*	975/95	11/08	1995	CERTIFICAÇÃO	Regulamento da Admissão de Material de Base e da Comercialização de Material de Reprodução de Sobreiro (*Quercus suber L.*). Revogada pela Portaria n.º 918/98, de 21 de Outubro.
P	977/95	12 /08	1995	CERTIFICAÇÃO	Eucalipto.
P	980/95	16/08	1995		
P*	991/95	17/08	1995	CERTIFICAÇÃO	Pinheiro manso.
P	1 011/95	19/08	1995	CERTIFICAÇÃO	Pinheiro bravo.
P*	1 024/95	21/08	1995	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Adita um artigo à Portaria n.º 344/94.
L	86/95	01/09	1995	GERAL	Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário. Explicita os princípios gerais da política de desenvolvimento das actividades agrícolas e florestais e do aproveitamento de outros recursos naturais.
P*	1 213/95	01/10	1995	COMERCIALIZAÇÃO	Produtos agrícolas e silvícolas. Altera a Portaria n.º 31/95, de 12/1 (transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas) – Regulamentos (CEE) n.º 866/90 e 867/90.
DL	278/95	25/10	1995	PROTECÇÃO	Agricultura, floresta e recursos cinegéticos. Altera diversos diplomas nos domínios da agricultura, das florestas e dos recursos cinegéticos.
DC	------	16/11	1995	INCÊNDIOS	Combate aos interesses imobiliários em alguns espaços florestais, limitando-se o período de 10 anos a partir

				FLORESTAIS	da data do incêndio para quaisquer acções de construção, remodelação ou demolição a empreender. Determina o levantamento da proibição estabelecida na alínea e) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, nomeadamente, a possibilidade de edificar estruturas destinadas à habitação dos proprietários/rendeiros ou sistemas de apoio à actividade agrícola.
P*	489/96	13/09	1996	GERAL	Recolha de dados da fileira florestal. Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção de Recolha de Dados da Fileira Florestal.
DN	12-A/96	3/4	1996	PAMAF	Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (P.A.M.A.F.). Estabelece os critérios a que devem obedecer as candidaturas à medida «Apoio às explorações agrícolas» do PAMAF.
P	130/96	24/04	1996	PAMAF	Ajudas no âmbito do PAMAF. Estabelece que os processo de candidatura às ajudas concedidas no âmbito do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF) sejam apresentados nos organismos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento e das Pescas.
P*	507/96	25/09	1996	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Altera os anexos I a IV e VI da Portaria n.º 344/94 de 1 de Junho. Revogada pelo Decreto Lei n.º 14/99 de 12 de Janeiro.
P	216/96	14/06	1996	PAMAF	Medidas florestais na agricultura – Ajudas Altera a Portaria 199/94, de 6 de Abril (ajudas a conceder no âmbito das medidas florestais na agricultura).
L	33/96	17/08	1996	GERAL	*Lei de Bases da Política Florestal* . Explicita os princípios gerais e orientadores, os objectivos, as medidas e os instrumentos da política florestal nacional.
P*	489/96	13/09	1996	PAMAF	Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção de Recolha de dados da Fileira Florestal.
P*	606/96	25/10	1996	PAMAF	Desenvolvimento florestal. Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal, anexo à Portaria n.º 809-D/94 de 12 de Setembro. Revogada pela Portaria n.º 199/98 de 25 de Março.
P	745-O/96	18/12	1996	PAMAF	Gestão de ajudas a medidas agro-ambientais. Altera a Portaria 703/94, de 28 de Julho (estabelece o regime geral das ajudas a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais instituídas pelo Regulamento (CEE) 2078/92, do Conselho, de 30 de Junho, e a estrutura orgânica relativa à sua gestão).
P*	47/97	17/01	1997	COMERCIALIZAÇÃO	Comercialização de produtos agrícolas e silvícolas. Altera o anexo I do Regulamento de Aplicação da Acção Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas, aprovado pela Portaria 31/95, de 12 de Janeiro.
DL	11/97	14/02	1997	PROTECÇÃO AOS MONTADOS	Protecção dos Montados de Sobro e Azinho. Aprova a protecção dos Montados de Sobro e Azinho, regulando as conversões de uso, o corte e o arranque de árvores, a poda e outras intervenções nos respectivos montados. Revoga o Decreto Lei n.º 172/88, de 16 de Maio.
P*	138/97	26/02	1997	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Procede à alteração dos anexos I a IV e VI da Portaria n.º 344/94 de 1 de Junho. Revogada pelo Decreto Lei n.º 14/99 de 12 de Janeiro.
DR	11/97	30/04	1997	GERAL	Lei Orgânica da Direcção-Geral das Florestas (D.G.F.). Aprova a orgânica da D.G.F.
DC**	38-A797	30/05	1997	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Fixa o período (01/06 a 30/10) de proibição de prática de actos susceptíveis de constituírem factores de risco de incêndio florestal, enquadrável na legislação em vigor.
DC	69/97	17/06	1997	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Incêndios em terrenos com povoamentos florestais. Prejuízos para o ambiente resultantes de incêndios em terrenos com povoamentos florestais.

L	89/97	30/07	1997	BALDIOS	Alteração aos art.º 30º e 39º da Lei n.º 68/93, de 04 de Setembro – Lei dos Baldios.
DL	213/97	16/08	1997	PROTECÇÃO	Áreas Protegidas. Altera o Decreto Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.
DL	226/97	27/08	1997	PROTECÇÃO	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho da Europa de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.
P*	821/97	05/09	1997	CERTIFICAÇÃO	Certificação de materiais de viveiro. Fixa as taxas por campanha a aplicar ao controlo e certificação de materiais de viveiro de plantas florestais devidas à Direcção-Geral das Florestas pelos fornecedores de materiais de viveiro. Revogada pela Portaria n.º 809/98 de 24 de Setembro.
DN	55/97	05/09	1997	PAMAF	Agricultura e floresta – apoios. Altera o Despacho Normativo 12-A/96, de 3/4 (PAMAF).
P	969/97	15/09	1997	PAMAF	Ajudas no âmbito do PAMAF. Altera a Portaria n.º 130/96, de 24 de Abril (estabelece que os processos de candidatura às ajudas concedidas no âmbito do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF) sejam apresentados nos organismos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
DL	247/97	19/09	1997	COMBATE A INCÊNDIOS	Contratação de pessoal para as acções de vigilância da floresta contra incêndios florestais.
DL	256/97	27/09	1997	GERAL	Autoridade Florestal Nacional. Investe a Direcção-Geral das Florestas em funções de autoridade florestal nacional, dando execução à Lei 33/96, de 17/8 (Lei de Bases da Política Florestal).
DL	276/97	08/10	1997	GERAL	Comissão Interministerial para os Assuntos da Floresta (C.I.A.F.). Regulamenta a composição, competências e funcionamento da C.I.A.F., criada pela Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal). Revoga alguns artigos do D.L. n.º 128/88, de 20 de Abril.
DL	287/97	08/10	1997	IMPACTES AMBIENTAIS	Directiva Comunitária. Alteração de alguns artigos do D.L. n.º 186/90.
DR	42/97	10/10	1997	IMPACTES AMBIENTAIS	Directiva Comunitária. Alteração de alguns artigos do D.L. n.º 186/90.
P	1 108/97	05/11	1997	PINHA	Transporte de pinhas de Pinheiro-manso. Extinção da regulamentação da apanha de pinhas. Revoga a Portaria 522/74, de 21/8 (estabelece penalidades a aplicar na colheita e transporte de pinhas de Pinheiro-manso no período compreendido entre 1/9 e 31/12).
DL	351/97	05/12	1997	REGULAMENTOS COMUNI-TÁRIOS N.º 2078 E 2080	Regulamentos Comunitários. Altera o D.L. n.º 31/94 de 5 de Fevereiro.
DL	364/97	20/12	1997	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Arvoredo infestado de Phoracantha. Revoga a Portaria n.º 736/81, de 28 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 170/88, de 28 de Maio.
DL	379/97	27/12	1997	PROTECÇÃO	Aprova o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte.
P*	14-A/98	07/01	1998	PAMAF	Apoio às explorações agrícolas P.A.M.A.F.. Altera o art.º 15º e 17º da Portaria n.º 809-D/94 – Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal, de 12 de Setembro. Introduz alterações ao Regulamento de Aplicação da Medida de Infra-Estruturas, ao Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas à Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas, ao Regulamento de Aplicação da Medida de Apoio às Explorações Agrícolas e ao Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal.

DL	20/98	03/02	1998	PENALIZAÇÕES	Atribui ao Director Geral das Florestas a competência para determinar as coimas e sanções acessórias – legislação florestal. Define os serviços competentes para a decisão de aplicação de coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação em matéria de legislação florestal.
DC	117/98	18/02	1998	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Protecção contra o cancro do castanheiro e tabela de indemnizações.
P***	78/98	19/02	1998	CERTIFICAÇÃO	Sobreiro. A Portaria n.º 918/98, de 21 de Outubro, introduz alterações de natureza técnica e simples correcções.
P	80/98	19/02	1998	CERTIFICAÇÃO	Eucalipto.
P	83/98	19/02	1998	PAMAF	Altera o n.º 2 do art.º 15º e o n.º 1 do art.º 17º do regulamento anexo à Portaria n.º 809-D/94, de 12 de Setembro. Introduz alterações ao Regulamento de Aplicação da Medida de Infra-Estruturas, ao Regulamento de Aplicação da Medida de Apoio às Explorações Agrícolas, ao Regulamento do Programa de Desenvolvimento Florestal e ao Regulamento de Aplicação do Regime de Ajudas à Melhoria da Eficácia das Estruturas Agrícolas. Revoga a Portaria n. 14-A/98, de 7 de Janeiro. Revogado o n.º 4 pela Portaria n.º 199/98, de 25 de Março.
P***	85/98	19/02	1998	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Ajudas às medidas agro-ambientais. Regulamento de aplicação das medidas agro-ambientais. Alterado pela Portaria n.º 179/99 de 13 de Março.
P	95/98	23/02	1998	CERTIFICAÇÃO	Pinheiro bravo.
P	110/98	26/02	1998	CASTANHEIROS / CARVALHOS	Revoga a Portaria n.º 847/90, de 18 de Setembro que estabelecia medidas de protecção fitossanitária a castanheiros e carvalhos.
P	114/98	28/02	1998	CERTIFICAÇÃO	Pinheiro Manso. Aprova o Regulamento de Admissão de Material de Base e da Comercialização de Material de Reprodução de pinheiro-manso (Pinus pinea L.). Revoga a Portaria n. 991/95, de 17 de Agosto.
Desp.	3613/98	03/03	1998	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Promove o alargamento dos locais de divulgação e recepção de candidaturas, através da credenciação de algumas associações e a celebração de protocolos entre estas, o IFADAP e a DGDR
P	193/98	23/03	1998	COMERCIALIZAÇÃO	Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais. Altera o Regulamento de Aplicação da Medida de Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas – Incentivos aos Produtos Tradicionais Regionais. Revoga a Portaria n.º 809-F/94, de 12 de Setembro
P	198/98	25/03	1998	COMERCIALIZAÇÃO	Transformação e comercialização de produtos agrícolas/silvícolas. Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas e Silvícolas. Revoga as Portarias n. 31/95, de 12 de Janeiro, 284/95, de 10 de Abril, 1213/95, de 7 de Outubro, 391196, de 21 de Agosto, 47/97, de 17 de Janeiro, e 520/97, de 22 de Julho
P***	199/98	25/03	1998	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Programa de Desenvolvimento Florestal. Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa de Desenvolvimento Florestal. Revoga as Portarias n.º 809-D/94, de 12 de Setembro, e 606/96, de 25 de Outubro, e o n.º 4 da Portaria n. 83/98, de 19 de Fevereiro. Alterada pela Portaria n.º 1 127/99 de 30 de Dezembro.
Desp.	33/98	15/04	1998	GERAL	Cria a Comissão Instaladora da Empresa Pública Extinguida pelo Despacho n.º 14 307/99 de 28 de Julho.
DL	111/98	24/04	1998	GERAL	Carreira de guarda florestal. Revaloriza a carreira de guarda florestal da Direcção-Geral das Florestas. Revoga o Decreto Lei n.º 142/90, de 4 de Maio, com excepção do art.º 6º. O art.º 7º foi alterado pelo Decreto Lei n.º

					111/98 de 24 de Abril.
DC**	405/98	18/06	1998	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Fixa o período (01/06 a 30/10) de proibição de prática de actos susceptíveis de constituírem factores de risco de incêndio florestal, enquadrável na legislação em vigor.
DL	224/98	17/07	1998	GERAL	Comissão de Recurso e Análise de Projectos Florestais. Cria a Comissão de Recurso e Análise de Projectos Florestais e define as respectivas atribuições, competências e funcionamento. Regulamenta a Lei n. 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal). Revoga os art.° 5° a 7° do Decreto Lei n.° 128/88, de 20 de Abril; o Decreto Lei n.° 16/92, de 5 de Fevereiro; o art.° 6° do Decreto Lei n.° 139/88, de 22 de Abril e os n.° 3 e 4 do art.° 2° do Decreto Lei n.° 175/88, de 17 de Maio.
DL	227/98	17/07	1998	PROTECÇÃO	Áreas Protegidas. Altera o Decreto Lei n.°19/93, de 23 de Janeiro.
DL	253/98	11/08	1998	GERAL	Altera o Decreto-Lei n.° 20/98, de 3 de Fevereiro, que define os serviços competentes para a decisão de aplicação de coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação em matéria de legislação florestal
P	777/98	16/09	1998	REGULAMENTOS COMNITÁRIOS	Regulamento do Desenvolvimento Florestal (R.D.F.). Altera a Portaria n.° 199/94, de 6 de Abril (aprova o Regulamento do Desenvolvimento Florestal). Revoga o Despacho Normativo n.° 735/94, de 25 de Outubro.
P	809/98	24/09	1998	CERTIFICAÇÃO	Altera os valores das taxas devidas pelos fornecedores de material de viveiro para controlo e certificação de plantas florestais. Revoga a Portaria n.° 821/91, de 5 de Setembro.
DL***	298/98	28/09	1998	CRÉDITO	Cria uma linha de crédito de curto prazo com bonificação de juros para pessoas singulares ou colectivas que se dediquem no continente à agricultura, silvicultura ou pecuária. Alterado pelo Decreto Lei n.° 115/99, de 14 de Abril.
P	918/98	21/10	1998	CERTIFICAÇÃO	Sobreiro – revoga a Portaria n.° 975/95, de 11 de Agosto.
P	924/98	22/10	1998	GERAL	Acção de Recolha de Dados da Fileira Florestal. Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção de Recolha de Dados da Fileira Florestal. Revoga a Portaria n ° 489/96, de 13 de Setembro.
DL	388/98	04/12	1998	GUARDAS FLORESTAIS	Altera o art.° 7° do Decreto Lei n.° 111/98, de 24 de Abril.
DL	14/99	12/01	1999	REGIME FITOSSANITÁRIO	Altera, actualizando o regime fitossanitário, que cria e define as medidas de protecção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, qualquer que seja a sua origem e proveniência. Revoga o Decreto Lei n.° 154/94, de 28 de Maio e as Portarias n.° 344/94, de 1 de Junho, n.° 731/94, de 12 de Agosto, n.° 690/95, de 30 de Junho, n.° 1 024/95, de 21 de Agosto, n.° 212/96, de 12 de Junho, n.° 507/96, de 25 de Setembro, n.° 507/96, de 25 de Setembro, n.° 138/97, de 26 de Fevereiro.
DL	34/99	05/02	1999	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Ocupação do solo objecto de um incêndio florestal. Altera os artigos 1.° e 2.° do Decreto-Lei n.° 327/90, de 22 de Outubro, que regula a ocupação dos solos objecto de incêndios florestais
P	179/99	13/03	1999	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Altera a Portaria n.° 85/98, de 19 de Fevereiro (Medidas Agro-Ambientais).
RCM	27/99	18/03-08/04	1999	PDSFP	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa. Adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.
DL	115/99	14/04	1999	CRÉDITO	Altera o Decreto Lei n.° 298/98, de 28 de Setembro.
Dre	10-AA/99	30/04	1999	PDSFP	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (P.D.S.F.P.).

					Rectifica o texto do P.D.S.F.P. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/99, de 8 de Abril.
DL	179/99	21/05	1999	SAPADORES FLORESTAIS	Sapadores florestais. Cria equipas de sapadores florestais e regulamenta a sua actividade (alínea c) do artigo 21º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal).
RCM	69/99	09/07	1999	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Aprova o programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabelece procedimentos relativamente à sua concretização
DL	204/99	09/07	1999	PLANEAMENTO FLORESTAL	Planos Regionais de Ordenamento Florestal (P.R.O.F.). Regula o processo de elaboração, de aprovação, de execução e de alteração dos P.R.O.F..
DL	205/99	09/07	1999	PLANEAMENTO FLORESTAL	Planos de Gestão Florestal (P.G.F.). Regula o processo de elaboração, de aprovação, de execução e de alteração dos P.G.F..
DC	603/99	26/07	1999	INCÊNDIOS FLORESTAIS	É fixado entre 18 de Junho e 30 de Outubro de 1999 o período durante o qual é proibida a prática de actos susceptíveis de constituírem factores de risco de incêndio florestal.
Desp.	14 307/99	28/07	1999	GERAL	Extingue a Comissão Instaladora da Empresa Pública Florestal criada pelo Despacho n.º 33/98, de 15 de Abril.
RCM	88/99	12/08	1999	INCÊNDIOS FLORESTAIS	Cria a rede móvel de emergência e segurança.
P	673-A/99	20/08	1999	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Altera a alínea a) do n.º III do Anexo I do Regulamento de Aplicação da Acção, Transformação e Comercialização de Produtos Aquícolas e Silvícolas.
P	726-A/99	24/08	1999	PAMAF	P.A.M.A.F.. Altera o anexo da Portaria n.º 809-A/94, de 12 de Setembro, que aprovou o Regulamento de Aplicação da Medida Infra-estruturas do Programa de Apoio à Modernização Agrícola Florestal (PAMAF).
L	158/99 ou 159/99	14/09	1999	GERAL	Bases do interprofissionalismo florestal.
Desp.	19 477/99	13/10	1999	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Cria o grupo de acompanhamento da aplicação de medidas de protecção fitossanitária contra o nemátode do pinheiro (GANP).
P	932/99	20/10	1999	GERAL	Fixa o prazo para apresentação de candidatura às acções de sensibilização previstas na Portaria n.º 693/94, de 23 de Julho, que estabelece o regime de ajudas à formação profissional a conceder no âmbito das medidas agro-ambientais
DL	494/99	18/11	1999	FITOSSANITÁRIO	Aprova as medidas de controlo fitossanitário a adoptar no território nacional em relação à bactéria ***Ralstonia solanacearum (Smith). Yabuuchi et al.***, transpondo a Directiva n.º 98/57/CE, do Conselho, de 20 de Julho.
DL	517/99	04/12	1999	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas da Comissão n.º 98/22/CE, de 15 de Abril, e 98/100/CE, de 21 de Dezembro, que alteram a Directiva da Comissão n.º 92/76/CE, de 6 de Outubro, que reconhece zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos, e ainda, a Directiva n.º 1999/53/CE, de 26 de Maio, que altera as Directivas n.º 77/93/CEE e 98/2/CE. Introduz alteração ao Decreto Lei n.º 14/99, de 12 de Janeiro.
DL	528/99	10/12	1999	PINHAS	Apanha de Pinhas. Regulamenta a época de apanha de pinhas.
P	1 127/99	30/12	1999	REGULAMENTOS COMUNITÁRIOS	Altera o Regulamento de Aplicação da Acção, Transformação e Comercialização de Produtos Aquícolas e Silvícolas, aprovado pela Portaria n.º 198/99, de 25 de Maio.

P	7/2000	07/01	2000	PROTECÇÃO FITOSSANITÁRIA	Estabelece as medidas de protecção fitossanitária extraordinárias consideradas indispensáveis para o combate ao nemátode da madeira do pinheiro *Bursaphelenchus xylophilus (Steiner et Buhrer) Nickle e al*, e seus possíveis vectores, de modo a evitar a sua erradicação no território nacional.

NOTAS: Esta tabela sendo o resultado do cruzamento de informação recolhida em variadíssima bibliografia e *sites* de *internet*, por vezes, surgiram documentos que nãc conseguimos confirmar âmbitos/conteúdos, já que, a informatização de legislação só se iniciou tardiamente. Pelo tempo já despendido na elaboração deste anexo, associado ac facto de por vezes a informação surgir num estado avançado na concretização do presente estudo, implicou unicamente a referência, esperando em futuros estudos aperfeiçoar c presente anexo.

(DL) – Decreto-Lei (D) – Decreto (Desp.) – Despacho (L) – Lei (DR) – Decreto Regulamentar (DC) – Despacho Conjunto (DSEA) – Despacho da Secretaria de Estado da Agricultura (DRe) – Declaração de Rectificação (RCM) – Resolução do Conselho de Ministros (DN) – Despacho Normativo (RAR) – Resolução da Assembleia da Repúblic (PCM) – Presidência do Conselho de Ministros (DINE) – Despacho do Instituto Nacional de Estatística (DMEC) – Despacho do Ministério da Economia (DAI) – Despacho da administração Interna (ATC) – Acordão do Tribunal Constitucional

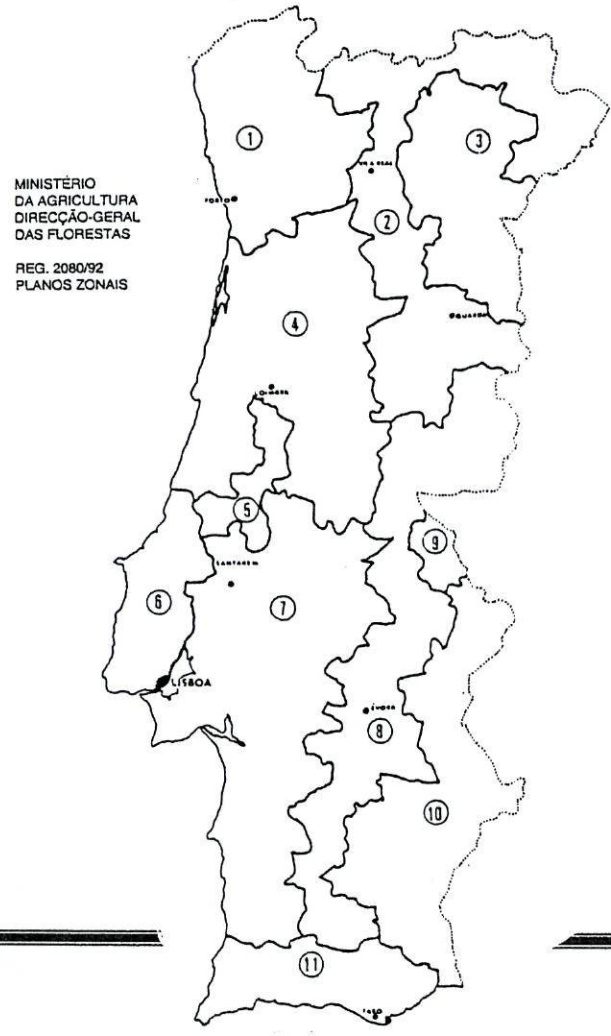
* - Revogado(a) ** - Caducada(o) *** - Alterado(a)

Fonte: M.A.D.R.P.; D.G.F.; D.G.A.; I.P.A.M.B.; C.C.R.N. (1991); A. Carvalho (1992); C.C.R.C. (1990); Manuela Pedroso (2000), "Base de dados pessoal" - D.G.F.; Diário dc Governo e Diário da República - I e II Série.

Anexo VII : Espécies privilegiadas no Reg. (CEE) n.º 2080/92 - Medidas Florestais na Agricultura

Planos Zonais / Espécies	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL
Carvalho americano	x	x		x								3
Carvalho Cerquinho					x							1
Carvalho roble	x											1
Castanheiro	x	x	x	x		x			x		x	7
Freixo	x	x		x		x	x				x	6
Nogueira	x	x	x	x	x	x			x		x	8
Plátano	x			x		x	x					4
Cerejeira		x	x	x								3
Sobreiro			x				x	x	x			4
Azinheira								x		x	x	4
Alfarrobeira											x	2
Pinheiro bravo	x	x		x		x	x				x	6
Cedro do Atlas		x	x									2
Cipestre		x	x		x							3
Pinheiro manso			x				x	x		x	x	6
Pinheiro Alepo					x					x	x	3
TOTAL	7	8	7	7	5	5	5	3	3	3	8	

Fonte: EMPORSIL (1994); "Aguas de Verão"; Boletim da Emporsil; n.º 28; Lisboa; p. 5



1 - Entre Douro e Minho
2 - Terra Fria
3 - Terra Quente
4 - Centro Litoral
5 - Serra de Aire/ Candeeiros.
6 - Estremadura
7 - Vale do Tejo/ Alentejo Litoral
8 - Beira Baixa/ Alentejo
9 - Serra de São Mamede
10 - Alentejo Interior
11 - Algarve

Anexo VIII - Contribuição para o valor de uso directo dos vários produtos florestais

	Produtos Florestais	Valor
1	Toros para serrar e folhear	32.170.000
2	Rolaria para pasta de papel	29.395.000
3	Cortiça	20.032.000
4	Caça	14.023.000
5	Frutos e produtos silvestres	11.081.000
6	Lenha	3.174. 000
7	Rolaria para exportação	2.010.000
8	Resina	800.000

Fonte:Conselho Ensino Superior Empresa (CESE) (1996); "O Sector florestal português"; Documento de Apoio ao Seminário do CESE; Ministério da Educação; Póvoa de Varzim; p. 3.3.

Anexo IX - Balança Comercial de Produtos das Indústrias Silvícolas (1990-96)

	1990			1991			1992			1993			1994			1995			1996		
PRODUTOS	E	I	E - I	E	I	E - I	E	I	E - I	E	I	E - I	E	I	E - I	E	I	E - I	E	I	E - I
Silvicultura	1.5	5.3	3.8	1.5	4.4	2.9	1.8	4.5	2.7	1.5	3.2	1.7	1.3	4.0	2.7	1.8	4.8	3	1.1	3.6	2.5
Indústrias Silvícolas	67.8	18.9	49.8	63.6	20.4	43.2	61.6	22.2	39.4	62.2	21.7	40.5	63.8	19.8	44	63.4	21.8	41.6	59.5	21.4	79.8
Produtos Agrícolas	8.2	43.0	34.8	10.2	42.1	31.9	11.0	38.2	27.2	8.8	38.6	29.8	8.0	38.8	30.8	7.6	36.5	28.9	8.4	37.1	28.7
Indústrias Agro-Alimentare	22.5	32.7	10.2	24.7	33.1	8.4	25.6	35.1	9.5	27.4	36.6	9.2	26.9	37.5	10.6	27.2	36.9	9.7	31.0	37.8	6.8
Complexo Agrícola	30.7	75.7	45	34.9	75.2	40.3	36.6	73.3	36.7	36.2	75.2	39	34.9	76.3	41.4	34.8	73.4	38.6	39.4	74.9	35.5
Complexo Florestal	69.3	24.3	45	65.1	24.8	40.3	63.4	26.7	36.7	63.8	24.8	39	65.1	23.7	41.4	65.2	26.6	38.6	60.6	25.1	35.5
Sector Agro-Florestal	100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100		100	100	

Notas: 1. Dados estimados a partir de 1993, para compatibilização da série.

2. Dados provisórios relativos a 1996

(+) (-)

Fonte: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Florestal (1997 : 26)

Anexo X - População Residente de Fafe - 1864/1991

			1864	1878		1890		1900		1911		1920		1930		1940		1950		1960[7]				1970				1981				1991			
	Freguesias	Área(Km2)	HM	HM	Var. 64/78	HM	Var. 78/90	HM	Var. 90/00	HM	Var. 00/11	HM	Var. 11/20	HM	Var. 20/30	HM	Var. 30/40	HM	Var. 40/50	HM	H	Hab/Km²	Var. 50/60	HM	H	Hab/Km²	Var. 60/70	HM	H	Hab/Km²	Var. 70/81	HM	H	Hab/Km²	Var. 81/91
1	Aboim	11,68	653	656	0,5	600	-8,5	636	6	666	4,4	611	-8	683	11,8	676	-1	749	10,8	763	355	65	1,9	600	240	51	-21,4	577	273	49	-3,8	508	230	43	-12
2	Agrela	1,44	290	289	-0,3	288	-0,3	318	10,4	318	0	290	-8,8	345	19	376	9	402	6,9	396	188	275	-1,5	350	180	243	-11,6	367	189	255	4,9	339	170	235	-7,6
3	Antime	3,23	519	553	6,6	584	5,6	627	7,4	749	19,5	734	-2	900	22,6	1143	27	1374	20,2	1409	672	436	2,5	1590	730	492	12,8	1508	715	467	-5,2	1466	687	454	-2,8
4	Ardegão[1]	3,14	.....	265	.....	284	7,2	266	-6,3	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	345	164	110	.....	370	155	119	7,2	354	177	113	-4,3	379	179	121	7,1
5	Armil	5,18	548	621	13,3	565	-9	589	4,2	637	8,1	624	-2	678	8,7	865	27,6	926	7,1	976	440	188	5,4	965	425	186	-1,1	940	446	181	-2,6	843	411	163	-10,3
6	Arnozela[2]	4,34	534	291	-45,5	355	22	275	-22,5	594	116	542	-8,8	624	15,1	719	15,2	823	14,5	523	259	121	-36,5	470	240	108	-10,1	387	171	89	-17,7	372	164	86	-3,9
7	Arões (Stª Cristina)	3,55	339	391	15,3	348	-11	403	15,8	442	9,7	461	4,3	461	0	578	25,4	630	9	816	434	230	29,5	925	465	261	13,4	910	480	256	-1,6	1064	545	300	16,9
8	Arões (S. Romão)	6,37	764	849	11,1	871	2,6	894	2,6	898	0,4	882	-1,8	927	-28,9	1189	28,3	1380	16,1	1685	850	265	22,1	1660	770	261	-1,5	2311	1154	363	39,2	2956	1472	464	27,9
9	Cepões	3,83	648	813	25,5	731	-10,1	794	8,6	858	8,1	857	-0,1	996	16,2	1202	20,7	1382	15	1575	792	411	14	1380	725	360	-12,4	1409	678	368	2,1	1462	717	382	3,8
10	Estorãos	7,97	741	805	8,6	873	8,4	838	-4	938	11,9	936	-0,2	1136	21,4	1223	7,7	1351	10,5	1336	625	168	-1,1	1410	705	177	5,5	1515	731	190	7,4	1588	752	199	4,8
11	Fafe	7,5	2080	2524	21,3	3071	21,7	3615	17,7	4534	25,4	4698	3,6	5075	8	5966	17,6	6855	14,9	7126	3249	950	4	7865	3665	1049	10,3	9871	4601	1316	25,5	11584	5504	1545	17,4
12	Fareja	3,44	376	438	16,5	355	-18,9	419	18	457	9,1	424	-7,2	483	13,9	521	7,9	590	13,2	604	284	176	2,4	495	245	144	-18	542	256	158	9,5	710	353	206	31
13	Felgueiras	5,42	130	135	3,8	145	7,4	.....	.....	136	.....	123	-9,6	224	82,1	204	-8,9	211	3,4	220	86	41	4,3	305	120	56	38,6	158	64	29	-48,2	165	71	30	4,4
14	Fornelos	3,5	450	448	-0,4	490	9,4	512	4,5	592	15,6	582	-1,7	630	8,2	753	19,5	932	23,8	1042	581	298	11,8	1085	510	310	4,1	1174	572	335	8,2	1282	624	366	9,2
15	Freitas	6,24	584	580	-0,7	597	2,9	688	15,2	752	9,3	793	5,5	854	7,7	990	15,9	1084	9,5	984	444	158	-9,2	700	275	112	-28,9	850	388	136	21,4	813	370	130	-4,4
16	Golães	4,9	746	850	13,8	938	10,4	973	3,7	1163	19,5	1091	-6,2	1326	21,5	1469	10,8	1686	14,8	1880	911	384	11,5	1475	570	301	-21,5	2083	974	425	41,2	2127	1042	434	2,1
17	Gontães	5,68	228	243	6,6	207	-14,8	209	1	211	1	215	1,9	262	21,9	236	-9,9	256	8,5	224	94	39	-12,5	230	130	40	2,7	187	91	33	-18,7	188	98	33	0,5
18	Medelo	1,99	269	325	20,8	331	1,8	384	16	438	14,1	413	-5,7	548	32,7	557	1,6	673	20,8	774	371	389	15	710	290	357	-8,3	1022	500	514	43,9	1404	668	706	37,4
19	Monte	7,05	735	756	2,9	840	11,1	835	-0,6	944	13,1	922	-2,3	902	-2,2	1048	16,2	1042	-0,6	1016	450	144	-2,5	1040	445	148	2,4	724	334	103	-30,4	522	213	74	-27,9
20	Moreira de Rei[4]	17,42	1423	1430	0,5	1539	7,6	1546	0,5	1648	6,7	1681	1,9	1707	1,5	1957	14,6	2216	13,2	2058	927	118	-7,1	2055	900	118	-0,1	1991	884	114	-3,1	1914	861	110	-3,9
21	Passos	3,82	503	553	9,9	570	3,1	612	7,4	668	9,2	659	-1,3	762	15,6	778	2,1	942	21,1	976	466	255	3,6	935	460	245	-4,2	1145	564	300	22,5	1136	554	297	-0,8
22	Pedraído[3]	4,47	286	353	23,4	333	-5,7	495	48,6	347	-29,9	375	8,1	464	23,7	455	-1,9	483	6,2	424	171	95	-12,2	405	200	91	-4,5	345	160	77	-14,8	344	170	77	-0,3
23	Quinchães	7,88	1063	1047	-1,5	1078	3	1131	4,9	1107	-2,1	1141	3,1	1152	1	1383	20,1	1525	10,3	1452	733	184	-4,8	1325	595	168	-8,7	837	342	106	-36,8	693	283	88	-17,2
24	Quinchães	10,45	1120	1204	7,5	1174	-2,5	1294	10,2	1437	11,6	1407	-2,1	1479	5,1	1734	17,2	1765	1,8	1800	879	172	2	1795	840	172	-0,3	1962	963	188	9,3	1927	958	184	-1,8
25	Regadas	4,88	679	694	2,2	678	-2,3	762	12,4	816	6,3	776	-4,2	896	15,5	1087	21,3	1259	15,8	1368	663	280	8,7	1540	700	316	12,6	1595	748	327	3,6	1652	779	339	3,6
26	Revelho	4,92	647	667	3,1	688	3,1	678	-1,5	742	9,4	786	5,9	775	-1,4	891	15	1009	13,2	998	424	203	-1,1	905	390	184	-9,3	934	449	190	3,2	871	418	177	-6,7
27	Ribeiros	5,62	547	528	-3,5	573	8,5	595	3,8	599	0,7	661	10,4	718	8,6	746	3,9	843	13	875	406	156	3,8	770	365	137	-12	749	367	133	-2,7	702	340	125	-6,3
28	S. Gens	14,31	1315	1474	12,1	1469	-0,3	1437	-2,2	1564	8,8	1545	-1,2	1562	1,1	1736	11,1	1916	10,4	1716	837	120	-10,4	1740	865	122	1,4	2023	966	141	16,3	1903	891	133	-5,9
29	Seidões	3,34	351	442	25,9	402	-9	464	15,4	463	-0,6	426	-7,6	537	26,1	515	-4,1	569	10,5	546	256	163	-4	540	270	161	-1,1	540	251	162	0	564	276	169	4,4
30	Serafão	6,97	939	946	0,7	1014	7,2	1102	8,7	1169	6,1	1090	-6,8	1169	7,2	1348	15,3	1489	10,5	1603	749	230	7,7	1185	550	170	-26	1328	611	191	12,1	1147	517	165	-13,6
31	Silvares (S. Clemente)	2,93	278	325	16,9	363	11,7	379	4,4	382	0,8	408	6,8	512	25,5	548	7	599	9,3	632	314	216	5,5	565	275	193	-10,6	553	250	189	-2,1	569	269	194	2,9
32	Silvares (S. Martinho)	5,53	447	557	24,6	630	13,1	684	8,6	769	12,4	747	-2,9	870	16,5	1016	16,8	1262	24,2	1304	631	236	3,3	1015	445	184	-22,2	1339	653	242	31,9	1505	736	272	12,4
33	Travassós	10,19	1011	1066	5,4	1219	14,4	1268	4	1330	4,9	1343	1	1371	2,1	1601	16,8	1837	14,7	2120	1032	208	15,4	1975	960	194	-6,8	1855	864	182	-6,1	1639	759	161	-11,6
34	Várzea Cova	11,68	683	691	1,2	700	1,3	777	11	833	7,2	850	2	933	9,8	922	-1,2	1074	16,5	1044	484	89	-2,8	990	475	85	-5,2	648	288	55	-34,5	465	203	40	-28,2
35	Vila Cova	5,83	444	499	12,4	480	-3,8	486	1,3	504	3,7	542	7,5	532	-1,9	561	5,5	578	3	602	276	103	4,2	390	145	67	-35,2	417	178	72	6,9	339	163	58	-18,7
36	Vinhós	2,18	304	316	3,9	353	11,7	361	2,3	406	12,5	396	-2,5	466	17,7	475	1,9	531	11,8	570	274	261	7,3	730	390	335	28	678	312	311	-7,1	720	346	330	6,2
F	Conc. de Fafe	218,87	22674	24624	8,6	25736	4,5	27346	6,3	30102	10,1	30031	-0,2	32959	9,7	37468	13,7	42243	12,7	43782	20771	200	3,6	42485	19710	194	-29,6	45828	21644	209	7,9	47862	22793	219	4,4
G	Conc. de Guimarães	257,85	44188	46277	4,7	49738	7,5	54910	10,4	59011	7,5	56359	-4,5	65417	16,1	82120	25,5	97064	18,2	116272	56530	451	19,8	121145	58220	470	4,2	146959	71597	570	21,3	157589	77388	611	7,2
PL	Conc. de P. Lanhoso	131,99	17277	16731	3,2	16364	-2,2	16939	3,5	18128	7	17861	-1,5	19178	7,4	20532	7,1	21342	3,9	22033	10356	167	3,2	20550	9695	156	-6,7	21092	10160	160	2,6	21516	10176	163	2,1
ST	Conc. de St.º Tirso	207,04	22526	23347	3,6	25610	10	28371	10,8	33288	17,3	35234	5,8	41078	16,6	51755	26	63389	22,5	77130	37550	373	21,7	79855	38285	386	3,5	93482	45638	452	17,1	102593	50025	496	9,7
VM	Conc. de V. Minho	220,15	13652	14036	2,8	14130	0,7	14904	5,5	14969	0,4	14747	-1,5	15382	4,3	17289	12,4	19259	11,4	18920	9125	86	-1,8	17395	8290	79	-8,1	17931	8805	81	3,1	15775	7810	72	-12
VNF	Conc. de V. N. Famalicão	201,85	27700	29483	6,4	31689	7,5	33978	7,2	37753	11,1	39652	5	43561	9,9	56158	28,9	66266	18	79250	38860	393	20	88370	42500	438	11,5	106508	52188	528	20,5	114338	56174	566	7,4
A	NUTS III - Ave	1237,75	148017	154498	4,4	163267	5,7	176448	8,1	193251	9,5	193884	0,3	217575	12,2	265322	21,9	309563	16,7	357387	173192	289	15,4	369800	176700	299	3,5	431800	210032	349	16,8	459673	224366	371	6,5
RN	NUTS II - Região Norte	21290,23	1566927	1669114	6,5	1792414	7,4	1883637	5,1	2035945	8,1	2020567	-0,8	2225048	10,1	2556891	14,9	2818861	10,2	3040516	2395924	143	7,9	3012930	1426170	142	-1,2	3410099	1642374	160	13,5	3472715	1677310	163	1,8
C	NUTS I - Continente[6]	88927	3927392	4303664	9,6	4713319	9,5	5039744	6,9	5586053	10,8	5668232	1,5	6334507	11,8	7218882	14	7921913	9,7	8292975	3971316	93	4,7	8074960	3835250	91	-2,6	9336760	4501924	105	15,6	9375926	4521845	105	0,4

Notas:

Freguesias da área de estudo

[1] Criada pelo Decreto-Lei n.º 38 742, de 7/5/1952, com sede em lugar de Vale da Igreja

[2] Nos Censos de 1911, 1920 e 1930 figura com a designação de Arnozela e Ardegão, passando a ter a de Arnozela com a publicação do Decreto-Lei n.º 27 424 de 31/12/1936

[3] No Censo de 1900 estava anexada à freguesia de Pedraído (Decreto-Lei 12/11/1891). Foi anexada por alvará de 27/1/1901

[4] No Censo de 1864 figura com a designação de Moreira

[5] No Censo de 1900 tinha anexada a freguesia de Felgueiras (decreto de 12/11/1891). Foi desanexada por alvará de 27/1/1901

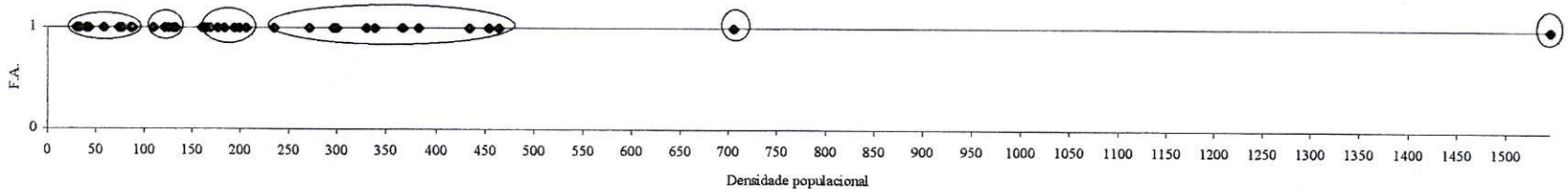
[6] A Carta Administrativa de Portugal da S.E.A.R.N, na página n.º 104 refere que a área de Portugal Continental é de 88.802,677 Km2, contudo, este valor não contempla a área correspondente ao Tejo e Sado, pelo que, optou-se pela área referida em diversa literatura.

[7] A densidade populacional do NUTS III em 1960 segundo estatística da época apresentam valores substancialmente diferentes dos apresentados na tabela, pois os cálculos nesta têm por base as áreas actuais dos respectivos espaços freguesia/concelho.

Fontes:

INE - http://infoline.ine.pt/
INE (19647); X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes - 1960; Quadros 2/3; Tomo I; Volume 1.º; pp. 11-16, 23-27, 54, 71, 90-96, 105-106, 108, 115;
INE (19647); X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes - 1960; Quadro 7; Tomo II; II Volume 2.º; pp. 364-367, 369;
INE (19737) - XI Recenseamento Geral da População - Portugal - 1970; Quadro 1; pp. 11-15, 52 do 1.º conjunto de páginas (1-80);
INE (1983); XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação - Total do País - 1981; Quadro 1.01; p. 3;
INE (1983); XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação - Braga - 1981; Quadro 1.01; pp. 5-7;
INE (1984); XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento da Habitação - Porto - 1981; Quadro 1.01; p. 6;
SEARN (1986); "Carta Administrativa de Portugal"; pp.12-15, 18-26, 28, 62, 68, 76, 81, 96-103;
INE (1993); XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação - Norte - 1991; Quadros 1.01/1.02/1.03; pp. 15, 21-25, 48 e 50;
C.C.R.N.(1996); "Tratamento por Freguesia"; pp. 20-21;
INE (1999); Estatísticas Demográficas - 1998; Quadros 2.1.2./2.1.4.; pp. 48, 50.

Anexo XI - Diagrama de Dispersão



Anexo XII: Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Fafe (1960/1991) e Freguesias da Área de Estudo (1991)

	População Residente									
	FAFE									
	1960		1970		1981		1991		1997[1]	
Grupos de Idades	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%
0 - 14	15539	36	14340	34	14117	31	11673	25	10220	20
15 - 24	7433	17	7815	18	8626	19	8771	18	9010	18
25 - 64	17727	40	16640	39	18330	40	21959	46	25160	50
65 e +	3083	7	3690	9	4755	10	5459	11	5750	12
Total	43782	100	42485	100	45828	100	47862	100	50140	100
I.V.[2]		19,8		25,7		33,7		46,8		56,3
I.D.I.[3]		12,3		15,1		17,6		17,8		16,8

	População Residente									
	ABOIM		FELGUEIRAS		GONTIM		MONTE		QUEIMADELA	
Grupos de Idades	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%	HM	%
0 - 14	114	22	46	28	35	19	118	23	142	20
15 - 24	87	17	24	15	45	24	82	16	112	16
25 - 64	206	41	64	38	77	41	205	39	303	44
65 e +	101	20	31	19	31	16	117	22	136	20
Total	508	100	165	100	188	100	522	100	693	100
I.V.[2]		88,6		67,4		88,6		99,2		95,8
I.D.I.[3]		34,5		35,2		25,4		40,8		32,8

Nota:

[1] Estimativa em 31/12/1997

[2] I.V. - Índice de Vitalidade = População com mais de 65 anos/População com idades compreendidas entre 0 - 14

[3] I.D.I. - Índice de Dependência de Idosos = População com mais de 65 anos/População com idades compreendidas entre 15 - 64 anos

Fontes: I.N.E. (1994); "Estrutura etária da população: 1981-1991"; p. 46-47

I.N.E. (1999): "Anuário Estatístico da Região Norte, 1998": Quadro n.º I.1.2.; p. 16

Anexo XIII - População Residente por Classes Etárias - NUTS II/III/Fafe - 1991

Classes Etárias	NUTS II - R. Norte	NUTS III - Ave	Concelho de Fafe
< 1	42823	6448	683
1 a 4	173067	25530	2697
5 a 9	253014	36082	3829
10 a 14	298513	42015	4464
[0 - 14]	767417	110075	11673
15 a 19	326044	45208	4610
20 a 24	300369	43238	4161
[15 - 24]	626413	88446	8771
25 a 29	282035	40485	3837
30 a 34	257302	35367	3485
35 a 39	235798	33145	3229
40 a 44	211937	27774	2641
45 a 49	181184	21843	2198
50 a 54	175051	21441	2177
55 a 59	173800	20434	2244
60 a 64	164758	18598	2148
[25 - 64]	1681865	219087	21959
65 a 69	141262	15278	1935
70 a 74	102287	10984	1466
75 a 79	79465	8330	1037
80 a 84	47579	4821	662
85 a 89	19810	1997	271
>90	6617	655	88
[Sup. 65 [	397020	42065	5459
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	36,30%	27,10%	33,50%

Fonte:

INE (1993); XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação - 1991; Quadro 6.01.1.; pp. 165

Nota:

(F.PEDROSA : 1999 : 118)

Índice de Envelhecimento = Pop.com idades >= a 65 anos/Pop. com idades < a 20 anos X 100

$IE_{R.Norte}$ 397020 / 1093461 x 100 = 36,3%

IE_{Ave} 42065 / 155283 x 100 = 27,1%

IE_{Fafe} 5459 / 16283 x 100 = 33,5%

Anexo XIV - Temperatura e Precipitação de Guimarães (1941-1961) e Precipitação de Fafe (1941-1970)

	Guimarães[1]						Fafe		
	Médias de 1941 - 1961						Médias de 1941 - 1970		
	T.M.M.	T.M.Max.	T.M.Mín.	T.Máx.	T. Mín.	P	P	P ≤ 0,1mm	P ≥ 10mm
Mês	(ºC)	(ºC)	(ºC)	(ºC)	(ºC)	(mm)	(mm)	n.º dias	n.º dias
J	8,8	13,3	4,3	24	-3,9	188,5	233,1	15	8
F	9,8	14,8	4,8	27,1	-5,8	157,3	205,1	13	7
M	12,4	17,5	7,2	28,6	-2,7	176,8	219,4	14	7
A	14,4	19,9	8,9	32,6	-0,8	100,4	129,7	11	4
M	16,1	21,4	10,8	33,7	2,2	112,5	125,1	12	5
J	19,6	25,7	13,6	37,2	5,7	51,7	63,7	7	2
J	21,5	28,3	14,7	40,6	7,8	22,7	23,7	4	1
A	21,4	28	14,7	40	7,5	35,6	36,9	5	1
S	19,7	26	13,4	38	5	69,5	80,9	9	3
O	16,5	22,2	10,8	34,5	0,5	123,1	138,9	11	5
N	12,2	17,3	7,2	27,1	-1,3	178,5	203,4	14	7
D	9,4	14	4,8	21,5	-3,7	205,9	219,5	14	7
Anual	15,2	20,7	9,6	40,6	-5,8	1.422,50	1.679,40	129	57

Fonte: I.N.M.G., 1988, Lisboa

Nota:

T.M.M.	Temperatura Média Mensal
T.M.Máx.	Temperatura Média Máxima Mensal
T.M.Mín.	Temperatura Média Mínima Mensal
T.Máx.	Temperatura Máxima
T.Mín.	Temperatura Mínima
P.	Precipitação

	Localizacão		
Guimarães	41º 26' N	8º 18' O	193m.
Fafe	41º 27' N	8º 12' O	330m.

Anexo XV - Uso do Solo - NUT's II/III/Concelho de Fafe, 1991

NUTS / CONCELHO	SUPERFÍCIE (ha)											
	TOTAL			AGRÍCOLA			FLORESTAL			URBANA		
	V.A.	%		V.A.	%		V.A.	%		V.A.	%	
NUTS II - Região Norte	2127834	100	100	698934	32,8	100	688735	32,4	100	279451	13,1	100
NUTS III - Ave	123775	100	5,8	100	38036	30,7	5,4	100	38062	30,8	5,5	100	27581	22,3	9,9	100
Conc. de Fafe	21887	100	1,03	17,7	10486	47,9	1,5	27,6	7392	33,8	1,1	19,4	1485	6,8	0,5	5,4

Fonte:

I.N.E. (s/ano); Anuário Estatístico da Região Norte – 1993"; Quadro III.23.3; p.182

I.N.E. (1997); Anuário Estatístico da Região Norte – 1996"; Quadro III.21.1; p.184

ANEXO XVI - RESUMO GERAL DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL 073 - B.V.FAFE EM 1997

		JANEIRO					FEVEREIRO					MARÇO				
		DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1110	FLORESTAL (a)	0	0	0	0		0	0	0	0		24	35	122	41,56	33,4
1120	AGRÍCOLA (b)	0	0	0	0		0	0	0	0		2	3	14	1,57	0
1130	INCULTO (c)	0	0	0	0		0	0	0	0		36	47	192	50,42	25,54
1100	RURAL (a+b+c)	0	0	0	0		0	0	0	0		62	85	328	94,35	58,94
1200	URBANO	3	4	18	1,15		3	3	16	1,07		6	12	50	4,5	
1300	INDUSTRIAL	1	1	5	0,3		3	4	24	1,53		1	6	27	3	
1400	TRANSPORTE	1	2	10	0,3		0	0	0	0		0	0	0	0	
1500	OUTRO	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0	
	SUB TOTAL 1000	5	7	33	2,15		6	7	40	3		69	103	405	102,27	58,94
	TOTAL CCO	361	370	632	222,35		337	339	552	201,28		405	447	952	318,41	58,94
	TOTAL GERAL	361	370	632	222,35		337	339	552	201,28		405	447	952	318,41	58,94

		ABRIL					MAIO					JUNHO				
		DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1110	FLORESTAL (a)	23	29	120	50,54	61,15	0	0	0	0	0	1	6	20	4,25	0,14
1120	AGRÍCOLA (b)	2	2	9	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1130	INCULTO (c)	23	28	117	29,22	25,28	1	1	4	0,2	0,01	4	4	17	3,45	0,52
1100	RURAL (a+b+c)	48	59	246	83,16	86,43	1	1	4	0,2	0,01	5	10	37	8,1	0,66
1200	URBANO	8	16	66	10,12		2	5	23	1,45		1	2	8	0,55	
1300	INDUSTRIAL	1	2	7	0,15		1	2	11	1,3		1	3	15	1,05	
1400	TRANSPORTE	2	2	10	0,45		2	3	15	1,4		0	0	0	0	
1500	OUTRO	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0	
	SUB TOTAL 1000	59	79	329	94,28	86,43	6	11	53	5,15	0,01	7	15	60	10,1	0,66
	TOTAL CCO	343	371	814	262,31	86,43	320	332	595	209,57	0,01	294	306	598	208,57	0,66
	TOTAL GERAL	343	371	814	262,31	86,43	320	332	595	209,57	0,01	294	306	598	208,57	0,66

		JULHO					AGOSTO					SETEMBRO				
		DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1110	FLORESTAL (a)	5	6	26	7,4	1,33	30	50	221	63,54	20,67	44	114	431	84,1	40,13
1120	AGRÍCOLA (b)	0	0	0	0	0	1	1	5	0,4	0	3	3	15	3,3	0,11
1130	INCULTO (c)	25	30	135	35,22	3,56	64	82	376	82,51	14,67	79	104	450	91,28	9,47
1100	RURAL (a+b+c)	30	36	161	43,02	4,89	95	133	602	147,25	35,34	126	221	896	198,08	49,71
1200	URBANO	4	4	23	2,1		4	7	32	1,35		3	5	25	1	
1300	INDUSTRIAL	2	3	13	0,45		2	2	10	0,55		1	2	7	0,27	
1400	TRANSPORTE	0	0	0	0		1	1	3	0,1		2	2	10	1	
1500	OUTRO	1	1	5	0,35		0	0	0	0		1	2	10	0,35	
	SUB TOTAL 1000	37	44	202	46,32		102	143	647	150,05	35,34	133	232	948	182,1	49,71
	TOTAL CCO	398	420	912	314,25	4,89	487	535	1348	422,44	35,34	447	550	1496	412,03	49,71
	TOTAL GERAL	398	420	912	314,25	4,89	487	535	1348	422,44	35,34	447	550	1496	412,03	49,71

		OUTUBRO					NOVEMBRO					DEZEMBRO				
		DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA					DENTRO DA ÁREA				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
1110	FLORESTAL (a)	18	50	193	43,05	28,82	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1120	AGRÍCOLA (b)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1130	INCULTO (c)	27	41	173	42,5	10,47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1100	RURAL (a+b+c)	45	91	356	85,55	39,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1200	URBANO	0	0	0	0		4	7	34	2,5		4	6	33	2,02	
1300	INDUSTRIAL	2	5	30	1,55		0	0	0	0		0	0	0	0	
1400	TRANSPORTE	1	1	6	0,3		0	0	0	0		0	0	0	0	
1500	OUTRO	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0	0	
	SUB TOTAL 1000	48	97	402	88,2	39,29	4	7	34	2,5	0	4	6	33	2,02	0
	TOTAL CCO	390	443	954	318,36	39,29	354	363	612	246,39	0	370	377	687	255,26	0
	TOTAL GERAL	390	443	954	318,36	39,29	354	363	612	246,39	0	370	377	687	255,26	0

Fonte: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fafe

A) QUANTIDADE
B) VIATURAS
C) BOMBEIROS
D) DURAÇÃO (HORAS,MIN.)
E) ÁREA ARDIDA (HECTARES)

Anexo XVII : Distribuição da superfície agrícola do concelho de Fafe - 1989

	Freguesias	Área (ha)	S.A.T. (ha)	N.º Explor.	S.A.U. (ha)
1	Aboim	1168	552,6	105	294,8
2	Agrela	144	99,8	32	67,7
3	Antime	323	290,6	54	131,5
4	Ardegão	314	80,1	23	41,1
5	Armil	518	358,9	58	146,6
6	Arnozela	434	263,7	54	116,8
7	Arões (Stª Cristina)	355	277,2	54	130,9
8	Arões (S. Romão)	637	424	110	242,6
9	Cepães	383	287,4	65	152,4
10	Estorãos	797	458,3	106	249,5
11	Fafe	75	460,5	87	231,3
12	Fareja	344	312,5	52	154,3
13	Felgueiras	542	108,6	24	61,3
14	Fornelos	35	232,6	55	135,3
15	Freitas	624	382,7	110	236,8
16	Golães	49	293,3	98	169
17	Gontim	568	232,2	25	131,8
18	Medelo	199	142,1	33	81,1
19	Monte	705	372,2	69	236,3
20	Moreira de Rei	1742	716,5	191	400,3
21	Passos	382	354,5	80	193,5
22	Pedraído	447	241	50	134,7
23	Queimadela	788	531,4	111	311
24	Quinchães	1045	299,4	96	161
25	Regadas	488	544,1	98	225,5
26	Revelhe	492	510,8	84	236,6
27	Ribeiros	562	214,8	37	124,6
28	S. Gens	1431	1203,6	164	543,4
29	Seidões	334	234,7	55	121,4
30	Serafão	697	593,4	160	354,6
31	Silvares (S. Clemente)	293	164,9	25	82,6
32	Silvares (S. Martinho)	553	269,5	68	108,4
33	Travassós	1019	895,3	162	374,1
34	Várzea Cova	1168	587,2	90	254,2
35	Vila Cova	583	329,6	73	197,3
36	Vinhós	218	245,5	56	133
	Conc. de Fafe	21887	13565,5	2814	6967,3

Notas:

S.A.T. - Superfície Agrícola Total

S.A.U. - Superfície Agrícola Utilizada

Fonte: INE (s/ano); "Recenseamento Geral Agrícola - 1989";
- http://infoline.ine.pt/

Anexo XVIII - Explorações Agrícolas da A.E./Fafe (1989)

	Aboim	Felgueiras	Gontim	Monte	Queimadela	T.A.E.	T.C F.	T.A.E./T.C.F.x100
Área Administrativa (ha)	1168	542	568	705	788	3771	21887	17,2
Sup. Agrícola Total (ha)	552,6	108,6	232,2	372,2	531,4	1797	13565,5	13,2
Sup. Agríc. Utilizada (ha)	294,8	61,3	131,8	236,3	311	1035,2	6967,3	17,9
N.º de Explorações	105	24	25	69	111	334	2814	11,9
N.º de Explorações com S.A.U.	103	24	25	69	111	332	2807	11,8
S.A./A.F.x100 (%)	47,3	20	40,9	52,8	67,4	47,7	62	
S.A.U./S.A.x100 (%)	53,3	56,4	56,8	63,5	58,5	57,6	51,4	
N.E.F./N.E.C.F.x100 (%)	3,73	0,85	0,88	2,45	3,94	11,85		

Nota:

A.F. - Área da Freguesia

N.E.C.F. - N.º de Explorações do Concelho de Fafe

N.E.F. - N.º de Explorações da Freguesia

S.A. - Superfície Agrícola

S.A.U. - Superfície Agrícola Utilizada

T.A.E. - Totais da Área de Estudo

T.C.F. - Totais do Concelho de Fafe

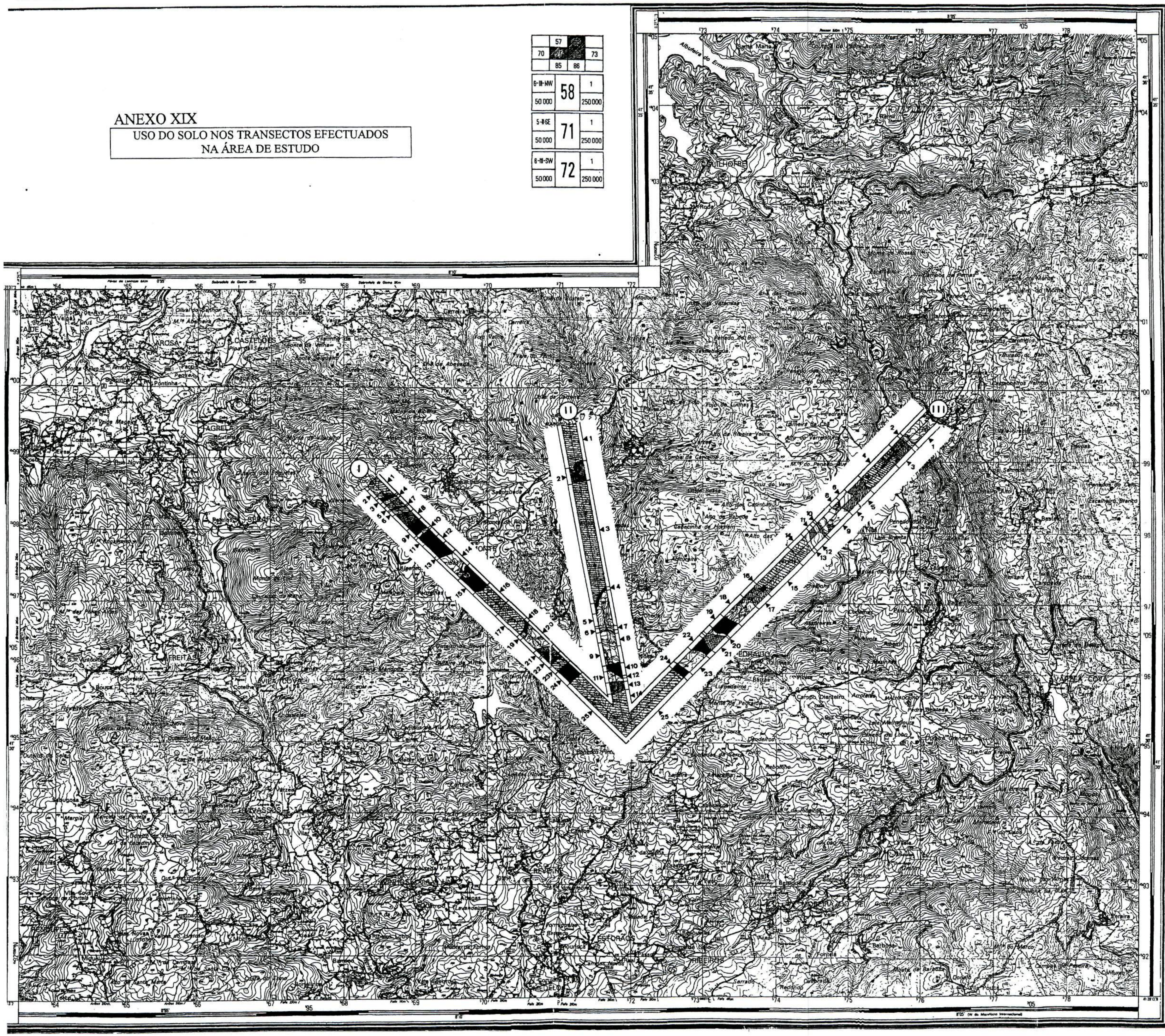
Fonte:

I.N.E. (s/ano); Anuário Estatístico da Região Norte – 1991/92; Quadro II.4.1.; pp. 43-45

INE (1989); "Recenseamento Geral Agrícola"; - http://infoline.ine.pt/

ANEXO XIX

USO DO SOLO NOS TRANSECTOS EFECTUADOS NA ÁREA DE ESTUDO



LEGENDA:

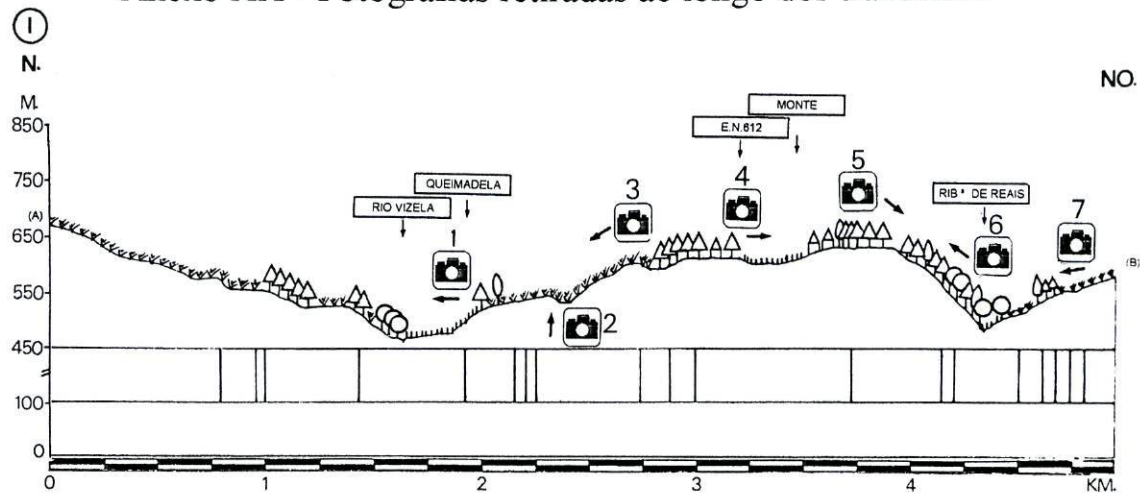
N.º	TRANSECTO I	II	III
1	Inc.	Inc. + Afl.(C.B.)	Agr. + Hab.
2	Euc.	Ca.	Past.
3	Pb. (jovem)	Inc. + Afl.	Ca. + Euc. + Giesta
4	Euc.	Pb. + Ca. + Euc.	Inc. + Ca. (C.D.) + Afl.
5	Inc. (Giesta)	Agr. (socalcos)	Ca.
6	Agr. (socalcos)	Agr. (socalcos)	Agr.
7	Ca. + Euc. (esporádico)	Fd.	Ca.
8	Ca. + Pb. + Euc.	Fd.	Inc.
9	Pb. + Euc.	Agr. (socalcos)	Agr. + Hab.
10	Clareira (corte de Pb.)	Fd.	Fd.
11	Pb. (disperso)	Agr. (socalcos)	Ca.
12	Pb.	Ca.	Agr. (erva ração)
13	Pb. + Euc. + Hab.	Ca.	Agr.
14	Agr.	Inc.	Ca
15	Pb.		Inc. + Afl.
16	Inc.		Pb.
17	Inc. + Euc. (C.D.)		Ca.
18	Pb. + Ca. + Euc.		Agr. + Hab.
19	Cemitério		Pb. + Euc. + Ca.
20	Agr. (socalcos) + Fd.		Paúlo
21	Ca.		Ca. (Estratos) + Pb.
22	Pb.		Pb.
23	Inc.		Agr. (erva ração)
24	Pb.		Pb.+ Euc (Disperso)+ Ca.
25	Inc		Inc.

NOTA:

ÁREA FLAGELADA POR INCÊNDIO NO(S) ÚLTIMO(S) ANO(S)

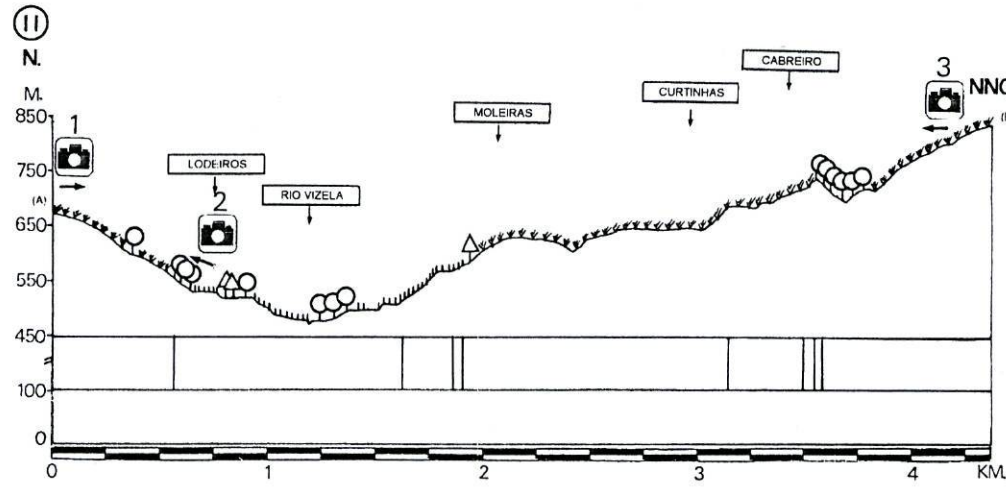
Afl.	AFLORAMENTO ROCHOSO
Agr.	AGRICULTURA
C.B.	CAOS DE BLOCOS
C.D.	CRESCIMENTO DESORDENADO
Ca.	CARVALHO
Euc.	EUCALIPTO
Fd.	FOLHOSAS DIVERSAS
Hab.	HABITAÇÕES
Inc.	INCULTO
Pas.	PASTAGENS
Pb.	PINHEIRO BRAVO

Anexo XX - Fotografias retiradas ao longo dos transectos



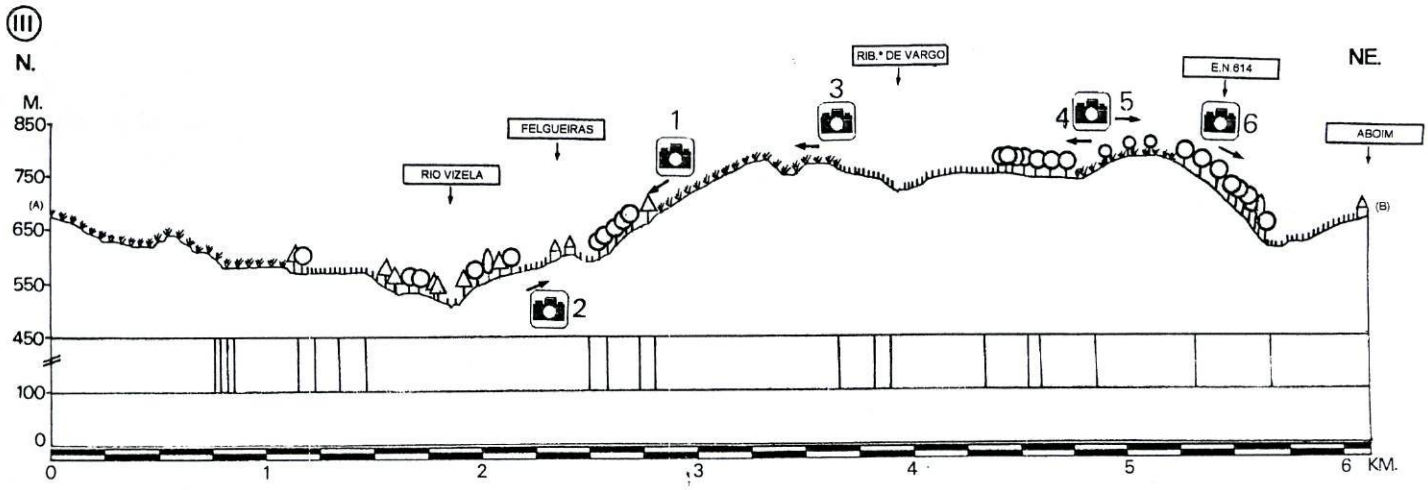
(A) △ TOURA (678 m.)
(B) △ FOJO (585 m.)

ESCALA HORIZONTAL 1/25 000
ESCALA VERTICAL 1/10 000
EXAGERADA 2.5



(A) △ TOURA (678 m.)
(B) △ MAROIÇO (847 m.)

ESCALA HORIZONTAL 1/25 000
ESCALA VERTICAL 1/10 000
EXAGERADA 2.5



(A) △ TOURA (678 m.)
(B) PONTO COTADO (666 m.)

ESCALA HORIZONTAL 1/25 000
ESCALA VERTICAL 1/10 000
EXAGERADA 2,5



Foto n.º 1 - I1 - Queimadela	1.º Plano – Folhosas diversas	2.º Plano - Povoamento pinheiro bravo	3.º Plano - Toura



Foto n.º 2 - I4 - Monte	1.º/2.º Plano - Cultivo e habitação	3.º Plano - Povoamento pinheiro bravo



Foto n.º 3 - I2 - Monte/Queimadela

Superfície de inculto, com vegetação herbácea e arbustiva, com sinais visíveis de erosão, verificando-se o surgimento de afloramento rochoso



Foto n.º 4 - I3 - Monte/ /Queimadela	1.º Plano - Foto n.º 3	2.º Plano - Povoamento pinheiro bravo (foto n.º 1 - 2.º plano)	3.º Plano - Toura



Foto n.º 5 - I6 - Monte	Povoamento de pinheiro bravo com a presença de alguns eucaliptos



Foto n.º 6 - I5 - Monte	Povoamento de pinheiro bravo com a presença de alguns eucaliptos, com clareira



Foto n.º 7 - I7 - <u>Monte</u>	1.º/2.º Plano – vegetação arbustivo-arbórea desordenada devido a incêndio	3.º Plano - Povoamento carvalho seguido de pinheiro bravo



Foto n.º 8 - II2 - Queimadela	Povoamento de carvalho

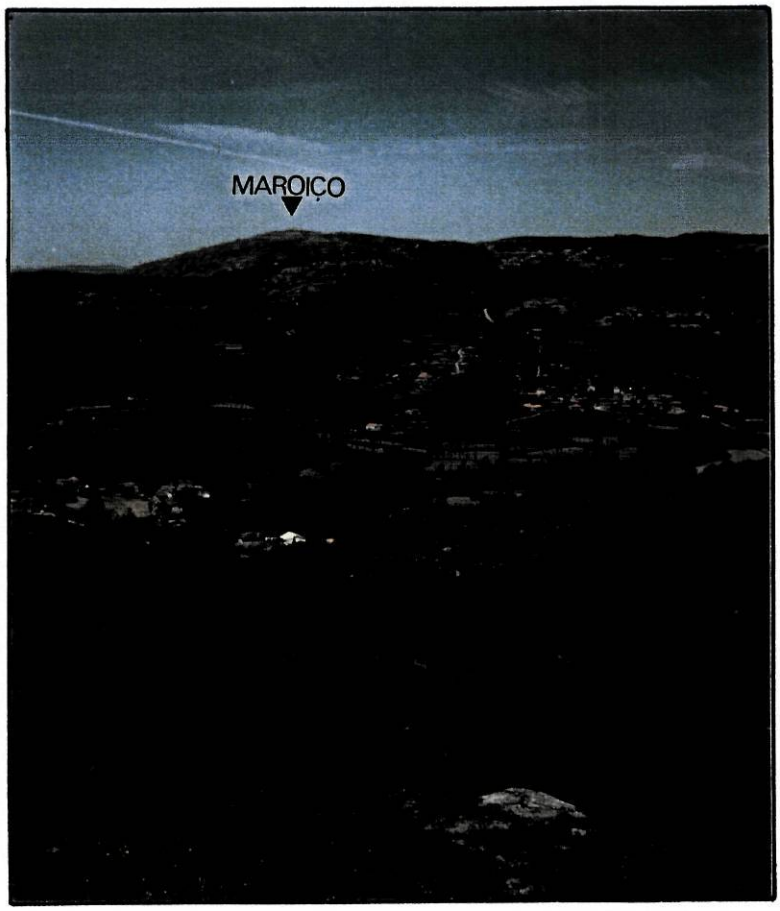


Foto n.º 9 - II1 - Queimadela	Vista do transecto II, fotografado da Toura

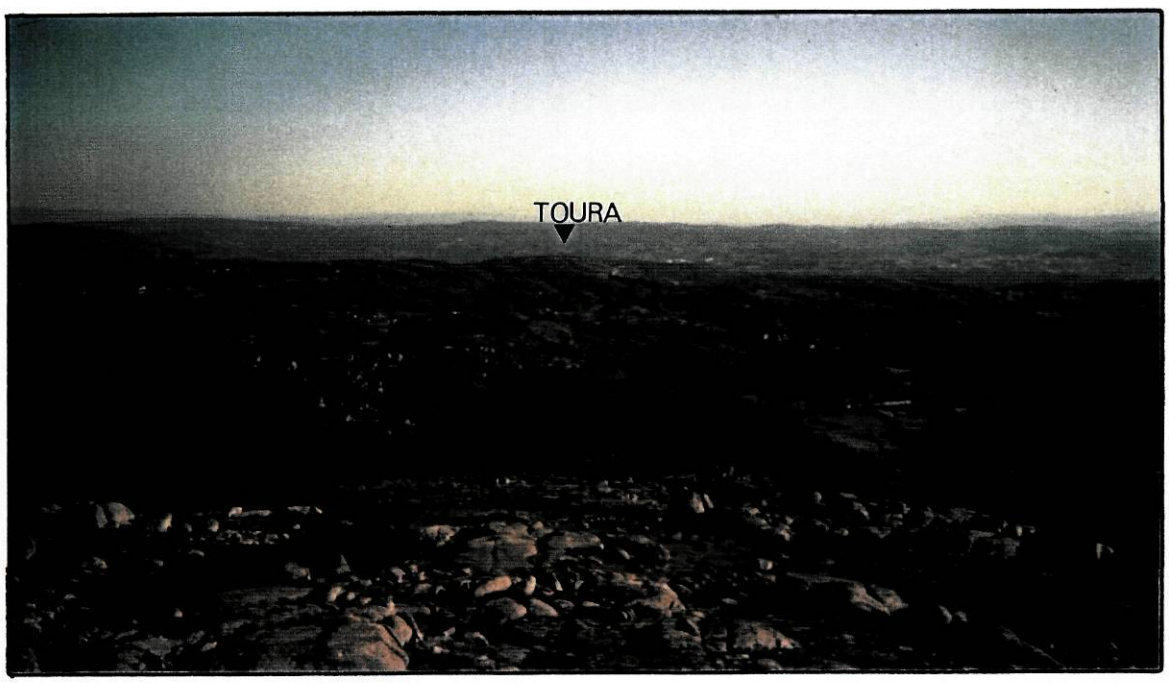


Foto n.º 10 - II3 - Queimadela	Vista do transecto II, fotografado do Maroiço



Foto n.º 11 - III1 - Felgueiras	Povoamento de carvalho que antecede Felgueiras



Foto n.º 12 - III2 - Pedraído	Vista de Felgueiras e Povoamento de carvalho, fotografado de Pedraído



Foto n.º 13 - III3 - Gontim	Pastoreio de gado bovino



Foto n.º 14 - III4 - Gontim	Povoamento de carvalho que antecede Gontim



Foto n.º 15 - III5 - Aboim	Superfície de inculto, com vegetação herbácea e arbustiva, com sinais visíveis de erosão

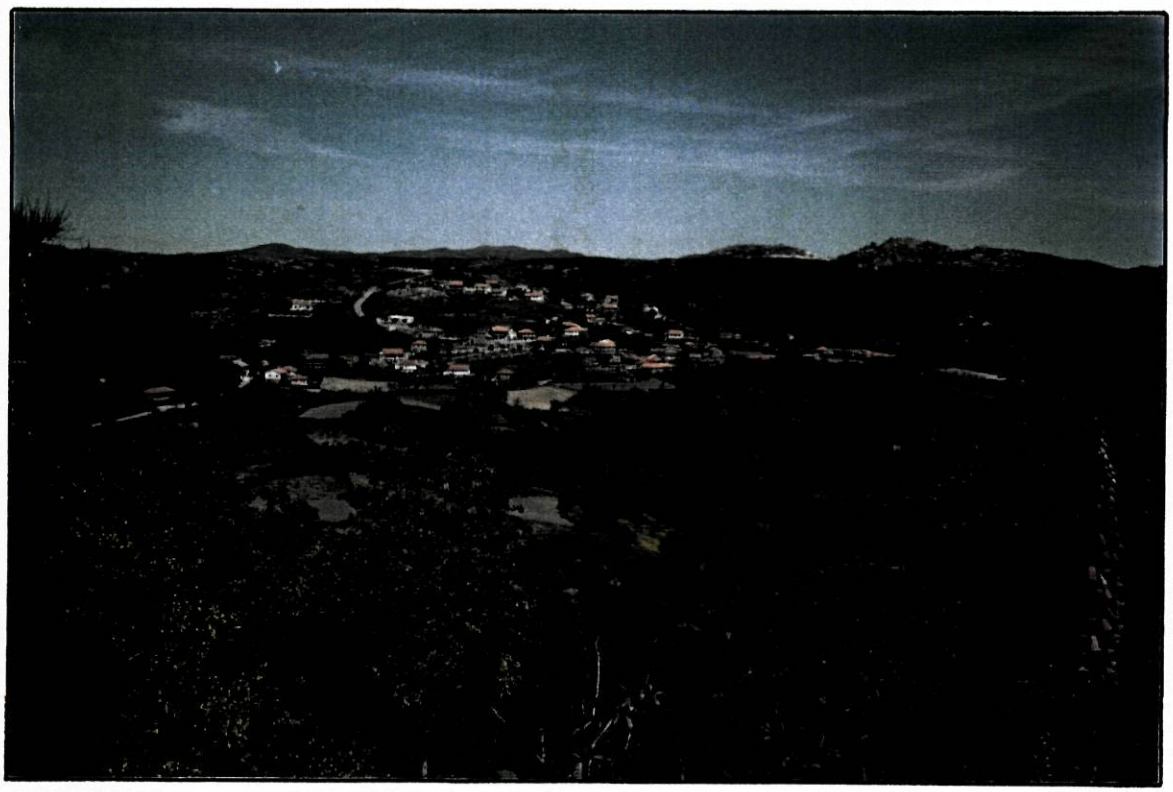


Foto n.º 16 - III6 - Aboim	1.º Plano - Folhosas diversas	2.º Plano - área de cultivo	3.º Plano - Aboim

ANEXO XXI : INQUÉRITO À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

A INFORMAÇÃO DECLARADA É CONFIDENCIAL

1. Localização da Exploração

1.1. Lugar: _____

1.2. Freguesia: _____

2. Tipo de Exploração

2.1. Diga a área, em hectares, da sua exploração: _____

3. Dispersão da Exploração

3.1. Diga o número de blocos que formam a sua exploração: _____

4. Utilização das Terras

4.1. Escreva as áreas ocupadas por terras:

4.1.1. entregues ao cultivo: _____

4.1.2. entregues a prado permanente: _____

4.1.3. com mato: _____

4.1.4. com floresta: _____

4.2. Se tiver área ocupada por floresta indique que tipo de ocupação têm em área ocupada:

4.2.1. com culturas de subcoberto, ou seja, com:

4.2.1.1. culturas temporárias: _____

4.2.1.2.. prados permanentes: _____

4.2.1.3. pousio: _____

4.2.1.4. caça: _____

4.2.2. Preencha com a área ocupada segundo o tipo de povoamento florestal:

4.2.2.1. **só** Pinheiro bravo: _____

4.2.2.2. Pinheiro bravo e outro tipo de árvores mas com maior número de Pinheiro:

_____

4.2.2.2.1. diga qual é o outro tipo de árvores presentes: _____

_____

4.2.2.3. **só** Carvalho: _____

4.2.2.4. Carvalho e outro tipo de árvores mas com maior número de Carvalho:

_____

4.2.2.4.1. diga qual é o outro tipo de árvores presentes:

_____

4.2.2.5. **só** Eucalipto: _____

4.2.2.6. Eucalipto e outro tipo de árvores mas com maior número de Eucalipto:

_____

4.2.2.6.1. diga qual é o outro tipo de árvores presentes:

_____

5. Importância da Floresta

5.1. Se **tem** floresta na sua exploração responda à seguinte pergunta pondo uma cruz (X):

- aumentava a área actual ocupada pela floresta? Sim ☐ Não ☐

5.1.1. Quanto mais?

Para um pouco mais (< 25%) ☐
Para mais metade (50%) ☐
Para mais de metade (>75%) ☐

5.2. Se **não tem** floresta na sua exploração responda à seguinte pergunta pondo uma cruz (X):

- plantaria floresta na sua exploração? Sim ☐ Não ☐

5.2.1. Quanto ?

Um pouco (< 25%) ☐
Para metade (50%) ☐
Para mais de metade (> 75%) ☐

5.3. Caso tenha respondido "**não**" coloque uma cruz (X) no motivo ou nos motivos que o levaram a dar tal resposta:

5.3.1. ser muito demorado o retorno do investimento. ☐
5.3.2. não se sentir com informação suficiente para o fazer. ☐

5.3.2.1. Gostava de receber informação? Sim ☐ Não ☐

5.3.3. não ser rentável. ☐

5.3.4. outro motivo ou outros motivos ☐

5.3.4.1. Qual ou Quais?

_____

6. Associativismo

6.1. Assinale com uma cruz (X) se alguma vez se associou ao nível da produção.

Sim ☐ Não ☐

6.1.1. Se respondeu "**sim**", foi com uma exploração vizinha?

Sim ☐ Não ☐

6.1.1.1. Mantém essa associação?

Sim ☐ Não ☐

6.1.2. Se respondeu "**não**", porquê?

_____

6.2. Coloque uma cruz (X) se conhece a Associação de Silvicultores do Vale do Ave.

Sim ☐ Não ☐

6.2.1. Se respondeu "**sim**", é associado?

Sim ☐ Não ☐

6.2.1.1. Se respondeu "**sim**", o que o levou a fazê-lo?

_____

_____

6.2.1.2. Se respondeu "**não**", porque motivo não o fez?

_____

_____

Obrigado pela colaboração.

José Carlos Carvalho Costa
(Aluno da Universidade do Porto)

Anexo XXII - Caracterização fundiária da Área de Estudo

(A)

Localização	Inquérito[1]		Área		Blocos		Utilização da terra							
							Cultivo		Prado		Mato		Floresta	
Freguesia	(N.º)	(%)	(ha)	(%)	(N.º)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
Aboim	42	31	223,03	27,3	349	25,1	32,983	22,3	59,317	33,3	66,88	31,9	63,85	22,7
Felgueiras	10	7	91,98	11,3	97	7	17,02	11,5	15,8	8,9	37,29	17,8	21,87	7,8
Gontim	10	7	84,521	10,4	141	10,1	9,005	6,1	18,264	10,3	23,12	11	34,132	12,2
Monte	28	21	164,12	20,1	262	18,9	41,638	28,1	45,642	25,7	1,18	0,6	75,66	27
Queimadela	45	34	252,409	30,9	541	38,9	47,414	32	38,85	21,8	81,07	38,7	85,075	30,3
Totais	135	100	816,06	100	1390	100	148,06	100	177,873	100	209,54	100	280,587	100
(%)			100				18,1		21,8		25,7		34,4	

Fonte: Inquérito às Explorações Agrícolas da Área de Estudo

Nota: Questão:

1. 2. 3.

1.2 2.1. 3.1.

Nota: Questão:

4.

4.1.

4.1.1. 4.1.2. 4.1.3. 4.1.4.

[1] - Amostra de 40%

LEGENDA:

ha	hectares
N.º	Número
Ca	Carvalho
Eu	Eucalipto
Pb	Pinheiro bravo
Pla	Plátano
Cer	Cerejeira
Cas	Castanheiro
Fre	Freixo
Nog	Nogueira
R.I.	Retorno do Investimento
I.I.	Informação Insuficiente
N.S.R.	Não Ser Rentável
O.M.	Outros Motivos
N.S.H.	Não Ser Hábito
N.S.S.	Não Ser Solicitado

(B)

Localização	Utilização da Floresta				Tipo de Povoamento Florestal						
	Tipos de Uso				Pb		Pb e outra(s) espécie(s)				
Freguesia	Cultivo	Prado	Pousio	Caça	(ha)	(%)	(ha)	(%)	Ca	Eu	Aus
Aboim	1	2	39	3	0,31	1,4	1,75	2,1	3	4	0
Felgueiras	0	9	9	1	0	0	4	4,8	1	1	0
Gontim	0	9	1	10	0	0	0	0	0	0	0
Monte	0	19	23	0	10,93	49,2	41,75	49,6	12	14	0
Queimadela	0	27	31	3	10,96	49,4	36,605	43,5	11	15	1
Totais	1	66	103	17	22,2	100	84,105	100	27	34	1
(%)	0,5	35,3	55,1	9,1	7,91		29,97		16,3	20,5	0,6

Nota: Questão:

4.2.
4.2.1. 4.2.2.
4.2.1.1. 4.2.1.2. 4.2.1.3. 4.2.1.4. 4.2.2.1. 4.2.2.2.
4.2.2.2.1.

(C)

Localização	Tipo de Povoamento Florestal										
	Ca		Ca e outra(s) espécie(s)								
Freguesia	(ha)	(%)	(ha)	(%)	Pb	Eu	Cas	Fre	Pla	Cer	Nog
Aboim	22,99	58,8	37,8	37,7	19	10	1	0	0	0	0
Felgueiras	3,19	8,2	13,43	13,4	4	3	3	0	0	0	0
Gontim	5,805	14,8	28,207	28,1	7	3	0	0	0	0	0
Monte	0,06	0,1	7,96	7,9	5	3	0	0	0	0	0
Queimadela	7,075	18,1	12,99	12,9	8	5	2	3	1	1	1
Totais	39,12	100	100,387	100	43	24	6	3	1	1	1
(%)	13,94		35,78		25,9	14,5	3,6	1,8	0,6	0,6	0,6

Nota: Questão:

4.2.2.3. 4.2.2.4.

4.2.2.4.1

(D)

Localização	Tipo de Povoamento Florestal								Importância da Floresta				
	Eu		Eu e outra(s) espécie(s)						Aumento da Área		Quanto Mais?		
Freguesia	(ha)	(%)	(ha)	(%)	Pb	Ca	Cas	Pla	Sim	Não	< 25%	[25,50%]	> 50%
Aboim	1	15,1	0	0	0	0	0	0	22	17	14	6	2
Felgueiras	0,05	0,8	1,2	4,3	0	1	0	0	4	4	1	2	1
Gontim	0,07	1,1	0,05	0,2	1	1	0	0	5	5	2	2	1
Monte	4,42	66,8	10,54	37,4	8	5	2	1	11	13	7	4	0
Queimadela	1,07	16,2	16,375	58,1	5	1	0	0	17	14	7	6	4
Totais	6,61	100	28,165	100	14	8	2	1	59	53	31	20	8
(%)	2,36		10,04		8,4	4,8	1,2	0,6	43,7	39,26			

Nota: Questão:

5.

5.1.

5.1.1.

4.2.2.5. 4.2.2.6

4.2.2.6.1

(E)

	Importância da Floresta									Associativismo					
Localização	Plantar		Quanto?			Motivos				Nível da Produção		**Não**. Porquê?		A.S.V.A.	
Freguesia	Sim	Não	< 25%	[25,50]	> 50	R.I.	I.I.	N.S.R.	O.M.	Sim	Não	N.S.H.	N.S.S.	Sim	Não
Aboim	2	1	1	1	0	0	0	3	17	0	42	41	1	0	42
Felgueiras	1	1	0	0	1	1	2	1	4	0	10	9	1	1	9
Gontim	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	10	8	2	0	10
Monte	1	3	0	1	0	0	1	1	14	0	28	28	0	1	27
Queimadela	6	8	0	4	2	0	0	0	22	0	45	45	0	2	43
Totais	10	13	1	6	3	1	3	5	62	0	135	131	4	4	131
(%)	7,41	9,63								0	100	97	3	3	97

Nota: Questão:

6.

5.2. 5.3. 6.1. 6.2.

5.2.1. 5.3.1. 5.3.2. 5.3.3. 5.3.4. 6.1.2.